



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Estudos da Linguagem

**ARTUR VITOR DE ARAÚJO SANTANA**

**EURICO ALVES BOAVENTURA, UM INTÉRPRETE DO BRASIL  
(1952-1963)**

Campinas - SP  
2024

**ARTUR VITOR DE ARAÚJO SANTANA**

**EURICO ALVES BOAVENTURA, UM INTÉRPRETE DO BRASIL  
(1952-1963)**

*Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Teoria e História Literária, na Área de História e Historiografia Literária.*

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Granja

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL  
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO ARTUR VITOR DE  
ARAÚJO SANTANA, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA.  
LÚCIA GRANJA.

Campinas - SP  
2024

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Ana Lucia Siqueira Silva - CRB 8/7956

Sa59e Santana, Artur Vitor de Araújo, 1997-  
Eurico Alves Boaventura, um intérprete do Brasil (1952-1963) / Artur  
Vitor de Araújo Santana. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador(es): Lúcia Granja.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),  
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Boaventura, Eurico Alves, 1909-1974. Fidalgos e vaqueiros. 2. História.  
3. Intérprete do Brasil. 4. Memória. 5. Redes intelectuais. I. Granja, Lucia,  
1968-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de  
Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações complementares

**Título em outro idioma:** Eurico Alves Boaventura, an interpreter from Brazil (1952-1963)

**Palavras-chave em inglês:**

Boaventura, Eurico Alves, 1909-1974. Fidalgos e vaqueiros  
History  
Brazil interpreter  
Memory  
Intellectual networks

**Área de concentração:** História e Historiografia Literária

**Titulação:** Doutor em Teoria e História Literária

**Banca examinadora:**

Lúcia Granja [Orientador]  
Jefferson Cano  
Paulo Santos Silva  
Evandro dos Santos  
Mario Luiz Frungilo

**Data de defesa:** 29-11-2024

**Programa de Pós-Graduação:** Teoria e História Literária

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-7267-8169>  
- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1941194089202280>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Estudos da Linguagem

**ARTUR VITOR DE ARAÚJO SANTANA**

**EURICO ALVES BOAVENTURA, UM INTÉRPRETE DO BRASIL  
(1952-1963)**

*Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Teoria e História Literária, na Área de História e Historiografia Literária.*

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª. Dra. Lúcia Granja (UNICAMP)  
Orientadora – Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária

---

Prof. Dr. Jefferson Cano (UNICAMP)  
Examinador interno – Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária

---

Prof. Dr. Paulo Santos Silva (UNEB)  
Examinador externo – Programa de Pós-Graduação em História

---

Prof. Dr. Mario Luiz Frungillo (UNICAMP)  
Examinador interno – Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária

---

Prof. Dr. Evandro dos Santos (UFRN)  
Examinador Externo - Programa de Pós-Graduação em História - CERES

A Ata da Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

Aos sertanejos que vieram antes de mim e me possibilitaram ser doutor.

## AGRADECIMENTOS

No ano de 2020, em meio à pandemia de COVID-19, decidi fazer a seleção para o doutorado em Teoria e História Literária, mesmo sendo historiador de formação. De lá para cá, muita vida foi vivida para a formação do meu eu-doutor. Nos caminhos acadêmicos e pessoais, várias pessoas foram essenciais para possibilitar o meu doutoramento. Inicialmente, gostaria de agradecer à minha família, em especial aos meus pais, Adelídio e Elcicleide, minha irmã, Palusa, e minha prima, Selen Ruth. Amplio os agradecimentos aos meus avôs, avós, tios e primos, que de alguma forma contribuíram para esse processo.

Nessa jornada, agradeço aos novos e antigos amigos, que foram fundamentais para o processo de escrita do texto. Os Doutores do Amor (Alessandro, Alanna, Allan, Beatriz, Diego e Lucymara), Anderson, Dálete, Thays, Samara e Gabriel por estarem sempre presentes. Aos novos amigos de Campinas, companheiros do IEL, que me acolheram na UNICAMP, Adriana, Raquel e Jhonnata. Outros nomes essenciais são os de Maria Aparecida e Clóvis Oliveira, ex-professores e colegas de trabalho, sempre disponíveis para dúvidas historiográficas.

Agradeço a Elaine, funcionária dedicada, e aos bolsistas do Museu Casa do Sertão, por me auxiliarem no processo de investigação no *Jornal Folha do Norte*. Na qualificação, as contribuições de Jefferson Cano e Paulo Silva auxiliaram grandemente para o aperfeiçoamento das discussões do texto, o que torna essencial a menção de seus nomes nestes agradecimentos. Também agradeço aos membros titulares e suplentes da banca, Mario Luiz Frungillo, Evandro Santos, Alfredo Cesar de Melo, Rodrigo Godoi e Thamara Rodrigues, por aceitarem contribuir com a tese.

Nesse processo de doutoramento, gostaria de fazer um agradecimento especial à minha orientadora, Lúcia Granja, por se mostrar uma leitora atenta, preocupada com minha formação intelectual e pessoal durante os últimos quatro anos.

Por fim, agradeço o apoio recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da bolsa de doutorado, que permitiu a minha dedicação integral ao desenvolvimento da pesquisa. Minha tese é resultado das políticas públicas voltadas para o financiamento de jovens cientistas, o que demonstra eficácia dessas medidas para o aperfeiçoamento da ciência no Brasil.

*Naquele tempo atrasado quase era a profissão era essa, quase todo mundo que trabalhava em roça em fazenda a maioria era vaqueiro, era a profissão maior que tinha no meu tempo... antigamente.*

*Everacy Amaro de Araújo, entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016.*

## RESUMO

O objetivo desta tese é analisar a concepção de história do Brasil defendida por Eurico Alves Boaventura, principalmente no seu ensaio *Fidalgos e vaqueiros* (1989). O manuscrito do livro foi produzido entre 1952 e 1963, período correspondente à escrita e a ajustes no texto, mas foi publicado apenas após a morte do escritor, no ano de 1989. A proposta do trabalho é escrever a história do Brasil a partir da região do pastoreio, no interior da Bahia, seguindo os passos de outros ensaístas, em especial Gilberto Freyre. Boaventura insere-se em uma rede de intelectuais que tinham a preocupação de produzir trabalhos históricos e sociológicos sobre o país. A historiografia defendida por Eurico Alves é uma tentativa de arquivar o passado da aristocracia dos currais, do qual sua família fazia parte, mas que estaria sendo apagada dos *annais* da história, de modo que a narrativa histórica adotada pelo escritor estava atravessada pelo desejo de escrever sobre si e sobre os seus. Como aporte teórico, dialogamos com autores do campo da História Literária, da História Cultural e da História Intelectual, que possibilitaram caminhos e métodos para analisar as variadas fontes utilizadas nesta pesquisa, a exemplo dos livros da biblioteca pessoal de Boaventura, cartas, jornais, revistas, fotografias e anotações do escritor. A partir desse material, observamos os autores mais citados no livro, os temas frequentes do ensaio, a rede intelectual da qual ele fazia parte, as abordagens que interessavam ao ensaísta, além do projeto de nação adotado em *Fidalgos e vaqueiros*. O anseio de Eurico Alves em produzir a historiografia para a região do pastoreio talvez seja mobilizado por questões pessoais, mas está também preocupado em moldar seu discurso com métodos pragmáticos que permitissem a inserção de seus escritos no rol da história brasileira e sua figura como intérprete do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eurico Alves Boaventura. *Fidalgos e vaqueiros*. História. Intérprete do Brasil. Memória. Redes intelectuais.

## ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze the conception of history defended by Eurico Alves Boaventura, mainly in his essay *Fidalgos e vaqueiros* (1989). The manuscript of the book was produced between 1952 and 1963, the period that corresponds to the writing and adjustments to the text, but it was only published after the writer's death, in 1989. The proposal of the work is to write the history of Brazil from the pastoral region, in the interior of Bahia, following in the footsteps of other essayists, especially Gilberto Freyre. Boaventura is part of a network of intellectuals who were concerned with producing historical and sociological works about the country. The historiography defended by Eurico Alves is an attempt to archive the past of the aristocracy of the corrals, of which his family was a part, but which was being erased from the annals of history, so that the historical narrative adopted by the writer was permeated by the desire to write about himself and his people. As a theoretical contribution, we spoke with authors from the fields of Literary History, Cultural History and Intellectual History, who provided paths and methods for analyzing the various sources used in this research, such as books from Boaventura's personal library, letters, newspapers, magazines, photographs and notes by the writer. Based on this material, we observed the authors most cited in the book, the frequent themes of the essay, the intellectual network he was part of, the approaches that interested the essayist, in addition to the project of nation adopted in *Fidalgos e vaqueiros*. Eurico Alves' desire to produce historiography for the pastoreio region may be mobilized by personal issues, but he is also concerned with shaping his discourse with pragmatic methods that would allow the insertion of his writings in the hall of Brazilian history and his figure as an interpreter of Brazil.

**KEYWORDS:** Eurico Alves Boaventura. *Fidalgos e vaqueiros*. History. Interpreter of Brazil. Memory. Intellectual networks.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Figura 1: Anúncio do escritório de Eurico Alves no jornal Folha do Norte - BA</i>	41
<i>Figura 2: Fotografia de Gonçalo Alves Boaventura</i>	63
<i>Figura 3: Eurico trajado de couro ao lado do vaqueiro da fazenda</i>	65

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
<b>CAPÍTULO I - A PAISAGEM SOCIAL E O HOMEM: ELITES E INTELLECTUAIS NA BAHIA DO SÉCULO XX.....</b>	<b>25</b>
<b>1.1. Do fim, um começo: Eurico Alves Boaventura no jornal <i>Folha do Norte</i>.....</b>	<b>25</b>
1.1.1. <i>Fidalgos e vaqueiros</i> , políticas e integralismo .....	50
<b>1.2. Cenário familiar: Os Alves Boaventura em <i>Fidalgos e vaqueiros</i>.....</b>	<b>58</b>
<b>1.3. Tradicionista dinâmico? Eurico Alves e o Modernismo Baiano .....</b>	<b>75</b>
1.3.1. Aspectos do modernismo na <i>Arco &amp; Flexa</i> .....	80
1.3.2. A atuação de Eurico Alves no modernismo baiano .....	85
<b>CAPÍTULO II - “NÃO SE ESCREVEU AINDA A HISTÓRIA”: EURICO ALVES BOAVENTURA E SUA OPERAÇÃO ENSAÍSTICA.....</b>	<b>95</b>
<b>2.1. Eurico Alves, historiador .....</b>	<b>95</b>
2.1.1. Concepção de História do Brasil e metodologia de pesquisa em <i>Fidalgos e vaqueiros</i> .....	97
2.1.2. Elementos da narrativa euriquiana .....	102
<b>2.2. Os fios da rede: Leituras e apropriações em <i>Fidalgos e vaqueiros</i>.....</b>	<b>107</b>
2.2.1. Eurico Alves, leitor de Gilberto Freyre .....	110
2.2.2. Eurico Alves, leitor de Oliveira Vianna.....	125
2.2.3. Eurico Alves, leitor de Capistrano de Abreu .....	137
2.2.4. Eurico Alves, leitor de romancistas.....	145
2.2.5. Eurico Alves, leitor de intérpretes do Brasil.....	151
<b>CAPÍTULO III - CARTAS, PAPÉIS AVULSOS E DIÁLOGOS INTELLECTUAIS: CORRESPONDÊNCIA DE EURICO ALVES BOAVENTURA .....</b>	<b>161</b>
<b>3.1. Cartas, papéis avulsos e manuscritos: Apresentação do Acervo EAB-MEB .....</b>	<b>161</b>
<b>3.2. “Uma carta rápida de Juiz da roça”: Análise da correspondência pessoal de EAB .....</b>	<b>166</b>
3.2.1. “E, depois da última folha, mando-lhe um abraço cordial”: Saudações e cumprimentos..	191
3.2.2. “Aí você alcança o começo do Paraíso”: Retratos de Feira de Santana na escrita epistolar de Eurico Alves .....	197
3.2.3. “Lembrei-me de lhe mandar esta nota”: Trocas intelectuais na correspondência de EAB	204
3.2.4. “Não é tabaréu como eu”: Leitura de si na correspondência de EAB.....	224
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>237</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>242</b>
<b>- Jornais.....</b>	<b>242</b>
<b>- Bibliografia .....</b>	<b>242</b>

## INTRODUÇÃO

No ano de 1989, foi publicado pelo Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia (UFBA) o livro *Fidalgos e vaqueiros*, de autoria de Eurico Alves Boaventura. Trata-se de uma publicação tardia, pois a escrita do volumoso ensaio ocorreu na década de 1950, mais precisamente entre os anos de 1952 e 1958. O texto sofreu algumas alterações e acréscimos até o ano de 1963, influenciadas por novas leituras realizadas pelo escritor, devido a aquisição de livros inéditos no período<sup>1</sup>. Apesar das várias tentativas que fez Eurico Alves para publicar seus manuscritos, nenhuma delas teve êxito. A publicação aconteceu apenas em 1989, com o trabalho editorial de sua filha, Maria Eugenia Boaventura, em parceria com a Editora da UFBA. O lançamento ocorreu após a morte do poeta e ensaísta baiano, no ano em que ele comemoraria o seu aniversário natalício de 80 anos<sup>2</sup>.

*Fidalgos e vaqueiros* tematiza a história do que Eurico Alves denomina como “civilização do pastoreio”, perfazendo um arco de tempo indo do século XVI até as primeiras décadas do século XX. A escrita do ensaio ganha contornos bem particulares, pois é narrado em primeira pessoa, atrelando experiências pessoais com as memórias da “aristocracia dos currais”, grupo social ao qual o escritor pertencia. A escolha de escrever a obra a partir do interior da Bahia foi motivada pela preocupação de construir uma memória de si mesmo, de sua família (os Alves Boaventura) e de seu passado, diante do temor de que a “avançada moderna”, como definiu Boaventura, contribuisse ainda mais para o apagamento do “glorioso” legado que as fazendas de criar gado tiveram para a História da Bahia e do Brasil.

Eurico Alves é um personagem pouco conhecido na história literária nacional, apesar de seu papel destacado no âmbito do chamado modernismo baiano. Ainda muito jovem, Boaventura começou a escrever poesias, de modo que, em 1928, já fazia parte do grupo *Arco & Flexa* (1928-1929), que publicou a primeira revista declaradamente modernista na Bahia. O impresso foi assinado por jovens intelectuais, que vieram a se destacar na cena política e intelectual do estado, tutelados por Carlos Chiacchio, renomado jornalista baiano do período. Tal prestígio deve ter em muito contribuído para

---

<sup>1</sup> No livro *Cartas de Eurico Alves: fragmentos da cena modernista*, Juraci Dórea (2012) analisa as cartas enviadas por Eurico Alves aos seus amigos, possibilitando o pesquisador observar o período de escrita da obra (1952-1958), assim como o ano de conclusão do manuscrito (1963).

<sup>2</sup> Eurico Alves Boaventura nasceu em 27 de junho de 1909 e faleceu em 04 de julho de 1974.

a inserção de Eurico Alves nas redes intelectuais regionais, tendo em vista as correspondências trocadas com vários deles durante toda sua vida.

Boaventura graduou-se em Direito em 1933 e, posteriormente, em 1946, tornou-se juiz. Teve atuação destacada em várias cidades do interior da Bahia, mas nunca deixou de escrever, apesar da reduzida frequência com que seus escritos apareciam nos impressos baianos no período. A atuação na magistratura possibilitou o acesso de Eurico Alves a vários documentos civis, como inventários, escrituras de posse e testamentos, que fizeram parte do acervo pessoal do escritor. A investigação documental foi essencial para a construção da tese presente em *Fidalgos e vaqueiros*, que defende o protagonismo do interior da Bahia para narrar a história do Brasil.

O estilo literário adotado por Boaventura possibilita uma aproximação entre autoria e memória no decorrer da escrita. A escolha de Eurico Alves em produzir uma historiografia brasileira a partir de suas lembranças e da sua família é um gancho para abordar outras questões, indo além das experiências individuais do sujeito, mas tendo como foco pensar representações sobre a nação como um todo. Dessa forma, o ensaio tem uma proposta bastante clara: apresentar e discutir alguns aspectos oriundos das memórias de Boaventura, assim como narrativas políticas e socioculturais do sertão, refletindo o lugar social onde ele estava inserido.

Enquanto “monumento autobiográfico”, conforme pontua Soares (2009), *Fidalgos e vaqueiros* é uma resposta a *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre (2016), na tentativa de mostrar outra face do Nordeste, deixada de lado pelo sociólogo pernambucano. Boaventura atribui um papel protagonista ao fidalgo, que também exerce a função de vaqueiro, no processo de desbravamento, povoação e civilização, não apenas do sertão, mas do Brasil como um todo. Essa premissa vai de encontro à tese de Freyre, que toma as fazendas de produção de açúcar no litoral como epicentro do período colonial. Com isso, o ensaísta baiano desloca narrativas mestras sobre a história do Brasil, imprimindo uma leitura na perspectiva do sertão e acentuando a importância da aristocracia sertaneja nos processos históricos e políticos mais marcantes do país.

Nesse sentido, é possível situar *Fidalgos e vaqueiros* ao lado de vários ensaios sociológicos que se preocuparam em interpretar o Brasil (Candido, 2006). Entre esses trabalhos pode-se mencionar *Casa grande e senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Nordeste* de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* e *Caminhos e fronteiras* de Sérgio Buarque de Holanda; *Evolução política do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Júnior; *Populações meridionais do Brasil* de Oliveira Viana; *Brasil terra dos*

*contrastes* de Roger Bastide; e vários outros livros citados diretamente no ensaio de Eurico Alves, além de serem objeto de consulta no trabalho de revisão da história posta em curso pelo escritor.

Como afirma Antonio Candido (2006), uma vertente do modernismo caracterizou-se pela produção do ensaio histórico-sociológico, principalmente nas décadas de 1930 a 1950. Os autores, a exemplo dos citados por Eurico Alves, “esquadrinham, tentam sínteses, procuram explicações” (Candido, 2006, p. 130) sobre o que de fato é o Brasil. O pensamento brasileiro ganha novos contornos, tendo como pano de fundo “redefinir a nossa cultura” (Candido, 2006, p. 130), pautado no cenário histórico-social do período colonial.

Como propõe Alfonso Berardinelli (2011, p. 26), o gênero ensaístico possui em sua essência uma “responsabilidade pedagógica e civil”, diante da atenção atribuída à formação crítica do pensamento, com o objetivo de produzir um bem social comum. Arelado a isso, o ensaio ainda se caracteriza como um texto experimental, possibilitando defender ideias, questões e interpretações com uma escrita bem característica, por ser direta e flexível (Berardinelli, 2011). Antecedendo o debate sobre a forma ensaística, Theodor Adorno (2003, p. 18) afirma que o gênero possui uma “autonomia estética”, por estar situado na fronteira entre a ciência e a arte.

Compreendo, assim, o ensaio como uma produção literária que permite uma escrita mais livre, no qual os autores teriam a liberdade de propor, discutir e lançar novas ideias com base em um tema ou questões necessitando de uma reflexão teórica. No caso dos ensaios mencionados acima, a partir de um olhar histórico os escritores buscam escrever a História do Brasil por uma perspectiva nova, pouco explorada, tornando o formato ensaístico ideal para a proposta. A própria escrita de Eurico Alves possui esses elementos, o que garante uma maior autonomia do escritor para expor suas teses ao mesmo tempo que tensiona mais de 335 autores na defesa de um passado nacional.

Na tese, tomo como objeto principal os escritos de Eurico Alves, principalmente o seu ensaio de maior relevo, *Fidalgos e vaqueiros*. Analiso a concepção de história do Brasil presente na narrativa de sua obra, diante da preocupação de Boaventura em escrever sobre um passado que foi deixado de lado pelos historiadores mais renomados do período. Acredito que o discurso euriquiano expressa o posicionamento do grupo social do qual ele fazia parte, ao mesmo tempo que propõe arquivar a memória da aristocracia do pastoreio e demonstrar o modo como as relações políticas e identitárias funcionavam para as grandes famílias do interior da Bahia. Dessa

forma, o gênero literário adotado pelo ensaísta possibilita escrever sobre a civilização do pastoreio desde os seus primórdios até o momento contemporâneo à escrita do manuscrito. A presença de várias temporalidades no texto, a exemplo do sujeito-Eurico que escreveu na segunda metade do XX com o objetivo de revisitar vários séculos da historiografia brasileira, permite analisar a concepção de história do Brasil e de tempo adotada pelo escritor na construção da narrativa do texto, que está atrelada a uma tentativa de escrever sobre si e os Alves Boaventura.

Em 13 de junho de 1961, o literato escreve uma carta-manifesto para a Câmara de Vereadores de Feira de Santana com o título de “Museu do Vaqueiro”. O texto foi publicado em 2006 na coletânea *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana*, editada por Maria Eugênia Boaventura. No documento, Eurico Alves destaca a importância de construir espaços de memória que celebrem a cultura sertaneja e o protagonismo do vaqueiro no processo de construção da cidade. Ele escreve a seguinte frase: “ainda não foi feita a História do Brasil corretamente” (Boaventura, 2006, p. 135). Pelo fato de a carta ter sido escrita concomitante ao período de aprimoramento final do manuscrito de *Fidalgos e vaqueiros*, podemos afirmar que se trata de um posicionamento pessoal do ensaísta a defesa da narrativa historiográfica correta, centrada no interior da Bahia, na casa da fazenda, com o fidalgo-vaqueiro exercendo o papel central na construção desse Brasil euriquiano. A sua atuação política também pode ser observada na curadoria dos materiais organizados no seu acervo pessoal, mantido na sede da Fazenda Fonte Nova.

Em 2009, foi doada ao Museu Casa do Sertão uma parcela do referido acervo de Eurico Alves Boaventura, contendo mais de três mil livros do escritor e cerca de quinhentas fotografias da família. Fazem parte do material deixado pelo ensaísta centenas de cartas e treze diários pessoais, que estão sob o domínio pessoal de seus descendentes<sup>3</sup>. Pela robustez documental preservada por Eurico Alves e, posteriormente, por seus filhos, é possível afirmar que houve uma preocupação em arquivar possíveis fontes para uma narrativa de si, dos Alves Boaventura e do sertão. Tal hipótese levanta duas questões que envolvem esta tese: 1) Qual objetivo de guardar e organizar o material pode apresentar

---

<sup>3</sup> A biblioteca pessoal do escritor e as fotografias dos Alves Boaventura foram doadas para o Museu Casa do Sertão, administrado pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A correspondência e os diários de Eurico Alves ainda estão sob o domínio privado dos familiares do ensaísta, não estando disponíveis para a consulta do público.

uma determinada imagem de si?; 2) Como essa narrativa autobiográfica se relaciona com a concepção de História do Brasil defendida pelo escritor?

Para responder a essas questões, é necessário observar que a prática de guardar materiais sobre si e sua família não é uma peculiaridade de Eurico Alves. Trata-se de uma prática comum às elites, cujo objetivo reside na intenção de preservar a memória familiar e o legado de poder dos grupos sociais dominantes do qual fizeram parte. Júlio Ramos (2008, p. 137), no estudo realizado sobre as modernidades que coexistiram na América Latina, observa que a “cultura dominante” não é fruto de um grupo homogêneo e estático, mas sim de um conjunto de grupos dominantes que atualiza constantemente suas formas de poder. Desse modo, fica evidente que a preservação pessoal e coletiva das memórias de setores das elites faz parte de um projeto, ainda que não explícito, de manter redes de dominação seja simbólica, seja prática<sup>4</sup>, e, no caso dos Alves Boaventura, no âmbito do interior da Bahia.

No texto “Arquivar a própria vida”, Philippe Artières (1998) afirma que dificilmente algum acontecimento em nossas vidas não deixará um registro escrito, a exemplo de uma passagem de ônibus, um e-mail, uma carta etc. No Brasil, essa afirmação ganha conotações elitistas, diante do alto índice de analfabetos<sup>5</sup> e da forte presença da cultura oral na década de 1950 e 1960 (período de escrita do manuscrito de *Fidalgos e vaqueiros*). Dessa forma, os grupos populares não teriam, necessariamente, essas “provas” de vida escritas, como argumenta Artières (1998). Estudar as elites possibilita entender a concepção de mundo dos grupos dominantes, a lógica de poder, as relações pessoais e as atuações públicas. A vida privada se relaciona de forma bastante tênue com o mundo político, social e cultural, já que os mesmos indivíduos que ocupavam os cargos políticos também eram profissionais liberais, escritores e intelectuais.

Outro fator que possibilita a investigação da história das elites é, justamente, a preocupação do arquivamento de si, permitindo ao pesquisador acessar uma diversidade de fontes preservadas em acervos particulares, a exemplo do próprio Eurico Alves. A pergunta é: esse desejo das elites de contar a história deles mesmos também propicia que

---

<sup>4</sup> Maria Eugenia Boaventura (2022), no livro *Couto de Barros: a elite nos bastidores do Modernismo Paulista*, analisa o arquivo pessoal da família dos Couto de Barros, que contém uma extensa gama de cartas, fotografias, contratos, convites de jantares, presentes, comprovantes de doações, carteiras de membro de associações, entre outros documentos, demonstrando as relações políticas e a preocupação da elite paulista em formar os novos líderes para a atuação política e cultural no estado de São Paulo.

<sup>5</sup> Na década de 1950, 57,2% da população com mais de 5 anos não era alfabetizada. Esse índice cai para 50,5% quando se refere a pessoas com 15 anos ou mais no mesmo período. Na década de 1960, a redução continua progressiva, com uma porcentagem de 46,7% e 39,6% para a população com 5 anos ou mais e para pessoas com 15 anos ou mais, respectivamente (Ferraro, 2002).

entendamos a vida/a prática dos subalternos ou dependentes? São várias as formas de enfrentar essa questão. O desejo de construir uma imagem de si, no século XIX, ainda está muito associado a figuras públicas, homens em sua grande maioria, que objetivam escrever seu testemunho de uma forma que exaltasse o caráter heroico de sua trajetória de vida. No começo do século XX, os discursos modelos e a literatura de testemunho começam a ganhar espaço ao tomar alguns indivíduos como modelo de vida, a exemplo de homens e mulheres merecendo destaque por atenderem às expectativas sociais da época. Nesse momento, há o aparecimento de uma literatura autobiográfica escrita por mulheres, contrapondo-se à hegemonia masculina que havia até então no campo da escrita de si. No século XX, a preocupação pública com a configuração de si atravessa novos significados, com a crescente preocupação do eu-narrador em abordar a esfera privada e questionar a si mesmo (Rago, 2013).

Eurico Alves está inserido no segundo grupo, que não possui, necessariamente, a preocupação em estabelecer um sentido heroico para a sua vida pessoal, muito menos em se tornar um modelo. Nossa hipótese é de que o escritor está mais preocupado com a sua construção subjetiva, com o exercício daquilo que Foucault (2014) denomina como “práticas de si”, presente no texto “As técnicas de si”, publicado em 1988. A seleção, organização e preservação de documentos como cartas, fotografias, livros, anotações e diários têm como objetivo estabelecer uma narrativa oficial de si e da sua família. Esse processo de escolha sobre o que merece ser guardado é perpassado por critérios subjetivos, que intimamente têm uma preocupação em estabelecer uma imagem do eu, ou, ainda, de como o sujeito gostaria que o outro o interprete. No caso de Boaventura, por se tratar de um acervo pessoal parcialmente doado pelos familiares, após a morte do escritor, e uma parte dele organizado pelo próprio Eurico Alves, surgem alguns questionamentos: 1) Qual o objetivo de doar, principalmente, os livros e as fotografias?; e 2) Por que escolher o Museu Casa do Sertão para preservar o acervo? São perguntas que buscam compreender qual memória do escritor seus documentos pessoais possibilitam perpetuar.

A possibilidade de consulta do público à biblioteca, anotações, fichamentos e materiais pessoais de Boaventura, em uma instituição pública de pesquisa, permite a perpetuação da memória do escritor. Principalmente, pelo fato de o Museu ter mantido a catalogação original dos livros de Eurico Alves, que foram organizados por uma bibliotecária contratada pelo próprio escritor. A contratação da profissional especializada visava estabelecer um sentido para a organização das obras. Cada uma delas possui as

iniciais do proprietário, “EAB”, seguido do número individual do exemplar e da prateleira na qual está localizado. A decisão da instituição em manter essa classificação reforça a imagem de si, como um intelectual, que o escritor queria estabelecer.

A categoria “intelectualidade”, para Júlio Ramos (2008), é definida por um conjunto de atuações dos escritores modernos, relacionadas, no final do século XIX, à literatura e à modernização das cidades. As práticas intelectuais ainda possuíam relações com a política de forma autônoma, sem estar necessariamente relacionada com o Estado. Apesar de o recorte do pesquisador se localizar nos anos finais dos Oitocentos, ainda nas décadas de 1930 e 1940 era muito comum intelectuais ocuparem cargos políticos no Brasil. Vários amigos próximos e escritores contemporâneos a Eurico Alves tornaram-se vereadores, deputados, prefeito e até governador da Bahia<sup>6</sup>. A busca por estabelecer a imagem de intelectual é muito forte em *Fidalgos e vaqueiros*, pois em vários momentos o ensaísta ressalta o hábito da leitura, a compra de livros e o gosto pela música erudita por parte dos membros da aristocracia dos currais.

O fato de possuir e ler livros em português, inglês, espanhol e francês demonstra que havia uma circulação de vários tipos de impressos no sertão baiano. O trânsito dos livros acontecia devido à rede de amizade que Boaventura possuía com correspondentes na capital do Estado, Salvador, em Campinas-SP<sup>7</sup> e no Rio de Janeiro<sup>8</sup>. Semanalmente, Eurico Alves recebia periódicos nacionais e obras pelo correio, como afirma Juraci Dórea (2012) a partir do estudo da correspondência do escritor. Com a análise dos livros do ensaísta, foi possível constatar que ele adquiriu os exemplares com uma curta distância de tempo do seu lançamento, o que o deixava atualizado das novidades acadêmicas. Essa informação é importante para compreender o processo de escrita de *Fidalgos e vaqueiros*, como veremos no decorrer da tese. A quantidade expressiva de exemplares presentes na biblioteca pessoal dele reforça essa imagem de intelectual que o escritor buscou estabelecer.

A própria ação de ler e escrever demanda uma tarefa de classificar, delimitar e organizar as informações colhidas em categorias analíticas, lançando um olhar inquisidor sobre o mundo social a partir de variáveis como o meio social no qual o autor está inserido, a vertente intelectual com a qual dialoga e as figuras intelectuais que o

---

<sup>6</sup> Alguns dos nomes são Godofredo Filho, Hélio Simões, Arnold Silva e o próprio Viana Filho.

<sup>7</sup> Eurico Alves trocava correspondências e livros com Licurgo Castro Santos Filho, intelectual campineiro.

<sup>8</sup> Naylor Villas Boas comprou e enviou diversos livros para Eurico Alves, que demandava os impressos dos quais tinha interesse nas correspondências trocadas com o amigo.

embasam. Já a própria produção de discursos, enunciados pela autoria, não é neutra e produz estratégias, práticas e representações, em constante disputa por poder e dominação, podendo ser percebidos desde a escrita do texto até a materialidade do seu formato que acessa o leitor (Chartier, 1992). Como afirma Foucault (2009a, p. 8-9),

suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Assim, no processo de escrita, o autor tem o poder de agrupar discursos, produzir significações e atribuir coerência ao texto. Além do que é dito, os não-ditos também fazem parte da produção discursiva, possibilitando concordar, discordar, criticar, tensionar diferentes posicionamentos com a finalidade de defender uma ideia particular. Desde escritores considerados canônicos, a exemplo de Chartier, Foucault e Le Goff, até escritores pouco conhecidos, o processo de seleção sobre o que se vai escrever, a forma com a qual o tema será abordado e os significados que o texto poderá possuir, torna-se algo inerente à escrita e à produção autoral. O texto produzido por Eurico Alves está relacionado com o sujeito histórico que o escreve, é resultado da mediação entre duas compreensões de mundo, cercando o ontem (a busca de um passado para o Brasil) e o hoje (momento da escrita do manuscrito). Uma concepção que vai além de ser um intérprete do passado, mas com o papel de construir sentidos a partir do presente (White, 2014).

Esses debates mostram que não é recente a problematização da escrita e da autoria, que se estende para os mais variados pesquisadores nas áreas da história, da teoria literária e da filosofia. Na clássica conferência “O que é um Autor?”, proferida na *Société Française de Philosophie*, em 1969, posteriormente publicada no formato de artigo, Foucault (2009b) lança novos olhares para as características da autoria, pensando-a a partir da sua funcionalidade. Com isso, o filósofo rebate a premissa de Roland Barthes sobre a “morte” do autor, substituindo a concepção da “presença do autor” pela “função-autor”, em diálogo com nomes como Derrida e Kristeva. Michel de Foucault chama a atenção para a relação da individualização do sujeito, como consequência do racionalismo francês, com o surgimento de um indivíduo que reivindica a posse do texto.

No ano de 2000, Roger Chartier (2012) retoma a palestra de Foucault, durante sua fala na mesma instituição francesa, com o objetivo de mostrar os avanços na discussão lançada algumas décadas antes. A proposta de Chartier é pensar a “função-autor”, delimitada anteriormente pelo filósofo francês, atrelada à materialidade dos textos, seu

formato físico e os sentidos que isso desencadeia no processo de leitura. Chartier, diferente de Foucault, traz vários exemplos práticos, baseado na sua documentação de pesquisa, mostrando a emergência da “função autor”, que está intimamente relacionada com a publicação impressa, especialmente sobre os direitos autorais. Assim como Chartier (2012), João Hansen (1992) acredita ser impossível separar as condições físicas dos impressos da relação com sua autoria. Primeiro, pelo fato de o crítico literário pensar o livro como um produto de valor, o que transforma o próprio autor em algo comercializável. Segundo, apesar do processo de individualização do escritor, a “representação autoral é situada como posição de classe” (Hansen, 1992, p. 12), situando o proprietário dos escritos em conflitos classistas, que são delimitadas historicamente a partir de produtos culturais caracterizando os grupos em disputa.

Inicialmente, é preciso pensar o autor como uma autoridade (Certeau, 2006; Foucault, 2009b; Chartier, 2012), por se tratar de um sujeito que a partir do seu nome desencadeia sentidos aos textos que foram escritos e cuja posse lhe foi atribuída. Isso é fundamental para pensar Boaventura, por defender, a partir dos seus textos, uma posição sobre um determinado tema. No caso de Eurico Alves, escrever *Fidalgos e vaqueiros* foi uma forma de arquivar uma memória que ele temia desaparecer. Por se tratar de lembranças bastante particulares, o escritor estaria autorizado a falar do seu sertão, impondo uma autoridade autoral com a publicação do livro.

Como já foi dito, a materialidade do texto é essencial para a construção da autoria. Os sentidos das interpelações feitas por Eurico Alves nos seus manuscritos são totalmente diferentes do texto final em formato de livro. Apesar das semelhanças nos escritos, a versão final passou por um processo de editoração e encadernação, demonstrando a atuação da editora sobre o manuscrito, a exemplo da inserção das referências bibliográficas no final de cada capítulo e dos anexos na última parte do livro (Chartier, 2012). O impresso, tomado aqui como objeto de análise, produz outros sentidos sobre as escolhas narrativas em Boaventura, que atribui ao sujeito-autor as características que compõem sua escrita, como a relação de suas memórias pessoais com o debate realizado com os autores citados para pensar a História do Brasil.

No seu artigo “Para ler Eurico Alves Boaventura”, Rita Olivieri (1987, p. 11) acentua o caráter “evocativo e nostálgico” do ensaísta, apresentando em seus textos “imagens brasileiras” inspiradas em elementos comuns do cotidiano sertanejo, que estiveram marcadamente presentes na juventude do escritor. Valter Soares (2009, 2011) também relata uma retomada da infância do poeta nas suas produções literárias, que está

atrelada a uma preocupação arquivística. Essas características tornam a obra de Boaventura um imenso “arquivo sentimental-científico” (Santana, 2022), como uma forma de se ler o espaço dentro do imaginário de um sujeito com uma grande preocupação intelectual, movido principalmente pela incompletude e pela necessidade de narrar sobre si para se ver completo.

Quando Boaventura decide produzir uma escrita de Brasil centrada no interior da Bahia, em especial na região do sertão, ele pretende defender uma versão da história que lhe é importante. O autor construiu táticas de escrita que personificaram a sua autoria, por abordar categorias como memória, esquecimento e identidade no processo de composição do manuscrito de *Fidalgos e vaqueiros*. Em diálogo com Jeanne-Marie Gagnebin (2006), afirmamos que a história produzida por Eurico Alves foi uma forma de combater a morte ou o desaparecimento de um tempo significativo para o escritor através da escrita. A luta, como observa Gagnebin (2006), está relacionada com o poder de escolha dos fatos que serão narrados, o que está diretamente ligado ao lugar social de produção do texto. A relação entre memória e esquecimento é uma discussão que ganhou espaço principalmente a partir da década de 1980, mas que vem sendo cada vez mais aprofundada. Para Joël Candéau (2021, p. 139), o ato da escrita está relacionado com um “temor do esquecimento” que, somado com as memórias particulares dos escritores, resulta em uma identidade que eles pretendem manter viva.

O combate contra o esquecimento remete mais uma vez a Gagnebin (2006, p. 44), que no seu livro *Lembrar, escrever, esquecer* revisita os textos antigos clássicos e apresenta a função prática do historiador, que estaria pautada em “lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar, em suma, contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade”. Com isso, a pesquisadora demonstra como escrever está intimamente interligado com a necessidade de manter uma memória viva e evitar seu apagamento. Nessa perspectiva, narrar é um ato político que defende o que deve ser lembrado. Em um período muito próximo de escrita a Gagnebin (2006), Jacques Le Goff (1996) afirma que a História atua em transformar fatos históricos e objetos cotidianos em documentos e em monumentos. O ato de monumentalizar, isto é, tornar algo ou alguma coisa relevante para a narrativa histórica, elege os dizeres que vão ser eternizados pela pena do escritor, organizados em um conjunto pertinente de fatos, que faça sentido ao leitor (Le Goff, 1996).

A escolha das memórias narradas por Boaventura é perpassada por um posicionamento político e pela busca por lhe delimitar uma identidade. Esses testemunhos

não constroem apenas uma imagem de si, mas também da comunidade na qual ele está inserido. Penna (2003) não acredita ser possível, na prática, a existência de uma memória coletiva, que seria apenas uma representação de uma metamemória particular, ou a forma como o próprio sujeito representa sua memória. Assim, ao escrever a partir de suas memórias, o escritor delimita o passado criado para o grupo em que está inserido socialmente, passado que será apropriado por seus leitores, a exemplo da escolha de afirmar que o ensaio *Fidalgos e vaqueiros* se trata de um “modestíssimo e apagado trabalho, que é apenas uma tentativa de testemunho” (Boaventura, 1989, p. 240). A frase, enquanto recurso literário, é uma forma de se aproximar do leitor e lhe mostrar as possibilidades diversas de se contar a história.

Cabe lembrar que o ensaio euriquiano faz uma revisão da própria compreensão de sertão, devido ao arquivamento dos costumes, músicas, festividades, comidas e do cotidiano presente no espaço privado da aristocracia do pastoreio. A disputa por escrever sobre o interior da Bahia reflete os conflitos dos grupos sociais convivendo na geografia sertaneja e, por esse motivo, é importante lembrar que Boaventura adota um posicionamento político de retratar um perfil muito específico do grupo dominante que exerce poder de mando e desmando na política interiorana, por ser o cenário social que a família dele integrava.

Lembrar não é apenas uma forma de manter o passado vivo, mas de lhe dar significado que possa orientar o presente. Dentro dessa perspectiva, Jörn Rüsen (2009), inserido na historiografia alemã, aborda a memória a partir da construção de sentido. Se o ontem é esquecido, isso se deve ao fato de que não foi ressignificado para ser atual no hoje ou de que não teve nenhuma orientação prática para o futuro. A história não é resultado de uma vivência individual, mas atravessa as mudanças e continuidades do tempo nas vidas de um determinado grupo social. Dessa forma, Eurico Alves não apenas rememora o passado da aristocracia dos currais, mas busca atribuir novos sentidos e interpretações sobre essas famílias que estão desaparecendo dos *annais* da historiografia baiana.

Enquanto a memória estabelece uma relação direta entre o passado e o presente, a consciência histórica estabelece uma intermediação entre os dois, acrescentando o futuro como uma forma de expectativa relacionada ao presente/passado, preocupada com os “modos de representação” (Rüsen, 2009, p. 165) impactando o cotidiano da vida em sociedade. Tanto a memória, como a consciência histórica são importantes para a construção de identidades, que delimitam formas de se viver no

passado, mas que apontam práticas culturais permanecendo no presente e podendo guiar o futuro. As experiências individuais mostram como os sujeitos se relacionam com o tempo, selecionando o que é importante ser lembrado e o poder da seleção das lembranças, como anteriormente pontuado.

A forma como se experiencia o tempo pode ser lida dentro do que François Hartog (2021, p. 37) chamou de “regime de historicidade”. Essa categoria engloba várias temporalidades que auxiliam a organizar e entender melhor o tempo, principalmente as relações entre passado, presente e futuro. Entre os diferentes regimes de temporalidade existem brechas no tempo, que Hartog (2021, p. 139) define como intervalos entre “coisas que não são mais e [...] coisas que não são ainda”, mas que auxiliam a significar as diferentes expressões de tempo. Os efeitos atribuídos às experiências temporais permitem organizar, selecionar e atribuir sentido e unidade a temporalidades desconexas para os sujeitos (Certeau, 2006).

No processo de escrita desta tese, selecionamos, agrupamos e organizamos informações a partir da utilização das fontes ou objetos de análise, indo desde os escritos de Eurico Alves até jornais, cartas, fotografias, revistas e livros que compõem o acervo pessoal do escritor. O texto é dividido em três capítulos, que abordam questões transversais ao problema central do trabalho, a saber, analisar a concepção de História do Brasil defendida por Eurico Alves no ensaio *Fidalgos e vaqueiros* (1989), além de tangenciar a forma da narrativa, seu contexto de produção e suas configurações ético-políticas. No primeiro capítulo, “A paisagem social e o homem: elites e intelectuais na Bahia do século XX”, apresentamos o contexto social e político da cidade de Feira de Santana e do Estado da Bahia no período contemporâneo à produção literária de Eurico Alves. Para isso, observamos a relação do escritor com o jornal *Folha do Norte*, com o objetivo de perceber a atuação das elites locais no periódico centenário da cidade, as disputas de poder e as tentativas de arquivar suas memórias através da imprensa. No contexto da década de 1950, analisamos as políticas de fomento à pesquisa científica, o contexto intelectual do período e o cenário editorial na Bahia. No segundo capítulo, “‘Não se escreveu ainda a história’: Eurico Alves Boaventura e sua operação historiográfica”, analisamos a concepção de história defendida no livro *Fidalgos e vaqueiros*. Para isso, fazemos um levantamento dos autores mais citados e em quais temas e capítulos são citados, com o objetivo de perceber as principais influências intelectuais para a produção do ensaio sociológico. Nesse capítulo, ainda observamos a metodologia de pesquisa, análise das fontes e principais teses defendidas na obra analisada, além da rede intelectual

da qual Boaventura fazia parte. No terceiro capítulo, “Cartas, papéis avulsos e diálogos intelectuais: correspondência de Eurico Alves Boaventura”, analisamos o acervo epistolar do escritor, em especial as cartas trocadas com outros intelectuais nas décadas de 1950 e 1960 durante o período de escrita de *Fidalgos e vaqueiros*. Esse material nos possibilita compreender as redes de intelectuais das quais o ensaísta fazia parte, fomentando a troca de referências, de livros e o incentivo mútuo de continuar escrevendo, principalmente textos historiográficos.

Os debates apresentados na tese atravessam temas como concepção de história, memória, autoria, redes de intelectuais, história do livro e da leitura. Assim, tomamos como questões centrais: 1) Qual a concepção de História do Brasil que Eurico Alves pretende defender?; 2) Como se estabeleceram os diálogos intelectuais no período de escrita de *Fidalgos e vaqueiros*?; e 3) Qual o objetivo de publicar o manuscrito euriquiano duas décadas após a conclusão do texto? Caso tenha ficado curioso, caro leitor, embarque nessa aventura e leia as próximas páginas.

## CAPÍTULO I

### A PAISAGEM SOCIAL E O HOMEM: ELITES E INTELLECTUAIS NA BAHIA DO SÉCULO XX

*Amplo e doce desce ao longe um crepúsculo de balada. Falta muito para noitejar de todo. No amplo salão perfumado de passado, retalhos de uma vida que se foi, retratos, escultura bisseculares, releio longo trecho de uma boêmia. A vasta caixa se abre e, do seu ventre, vejo surgir a farândola de fantasmas a que entardecer empresta sugestão de saudades.*

Eurico Alves, *A paisagem urbana e o homem*

#### 1.1. Do fim, um começo: Eurico Alves Boaventura no jornal *Folha do Norte*

No ano de 2009, o jornal *Folha do Norte* lança em 17 de setembro uma edição comemorativa do centenário do impresso: além das colunas semanais, a edição de número 5824 trouxe vários textos publicados que celebravam o aniversário do periódico da cidade de Feira de Santana (BA). Durante a consulta do material no arquivo, uma matéria específica chama a atenção: “**TRÊS CENTENÁRIOS**”. As duas palavras em caixa alta e em negrito estavam abaixo de três imagens em preto e branco, uma de Euclides da Cunha, outra de Eurico Alves e a terceira da sede do jornal *Folha do Norte*. A coluna ocupa um quarto da página 5 da referida edição e traz um texto que relaciona a morte do escritor, o nascimento do contrerrâneo e a primeira edição do impresso.

O ano de 1909 no Brasil foi, sem dúvida, marcado pela morte dramática do escritor Euclides da Cunha, mas em Feira de Santana foi um ano de júbilo, afinal nestas terras do sertão nasceram Eurico Alves Boaventura e o jornal *Folha do Norte*. Cem anos depois, o mais antigo jornal em circulação na Bahia permanece cumprindo a sua missão informativa e disponibilizando para as novas gerações o seu precioso acervo de reconhecida importância para a nossa história. Parabéns e que esta trajetória continue por muitos séculos. – José Carlos Barreto (*Folha do Norte*, 17 de setembro de 2009, ano 100, n. 5824, p. 5)<sup>9</sup>.

A matéria acima é assinada pelo então reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), José Carlos Barreto. O texto relaciona a “missão” do jornal local em escrever histórias e manter os feirenses informados, projeto desenvolvido até os

---

<sup>9</sup> Todas as citações dos jornais presentes na tese tiveram a sua ortografia atualizada.

dias de hoje, com o nascimento do escritor. Os dois marcos devem ser celebrados localmente, devido à atuação do periódico e de Boaventura para a construção da memória da cidade.

Na referida edição do jornal, na página quatro, há uma folha inteira reservada a celebrar o centenário do nascimento de Eurico Alves e da *Folha do Norte*. O texto aproxima os dois “nascimentos” e inicialmente comenta a origem do periódico. Em seguida, rememora-se uma breve trajetória de Boaventura, na tentativa de relacioná-la com o percurso do impresso, para, por fim, detalhar cada coluna do primeiro número. Na mesma página ainda há uma pequena citação da crônica “Paisagens”, com o objetivo de demonstrar a preocupação do ensaísta em contar o passado da região do pastoreio. A partir desse trecho selecionado, o texto jornalístico, que não é assinado, adota a descrição literária da paisagem feirense para contextualizar o surgimento do jornal, que teria como preocupação instaurar um novo tempo.

1909 – [...] Nesta cidade, no dia 16 de julho<sup>10</sup>, nasce Eurico Alves Boaventura.  
2009 – A UEFS realiza, em julho, o *Colóquio Internacional Eurico Alves Boaventura – História, Poesia, Sertão*, em comemoração aos cem anos de nascimento do escritor.

[...]

No espetáculo de transfigurações, do início do século passado, o advento de novos paradigmas na ciência/arte/política, estava por acontecer na antiga cidadezinha distante, no tempo/espaço, das revoluções mundiais.

No contexto exposto mais especificamente naquele relatado por Eurico Alves, no mês da primavera, sexta-feira, 17-09-1909, surge o primeiro número do Jornal *Folha do Norte (FN)*, com quatro páginas, cada uma delas, divididas em colunas (*Folha do Norte*, 17 de setembro de 2009, ano 100, n. 5824, p. 4).

O jornal aproveitou a realização do *Colóquio Internacional Eurico Alves Boaventura – História, Poesia e Sertão*, ocorrido na UEFS em 16 de julho de 2009, para exaltar a poesia e a crônica de Boaventura. Na tentativa de recuperar a memória do escritor, foram publicados dois livros com textos originais e um outro com artigos resultados de palestras apresentadas no referido evento, todos produzidos pela Editora Universitária da UEFS (EDUEFS)<sup>11</sup>. Por ser o centenário de nascimento de Eurico Alves

<sup>10</sup> Segundo a informação apresentada pelo próprio Eurico Alves, no ensaio *Fidalgos e vaqueiros*, e pela coluna social do jornal *Folha do Norte*, a data de aniversário do escritor é 27 de junho. Talvez tenha sido um equívoco na edição da matéria utilizar um diferente dia.

<sup>11</sup> Em 2006, foi publicado o livro *A paisagem urbana e o homem*, organizado por Maria Eugenia Boaventura, filha de Eurico Alves. O impresso apresenta fotos, cartas, discursos, crônicas e ensaios do escritor. Em 2009, são lançadas as seguintes publicações: *Cipós verdes – narrativas*, livro também organizado pela primogênita do autor, com poesias inéditas ou que haviam sido publicadas em periódicos em todo o Brasil; *Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja*, de autoria de Valter Guimarães Soares; e uma edição da Revista *Légua & meia* totalmente dedicada a pesquisas sobre Boaventura. Em 2010, é lançada a coletânea *História, poesia, sertão: explorando a obra de Eurico Alves*,

Boaventura, o ano de 2009 foi marcado por eventos, artigos e livros que se debruçaram sobre a figura do escritor. Os trabalhos, antes escassos, começam a ter o poeta como objeto de estudo, principalmente no que tange à sua preocupação com a cidade de Feira de Santana.

A citação acima busca demonstrar a preocupação de Eurico Alves em registrar um passado da região, em meio às mudanças econômicas, tecnológicas e sociais. O surgimento de novos ricos e o enfraquecimento político da antiga aristocracia do pastoreio são algumas das consequências provocadas no cenário descrito pelo escritor. A preocupação da matéria em atrelar a figura de Boaventura com a *Folha do Norte* mostra a proximidade que o ensaísta possuía com o corpo editorial e dirigente do impresso. Essa relação intelectual e de amizade, que vamos analisar no decorrer deste capítulo, faz o jornal adotar um tom celebrativo aos feitos realizados pelo juiz feirense nos textos que são protagonizados pelo escritor.

Antes de darmos continuidade à forma como Eurico Alves Boaventura é apresentado nas páginas da *Folha do Norte*, vamos apresentar ao leitor um pouco dessa figura. Apesar de ser um desconhecido no campo literário nacional, o ensaísta teve um papel de destaque nas letras baianas, sendo um dos precursores do modernismo no estado. O escritor nasceu em 27 de junho de 1909, na residência da família, em um casarão na região central de Feira de Santana, no largo da Igreja dos Remédios<sup>12</sup>. Seu pai, Gonçalo Alves Boaventura, é descrito no *Dicionário da Feira de Santana*, de autoria de Oscar Damião de Almeida (2006, p. 209), como “comerciante de couro, na Praça dos Remédios, pai do escritor e Juiz de Direito, Eurico Alves Boaventura”. O livro é uma espécie de glossário, que traz a definição e o histórico de diversas instituições, elementos da cultura, economia e sociedade feirense, com destaque para algumas personalidades. Apesar de Gonçalo ser descrito como “comerciante de couro”, no ensaio *Fidalgos e vaqueiros* Boaventura apresenta outra descrição para os negócios paternos. Ao rememorar sua infância, ele descreve a circulação de vários sertanejos, vindos das mais variadas regiões do estado, para o comércio da família. Eurico Alves afirma: “E tropeiros com cargas de bolas de fumo paravam à porta do armazém de meu Pai, na segunda década do século,

---

livro que traz vários artigos apresentados no Colóquio Internacional, que celebrava o centenário do nascimento do poeta, no ano anterior.

<sup>12</sup> No “Lançamento do Imposto Predial-Exercício de 1957” (*Folha do Norte*, 27 de abril de 1957, ano XLVII, p. 4, n. 2494), são citadas as irmãs de Eurico, Eldira e Eunice Alves Boaventura, cada uma como proprietária de um imóvel na Praça Dr. Remédios Monteiro, lado par, n. 22 (Eldira) e n. 32 (Eunice). Possivelmente, um dos dois prédios corresponde à casa da família, que passou ao nome dos filhos do casal Gonçalo e Amália como herança, após a morte de ambos.

em chusmas” (Boaventura, 1989, p. 88). O autor não deixa claro qual o tipo do negócio de Gonçalo, mas, pela informação de que cargas de fumo chegavam ao ponto comercial, é possível intuir que também poderia negociar com esse produto, para além do couro, como o mencionado por Almeida (2006). Não seria extraordinário caso o fumo também fosse negociado no armazém do pai de Eurico. Segundo Rafael Lins (2014), entre os principais negócios desenvolvidos em Feira de Santana estava a produção e exportação fumageira, envolvendo diversos sujeitos da elite local, como os Fróes da Mota (Agostinho – pai –, Eduardo – filho – e Agostinho Neto), Carlos Bahia, Heráclito Dias de Carvalho, João Mendes da Costa, Adalberto Pereira, Joaltino Silva, Francisco e Raimundo Maia, Valentim José de Souza, Rosendo de Oliveira Lopes e João Mamona. Alguns dos nomes mencionados possuíam o título de Coronel, além de representar os membros mais afortunados da elite feirense. Como iremos ver mais adiante, havia uma relação entre esses sujeitos e os Alves Boaventura, o que talvez seja um indício da aproximação do nosso investigado com o periódico local.

O impresso tinha uma publicação semanal, apesar de modificar sua periodicidade para diário e quinzenal durante sua atuação, que se estende até os dias atuais. Na pesquisa, foram consultados jornais das décadas de 1920 até 1970, além de algumas datas comemorativas após a morte de Boaventura. O material está disponível na biblioteca do Museu Casa do Sertão, nas dependências da UEFS, instituição que também abriga o acervo pessoal de Eurico Alves, doado por sua família após a sua morte. O objetivo do recorte cronológico alongado foi observar como o escritor aparecia nas páginas da *Folha do Norte*, assim como tentar mapear a atuação de sua família no cenário social de Feira de Santana.

Eurico Alves, por ser membro de um grupo familiar tradicional do município, já aparecia nas colunas sociais do jornal *Folha do Norte* desde jovem. Um exemplo da atenção dada aos Alves Boaventura pelo periódico é a citação frequente de Gonçalo e Amélia, pais do escritor, na seção destinada aos acontecimentos sociais da semana, seja em aniversários, casamentos ou mesmo no anúncio de suas mortes. Com a mudança do filho para Salvador, em 1923, aos 12 anos, sua presença no jornal intensifica-se por conta de sua atuação intelectual nos círculos literários. O período na capital da Bahia teve como objetivo dar continuidade aos estudos<sup>13</sup> e, posteriormente, ingressar na Faculdade de

---

<sup>13</sup> Inicialmente, Eurico Alves Boaventura estuda no Ginásio da Vitória, mas posteriormente é transferido para o Ginásio da Bahia, em 1927, a pedido do jovem aos seus pais, segundo apresenta Dórea (2012), ao analisar o acervo das cartas enviadas pelo escritor, entre as décadas de 1920 e 1960.

Direito, como demonstra o anúncio publicado no impresso em 1923: “Para a capital, a fim de estudar humanidades, seguiu o aplicado jovem Eurico Boaventura, querido filho do nosso digno amigo Maj. Gonçalo Alves Boaventura” (*Folha do Norte*, 10 de março de 1923, ano XV, n. 673, p. 2). A informação, publicada na coluna social, tem como objetivo informar ao público leitor a nova fase do primogênito dos Boaventura. Esse tipo de relato costumava ser recorrente no periódico até 1962, quando foi alterado o formato e a autoria da folha social. A referência ao comerciante como “digno amigo” demonstra a relação de proximidade com os irmãos Silva (Arnold, Dávares e Raul), proprietários do jornal após a morte de Ruy Bacelar<sup>14</sup> (Campos, 2016).

Em junho de 1923, outra matéria publicada na *Folha do Norte* nos informa o paradeiro do jovem Eurico: “em gozo de férias está entre nós, no seio de sua distinta família, o aplicado estudante de humanidades Eurico Boaventura, dileto filho do nosso prezado amigo Cap. Gonçalo Alves Boaventura.” (*Folha do Norte*, 23 de junho de 1923, ano XV, n. 688, p. 4). Com a expressão “entre nós”, o jornalista refere-se ao retorno do estudante a Feira de Santana, durante as férias no mês de junho. O texto parece-se bastante com o analisado anteriormente, realçando o nome familiar do jovem e a amizade da direção do periódico com sua figura paterna. Houve apenas uma alteração na patente atribuída ao patriarca, inicialmente descrito como major e, posteriormente, como capitão.

Nesse primeiro momento, o nome de Eurico Alves aparece associado ao do seu pai, “querido filho do nosso digno amigo Maj. Gonçalo Alves Boaventura” (*Folha do Norte*, 10 de março de 1923, ano XV, n. 673, p. 2), ou da sua “distinta família” (*Folha do Norte*, 23 de junho de 1923, ano XV, n. 688, p. 4). O núcleo familiar de ensaísta aparecia com frequência na coluna social do jornal, que fazia questão de noticiar suas viagens, aniversários, batizados, casamentos e outras sociabilidades locais. A presença da família nas páginas do periódico, centralizada muitas vezes na figura do patriarca, mostra as relações políticas e de amizade entre o comerciante e os editores do jornal. Um exemplo é o anúncio da viagem com destino a Salvador: “Para a capital seguiram, terça-feira última: Farm. José Alves Boaventura e Exma. família Cel. Bernardino Bahia, Gonçalo e Beraldo Alves Boaventura” (*Folha do Norte*, 13 de dezembro de 1924, ano XVI, n. 766). A matéria não informa qual foi o motivo do deslocamento de tantos familiares para a capital da Bahia, mas essa questão não é o centro do texto. Talvez o principal objetivo

---

<sup>14</sup> Arnold Silva foi apadrinhado inicialmente por Tito Ruy Bacelar, intendente municipal e deputado estadual, que possuía poder político e *status* social na cidade. Logo no começo do jornal *Folha do Norte*, ele contratou o jovem como auxiliar, mas também o inseriu no mundo da política.

seja demonstrar as influências políticas permeando os laços de amizade dos maiores expoentes da aristocracia feirense, o que inclui os Alves Boaventura.

É necessário atentarmos aos nomes mencionados no texto. O coronel Bernadino Bahia, que já mencionamos anteriormente como um dos grandes negociantes de fumo da cidade, também foi intendente<sup>15</sup> de Feira de Santana por quatro mandatos: de 15 de outubro de 1912 a 31 de dezembro de 1915 e de 01 de janeiro de 1920 a 31 de janeiro de 1923, cada governo tendo dois anos de duração, como determinava a Constituição Federal da época. Após os dois primeiros mandatos, Bahia foi substituído por Agostinho Fróes da Mota, com quem tinha relação de amizade e proximidade política (Reis, 2012). Em 1924, com o fim do seu quarto mandato, o coronel é substituído pelo Cel. Arnold Ferreira da Silva (1894-1965), genro do próprio Bernadino Bahia e seu afilhado político. Mas antes de seguir a carreira política, atuou como jornalista, sendo um dos donos e o principal editor da *Folha do Norte*. Essa rápida explicação da teia das relações familiares e políticas dos expoentes da elite feirense é necessária para entendermos a relação entre o periódico e as grandes famílias da cidade. Essas figuras eram aliadas a uma determinada vertente política que disputava o poder municipal, como vereadores ou pela vaga no Paço Municipal. Para além de um possível financiamento desses indivíduos ao jornal, de forma direta ou indireta, o que provavelmente motivava as publicações elogiosas a esses sujeitos são as relações de poder que atravessavam as sociabilidades feirenses, incluindo Gonçalo e, posteriormente, Eurico. Dessa forma, ao apresentar uma viagem em conjunto entre Bernadino Bahia e os irmãos Boaventura, o jornal possibilita-nos perceber uma potencial relação de proximidade, o que pode ter favorecido uma possível amizade entre Arnold e nosso escritor.

Gonçalo Boaventura também é mencionado no jornal local nos aniversários das filhas e da esposa, D. Maria Amélia Boaventura, que aparecem atreladas com a figura do pai e marido, descrito como “negociante da praça” (*Folha do Norte*, 12 de março de 1927, ano XIII, n. 922, p. 4) e “particular amigo” (*Folha do Norte*, 30 de junho de 1934, ano XXV, n. 1302, p. 4). Anualmente, na semana do aniversário, o jornal destaca o nome de cada integrante da família Alves Boaventura. Apesar de breve, esses pequenos anúncios serviam para apresentar cada sujeito à sociedade, assim como o papel social desempenhado por cada um, como a profissão ou atividades que desenvolveram naquele ano.

---

<sup>15</sup> Antiga nomenclatura utilizada para se referir ao prefeito até o ano de 1929.

No caso das filhas do comerciante, a forma como eram representadas no impresso muda após seus casamentos, pois substitui-se o nome do pai pelo do marido, assim como alteram-se os substantivos utilizados para se referir às meninas, por se tornarem senhoras respeitáveis com os matrimônios. Em 1927, Eunice tem seu aniversário mencionado na coluna social do periódico: “em 11 [...] senhorinha Eunice Alves Boaventura, filha do Sr. Gonçalo Alves Boaventura, negociante da Praça” (*Folha do Norte*, 12 de março de 1927, ano XIII, n. 922, p. 4). É possível observar o emprego da palavra “senhorinha” para se referir a moça. O termo mais adequado talvez fosse “senhorita”, mas a preferência pelo outro substantivo possivelmente seja uma tentativa de mostrar a estirpe familiar à qual ela pertencia, garantindo-lhe uma forma diferenciada de tratamento. Em nosso artigo, “‘Não esqueça o seu lugar [...] não sou sua igual’: debates raciais na construção do negro no romance *O sertanejo* (1875) de José de Alencar” (Santana; Azevedo, 2019), buscamos analisar as relações sociais presentes no referido romance, em especial a relação do vaqueiro Arnaldo com a família do Capitão-mor Campelo. Um momento específico do texto merece nossa atenção. Quando D. Flor, jovem sinhazinha, sente que o seu subordinado, outrora seu amigo de infância, lhe falta com o respeito, profere a seguinte frase: “sou uma senhora” (Santana; Azevedo, 2019, p. 73). No contexto da época, evocar essa nomenclatura era uma forma da moça retomar uma hierarquia social ditada pela sociedade patriarcal e escravocrata do século XIX. Na Feira de Santana da década de 1920, o termo “senhorinha” ainda mantém uma determinada influência escravista, como uma forma de lembrar aos leitores do jornal a estirpe familiar da qual Eunice fazia parte.

Em 1935, encontramos outro texto parabenizando a irmã de Eurico:

**Eunice Alves** - Fez anos no dia 11 do corrente mês a gentil e distinta filha do nosso amigo Cel. Gonçalo Alves Boaventura e sua digna esposa D. Maria Amélia Boaventura. A prendada aniversariante que é um delicado ornamento da elegância feirense que se encontra a passeio atualmente na capital do Estado, foi alvo dos simpatizantes (*Folha do Norte*, 16 de março de 1935, ano XXVI, n. 1339, p. 4).

Um pouco mais longa que a primeira parabenização apresentada anteriormente, a matéria traz mais adjetivos para se referir à jovem Boaventura. As qualificações “gentil”, “distinta”, “prendada” e “elegante” são formas de acentuar as características esperadas para uma mulher da elite no começo do século XX, em especial se ela estiver em busca de um “bom” casamento, com um homem do mesmo nível social que a moça. Essa felicitação apresenta dois elementos que diferem da anterior: a menção

a sua mãe e a atribuição da patente de coronel para Gonçalo. Essa é a única fonte que nos informou a conquista do mais alto nível militar para o patriarca dos Alves Boaventura, que correspondia a um *status* social para a época e não necessariamente uma atuação nas forças armadas. Ao recorrer à nomenclatura “Cel.” para se referir ao “nosso amigo”, o jornal adota uma narrativa elogiosa revestindo o comerciante de influência e importância em uma rede de sociabilidades locais.

Em 1952, é a vez da outra irmã de Eurico ser parabenizada na coluna social: “Fazem anos hoje, Profa. D. Eunira Alves Boaventura Almeida, consorte do Sr. João Almeida, funcionário municipal” (*Folha do Norte*, 05 de julho de 1952, ano XLII, p. 4, n. 2243). O texto curto era o padrão para a coluna, pois exigia menos caracteres diante da demanda de temas ocorridos na semana anterior e que mereciam ser publicados. A felicitação do periódico a D. Eunira traz elementos que já mencionamos anteriormente. O primeiro deles é a ausência do nome do seu pai, não apenas por ter falecido em 1948, mas por ela estar casada. Na narrativa jornalística adotada pela *Folha do Norte* era de bom tom mencionar o nome do “consorte”. Nesse caso, ainda nos forneceu a atuação profissional dele, “funcionário municipal”. Apesar de a homenageada ser sua esposa, ela foi mencionada apenas como “Profa.”, uma forma de se referir à possível atividade docente exercida pela Boaventura, enquanto houve um destaque para o trabalho de seu marido.

Devido à ausência de pessoas com formação técnica específica, isto é, com escolaridade superior ou habilitadas para trabalhos técnicos, no período imperial, principalmente no reinado de D. Pedro II, os bacharéis passaram a ocupar cargos políticos e de poder dentro do próprio Estado (Freitas, 2010). No livro *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre (2004a) aponta o processo de migração das elites rurais para as cidades, a crescente urbanização e, principalmente, a ascensão do bacharel, filho ou agregado das casas-grandes, para funções públicas que extrapolavam sua formação como advogado, médico ou engenheiro. As patentes, profissões e títulos antes dos nomes são uma consequência dessa cultura bacharelesca que deu nobilidade às elites, motivo pelo qual o jornal *Folha do Norte* fazia questão de destacar esses elementos nos sujeitos abordados em suas matérias, a exemplo dos Alves Boaventura. O caráter cientificista que marcou o século XX, como afirma Nicolau Sevcenko (1983), diante do anseio de aprimoramento educacional e tecnológico no Brasil, valorizou a formação de nível superior e inseriu o bacharel em novas redes políticas e de influências.

Eunice voltou a ser parabenizada em 1953 e 1957, com a frase: “Fizeram anos: Em 11 – Srta. Profa. Eunice Alves Boaventura” (*Folha do Norte*, 16 de março de 1957, ano XLVII, p. 4, n. 2488). Assim como Eunira, Eunice aparentemente seguiu os caminhos da docência, algo comum para as mulheres vindas dos grupos sociais dominantes, pois viam a Escola Normal como uma forma de dar continuidade aos estudos.

Ao estudar o processo de formação da Faculdade de Filosofia da Bahia (FFB), fundada em 1941, até a sua atuação em 1950, Vanessa Silva (2010) afirma que a instituição possuía um caráter conservador, como fruto do período político autoritário representando o Estado Novo. Mesmo com a grande presença feminina nos cursos fornecidos pela Faculdade, Silva (2010) chega à conclusão de que elas não eram benquistas nesse espaço, a exemplo da ausência de seus nomes nos documentos analisados. A inserção das mulheres na FFB deu-se como uma possibilidade, por ocuparem, predominantemente, os cargos de professoras na educação primária. Além disso, havia a dificuldade de inserção em cursos mais tradicionais como Medicina, Direito e Engenharia, por serem majoritariamente masculinos. Dessa forma, não é incomum para o período histórico o fato das irmãs de Eurico terem seguido a docência, diferente do irmão, que se tornou juiz de Direito. Silva (2010) afirma ser essencial analisar o quadro de disciplinas ofertadas na FFB para se compreender o perfil esperado dos seus discentes, por não ter uma relação direta com a educação ou exercício da maternidade, duas questões ligadas aos papéis da mulher baiana na década de 40-50, muito diferente da proposta da Escola Normal, como a que existia em Feira de Santana, voltada, quase exclusivamente, para o público feminino.

Retomando a presença das mulheres Alves Boaventura na coluna social da *Folha do Norte*, destacamos as felicitações à matriarca da família, D. Maria Amélia. Em junho de 1934, é publicado:

Faz anos na próxima segunda feira, 2 de julho, a Exma. Sra. D. Maria Amélia Boaventura, esposa do nosso particular amigo Cel. Gonçalo Alves Boaventura. A aniversariante que é uma dama de altas virtudes morais. Muito querida e admirada na nossa sociedade, onde desfruta de um largo círculo de relações, será muito felicitada nesse dia. Mandamos à distinta aniversariante, antecipadamente, os nossos parabéns (*Folha do Norte*, 30 de junho de 1934, ano XXV, n. 1302, p. 4).

Assim como as matérias que tomam suas filhas como homenageadas, Amélia Boaventura é descrita com qualidades que acentuam as “virtudes morais” de uma dama, além de ser “querida e admirada na nossa sociedade”, por ser vista como modelo feminino a ser seguido, devido aos papéis sociais que eram esperados para as mulheres da elite. Por

outro lado, chama a nossa atenção a frase “desfruta de um largo círculo de relações”, apresentada na citação acima. Qual seria o tipo de “relações” ao qual o periódico se refere? Será que D. Amélia também se envolvia nos negócios da família, ao lado de seu marido? Após se tornar viúva, ela manteve o “círculo de relações”? Quem administrou os negócios da família a partir de 1948, com a morte de Gonçalo? Não é possível respondermos esses questionamentos com apenas os indícios que possuímos, mas é interessante conjecturarmos que, para além de ser uma mulher “do lar”, como supõe a matéria, a matriarca também tivesse uma atuação na administração da casa comercial familiar, assim como manteria relações políticas com outras famílias abastadas da cidade, seguindo o exemplo de seu marido. Em 1952, D. Maria Amélia é novamente parabenizada: “Em 2 – a exma. Sra. D. Maria Amélia Boaventura, viúva do Cel. Gonçalo Alves Boaventura” (*Folha do Norte*, 05 de julho de 1952, ano XLII, p. 4, n. 2243). É possível observar que, mesmo após a morte do consorte, a “viúva” ainda é atrelada ao nome do marido, que desde 1935 é representado no jornal como coronel e manteve a patente nas aparições subsequentes quando era mencionado. Isso só demonstra como a sociedade feirense da época ainda era bastante patriarcal: mesmo com mulheres que teriam uma capacidade intelectual de escrever sobre si mesmas, elas ainda eram representadas como agregadas do esposo ou do pai.

Diferente da mãe e das irmãs, Eurico Alves, após migrar para Salvador, não necessitou ser associado ao pai. Essa questão pode ser justificada por duas hipóteses: 1) pela redação do jornal atribuir uma maior atenção à figura masculina que a feminina em seus escritos, como pontuamos anteriormente; 2) por Boaventura ter construído relações políticas e intelectuais que o fizeram ter um nome conhecido no círculo intelectual baiano. Em 1926, após a mudança para a capital do estado, o jovem feirense já começou a escrever seus primeiros poemas, como era de costume dos estudantes que frequentavam o Ginásio da Vitória, o Ginásio da Bahia e o Colégio dos Jesuítas<sup>16</sup>, por serem incentivados a discutir variados temas ligados à cultura (Simões, 1971). Não era incomum que muitos desses secundaristas escrevessem desde cedo para jornais soteropolitanos, tanto pelo exercício contínuo da escrita, como pelas relações de poder na qual estavam inseridos, por serem, em sua maioria, membros das famílias mais tradicionais do estado. No ano seguinte, em 1927, Eurico Alves dedicou-se a produzir uma série de contos reunidos sob

---

<sup>16</sup> Como afirma Seixas (2016), a leitura era algo muito recorrente entre os grupos letrados. Por esse motivo, na década de vinte, escrever ainda era algo de muito prestígio, levando os jovens baianos desde cedo a produzirem literatura, com o objetivo de alcançar reconhecimento pelos seus escritos.

o título de “Cipós verdes”<sup>17</sup>, mesmo título atribuído ao seu último livro publicado em 2009, organizado por sua filha, com poemas escritos no período que ainda morava em Salvador.

Não demora muito para Boaventura começar a publicar seus primeiros textos em periódicos como *A Luva*<sup>18</sup>, *Arco & Flexa*<sup>19</sup>, *O Imparcial*<sup>20</sup> e *Folha de Feira*, sendo esse último de sua cidade natal. Com isso, o jovem escritor começa a ganhar espaço no cenário literário soteropolitano, tanto por sua pouca idade, por volta dos dezessete anos, como pelo caráter marcadamente modernista, diferindo-se da tradição parnasiana característica dos poetas baianos da época. Eurico foi influenciado, principalmente, por Émile Verhaeren, Walt Whitman, Cassiano Ricardo, Mário de Andrade, Ronald de Carvalho e Manuel Bandeira (Olivieri, 1987; Oliveira, 2016), além da Semana de Arte Moderna de 1922, que foi um marco nesse período.

Por volta de 1928, Eurico Alves é convidado por Carlos Chiacchio (1884-1947) para integrar a revista *Arco & Flexa: Mensário de cultura moderna* (1928-1929), ao lado de personalidades como Godofredo Filho (1904-1992), que também era feirense, e Hélio Simões (1910-1987), com quem trocou correspondência durante toda a sua vida (Dórea, 2012). A revista teve seu primeiro número publicado em novembro de 1928, seguido por outros quatro volumes, sendo o último número publicado em fevereiro/março de 1929<sup>21</sup>. O impresso causou uma “revolução” nas letras baianas, pela relutância dos seus escritores “consolidados” em aceitar as mudanças que ocorriam no cenário literário nacional, como irei aprofundar mais adiante. Boaventura desenvolveu um papel de destaque nesse processo, principalmente na divulgação das poesias modernas em Salvador e pelo formato adotado em seus textos, que se assemelhavam com o estilo narrativo dos modernistas paulistas.

Dessa forma, a relação de Boaventura com impressos de relevância marcou sua trajetória antes mesmo de iniciar seus estudos na Faculdade de Direito. Nesse momento, foi publicado um texto no jornal *Folha do Norte*, noticiando sua visita à sede

---

<sup>17</sup> Juraci Dória (1978, p. 26) encontra a afirmação do poeta, referente ao ano de 1927: “Para mim, havia maior preocupação em corrigir Cipós Verdes”.

<sup>18</sup> Para mais informações sobre a atuação de Eurico Alves na revista *A Luva*, consultar Monalisa Ferreira (2008).

<sup>19</sup> Para mais informações sobre a atuação de Eurico Alves na revista *Arco & Flexa*, consultar Artur Santana (2022). Adotaremos, nesta tese, a grafia original do nome da revista *Arco & Flexa*, mas atualizamos as citações no corpo do texto para “flecha”.

<sup>20</sup> Sobre a atuação do jornal *O Imparcial* em Salvador, assim como suas várias fases, consultar Laís Ferreira (2009).

<sup>21</sup> O último volume da revista são dois números, referentes à quarta e quinta publicação do periódico.

do periódico, três dias após seu aniversário, ao lado de Hermano de Sant'Anna, Herman Lima e José Pacheco. Na época, o jovem estudante, então com 19 anos, já integrava o grupo modernista *Arco & Flexa*.

Visitaram a cidade segunda feira última a esta redação, em companhia de nosso jovem amigo e talentoso colaborador Sr. Eurico Alves, os distintos cavalheiros Sr. Dr. Hermano de Sant'Anna Filho, literato o hábil jornalista, nosso confrade do – *Diário de Notícias* – da capital; doutorando Herman Lima, beletista demérito, autor da apreciada novela *Tigipió* e acadêmico José Regis Pacheco, ao nossos votos por que tivessem realizado excelente viagem de retorno (*Folha do Norte*, 30 de junho de 1928, ano XIX, n. 989, p. 4).

O texto compõe a seção de “Visitas”, presente na coluna social do periódico, que normalmente ficava na última página do jornal. Eurico Alves é descrito como “jovem amigo”, sugerindo, mais uma vez, a proximidade entre o estudante, que almejava entrar na Faculdade de Direito, e o editor do impresso, Arnold Ferreira da Silva (1894-1965). Além disso, a descrição do escritor feirense como “talentoso colaborador” supõe sua participação na escrita de textos para o jornal de sua cidade natal. Juliano Campos (2016, p. 45) ao analisar a trajetória intelectual de Arnold na direção da *Folha do Norte*, afirma que houve muitos médicos e professores que se tornaram “articulistas de jornais da cidade, produzindo poesias, crônicas e sátiras”, durante as décadas de 1920 e 1930. Entre os nomes citados estão Honorato Bonfim, Gastão Guimarães, Godofredo Filho, Georgina Erisman e Eurico Alves Boaventura. Dessa forma, é possível constatarmos que há uma consonância entre a matéria do jornal, publicada em 1928, e a informação apresentada por Campos (2016), devido à atuação do jovem escritor no grupo dos colaboradores da *Folha do Norte*.

Na matéria, ainda podemos observar que os companheiros de Eurico, Hermano de Sant'Anna, Herman Lima e José Pacheco, também possuem uma carreira literária na cena soteropolitana, sendo jornalistas e escritores de renome. Essas informações reforçam uma possível reunião de negócios entre eles e o editor-chefe, intermediada pelo próprio Boaventura. Nesse cenário, o “jovem amigo” talvez assumisse o papel de articular a mediação entre o impresso e os intelectuais da capital do estado, potencialmente interessados em escrever para o impresso. Por fim, o texto conclui desejando um excelente retorno dos jovens a Salvador.

Durante nossa pesquisa no acervo do jornal *Folha do Norte*, não encontramos nenhuma outra informação sobre a atuação de Eurico Alves entre 1928 e 1933, quando concluiu o curso de Direito. Apesar desse hiato da presença do escritor no periódico, foi um período bastante produtivo para sua produção literária. Podemos destacar a escrita

dos Poemas Metálicos<sup>22</sup> (1926-1932) que, como o próprio nome sugere, traz uma escrita marcadamente moderna, exaltando a mecanização das atividades diárias e suas consequências no cotidiano. Um desses exemplos é o poema “Bahia”, como vemos a seguir:

### BAHIA

Gestos orgulhosos em ânsia de mãos metálicas para o céu,  
afastando sóis, para a escalada da altura.  
Dança alucinada de fumo, no ar, sobre a larga  
paisagem cúbica dos arranha-céus,  
Gritos petrificados de torres altas, altas, gloriosamente...  
alucinações humanas nas avenidas longas, borborinhando...

E a pulsação mágica das fábricas  
cantando;  
e a gritaria ensurdecidora de lanchas e transatlânticos no porto,  
guindastes rilhando, arquejando.  
Buzinas, apitos, sirenas, guinchos.  
E o céu cinzento das massas enormes de cimento armado...

Bahia!

E, à noite, o caminho de Sant'Iago  
Dos reclamos, títulos e dísticos luminosos (ALVES, 1999, p. 115).

O poema acima foi escrito em 1930. Rita Olivieri (1987, p. 38) apresenta como característica da produção poética de Boaventura no período a utilização de versos “livres e brancos”, evocando um caráter moderno. Outro elemento marcante no texto é a quebra brusca entre os versos de um mesmo período. O corte abrupto revela o estranhamento do escritor com a paisagem que se moderniza, com os novos sons e odores que ganham espaço na cidade de Salvador a partir do governo de J. J. Seabra (1912-1915) e, posteriormente, de Góes Calmon (1924-1928). As reformas urbanas tiveram como objetivo modernizar a capital do estado através da construção civil (Sanches, 2010; Nascimento; Silva, 2000). A frase “nas avenidas longas, borborinhando...” provavelmente se refere à avenida Sete de Setembro, inaugurada em 1915, responsável por ligar a Praça da Sé ao Campo Grande<sup>23</sup>. Sanches (2010) chama a atenção para o impacto dessas reformas no cotidiano dos seus moradores, com o objetivo de reorganizar o espaço público, tendo em vista atribuir à velha cidade símbolos de progresso. Apesar de Eurico Alves descrever a modificação da paisagem “cúbica dos arranha-céus”, o centro político e administrativo permanecia com seu aspecto colonial, formado majoritariamente

<sup>22</sup> São eles: “Petróleo”, “Bahia”, “Raça”, “Usina”, “Barragens”, “Dínamo” e “Arado” (Dórea, 1978, p. 35).

<sup>23</sup> Sobre a cronologia das reformas urbanas que modificaram a cidade de Salvador, consultar: <http://www.cidade-salvador.com/seculo-20.htm>. Acesso em: 04 maio 2024.

pelos grandes sobrados anteriormente habitados pela elite açucareira. Apenas a partir de 1933 é que se iniciou o processo de demolição de antigos prédios importantes do cenário soteropolitano, a exemplo da Igreja de São Pedro Velho, parte da Igreja do Rosário dos Brancos, do Convento das Mercês, da Igreja da Sé e da Igreja do Espírito Santo do Pilar, para a ampliação da linha dos bondes, alargamento das ruas e abertura de praças públicas.

A utilização de símbolos, como “fábricas cantando”, “gritaria ensurdecadora”, “guindastes rilhando”, “buzinas, apitos, sirenes, guinchos” e o “céu cinzento”, demonstra o caráter modernista que o poeta almeja atribuir à sua narrativa da cidade. Esses elementos também estão em diálogo com a influência do futurismo na literatura brasileira a partir de 1919, sem deixar de lado a visita de Marinetti à Bahia, em 1928 (Ferreira, 2008), já que, apesar das críticas recebidas dos escritores baianos consolidados, provavelmente também angariou alguns seguidores. Como afirma Gilberto Teles (2022, p. 187), o movimento estético futurista “exaltou a vida moderna, procurou estabelecer o culto da máquina e da velocidade, pregando ao mesmo tempo a destruição do passado e dos meios tradicionais da expressão literária”. Dessa forma, o estranhamento elogioso dos sons e elementos industriais é uma forma de inserir Salvador na rota do progresso, recorrendo às inovações estéticas à moda do Sul, como propõe Olivieri-Godet (1999), para integrar as novas tecnologia à imagem progressista da cidade. Boaventura evoca esses novos ritmos que caracterizam seu tempo para particularizar a sua escrita, na busca de possibilitar uma leitura ligeira, que acompanharia a velocidade das mudanças sociais.

Os “Poemas dinâmicos”<sup>24</sup> foram escritos logo em seguida, ainda nos primeiros anos de 1930, período coincidindo com seu momento de estudo na Faculdade de Direito da Bahia, em Salvador. Entre os textos desse período, reunidos no livro *A paisagem urbana e o homem* (2006), encontramos “Boêmia” (publicado na *Folha de Feira*, em 21 de fevereiro de 1931), “A cidade do silêncio e da Melancolia” (escrito em 10 de maio de 1932, mas publicado em 01 de junho de 1939, em *O Imparcial*) e “A cidade dormindo” (publicado na *Folha de Feira*, no ano de 1933).

---

<sup>24</sup> Esses poemas foram publicados em periódicos de Salvador, Recife, Maceió, Fortaleza e Feira de Santana, sendo eles: *A Pilhéria* (Recife/PE), *Folha de Feira* (Feira de Santana/BA), *O Semeador* (Maceió/AL), *Pr’a Você* (Recife/PE), *A Luva* (Salvador/BA), *Cipó de Fogo* (Fortaleza/CE) e *O Imparcial* (Salvador/BA). Os poemas, publicados respectivamente na ordem dos periódicos enumerados, são: “Mistério” (1929), “Infância” (1929), “Tanque novo (s. d.)”, “Vendedora de frutas” (1930), “Cantiga simples” (1930), “Arado” (1931) e “Asa negra” (1932). E ainda há o poema “Sertanejo”, escrito em 1932, mas publicado apenas em 1965, no *Jornal da Bahia* (Dórea, 1978).

Como afirmou Simões (1971), a Faculdade de Direito era um dos principais espaços intelectuais da Bahia, ao lado da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica, onde se formaram os principais nomes da política e das letras no estado (Silva, 2011). No livro de memórias de Rubem Nogueira (1997, p. 71), intitulado *O homem e o muro*, o escritor e ex-político retrata a instituição em que se formou durante a década de 1930, período também frequentado pelo próprio Eurico Alves:

A Faculdade [de Direito] não era gratuita, mas cobrava uma anuidade acessível à classe média. Por um recibo – o de n. 2995, que conservo, relativo ao segundo semestre de 1936, o pagamento anual, feito em duas parcelas, importava em 590\$00 (quinhentos e noventa mil réis), preço talvez equivalente ao aluguel mensal de uma boa casa situada na rua do distrito da Barra.

A partir desse relato, podemos observar que o valor da anuidade pago para cursar Direito era visto como “acessível à classe média”, segundo Nogueira (1997), se comparado com um aluguel na Barra, bairro tradicional de Salvador. Por ter cursado Direito em um período muito próximo ao de Boaventura – ambos estavam matriculados na Faculdade em 1933 (primeiro ano de Rubem e o último de Eurico) –, podemos estabelecer esse valor (590 mil réis) como uma média a ser paga pelos seus alunos. Nogueira (1997) ainda nos apresenta algumas características do cotidiano da instituição, como o fato de os estudantes inicialmente pegarem apenas duas disciplinas, com duas horas de aula cada, duas vezes por semana, o que lhes permitia desenvolver outras atividades, como a escrita para periódicos e a atuação política.

Em dezembro de 1933, após a recente conclusão do curso de Direito, Eurico Alves aparece em três matérias da *Folha do Norte*, uma em cada semana. Na primeira delas, em 9 de dezembro de 1933, o periódico confirma o recebimento dos convites para a participação da formatura “do nosso jovem e digno conterrâneo, também diplomado em ciências jurídicas e sociais Sr. Eurico Alves” (*Folha do Norte*, 9 de dezembro de 1933, ano XXV, n. 1273, p. 3). O texto pontua a felicidade do editor jornalístico pela lembrança de convidá-los para compartilhar esse momento de celebração do jovem formado, demonstrando, mais uma vez, a aproximação entre os dirigentes do jornal e o escritor.

As relações políticas construídas por Boaventura na cidade de Feira de Santana são percebidas pela homenagem que a prefeitura estava organizando para ele e José Cavalcante, ambos recém-bacharéis de Direito. O prefeito da época era o Dr. Elpídio Raimundo da Nova, substituto de Arnold Silva no Paço Municipal e, posteriormente, reeleito em junho de 1933. Elpídio, além de ser amigo do editor-chefe da *Folha do Norte*, ainda teve uma forte campanha de apoio no periódico, como demonstra Juliano Campos

(2016). Essas alianças talvez sejam um indício dos esforços de um determinado grupo político em permanecer no poder do governo feirense, rede política com a qual os Alves Boaventura estavam relacionados. Porém, a festa foi adiada devido ao acidente de ônibus que sofreu Eurico Alves no trajeto de Salvador para a sua cidade natal. Pelo curto período entre as duas matérias, é possível afirmar que o deslocamento a Feira de Santana se deu logo após a formatura.

**FOI ADIADA A HOMENAGEM DA FEIRA AOS DRS. JOSÉ CAVALCANTE E EURICO ALVES** – A comissão promotora da homenagem da Feira a seus dignos filhos Drs. José Cavalcante e Eurico Alves resolvem adiar as festas projetadas por motivo do desastre que foi vítima o segundo dos distintos conterrâneos (*Folha do Norte*, 16 de dezembro de 1933, ano XXV, n. 1274, p. 4).

Apesar de a matéria do dia 16 de dezembro de 1933 já pontuar um “desastre” do qual Eurico Alves teria sido vítima, apenas na semana seguinte, no n. 1275/1933, é explicado o teor do acidente que impediu a realização dos festejos em homenagem ao jovem escritor:

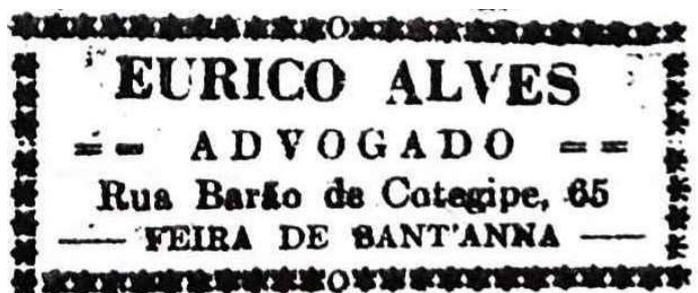
**A TERRÍVEL EXPLOSÃO DA MARINETE 995** – [...] nosso conterrâneo bacharel Eurico Alves, no primeiro [banco], em companhia da senhorinha professora Antonietta Magalhães de Jesus [...] também atingiram o 2º grau de queimaduras recebidas nosso patricio bacharel Eurico Alves; a senhorinha professora [...] (*Folha do Norte*, 23 de dezembro de 1933, ano XXV, n. 1275, p. 4).

O acidente de ônibus deixou Boaventura gravemente ferido, com queimaduras de 2º grau. Após o incidente, o escritor ficou por algumas semanas se recuperando no sítio da família, no subúrbio feirense. Apesar de ferido, continuou escrevendo poemas, como o “Terapêutica”, que retrata seu processo de cura. Em 20 de janeiro de 1934, o periódico informa aos leitores a condição de saúde do escritor, presente logo na primeira página do jornal, com o título em caixa alta e negrito: “**DR. EURICO ALVES**”. No texto, afirma-se a chegada do enfermo à casa de sua família, após o acidente, desejando-lhe melhoras: “É de prever que o novo bacharel patricio esteja, dentro em breve, completamente restabelecido, o que ainda mais nos agradará registrar” (*Folha do Norte*, 20 de janeiro de 1934, ano XXV, n. 1279, p. 1). A última frase demonstra uma preocupação da *Folha do Norte* com Boaventura, assim como um desejo de rápida melhora. A constante atualização do estado de saúde do “colaborador” do impresso apresenta mais uma vez a possível amizade que houve entre ele e Arnold Silva. Não se tratava apenas de uma relação de alinhamento político entre o periódico e os Alves Boaventura, mas de uma tentativa de atualizar seus leitores do processo de recuperação

do escritor. A preocupação talvez fosse por se tratar de uma figura pública e um sujeito diretamente ligado ao jornal, como um dos seus colaboradores.

O acidente não impediu que no ano seguinte, dois meses após o acontecimento, Eurico Alves abrisse seu próprio escritório no centro de Feira de Santana, na rua Barão de Cotegipe, n. 65<sup>25</sup>. Os serviços de Eurico Alves como advogado foram semanalmente divulgados no jornal *Folha do Norte*, desde 17 de fevereiro de 1934 até 14 de julho do mesmo ano, contemplando os exemplares de número 1283 a 1304, sempre na primeira página. Foram 21 semanas consecutivas aparecendo no jornal com o seguinte anúncio:

Figura 1: Anúncio do escritório de Eurico Alves no jornal *Folha do Norte* - BA



Fonte: *Folha do Norte*, 17 de fevereiro de 1934, ano XXV, n. 1283, p. 1.

O nome “Eurico Alves” é destacado em letras maiúsculas no anúncio acima, para chamar a atenção do leitor, devido ao espaço limitado disponível na folha do jornal. Logo embaixo apresenta-se a ocupação do anunciante, “advogado”, para anunciar quais os serviços serão prestados. Por fim, temos o endereço do escritório do jurista, localizado no centro de Feira de Santana. Os profissionais liberais, como professores, médicos, advogados, entre outros, possuem no periódico um modelo padrão de anúncio, com poucos elementos gráficos diferenciando-se uns dos outros. Apesar da periodicidade da propaganda, não conseguimos acesso à informação se Boaventura conseguiu atingir uma clientela na sua cidade natal. Provavelmente, não teve tempo para isso, pois no ano seguinte ele se muda mais uma vez.

As notícias envolvendo Boaventura no jornal *Folha do Norte* permitem delimitar sua trajetória intelectual e profissional. Um exemplo disso são as colunas informativas sobre as visitas do escritor a Feira de Santana ou as felicitações anuais no dia do seu aniversário, que sempre informavam onde Boaventura se localizava. No dia 02 de março de 1935, pouco mais de um ano de seu retorno de Salvador, a imprensa local

<sup>25</sup> No “Lançamento do Imposto Predial-Exercício de 1957” (*Folha do Norte*, 27 de abril de 1957, ano XLVII, p. 4, n. 2494), Eurico Alves aparece como proprietário de um imóvel na “Rua Barão de Cotegipe – Lado Par – 1850”, provavelmente o mesmo local onde foi seu escritório.

anuncia a mudança do advogado para a cidade de Capivari<sup>26</sup>, onde iniciou sua atuação como pretor, cargo que ocupou até o ano de 1946, quando se tornou juiz concursado de direito.

**Dr. Eurico Alves** – Deverá seguir na próxima quinta-feira, para o Termo de Capivari, onde vai assumir o cargo de Juiz Preparador do referido Termo o Dr. Eurico Alves Boaventura. Moço, ainda, dotado de muita cultura e inteligência, o Dr. Eurico Alves Boaventura, fará de certo, uma brilhante figura na carreira que ora ingressa, honrando com as suas qualidades de caráter, a magistratura. Apresentamos ao ilustre Juiz os votos de feliz viagem (*Folha do Norte*, 02 de março de 1935, ano XXVI, n. 1337, p. 1).

No trecho acima, deve-se atentar às adjetivações empregadas ao Dr. Eurico Alves: “Moço”, “dotado de muita cultura”, “inteligente”, “brilhante” e “honrado”. Esses termos mostram uma admiração intelectual dos integrantes do jornal com o recém-magistrado, além de reforçar a tese de uma provável amizade entre Boaventura e Arnold Silva. O texto, publicado na primeira folha, provavelmente anunciava aos leitores a mudança de um dos colaboradores do periódico para o exercício de sua profissão, assim como publicizava os votos de “feliz viagem” da direção do impresso.

A interiorização do escritor para o sertão baiano marca uma nova fase profissional do escritor, que inicia os trabalhos como pretor. Apesar da distância da cidade natal e da capital do estado, a estadia na pequena cidade de Capivari foi bastante produtiva para a escrita de seus poemas. Ao todo, o escritor produziu onze textos poéticos<sup>27</sup> (que foram preservados e são de conhecimento da família)<sup>28</sup>. Nesses textos são mencionadas a quietude da caatinga, assim como a imensa saudade dos grandes centros.

O jovem magistrado transita por várias cidades interioranas para atuar como juiz (pretor). Em 1935, ele foi transferido para a cidade de Tucano. As paisagens sertanejas o inspiram a uma nova safra de contos, reunidos sob o título de “Beira-Rio”<sup>29</sup>, publicados posteriormente no livro *Cipós verdes: narrativas* (2009), organizado por Maria Eugenia Boaventura. Nesse período, Eurico Alves começa a fazer suas primeiras

<sup>26</sup> Com a municipalização, por Decreto Estadual de 1 junho de 1944, a Vila de Capivari passa a ser denominada Macajuba. A sua distância de Feira de Santana contabiliza 177 km, enquanto o trajeto para Salvador constitui em média 291 km.

<sup>27</sup> São eles: “Vila adormecida”, “Manhã”, “Noite vilarenga”, “Canção melancólica”, “Écloga”, “Noite de inverno”, “Missa”, “Canção da ansiedade”, “Noturno de Capivari” e “Canção de felicidade” (DÓREA, 1978).

<sup>28</sup> Eurico afirma, em carta direcionada a seus amigos, que uma vez queimou uma caixa com várias poesias da sua juventude, na década de 1950. Posteriormente, arrependeu-se amargamente do ato impulsivo (Dórea, 2012).

<sup>29</sup> “São trabalhos em que Eurico incorpora literariamente a paisagem e os costumes da vida interiorana: ‘O Poltro Bravo’ (07.12.1937), Tucano/Ba; ‘O Curtidor’ (07.1938), Tucano/Ba; ‘São Quim’ (12.05.1942), Tucano/Ba; ‘Dinheiro de Garimpeiro’ (s/d)” (Dórea, 1978, p. 42).

experiências com a crônica e o ensaio, gêneros literários que lhe chamam a atenção desde o período do Ginásio da Bahia, ainda na década de 1920, antes de decidir escrever seus poemas. A peregrinação continua até o ano de 1943, quando se efetiva como juiz, após ser aprovado em concurso público. No mesmo ano, mudou-se para Porções, onde constituiu residência fixa por um longo período. Nessa cidade conheceu D. Luiza Gama, com quem se casou no ano de 1946, na cidade de Salvador. O casamento aconteceu seis meses após o início do namoro, na Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, no dia 27 de junho de 1946, justamente na data de aniversário do poeta, que completou 37 anos. Do casal, nasceram quatro filhos<sup>30</sup> que, assim como o ensaísta feirense, também são mencionados ocasionalmente nos periódicos baianos.

Após o casamento, em 1946, Eurico Alves tornou-se o personagem central em duas grandes matérias na *Folha do Norte*. Mais uma vez o escritor tem seu nome em destaque na primeira página do jornal, em caixa alta e negrito, com a intenção de chamar a atenção do leitor ao informativo sobre o conterrâneo. Na primeira notícia, datada de 29 de junho de 1946, alguns dias após o enlace matrimonial, o impresso anuncia a passagem de Boaventura por Feira de Santana, com sua recente esposa.

**Dr. Eurico Alves** – Recentemente consorciado, na capital do Estado, chegou a esta cidade, na última quinta-feira, acompanhado de sua exma. esposa, parentes e amigos, o nosso ilustre conterrâneo Dr. Eurico Alves Boaventura, íntegro juiz de direito de Djalma Dutra e figura de destacada projeção nos meios intelectuais baianos. O novel e distinto casal, de viagem para aquela cidade, está recebendo, na sua curta permanência aqui, visitas e cumprimentos das numerosas pessoas das suas relações (*Folha do Norte*, 29 de junho de 1946, ano XXXVI, n. 1929, p. 1).

O trecho acima mostra a decisão do casal de ficar alguns dias em Feira de Santana, no retorno de Salvador para Poções. A permanência na Princesa do Sertão<sup>31</sup> motivou a visita de amigos e companheiros dos noivos, que se dirigiram ao lar temporário para dar as felicitações pelo casamento. Cabe lembrar que Boaventura é descrito como juiz de direito do município de Djalma Dutra, antiga nomenclatura da cidade onde atuava como juiz. A descrição como “figura de destacada projeção nos meios intelectuais baianos” reforça a imagem de Eurico Alves como um sujeito culto, outra faceta além da sua atuação como magistrado. Uma questão que merece destaque é o nome de sua

---

<sup>30</sup> Maria Eugenia da Gama Alves Boaventura (30/03/1947); Maria Tereza da Gama Alves Boaventura (12/10/1948); José Gonçalo Alves Boaventura (31/10/1949); e Antônio Augusto da Gama Alves Boaventura (30/04/1951).

<sup>31</sup> Como é conhecida Feira de Santana.

esposa<sup>32</sup>, que nem é divulgado no texto, apesar do recente casamento. Todo destaque é dado ao escritor.

Na segunda matéria, em 28 de dezembro de 1946, anuncia-se mais uma vez a vinda de Eurico Alves à sua cidade natal, seis meses após o primeiro texto. O deslocamento do escritor foi devido ao casamento de uma de suas irmãs, igualmente não mencionada na matéria, pois o poeta é o centro da notícia na primeira página do jornal. Na ocasião, a *Folha do Norte* reafirma a projeção de Boaventura na literatura baiana, assim como seu papel de destaque na sociedade de Djalma Dutra (Poções). O “ilustre conterrâneo e distinto amigo” (*Folha do Norte*, 28 de dezembro de 1946, ano XXXVII, n. 1955, p. 1) chegou ao lado de sua esposa, mas os cumprimentos de “velha estima e consideração” (*Folha do Norte*, 28 de dezembro de 1946, ano XXXVII, n. 1955, p. 1) são direcionados ao magistrado:

Pelo seu aniversário natalício há dias transcorrido, Mme. Eurico Alves recebeu da sociedade de Djalma Dutra, carinhosas e excepcionais manifestações, que demonstram o alto apreço em que é tida, com o seu extremoso consorte, naquela florescente cidade.

Nossos confrades d’*O Comércio*, que ali é editado, registraram o fato em longa crônica social. Autoridades, pessoas gradas, diplomados, comerciantes, agricultores, funcionários, senhoras e senhorinhas cercaram o estimado casal de expressivas demonstrações de estima, ocorrendo-lhe à residência, onde foi servido aos presentes, lauto jantar a que se seguiram animadas danças (*Folha do Norte*, 28 de dezembro de 1946, ano XXXVII, n. 1955, p. 1).

Embora o aniversário de nascimento de Boaventura tenha sido em 27 de junho, a direção do periódico aproveitou o retorno do colaborador para lembrar as celebrações natalícias do juiz na cidade em que trabalhava. O evento contou com representantes renomados de Djalma Dutra (Poções), que ofereceu presentes e jantares em homenagem a Eurico Alves. A celebração ao escritor também foi notícia no jornal *O Comércio*, como é mencionado no próprio texto, muito provavelmente devido à relação de proximidade entre o magistrado e o impresso local, talvez por ter marcado a vida social do referido município.

Outra matéria de jornal que mostra a influência política de Eurico Alves foi publicada em 24 de junho de 1967, quando o então governador Viana Filho (1908-1990) foi homenageado em Feira de Santana com um almoço na residência de José Falcão<sup>33</sup>:

Foi homenageado [o governador Luís Viana Filho] com um almoço na residência do casal José (Lourdes) Falcão. Ao almoço, estiveram presentes,

<sup>32</sup> A esposa de Eurico Alves foi a senhora Luiza Gama Alves Boaventura.

<sup>33</sup> Foi vereador, prefeito de Feira de Santana por três mandatos não consecutivos (1973-1977; 1983-1988; 1997-1997) e deputado federal (1991-1995).

dentre outros: Prefeito João Durval, jornalista Hélder Alencar, Secretário do Governo, jornalista Odorico Tavares, Diretor dos Diários Associados, escritores Dival Pitombo e Eurico Boaventura, crítico Carlos Eduardo da Rocha, Diretor do Museu do Estado, Cel. Gilberto Argôllo, chefe da 17ª, C. S. M., industrial Walter Falcão, e mais e mais. (*Folha do Norte*, 24 de junho de 1967, ano 58, n. 3036).

O evento reuniu o prefeito, secretário do governo, jornalistas, escritores e representantes de variados cargos administrativos locais. Apesar de Boaventura não ocupar nenhum cargo político, o jornal considerou relevante mencionar seu nome ao lado de personalidades importantes no cenário local. Sua presença nesse almoço é um indício de sua articulação política, mesmo não tendo disputado nenhuma vaga no legislativo e no executivo durante sua vida. Talvez ainda carregasse no seu sobrenome um importante aliado para a disputa do governo municipal, assim como foi seu pai.

O então governador Luís Viana Filho, além da carreira política, também escreveu livros sobre a história da Bahia, trazendo destaque à sua carreira intelectual<sup>34</sup>. Paulo Silva (2011a), no seu livro *Âncoras de tradição*, investiga intelectuais baianos que ocuparam cargos públicos, entre eles vários contemporâneos e amigos de Eurico Alves Boaventura, como Godofredo Filho (1904-1992), Hélio Simões (1910-1987) e o próprio Viana Filho, citados em diversos momentos em *Fidalgos e vaqueiros*. Silva não trabalha com Boaventura em suas pesquisas pelo fato de o escritor seguir um caminho diferente de seus colegas ao escolher o exercício da magistratura sem relação direta com qualquer cargo político.

Mesmo após a “interiorização” de Eurico Alves e o distanciamento da capital baiana, o escritor manteve contato com vários de seus contemporâneos, seja por cartas ou por reuniões, como as apresentadas no jornal *Folha do Norte*. Por esse motivo, não podemos considerar Boaventura uma figura isolada do cenário político e literário. As relações literárias, intelectuais e políticas que atravessavam o escritor podem ser percebidas em matérias como a visita dele, acompanhado de Feliz Magalhães e Bernardo Coêlho, à sede do periódico:

Visitantes – Deu-nos o prazer da sua visita, hoje, o Sr. Feliz Magalhães, Diretor do *Correio de Poções* e Delegado de Polícia da cidade de Poções. O nosso confrade se achava acompanhado do Dr. Eurico Alves e do Sr. Bernardo Coêlho, respectivamente, Juiz de Direito e Coletor Federal da referida cidade (*Folha do Norte*, 30 de janeiro de 1954, ano XLIV, p. 4, n. 2325).

---

<sup>34</sup> Membro da Academia Brasileira de Letras, ocupante da Cadeira 22, foi autor de mais de 25 obras, entre elas: *A Sabinada. A República Baiana de 1837* (1938); *O Negro na Bahia* (1946); *A vida de Joaquim Nabuco* (1952); *A Bahia espoliada* (1958); *A vida do Barão do Rio Branco* (1959); *A vida de Machado de Assis* (1965), entre outros.

Como apresenta o texto, Boaventura visitou a *Folha do Norte* acompanhado do delegado, que também era o diretor do *Correio de Poções*, e do coletor federal da referida cidade, onde Eurico Alves exercia o cargo de juiz. O “nosso confrade”, o que demonstra mais uma vez a proximidade do escritor com a direção do periódico, proporcionou a reunião que teve um caráter político e intelectual, pois os senhores que acompanhavam Boaventura, além de ocuparem cargos políticos, também atuavam no jornalismo em Poções. Essa informação revela o estreito vínculo do escritor com uma elite intelectual local. Isso se deve não apenas a suas aparições na imprensa, mas principalmente ao estabelecimento de uma ampla rede de relacionamentos mobilizada por Eurico Alves. Trata-se, pois, de um forte indício do potencial papel por ele desempenha ao recomendar colaboradores para a *Folha do Norte*.

Entre as décadas de 1950 e 1960<sup>35</sup>, Eurico Alves continuou publicando em periódicos baianos, principalmente na sua revista *Sertão*, que durou dois números, e em jornais feirenses, *Folha do Norte* e *Situação*. Na década de 1960 foram publicadas duas importantes séries escritas por Boaventura: “Cartas da Serra”, com o pseudônimo Zé Fernandes, e “Sob o ditame de Rude Almajesto”, que influenciou Olney São Paulo a produzir seu documentário homônimo. Entre 1960 e 1961, foi publicada a primeira série, com quatro textos, pela *Folha do Norte*<sup>36</sup>. A primeira parte de “Sob o ditame de Rude Almajesto” saiu pela *Revista Sertão*, em 01 de setembro de 1961, mas foi republicada pelo jornal *Situação*, em 04 de novembro de 1967. A segunda e a terceira parte foram publicadas no mesmo periódico e ano<sup>37</sup>. Chama-nos a atenção o fato de a segunda série não ter saído pela *Folha do Norte*. Com a morte de Arnold Silva, em 1965, Boaventura deixou de colaborar com o periódico? Houve algum rompimento com a posterior direção do impresso? São questões que podem ser feitas a partir desse novo cenário, mas das quais não possuímos indícios suficientes para respondê-las. Outras crônicas nem chegaram a ser publicadas, como a “Paisagem e Leitura”<sup>38</sup>, escrita em fevereiro de 1959, na Fazenda Fonte Nova.

<sup>35</sup> Nesse mesmo período, a cidade de Feira de Santana teve um rápido crescimento, praticamente dobrando o número de estabelecimentos comerciais e funcionários, com o grande destaque para o crescimento demográfico, como apresenta Lins (2014), em diálogo com Ana Maria Oliveira (2008) e Clóvis Oliveira (2016).

<sup>36</sup> No livro *A paisagem urbana e o homem* (2006), Maria Eugênia Boaventura traz a data da publicação dos primeiros dois números: “Cartas da Serra, n. I”, *Folha do Norte*, 21 de maio de 1960, e “Cartas da Serra, n. II”, *Folha do Norte*, 9 de julho de 1960.

<sup>37</sup> “Sob o ditame de Rude Almajesto – parte II”, *Situação*, 18 de novembro de 1967; “Sob o ditame de Rude Almajesto – parte III”, *Situação*, 16 de dezembro de 1967.

<sup>38</sup> Foi posteriormente publicada no livro *A paisagem urbana e o homem* (2006), organizado por Maria Eugênia Boaventura.

Como de hábito, em janeiro de 1960, Eurico Alves passou uma estadia em Feira de Santana durante seu período de férias, quando costumava aproveitar sua “Pasárgada”, como se referia à sua fazenda Fonte Nova. Mais uma vez, o escritor vira notícia da primeira página no jornal local, que o felicita e deseja um bom descanso:

**Dr. Eurico Alves** – Acha-se entre nós, em gozo de férias, o nosso prezado conterrâneo, amigo e colaborador, Dr. Eurico Alves, festejado intelectual, Juiz de Direito em Alagoinhas, neste estado. Desejamos-lhe feliz estadia entre nós (*Folha do Norte*, 23 de janeiro de 1960, ano L, p. 1, n. 2637 - 015).

No trecho acima, é possível mapear a trajetória do juiz Boaventura, que não trabalhava mais em Porção, como nas suas férias de 1954, mas exercia a magistratura na cidade de Alagoinhas<sup>39</sup>. Além da mudança de moradia, mais uma vez o periódico elogia o “nosso prezado conterrâneo, amigo e colaborador”, que também é “festejado intelectual”. Nesse período, Eurico Alves já havia concluído a escrita do manuscrito de *Fidalgos e vaqueiros* e estava no processo de revisão do texto (Dórea, 2012; Santana, 2022).

Outra presença marcante de Eurico Alves no periódico *Folha do Norte* se dava na sua data de aniversário, quando sempre era parabenizado. Todo ano o impresso publicava uma frase padrão, com o nome, cargo e onde estava morando o escritor. As felicitações sempre aconteciam na coluna social, na parte destinada aos “Aniversários”. Como o jornal possui uma frequência semanal, o escritor era felicitado no número mais próximo à sua data de aniversário. Devido a isso, a primeira parte da homenagem dependia da proximidade do dia natalício. Em geral, existem quatro nomenclaturas que antecedem as mensagens: “**Em 27 [de junho]**” (*Folha Norte*, 30 de junho de 1956, ano XLVI, p. 4, n. 2451; 29 de junho de 1957, ano XLVII, p. 3, n. 2503; 02 de julho de 1960, ano L, p. 4, n. 2660; 01 de julho de 1961, ano 51, p. 4, n. 2712), “**Fazem anos, hoje**” (*Folha do Norte*, 27 de junho de 1953, ano XLIII, p. 1, n. 2294; 27 julho de 1959, ano XLIX, p. 4, n. 2607), “**Farão anos, amanhã**” (*Folha do Norte*, 26 de junho de 1954, ano XLIV, p. 4, n. 2346) e “**Fizeram anos, ontem**” (*Folha do Norte*, 28 de junho de 1958, ano XLVIII, p. 6, n. 2555).

Após essa primeira parte, padrão na coluna de “Aniversários”, a mensagem anunciava quem era o parabenizado. Em 27 de junho de 1953, a mensagem foi: “Fazem anos, hoje – o Sr. Dr. Eurico Alves Boaventura, meritíssimo Juiz de Direito da Comarca

---

<sup>39</sup> Boaventura ainda atuou como juiz nas cidades de Riachão do Jacuípe, Canavieiras, Alagoinhas, Vitória da Conquista e Salvador.

de Poções” (*Folha do Norte*, ano XLIII, p. 1, n. 2294). De acordo com essa informação, repetida até 1954<sup>40</sup>, podemos afirmar que o poeta residia naquele momento no município mencionado. Eurico Alves estabelece-se na cidade de Poções em 1946, quando assume o cargo de juiz concursado e constitui moradia fixa, após um longo período de constantes mudanças, devido à sua atuação como pretor. Lá nasceram três dos seus quatro filhos, com exceção da primogênita, nascida em Salvador.

Em 1956 e 1957, a mensagem é encurtada e aparecem apenas o título e nome do poeta: “Aniversários [...] Em 27 – Dr. Eurico Alves Boaventura;” (*Folha do Norte*, 30 de junho de 1956, ano XLVI, p. 4, n. 2451; 29 de junho de 1957, ano XLVII, p. 3, n. 2503). Provavelmente, isso deve ter acontecido pela não alteração do endereço do escritor, que permaneceu em Canavieiras, no sul da Bahia, ou pelo fato de o responsável pela coluna querer reduzir as informações na matéria. Uma questão ou outra, isso muda no ano seguinte.

De 1958 a 1961, o jornal mantém quase o mesmo texto, mas informa a mudança de cidade realizada pelo magistrado: “Fizeram anos, ontem: Dr. Eurico Alves Boaventura, íntegro Juiz de Direito da Comarca de Alagoinhas” (*Folha do Norte*, 28 de junho de 1958, ano XLVIII, p. 6, n. 2555). A partir de 1958, Boaventura assume a frente de uma nova Comarca, na região do município de Alagoinhas. Mas essa não é a única novidade desse período. Os textos passam a conter adjetivos que são utilizados para se referir ao escritor, revezando-se ano a ano entre “íntegro” e “correto” Juiz de Direito (*Folha do Norte*, 27 julho de 1959, ano XLIX, p. 4, n. 2607; 02 de julho de 1960, ano L, p. 4, n. 2660; 01 de julho de 1961, ano 51, p. 4, n. 2712). Utilizar as qualificações citadas é uma forma de acentuar as atribuições de Eurico Alves enquanto magistrado, que impõe e segue a lei como seu exercício exige.

A partir de 1962, o periódico extingue o formato da coluna semanal, como era até então, e muda de autoria. Não aparecem sessões específicas para aniversários, casamentos, batizados, noivados etc., mas uma única coluna, separada por parágrafos englobando todos esses temas. Cada parte do texto é referente a um evento social que marcou a semana. Em 9 de julho de 1966, é anunciado não somente o aniversário de Boaventura, mas também que ele recebeu alguns amigos para comemorar a data: “Segunda feira última esteve completando idade nova o sr. Eurico Boaventura que na ocasião recepcionou seus amigos e parentes” (*Folha do Norte*, 9 de julho de 1966, ano

---

<sup>40</sup> Quando se muda para a cidade de Canavieiras.

57, n. 2986, p. 4). O aparecimento das felicitações ao escritor na coluna social muito possivelmente se deu pela realização da festividade, que seria de interesse ao novo formato do periódico, apesar de não informar onde ocorreu a recepção.

A última vez que Boaventura foi parabenizado na *Folha do Norte* foi no ano de 1969. As felicitações aparecem na segunda folha do impresso, em uma coluna individual com o título “**DR. EURICO ALVES**”, acompanhado do seguinte texto: “Faz anos, hoje, o nosso ilustre amigo e conterrâneo Dr. Eurico Alves. Receberá os cumprimentos dos seus inúmeros amigos, aos quais juntamos os nossos” (*Folha do Norte*, 28 de junho de 1969, ano 58, n. 3141, p. 2). Com a frase empregada na matéria, analisamos que possivelmente houve alguma festividade em homenagem ao escritor, na qual ele iria receber “cumprimentos dos seus inúmeros amigos”. Cabe destacar que a manutenção de uma coluna individual para parabenizar o escritor mostra que, mesmo após décadas de relação entre Boaventura e a *Folha do Norte*, ainda havia proximidade política e de amizade entre o intelectual e o corpo dirigente do impresso, mesmo após a morte de Arnold Silva, em 1965.

As últimas homenagens prestadas a Boaventura deram-se com a sua morte. Em 06 de junho de 1974, o jornal *Folha do Norte* anuncia a morte, o velório e o sepultamento do escritor:

Eurico Alves Boaventura – Vítima de longos padecimentos faleceu, em Salvador, quinta-feira última, o Dr. Eurico Alves Boaventura, juiz de direito aposentado e homem de letras, tendo colaborado durante muitos anos nesta Folha.

Foi sepultado, ontem, no Cemitério Piedade aonde o foram levar parentes e amigos.

Poeta, escritor e sociólogo, deixa valorosa obra publicada e em livro, inédito, em que vinha trabalhando ultimamente sobre a influência pastoril na história brasileira (*Folha do Norte*, 06 de junho de 1974, ano 64, n. 3401, p. 1).

A preocupação em classificar Eurico Alves não apenas como juiz, mas principalmente como “homem das letras”, mostra o olhar atento do periódico em destacar a produção literária e sociológica do escritor. Mais uma vez ele é referido como colaborador de longa data do jornal, que se iniciou, provavelmente, ainda na década de 1920. A adjetivação do manuscrito de *Fidalgos e vaqueiros* como “valoroso”, assim como a delimitação do seu tema, abordando “influência pastoril na história brasileira”, mostram que o autor da matéria possuía uma relação de proximidade com Boaventura e conhecimento das discussões presentes no ensaio, antes mesmo de sua publicação. Essa informação sugere ter havido uma circulação do texto ensaístico entre os intelectuais do

círculo íntimo do escritor, como iremos observar nas correspondências trocadas entre Eurico Alves e seus amigos, tema do último capítulo desta tese.

No número da edição seguinte, em 13 de junho de 1974, aparecem na coluna social as congratulações do jornal, mediante a iniciativa de Helder de Alencar. O jovem solicitou à Câmara de Vereadores de Feira de Santana que alterasse o nome do Museu Regional da cidade para o nome de Eurico Alves, diante dos anseios do escritor em preservar a história e a memória da cultura local, além de ser um dos idealizadores do espaço.

Louvável e digna de aplausos de toda a Feira, iniciativa do jovem intelectual Helder Alencar em solicitar dos poderes competentes que o Museu Regional desta cidade receba o nome de “Museu Regional Eurico Alves”. É mais do que justa esta homenagem a um filho da terra que muito a quis. Esperamos que tome corpo esta ideia e que todos se unam para prestar essa homenagem a quem merece de fato (*Folha do Norte*, 13 de junho de 1974, ano 64, n. 3402, p. 3).

Apesar da solicitação, atualmente o museu não tem o nome do escritor. A instituição é conhecida como Museu Regional de Arte (MRA). Não foi possível acessar os embates que teriam levado a não homenagear Eurico Alves com a atribuição de seu nome ao estabelecimento. A matéria do jornal é um indício reforçando a relação próxima da *Folha do Norte* com Boaventura, que defende a renomeação da instituição como uma homenagem merecida ao “filho da terra que muito a quis”, diante dos esforços do escritor em celebrar e arquivar a cultura de Feira de Santana, assim como demonstra a atuação do periódico na construção de uma memória celebrativa ao escritor.

### **1.1.1. *Fidalgos e vaqueiros*, políticas e integralismo**

Como foi apresentado anteriormente no nosso livro *Homens verticais ao sol: a construção do vaqueiro em Eurico Alves Boaventura (1928-1963)*, podemos dividir a produção literária euriquiana em duas fases: efervescência moderna e arquivista (Santana, 2022). A segunda fase caracteriza-se não apenas pela mudança do gênero produzido, alterando-se das poesias para as crônicas e os ensaios, mas pela preocupação em arquivar a história da sua família, de Feira de Santana e do sertão. A maior representação desse segundo momento da escrita de Boaventura é o ensaio *Fidalgos e vaqueiros*. O texto foi publicado *post-mortem* no ano de 1989, pelo Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o título desejado pelo autor. Trata-se de uma publicação tardia, pois a escrita do volumoso manuscrito ocorreu na década de 1950, mais

precisamente entre os anos de 1952 e 1958. O texto sofreu algumas alterações e acréscimos até o ano de 1963, influenciadas por novas leituras realizadas pelo escritor, devido a aquisição de livros inéditos no período<sup>41</sup>.

*Fidalgos e vaqueiros* tematiza a história do que Eurico Alves denomina como civilização do pastoreio, perfazendo um arco de tempo que vai do século XVI até as primeiras décadas do século XX. A escrita do ensaio ganha contornos bem particulares, pois é narrado em primeira pessoa, atrelando experiências pessoais com as memórias da “aristocracia dos currais”, grupo social ao qual o escritor pertencia. A escolha de escrever a obra a partir do interior da Bahia foi motivada pela preocupação em construir uma memória de si mesmo, de sua família (os Alves Boaventura) e de seu passado, diante do temor de que a “avançada moderna”, como definiu Boaventura, contribuísse ainda mais para o apagamento do “glorioso” legado que as fazendas de criar gado tiveram para a História da Bahia e do Brasil.

Apesar das várias tentativas que fez Eurico Alves para publicar seus manuscritos, nenhuma delas teve êxito (Santana, 2022). A publicação aconteceu apenas em 1989, com o trabalho editorial de sua filha, Maria Eugenia Boaventura, em parceria com a Editora da UFBA. O lançamento ocorreu após a morte do poeta e ensaísta baiano, no ano em que ele comemoraria o seu aniversário natalício de 80 anos<sup>42</sup>. Uma das tentativas de publicação do livro aconteceu no ano de 1965, dois anos após a conclusão da escrita do livro, e foi anunciada pelo jornal *Folha do Norte*:

*Fidalgos e Vaqueiros* – Ainda este ano estará nas livrarias o esperado livro do feirense Eurico Boaventura: *Fidalgos e Vaqueiros*. Segundo podemos afirmar, com absoluta segurança e em primeira mão o editor Gumercindo da Rocha Dórea, da Editora G. R. D., mostra-se interessado na publicação da citada obra (*Folha do Norte*, Feira de Santana (Bahia), 20 de fevereiro de 1965, ano 57, n. 2914).

Diferente de outras matérias de jornais, que atribuía um diferente título aos escritos, a notícia acima já apresenta o livro de Boaventura com seu título definitivo, que seria publicado pela “Editora G. R. D.”<sup>43</sup>, de Gumercindo da Rocha Dórea. Por algum motivo a publicação não aconteceu, apesar da certeza que demonstrou o periódico sobre seu lançamento. O anúncio, demonstrando a provável publicação do livro, aparece na

---

<sup>41</sup> No último capítulo, vamos analisar a troca de correspondência entre Eurico Alves e seus amigos, que possibilitou o escritor ter acesso aos livros recém-publicados, mesmo morando no interior da Bahia nesse período.

<sup>42</sup> Eurico Alves Boaventura nasceu em 27 de junho de 1909 e faleceu em 04 de julho de 1974.

<sup>43</sup> Houve um pequeno equívoco na matéria do jornal. A empresa de Gumercindo Dórea se chamava Edições G. R. D.

coluna literária do periódico, sem um grande alarde sobre a sua autoria, diferente de como normalmente o jornal trata Boaventura. Mas entre as negociações para a publicação do texto, esse diálogo com as Edições G. R. D merece uma maior atenção. O primeiro motivo é a forte influência do integralismo em Gumercindo Rocha Dórea, atrelado com a segunda questão, que foi a tentativa de Plínio Salgado, líder do movimento, em reescrever a história do Brasil (Oliveira, 2015).

Para entendermos um pouco esse cenário é necessário retomarmos a década de 1930, quando foi fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, movimento “cuja tônica era, além do nacionalismo, o anticosmopolitismo, o antiliberalismo, o anticomunismo e a religiosidade cristã católica” (Oliveira, 2015, p. 13). Na Bahia, a implantação do primeiro núcleo integralista aconteceu em junho de 1933, como nos informa Laís Ferreira (2009), e necessitou de uma adaptação ao contexto político, econômico e social do estado, para ganhar espaço no cenário baiano.

O contexto internacional do entre guerras favoreceu o desenvolvimento do pensamento autoritário no Brasil, a exemplo do integralismo. Intelectuais como Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Alberto Torres constituíram-se como representantes intelectuais dessa vertente de pensamento (Ferreira, 2009). No seu livro de memórias, Rubem Nogueira (1997), integralista baiano, afirmou que o movimento causou um verdadeiro “fascínio” entre os jovens intelectuais na década de 1930<sup>44</sup>, especialmente pelo fato de os líderes do movimento possuírem formação universitária (eram advogados, economistas e engenheiros). De forma semelhante, Ferreira (2009) apontou um crescimento do movimento no meio universitário, principalmente após a visita de Plínio Salgado e Gustavo Barroso à Bahia, em 1933. O público-alvo foram os estudantes da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e de Direito. Na época da vinda dos líderes da AIB para conversar com os futuros juristas, Eurico Alves estava no seu último ano do curso, possibilitando-lhe conhecer o movimento. Outro fator de aproximação do escritor com o integralismo foi o diálogo com alguns dos seus companheiros que fizeram parte do núcleo integralista, a exemplo de José Calasans, Nestor Duarte<sup>45</sup>, Godofredo Filho e Wilson Lins<sup>46</sup>, com os quais trocou correspondência ao longo da vida (Ferreira, 2009).

---

<sup>44</sup> Para ele, o integralismo “alcançou um alvo muito especial: as inteligências mais dotadas de entendimento, os espíritos que se distinguem pela educação no sentido de aptidão intelectual, do saber em suma. Geração, por conseguinte, que não podia ser ludibriada e não o foi” (Nogueira, 1997, p. 15).

<sup>45</sup> Nestor Duarte, provavelmente, foi professor de Eurico Alves no curso de Direito, influenciando a concepção de ensaio do pupilo.

<sup>46</sup> Godofredo Filho e Wilson Lins afirmam que fizeram parte do movimento integralista por apenas um curto período, durante o período de estudo na capital do estado. Com exceção de José Calasans, que se

Ainda cabe destacar que Barroso aparece entre os dez autores mais citados no ensaio *Fidalgos e vaqueiros*, com 23 citações, dado que aproxima intelectualmente os dois escritores.

Entre os jornais que representam a grande imprensa da Bahia na primeira metade do século XX estão o *Diário da Bahia*, o *Diário de Notícias*, *A Tarde* e *O Imparcial*. Eurico Alves escreveu para vários deles, demonstrando uma circulação do escritor pelos impressos baianos. Mas entre os quatro periódicos mencionados, *O Imparcial* era aquele com o qual Boaventura mais colaborou, além de o escritor aparecer em suas páginas com frequência, como apresentamos anteriormente em nosso livro *Homens verticais ao sol* (Santana, 2022). Esse jornal possuiu várias faces, dependendo da postura editorial do seu proprietário e do contexto político-social da época. Ferreira (2009) aponta que o impresso tinha uma postura conservadora e buscava representar os setores comerciais, industriais e agroexportadores. Com a aquisição do periódico pelo deputado estadual Álvaro Martins Catharino, assim como a atribuição da direção do *Imparcial* a Victor Hugo Aranha, o jornal adotou uma postura ideológica em apoio ao autonomismo e às ideias integralistas, tornando-se oposição aos governos interventores na Bahia até 1943. Durante o período declaradamente integralista, *O Imparcial* seguia as orientações da Secretaria Nacional de Imprensa (SNI) da AIB, com o objetivo de padronizar a transmissão da doutrina integralista (Ferreira, 2009).

Além de colaborador deste periódico, Eurico Alves foi tema de pelo menos duas matérias elogiosas no impresso, demonstrando uma possível aproximação com a sua direção:

BEL. EURICO ALVES – O Bel. Eurico Alves, que hoje exerce a magistratura, e é um dos representantes da poesia nova na Bahia, terá oportunidade de receber, hoje, as congratulações dos seus amigos, por motivo do seu aniversário natalício (*O IMPARCIAL*, Salvador, Ano XIII, n. 1373, p. 2, em 27/06/1935).

Vindo de Capivari, onde é acreditado juiz preparador, encontra-se, nesta capital, o Dr. Eurico Alves, figura de relevo da moderna geração intelectual baiana, e que conta com vasto círculo de amizades em nossa sociedade (*O IMPARCIAL*, Salvador, Ano XIII, n. 1424, p. 2, em 17/08/1935).

Nas duas matérias é possível observar um tom elogioso para se referir ao jovem escritor baiano. A primeira delas faz uma referência ao aniversário de Boaventura, descrito como “um dos representantes da poesia nova na Bahia”. O segundo texto, com

---

tornou professor da UFBA, os outros três intelectuais ocuparam cargos políticos, seja como deputado, seja como secretário do governo do estado.

quase dois meses de diferença, anuncia a ida do pretor para a capital e atribui-lhe o *status* de “figura de relevo da moderna geração intelectual baiana”. Uma característica comum nas duas publicações é a referência a “seus amigos” e a um “vasto círculo de amizades” na sociedade soteropolitana. Quem seriam esses amigos? Seria uma referência à proximidade do escritor com o corpo editorial d’*O Imparcial*? Seja qual for a resposta, um fato é a atuação de Eurico Alves como colaborador do periódico, em um período em que assumiu uma postura editorial vinculada à AIB.

A última coincidência da trajetória do nosso escritor com o movimento integralista aconteceu em 1935. Nesse ano, Boaventura mudou-se para Tucano, a fim de exercer o cargo de juiz preparador, mesmo período em que foi fundado um núcleo da AIB na cidade, com direito à visita de Rubem Nogueira (1997), que no período já era um dos principais militantes do movimento do estado.

A retomada desse cenário é necessária para entendermos o contexto que levou o interesse de Gumercindo da Rocha Dórea em publicar o livro *Fidalgos e vaqueiros*, em 1965. Para isso, é preciso lembrarmos dos investimentos na área de pesquisa científica e social na Bahia, nas décadas de 1950 e 1960, assim como da ampliação do mercado editorial brasileiro, ambos com financiamentos nacionais e de capital estrangeiro, como demonstrou Laura Oliveira (2015) e Larissa Pacheco (2021). A Faculdade de Filosofia da Bahia teve um importante papel nesse processo. Fundada em 13 de junho de 1941, a instituição expandiu-se bastante até a década de 1950, tornando-se um dos principais espaços intelectuais do estado (Silva, 2010). O crescimento das pesquisas nas áreas política e social foi endossado pelo apoio da Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, que estabeleceu instrumentos de financiamento para pesquisas, entre 1947 e 1951 (Pacheco, 2021).

As instituições científicas, como a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia (FDC-Ba) e a Faculdade de Filosofia, em diálogo direto com a Secretaria de Educação e Saúde, em suas parcerias com o Ministério da Educação e da Cultura, o Museu do Estado da Bahia, o Instituto de Economia da Fundação Mauá, promoveram a elaboração de “empresas de produção científicas (Pacheco, 2021, p. 117).

A parceria entre essas instituições tinha como principal objetivo fomentar a pesquisa no estado. Tales de Azevedo (1904-1995) foi um dos principais articuladores desse projeto de financiamento científico até o ano de 1960, visando o desenvolvimento de diversos projetos, entre eles a “Coleção Baiana”, com a publicação de livros tematizando a história e memória da Bahia. Nesse contexto, ganham destaque os

lançamentos da Editora Progresso, de Pinto de Aguiar, e da Editora Itapuã, de Imeval da Costa Chaves. Os livros eram publicados em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura da Bahia e com projetos da Universidade Federal da Bahia.

Como veremos no último capítulo, a partir da análise da correspondência de Boaventura, houve um esforço por parte do escritor em publicar seu livro nessa coleção, intermediado por Tales de Azevedo e pelo próprio Pinto de Aguiar, ambos próximos do escritor. O primeiro ocupava um local estratégico de poder, diretamente ligado ao financiamento científico no estado. O segundo era dono de uma editora em ascensão, o que revela uma rede entre os intelectuais baianos, estendendo-se a nível nacional. Apesar das relações de poder nas quais Boaventura estava inserido, essa tentativa de publicação também foi frustrada e não chegamos a um motivo para esse feito.

Vamos retornar ao caso da Edições G. R. D, de propriedade de Gumercindo Dórea. A editora foi fundada em 1956 e possuía uma forte influência integralista, apesar de não ter publicado nenhum livro diretamente vinculado a essa corrente de pensamento. Oliveira (2015) afirma que Dórea teve experiência editorial antes de fundar sua própria empresa, pois foi editor do jornal integralista *A Marcha*, entre 1952 e 1955, e foi diretor da editora Livraria Clássica Brasileira, vinculada diretamente ao movimento de Plínio Salgado. Além da atuação de Gumercindo Rocha no campo editorial, ele foi presidente da Confederação Nacional dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ), por dois mandatos. Dessa forma, o proprietário da Edições G. R. D. atuou nas três instituições integralistas (jornal, editora e CCCJ) responsáveis pela difusão da doutrina do movimento, realizando atividades culturais destinadas aos jovens e antigos membros (Oliveira, 2015).

A partir da análise das fontes, Laura de Oliveira (2015) chega à conclusão de que o período com o maior número de publicações das Edições G. R. D. foi durante 1956 e 1968. Esse dado corresponde ao *boom* editorial no Brasil a partir do Programa de Fomento ao Livro, principalmente entre 1968-1969. Dessa forma, no ano de 1965, quando o jornal *Folha do Norte* anuncia para aquele ano a publicação de *Fidalgos e vaqueiros*, a editora estava no seu auge. O manuscrito foi sondado para fazer parte de um projeto editorial tendo fins específicos. Eram publicadas pelas Edições G. R. D. preferencialmente obras filosóficas e literárias, principalmente de ficção científica. Apesar de não mencionar diretamente o integralismo nos livros que foram publicados, os autores eram ligados ao movimento, uma estratégia para consolidar a AIB como uma

forma de pensamento nacional. O papel de Gumercindo da Rocha Dórea como editor visou apresentar as ideias integralistas como atemporais (Oliveira, 2015).

A parceria selada na Avenida Presidente Wilson rendeu à editora um conjunto bibliográfico de, pelo menos, quarenta e sete obras, que transitavam entre ciência política, história e literatura estrangeira. A área do conhecimento preferencial da editora era ciência política, que somou pelo menos vinte e cinco títulos, mas o fundamento político subjazia ao conjunto editorial como um todo, tal como aconteceu com as outras editoras parceiras da agência norte-americana (Oliveira, 2015, p. 145).

Na citação acima, podemos observar o perfil editorial adotado pela Edições G. R. D., com um interesse por obras nos campos da “ciência política, história e literatura estrangeira”, com o objetivo de receber financiamento de instituições norte-americanas como a USIA, Instituto Roberto Simonsen e a Franklin Book Programs. Com essas informações, surgem dois questionamentos: 1) Qual o interesse de Gumercindo Rocha Dórea publicar *Fidalgos e vaqueiros*?; e 2) Por que o livro não foi lançado, como previa o jornal *Folha do Norte*? Para responder à primeira pergunta vamos retomar o que já foi dito. O ensaio de Boaventura tem como objetivo estabelecer outra narrativa da História do Brasil, tendo como foco a região do pastoreio da Bahia, assim como o vaqueiro como protagonista da nação. Dessa forma, Eurico Alves propõe um novo projeto de país, o que muito provavelmente agradou o editor, tendo visto um potencial do manuscrito para a linha editorial das Edições G. R. D. A partir de 1962, a editora publica o seu primeiro livro em parceria com o Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPÊS), que recebeu financiamento de instituições nacionais e internacionais com o objetivo de produzir e distribuir no Brasil livros anticomunistas (Oliveira, 2015). Assim, o interesse pela edição de *Fidalgos e vaqueiros* estava provavelmente atrelado ao caráter nacionalista apresentado pelo texto, pois dialogava com as correntes filosóficas publicadas por Gumercindo da Rocha Dórea. Apesar da certeza que apresenta o periódico, não é possível sabermos o motivo de o livro ter sido retirado do prelo. A principal hipótese é de que o próprio Boaventura tenha desistido da publicação, talvez por achar que o texto não estivesse pronto ou que não fosse o momento correto.

Cabe lembrar que, em 1964, após instaurado o golpe militar, Eurico Alves foi indiciado e preso, acusado de subversão, por ser contrário ao rompimento do Estado de Direito, quando ainda atuava como juiz na comarca de Alagoinhas. Sobre o ocorrido, escreve Antônio Torres, para o *Jornal do Brasil*, em 29 de julho de 2006, com o título “Dos anos dourados aos de chumbo”. Essa informação é pertinente, pois as Edições G. R. D., assim como o IPÊS, responsável pelo financiamento dos livros lançados até 1968,

estavam vinculados ao movimento que decretou o golpe e estabeleceu um regime autoritário no governo brasileiro, como afirma Oliveira (2015). Dessa forma, uma outra hipótese para a não publicação de *Fidalgos e vaqueiros* seria o perfil do seu escritor, possivelmente visto como muito subversivo para o programa editorial almejado pela editora.

Dessa forma, podemos afirmar que a tentativa de publicação do livro *Fidalgos e vaqueiros* pelas Edições G. R. D, provavelmente teve como interesse a proposta nacionalista apresentada na obra, assim como o diálogo de Boaventura com intelectuais de pensamento autoritário ligados ao integralismo, como Oliveira Viana e Gustavo Barroso, que estavam entre os dez autores mais citados no manuscrito<sup>47</sup>. Apesar dessa proximidade de Eurico Alves com o cenário integralista na Bahia, principalmente na década de 1930, não há indícios de que o autor em algum momento adentrou as trincheiras do movimento ou adotou sua forma de pensamento, mesmo com o posicionamento conservador assumido na concepção de Brasil apresentada em *Fidalgos e vaqueiros*, como veremos no capítulo seguinte. Não é possível termos certeza dos motivos que contribuíram para a não publicação do ensaio pela editora de Dórea, apesar de a hipótese de que o livro foi retirado do prelo pelo próprio autor ser a mais provável.

No texto de Tales de Azevedo (1976, p. 6), com o título *Feira de Santana, passado e presente*, publicado em 30 de novembro de 1976, pelo Centro de Estudos Baianos, vinculado à UFBA, o escritor faz o seguinte comentário sobre o ensaio *Fidalgos e vaqueiros*:

Escreveram-se ainda outros trabalhos sobre a vida do município e da cidade de Feira, uns de índole historiográfica, outros de caráter memorialístico e interpretativo como o de Eurico Alves Boaventura, cuja publicação é, há alguns anos empenho do Conselho Estadual de Cultura.

No trecho acima, observamos que Azevedo insere os escritos de Boaventura como de “índole historiográfica”, “caráter memorialístico e interpretativo” da cidade de Feira de Santana. Para além dessa descrição, chama a nossa atenção a afirmação de que “há alguns anos” a publicação do texto ensaístico é estudada pelo Conselho Estadual de Cultura. Cabe lembrar que Eurico Alves faleceu em 1974, dois anos antes do lançamento da citação acima, o que demonstra uma constante tentativa de Tales de Azevedo em publicar a obra, mesmo após a morte do amigo.

---

<sup>47</sup> Oliveira Viana foi o segundo autor mais citado, com 44 citações, atrás apenas de Gilberto Freyre. Barroso foi o sexto com maior número de menções, 23 no total.

## 1.2. Cenário familiar: Os Alves Boaventura em *Fidalgos e vaqueiros*

Na seção anterior deste capítulo, analisamos como a família Alves Boaventura era representada no jornal *Folha do Norte*, a partir, principalmente, da relação entre a direção do periódico e Gonçalo e, posteriormente, entre a direção e Eurico. Nesta parte do capítulo, nosso objetivo é compreender como o próprio ensaísta escreveu sobre sua linhagem, atentos à relação entre o contexto sociopolítico da época do relato e o momento da escrita do manuscrito, demonstrando a costura de várias temporalidades na produção do texto.

Em *Fidalgo e vaqueiros* há uma maior frequência de lembranças envolvendo a figura paterna de Eurico Alves. As menções à sua mãe são reduzidas, se comparadas à presença do pai, e estão em geral associadas ao espaço doméstico. No que se refere à sua família, o ensaísta afirma que pretende narrar toda a verdade, mesmo que isso traga consequências negativas para a memória dos Alves Boaventura. Na segunda página da introdução, Boaventura (1989, p. 12) diz:

Tive de lançar mãos de fatos passados com a velhíssima família Alves de São Boaventura, sem intenção de bosquejar-lhe a biografia. E sim porque tinha de começar por casa a cata de certos defeitozinhos... Exemplos de derriços por negras e mulatas, de analfabetismo em casas-de-fazenda fidalgas, de gente fina amorenada pelo cochicho com uma escrava... e coitos e coiteiros naturais no tempo, de gente que mandava gente para o outro mundo, e resolvi aproveitar a prata de casa, para que não se pensasse em *parti pris* com certos grupos que se movimentaram por aqui, sobretudo no último século.

A afirmação de que “tinha de começar por casa a cata de certos defeitozinhos” remete a narrativa euriquiana à mesma preocupação de Brás Cubas em escrever sobre sua trajetória com toda a franqueza que um defunto-autor poderia ter (Assis, 2014). Não podemos esquecer que, ao declarar que pretende escrever sobre si e sua família sem nada esconder, faz uma associação direta entre a confissão e o expurgo dos pecados com a narrativa de si, como pensavam os filósofos escolásticos (Foucault, 2014). Ou seja, certos defeitos devem ser ditos para livrar o sujeito da culpa, que em uma leitura ética contemporânea seriam considerados temas sensíveis, a exemplo do racismo, machismo e homofobia. Porém, temos noção de que esses termos são frutos de uma ótica do presente sobre a fonte e, por esse motivo, objetivamos compreender como o autor construiu os discursos dentro do que ele considerou certo/errado e do que deveria ou não ser dito.

Ao retornar à citação acima, após as reticências, quando o escritor vai elencar quais seriam esses “defeitozinhos”, ele menciona os namoros dos fidalgos com as negras e mulatas, gerando gente amorenada e “a pele noturna de alguns Boaventura de azeviche” (Boaventura, 1989, p. 241). O curioso é a associação do amasiamento dos homens da família com mulheres não-brancas a outros temas como o analfabetismo e possíveis assassinatos: “de gente que mandava gente para o outro mundo”. Começar o texto pontuando os “fatos passados com a velhíssima família Alves de São Boaventura”, incluindo seus defeitos escondidos, demonstra uma tentativa do narrador em falar o que compreende como a verdade. Diante do que já observamos com Foucault (2014), a produção do discurso verídico está associada às relações de poder e é inerente para a construção das identidades. Desse modo, produzir a imagem de um intelectual imparcial, que não tem problemas em apontar os erros da “prata da casa”, fortalece o discurso que Boaventura busca instituir sobre a história social do Brasil. Ele mostra desde o começo que a preocupação com a produção de verdades atravessa seus escritos, diante de uma metodologia relacionando esse discurso autobiográfico com os preceitos de cientificidade presentes no gênero do ensaio sociológico. Com isso, talvez seja possível afirmar que a identidade de si forjada no texto atende a uma preocupação de Eurico Alves em se situar diante de outros intérpretes do Brasil. Ele afirma que escreve sobre sua família “sem intenção de bosquejar-lhe a biografia”, mas propõe refletir suas memórias dentro do contexto histórico e social no qual as práticas estão inseridas.

Apesar de pontuar questões familiares dos Alves de São Boaventura que circulavam apenas nas fofocas do âmbito privado e, de certa forma, assumir um mea-culpa, o ensaísta adota mais um tom conciliador que uma abordagem crítica, como o exemplo do personagem Brás Cubas:

Alguns Boaventura, caídos por negras e mestiças eugênicas, e alguns nem se casaram, permanecendo vários, teimosamente inuptos, coisa, repita-se mais uma vez, que o tempo, o regime patriarcal aceitavam, ficando com as suas mestiças, deixaram fortes e altos produtos híbridos de branco e mulato. Muito batuta, com tisma de sangue negro, mas em maior quantidade de indígena, ao alvorecer da nossa civilização pastoral. Negro atrevido, atrapalhando a vaidade de muita gente... No entanto, pelo cabelo liso e corredio de um destes ramos, acreditar-se-á. à luz empírica da tradição, na força, mais do índio do que do negro na família. Negra andou saracoteando, noite alta, nos aposentos mais afastados da casa-da-fazenda de muito Boaventura compenetrado e sisudo, incapaz de um deslize, de uma molequeira, saindo o produto que se vê ainda aqui ou ali. Talvez algum pecado, acredito, mas inferioridade, não. Ao lado de gente de cabelos alourados, de pele de um branco translúcido, a pele noturna de alguns Boaventura de azeviche (Boaventura, 1989, p. 241).

Mesmo que “alguns Boaventura” tenham se amasiado com mulheres negras e mestiças, Eurico Alves afirma que isso era algo aceito pela sociedade patriarcal e que os filhos desses relacionamentos eram reconhecidos como legítimos membros da família, sendo “aloirados” ou cor de “azeviche”. No trecho acima, três questões merecem a atenção. A primeira delas, mesmo que houvesse uma aceitação social desses casamentos informais, eles ainda eram considerados pecado por não serem oficializados pela Igreja e pelos olhos de Deus. A escolha dos fidalgos em não se casarem oficialmente com suas amásias demonstra que, apesar de a narrativa euriquiana apresentar certa harmonia social nesses relacionamentos, houve marcadamente uma tentativa de não inserir essas mulheres como as senhoras das casas das fazendas, o que seria uma mácula ao legado da família no século XIX e XX.

A segunda questão que devemos observar é a influência de Freyre na construção das relações sociais, principalmente na sexualidade supostamente aflorada e insaciável atribuída à mulher negra, que “saracoteou”, isto é, demonstrou um gingado ou uma expressão corporal vista como sexualizada pelo narrador. A escolha narrativa de colocar a figura feminina como aquela que busca se deitar com os Boaventura, mesmo os mais “sisudos” e incapazes de “um deslize”, está diretamente ligada à percepção freyriana sobre as mulheres negras como incitadoras sexuais dos meninos brancos da zona do canavial. Esse discurso deixa de lado a violência sexual à qual as mulheres estavam submetidas diante do anseio patriarcal e da concepção de que eram posse desses homens, mesmo no pós-abolição. Com a expressão “saindo o produto que se vê ainda aqui ou ali”, Eurico Alves demonstra que eram bastante comuns essas relações extraconjugais e, conseqüentemente, os filhos mestiços, atrapalhando a “ vaidade de muita gente”, por enxergar esses descendentes como um problema para as práticas sociais do período. Conclui o ensaísta que talvez existisse “algum pecado”, por serem crianças frutos da luxúria sexual fora do casamento, mas que não eram inferiores. Acreditamos que a última frase tenha como objetivo apaziguar o relato feito, diante da leitura de um juiz na década de 1950-1960 sobre as relações sociais do século XIX, e propor uma possível harmonia racial entre seus familiares.

A terceira questão observada é a tentativa de reduzir a presença do negro, não apenas nas fazendas de criação de gado, mas na própria família do escritor. Eram mestiços sim, isso é inegável para ele, mas possuíam mais sangue indígena que negro. Boaventura faz uma análise fenotípica dos parentes que lhe antecederam. Para ele, o “cabelo liso e corredio” era uma prova empírica de que se tratava “mais do índio do que do negro na

família”. A construção narrativa do texto afirma que havia uma igualdade racial na sua própria família, mas que ela coexistia com uma tentativa de embranquecimento social desses sujeitos não-brancos, para que pudessem gozar do direito de pertencer à fidalguia sertaneja. A partir desses indícios da fonte, é possível afirmar que, assim como Freyre, Eurico Alves utiliza um discurso que apazigua os conflitos raciais existentes no seu núcleo familiar, assim como na sociedade do pastoreio, já que havia uma preocupação de tomar o mestiço o protagonista da fundação do Brasil, mas um sujeito embranquecido, filho do homem branco com as indígenas, aclimatado às terras brasílicas. Esse discurso não é uma especificidade do manuscrito euriquiano, mas uma tese sociológica que ganha força a partir da década de 1930. Como contraponto, no período de escrita do ensaio, já existiam trabalhos sociológicos críticos à concepção da democracia racial proposta por Gilberto Freyre, a exemplo de Florestan Fernandes, citado uma vez em *Fidalgos e vaqueiros*, no primeiro capítulo. Assim, houve uma predileção do ensaísta em se aproximar do discurso freyriano para sua proposta de história, provavelmente por narrar sobre a elite agrária pernambucana em primeira pessoa, como pretendia fazer o ensaísta para região do interior da Bahia. É necessário entender o manuscrito como fruto do seu tempo e de escolhas teóricas e metodológicas do seu autor. Dessa forma, mesmo com a possibilidade de adotar uma leitura mais crítica sobre as relações raciais, como propunham as novas produções sociológicas lidas por Eurico Alves, o escritor escolheu se aproximar do discurso freyriano, por estar em consonância com a concepção que buscou imprimir na sua história do Brasil.

Ainda acerca da relação entre a própria família e a leitura racial presente no ensaio, temos a seguinte citação:

Correm por aqui lendas também e casos de assombrações. Lembranças de castigos infligidos e apagados no tempo. Ainda encontramos o pesado e carrancudo *tronco* de pranchões de vinhático, bem fornidos, pesadíssimos, que meu Pai mandou inutilizar, destruir da aparência de castigo, forçado pela sua delicadeza moral, alheio às agitações e às pesquisas sobre o nosso passado, acreditando que aquelas traves de vinhático, ainda tresandando a suor de escravo castigado, eram um ultraje na sua casa, na velha casa-da-fazenda, aos humildes que chegassem. E, agora, quando visito a dolorosa ancianidade, ou melhor dito, a triste decrepitude do casarão das *Areias*, encontro, aberto ao sol, vencendo as devastações dos anos, como se o sol quisesse ler no seu silêncio a dolorosa crônica do negro punido, o velho tronco, lembrança caquética do poder, da arrogância, da Justiça austera do solar. Escancelado em meio à calíça, aos escombros das paredes que se arreiam, o tronco sobrevive ironicamente ao fausto do solar arrogante, imperioso, que foi e que medalhava a austera vaidade de uma autoritária Alves de São Boaventura, cuja voz valia como uma sentença (Boaventura, 1989, p. 107).

No trecho, Eurico Alves toma o tronco onde eram castigados os escravizados como um signo possuindo dois diferentes significados em sua própria família. Enquanto seu pai via aquele “pesado e carrancudo” pedaço de madeira como “um ultraje” à sua casa, trazendo-lhe dolorosas lembranças, motivo pelo qual o inutilizou, sua outra parente, dona do casarão de Areias<sup>48</sup>, manteve o tronco ereto em sua propriedade. A leitura de Boaventura é de que a decisão da permanência do pranchão de vinhático simbolizava a vaidade, a “lembrança caquética do poder, da arrogância, da Justiça austera do solar”. A construção da imagem do casarão em ruínas, mas o tronco em pé e imperioso, desperta uma dor no relato do escritor, que relaciona a cena com uma tentativa de manutenção de determinada memória traumática, ocasionada pelas dores decorrentes dos castigos infligidos contra outros sujeitos, com uma tentativa imoral e arrogante de instituir poder.

O incômodo de Gonçalo Alves Boaventura, pai do escritor, diante da permanência do tronco no casarão de sua fazenda, é visto por Eurico Alves como um sinal de “delicadeza moral”, mas talvez haja outros elementos que necessitam ser analisados. O número 2058 do jornal *Folha do Norte*, datado de 18 de dezembro de 1948, traz como uma das principais manchetes da semana a morte de Gonçalo Boaventura, falecido “às 5 h e 4 min. da última segunda-feira [13], na sua residência, à Av. Senhor dos Passos n. 188, o nosso distinto, operoso e honrado conterrâneo” (*Folha do Norte*, 18 de dezembro de 1948, ano XXXIX, p. 1, n. 2058). A matéria ocupa um terço da primeira página do periódico, com duas longas colunas abordando desde uma pequena biografia até homenagens ao comerciante e criador de gado. Mas o que de fato nos chama a atenção é a fotografia do pai de nosso escritor, acompanhando o texto jornalístico.

---

<sup>48</sup> Nome de uma das fazendas pertencentes a membros dos Alves de São Boaventura.

**Figura 2: Fotografia de Gonçalo Alves Boaventura**



Fonte: *Folha do Norte*, 18 de dezembro de 1948, ano XXXIX, p. 1, n. 2058.

Com um olhar atento, é possível inferir que o homem da fotografia seria um Boaventura cuja “pele noturna” se assemelhava a “azeviche” (Boaventura, 1989, p. 241)? Pela narrativa apresentada anteriormente, de que houve na família dos Alves de São Boaventura fidalgos mestiços e mulatos, há uma possibilidade do pai de Eurico Alves ser um deles. Se relacionarmos a figura acima com a descrição adotada pelo ensaísta, é possível afirmar que a “delicadeza moral” paterna seja o reconhecimento da dor infligida pelo tronco, não apenas por uma concepção ética, mas por acionar uma memória traumática muito próxima a ele, por ter nascido nas últimas décadas do século XIX<sup>49</sup> e, possivelmente, possuir uma mãe negra.

A figura paterna é constantemente retomada no discurso autobiográfico de Eurico Alves. A morte de Gonçalo Boaventura aparece na primeira página do capítulo 1 de *Fidalgos e vaqueiros*, quando o ensaísta afirma:

Somente depois da morte de meu Pai, quando me tornei senhor da nossa fazendola, foi que senti esta necessidade de mostrar a muita gente a vida prístina das nossas fazendas. Enquanto vivo meu Pai, passávamos férias aqui, domingos e fins de semana. Era eu um auxiliar dos trabalhos do curral: vacinava, ferrava, castrava bezerras e cortava a ponta do sedenho, assinando os vacinados. Ia ao pasto pegar cavalos e *guentava* com o poldro pelo laço, no mourão, enquanto os rapazes curavam uma bicheira, tratavam de aplicar um remédio a um talho, a uma estrepada. Levava éguas para o ponto de

<sup>49</sup> Infelizmente não possuímos uma data precisa para o nascimento de Gonçalo Boaventura. Como Eurico Alves nasceu em 1909, especulamos que seu pai tenha nascido entre 1870 e 1880, pelo fato de o escritor ser o filho primogênito.

padreação. Queria bem à paisagem. No entanto, só o sentimento de posse, de domínio faz despertar na gente o verdadeiro sentimento de amor ao campo. Amor diferente do que sentem filhos de fazendeiros. Descobre-se a beleza da propriedade, coisa que o curso jurídico nem de leve aflorou. Quando se tem uma roça e um curral, um tanque, um boi, uma casa-de-fazenda, a vida se apresenta aí de forma diferente (Boaventura, 1989, p. 11-12).

Mesmo com o aparente sentimento de que o escritor possuía pela propriedade da família, como demonstram as diversas atividades do mundo vaqueiro desenvolvidas, com a morte do seu pai, em 1948, Eurico Alves construiu uma relação de amor com a “fazendola”, algo só possível ao se tornar “senhor [...] das nossas fazendas”. Há uma ascensão do lugar de filho de fazendeiro, que ocupava até então, para o de posse das terras. Nesse trecho de *Fidalgos e vaqueiros*, dois elementos merecem a atenção. O primeiro deles é a declaração de que o prazer sentido em viver na fazenda era maior que o gozo proporcionado pela sua profissão como juiz de direito ou pelo “curso jurídico”. A posse de “uma roça e um curral, um tanque, um boi, uma casa-de-fazenda” fez o poeta se sentir diferente. Por esse motivo, afirma ter sentido a “necessidade de mostrar a muita gente a vida prístina das nossas fazendas”, isto é, contar o passado da região ao qual estava sentimentalmente ligado. Cabe lembrar que a partir da década de 1950 há uma mudança drástica na produção literária de Boaventura, que passa a se dedicar à produção, principalmente, de crônicas e ensaios buscando arquivar o cotidiano e a vida sertaneja, diferente das poesias modernistas pelas quais é mais conhecido. Ao afirmar que ele sentiu a necessidade de mostrar a vida antiga do mundo rural em seus escritos, delimita um tema bem oposto ao estilo efervescente da sua escrita poética da década de 1920, que exaltava os novos ritmos e sons da cidade moderna.

O segundo aspecto que merece a atenção é a relação entre a figura do vaqueiro-fidalgo apresentada no texto pelo ensaísta e a identidade que constrói para si. Apesar de se mudar bem novo para Salvador, Boaventura alega que passava “férias”, “domingos e fins de semana” na propriedade, sendo “um auxiliar dos trabalhos do curral”. A imagem exposta pelo escritor demonstra não apenas sua posição de poder, por ser membro da aristocracia rural baiana, mas um sujeito que, além do lugar social que ocupava, também se permitia realizar trabalhos ligados ao labor com o gado. Atividades estas atreladas ao ofício do vaqueiro: “vacinava, ferrava, castrava bezerros e cortava a ponta do sedenho, assinando os vacinados”. Nessa lógica, é possível afirmar que o título do livro “Fidalgos e vaqueiros” se trata de uma autoidentificação que Eurico Alves estabelece para si e outros homens da família, que ocupavam lugar de mando no âmbito da política regional, mas que igualmente estavam ao lado de seus trabalhadores

desenvolvendo os mais diferentes serviços dos currais, ao contrário da elite canavieira, que tinha receio de se submeter a trabalhos braçais, como sugere o próprio escritor. O fidalgo-vaqueiro ganha significados históricos, por ser escolhido por Boaventura como protagonista do desbravamento, colonização e povoação das terras do interior do Brasil.

**Figura 3: Eurico trajado de couro ao lado do vaqueiro da fazenda**



Fonte: *A paisagem urbana e o homem* (Boaventura, 2006, p. 153).

A fotografia acima tem Eurico Alves, à direita, ao lado do vaqueiro da fazenda Fonte Nova, pertencente ao seu pai. Datada de 1932, a imagem retrata o escritor com 21 anos, ainda enquanto estudante de direito, curso que concluiu no ano seguinte. É possível inferir a partir da figura que ambos os indivíduos estão com o traje completo de couro, utilizado pelo vaqueiro, especialmente, para a lida com o gado, com o objetivo de proteger o corpo do trabalhador de possíveis ferimentos no processo de busca do rebanho na caatinga. A vestimenta é composta pelo chapéu, gibão, luvas, perneira (que Boaventura está segurando em sua mão) e a bota. Como plano de fundo é possível visualizar uma plantação de bananeiras e uma forte claridade, induzindo a afirmar ser um horário em que o sol estava próximo do cume, talvez no final da manhã. A paisagem de fundo possivelmente se localiza próxima à casa da fazenda, em uma área destinada ao plantio aos fundos do solar, muito comum nas propriedades rurais.

A foto faz parte do acervo pessoal de Eurico Alves e foi reproduzida no livro *A paisagem urbana e o homem* (2006), que organiza crônicas e cartas escritas por Boaventura, publicado postumamente pela Editora da UEFS. Ao lado da imagem há a legenda “Eurico, à direita, e o vaqueiro da sua fazenda, trajados para o trabalho no campo, em 1932” (Boaventura, 2006, p. 152). O conjunto da fotografia com sua descrição possibilita afirmar que houve uma tentativa por parte do escritor de construir para si uma imagem de um fidalgo que também exerce o ofício de vaqueiro, sendo auxiliar das atividades no curral no período de suas férias, sendo este provavelmente o contexto da fotografia. Esse cenário remete diretamente à escolha do título da obra, o fidalgo-vaqueiro: acadêmico de direito, morador da cidade de Salvador que retorna para Feira de Santana para passar alguns dias na propriedade da família, ajudando no manejo do gado. Outro elemento que chama a atenção é o fato de Eurico Alves estar dando um aperto de mão ao trabalhador da fazenda, ilustrando uma pretensa igualdade entre o herdeiro da propriedade e seu subordinado, que apresenta certo desconforto ou timidez diante da câmara, diferente de Boaventura, que esboça um sorriso.

Em *Fidalgos e vaqueiros*, o ensaísta afirma que

A casa-da-fazenda fez com que se ilustrassem muitos sinhozinhos. E se doutorassem outro tanto. Foram às academias. Houve, é verdade, doutor que voltou à fazenda e aí permaneceu [...]. Com os Alves de São Boaventura dá-se o mesmo (Boaventura, 1989, p. 329).

A palavra “ilustrar”, no contexto acima, refere-se a ensinar ou instruir, e demonstra que, apesar de ser uma elite rural, havia uma preocupação com a educação dos “sinhozinhos”. Para realizar esse feito, comumente os filhos da aristocracia sertaneja eram enviados para estudarem em Salvador em centros educacionais de renome já mencionados, como o Colégio dos Jesuítas, a Escola Normal e o Ginásio da Bahia (Simões, 1971), como aconteceu com o próprio Eurico Alves, que retornou apenas após se “doutorar” em direito. Quando o escritor afirma que houve “doutor que voltou a fazenda e aí permaneceu”, ele elenca vários membros de sua família que realizaram esse feito, “É Padre Ovídio, é Juiz um Pio, bacharel um Frutuoso, professor um Manoel” (Boaventura, 1989, p. 329), assim como a si mesmo, principalmente após sua aposentadoria como juiz de direito.

Os “doutores Boaventura”, após concluir os estudos e estabelecer redes políticas e intelectuais com outros membros da elite baiana, voltam “a ser o homem integrado no pastoreio, depois, se passando para a cidade, sem se desvestir, porém, da

qualidade de fazendeiro e criador” (Boaventura, 1989, p. 329). Mesmo após anos, ou mesmo décadas, os membros dos Alves Boaventura retornam às suas propriedades, principalmente quando se tornam os donos efetivos das terras, deixando de lado os cafés, jantares, cinemas, que comumente eram espaços de reunião dos grupos intelectuais na capital do estado da Bahia, para se dedicarem à vida no campo. Essa descrição parece-nos bastante específica. Mesmo não se colocando como um desses regressos, é possível fazer esse paralelo entre os homens Boaventura e o próprio escritor, que se apaixona pelo cotidiano rural e se dedica à sua fazenda após a morte do pai.

A paixão pela terra e os animais que cria também é um destaque no ensaio. Para ilustrar esse sentimento, Eurico Alves cita, mais uma vez, seu pai e a dificuldade do fazendeiro em vender o gado nascido sobre sua tutela:

Não era raro, também, o fazendeiro se apaixonar pelo seu rebanho, a ponto de não querer assistir à saída do gado, quando vendido. Até nos nossos dias, conheci criador que nem ao campo ia, quando à venda lotes do seu rebanho. Meu Pai não presenciava a pesada do seu gado, mandando-me sempre à balança. Se na fazenda, não iria ao curral à hora da retirada da boiada. Os fazendeiros, se de cria a garrotada, mais pegadio teriam com o rebanho. Garrotes que viram nascer e cuja vida acompanhou [...]. Afeiçoa-se pelos bezerros, mesmo depois de apartados. Ainda assim, a ideia de lucro não consegue fazer com que desame ele os seus garrotes. Por isso, estas manifestações razoáveis de sentimentos puros (Boaventura, 1989, p. 266).

A decisão de “não querer assistir à saída do gado”, após a venda dos animais, é vista pelo escritor como uma forma de afeiçoamento com o rebanho, que os viu nascerem e crescerem sob seus cuidados. Cada bezerro teria uma “biografia”, como Boaventura pontua em outro momento do texto, por ser de conhecimento dos criadores toda a árvore genealógica do “garrote”. Cabe lembrar que em uma fazenda de criação de gado a venda dos jovens animais é a principal fonte de renda para o proprietário. A recusa de se despedir do “produto final” vai contra uma lógica capitalista de imparcialidade entre a subjetividade do fazendeiro e a mercadoria negociada, isto é, o gado. A forma como o pai de Eurico Alves se relaciona com a terra é uma forma de capitalismo primitivo, em que há um “pegadio”, uma relação de afeto com a boiada, diferente das fazendas de engorda que surgem na segunda metade do século XX. No último capítulo de *Fidalgos e vaqueiros* há uma denúncia de Boaventura às novas lógicas comerciais, assim como uma ruptura com os modos de produção instituídos em outros momentos históricos, ao concluir que os novos fazendeiros só se interessam pelo lucro. O trecho, “a ideia de lucro não consegue fazer com que desame ele os seus garrotes” vai na lógica anteriormente

pontuada, podendo-se enquadrar a geração de criadores como seu pai, ao destacar a construção de afeto que atravessava as relações sociais no campo.

Ainda é possível perceber camadas temporais no trecho anterior. “Até nos nossos dias” é uma expressão utilizada pelo ensaísta para pontuar que, mesmo com o aperfeiçoamento das técnicas de produção capitalista, ainda havia fazendeiros que “nem ao campo ia” quando tinham que vender os animais, atividade que ficava a cargo do vaqueiro da fazenda. Essa prática é vista como uma permanência nas relações sociais, pois o criador, do tempo de Gonçalo Boaventura, “não presenciava a pesada do seu gado”. Apesar de a figura paterna não querer se despedir dos animais, enviava o jovem Eurico para acompanhar a pesagem, “mandando-me sempre à balança”, com o objetivo de garantir que não teria prejuízo. Dessa forma, a narrativa euriquiana romantizaria a relação entre o fazendeiro, a terra e o gado? Qual imagem o escritor constrói de seu próprio pai ao delimitar suas velhas práticas de manejo que não cabem nas relações modernas de compra e venda?

Cabe lembrar que Gonçalo Boaventura era um conhecido comerciante da cidade de Feira de Santana, como nos mostra o próprio Eurico Alves:

E tropeiros com cargas de bolas de fumo paravam à porta do armazém de meu Pai, na segunda década do século, em chusmas, lembrando o velho branco e a velha tapuia conquistada. E, em Tucano, carregamentos de cereal vi chegarem aos armazéns tangidos por cargueiros oriundos de gente fina (Boaventura, 1989, p. 88).

Feira de Santana é uma importante cidade no interior da Bahia que, pelo lugar geográfico estratégico, se constituiu como um centro comercial que ligava o sertão, o recôncavo e o litoral. O relato da chegada e partida de mercadorias no “armazém do meu Pai” apresenta essa dinâmica econômica da cidade, principalmente às segundas-feiras, quando acontecia a feira semanal e recebiam-se comerciantes e compradores das diversas localidades do estado (Oliveira, 2008). O que chama a atenção é que, mesmo sendo um veterano, quando se trata de negociações comerciais, Eurico Alves afirma que Gonçalo Boaventura sentia dificuldade em se desapegar dos animais que criava. Mas se o fazendeiro possuía um grande rebanho, havia de fato uma relação de afeto com todos os animais? Acreditamos que provavelmente deve ter existido um sentimento de proximidade entre o fazendeiro e o gado, mas que a relação entre o criador e as criaturas foi desenhada em *Fidalgos e vaqueiros* de uma forma romantizada, com o objetivo de estabelecer um paralelo entre as formas de produção finisseculares e as modernas, que distanciam o sujeito (pai) do produto negociado (gado).

A fazenda também era espaço de fortalecimento das relações de poder da aristocracia sertaneja, porque sediaram espaços para as sociabilidades da elite e negociações comerciais. Através de almoços e jantares, reuniam-se os Alves de São Boaventura:

De referência ao episódio do reatamento das relações esgarçadas ou desfeitas, que se operava nas festas familiares, lembro-me de que meu Pai, aqui na fazenda, ainda no início da terceira década deste século, entre uma meladinha e o almoço, impunha o desaparecimento das animadversões, dos ressentimentos entre os seus compadres. A sala-de-jantar da casa-da-fazenda, com os brindes e os almoços e jantares, foi sempre o campo onde as armas se ensarilhavam entre companheiros descontentes, morrendo aí o ressábio que existisse até então (Boaventura, 1989, p. 318).

As “festas familiares” são pontuadas como formas de “reatamento das relações esgarçadas ou desfeitas”. Através de bebidas e jantares, constituíam-se novas relações de poder, seja pela comercialização de produtos ou animais, seja por relações de apadrinhamento e auxílio mútuo. A “sala-de-jantar da casa-da-fazenda” era vista como “campo onde as armas se ensarilhavam”, em uma tentativa de estabelecer diálogos entre possíveis descontentamentos familiares. A escolha da sala de jantar como o espaço de negociação se deve, possivelmente, por ser um espaço coletivo do âmbito doméstico, que não era tão íntimo como os quartos e tão feminino como a cozinha<sup>50</sup>. O fato de atribuir ao seu próprio pai o papel de mediador de conflitos auxilia na construção da imagem de um sujeito de “delicadeza moral” (Boaventura, 1989, p. 108), como já havíamos apresentado anteriormente. “Entre uma meladinha e o almoço”, as desavenças eram postas sobre a mesa e as armas no chão, em respeito ao anfitrião, cuja presença nas lembranças do escritor “operava” essas festividades. É necessário chamar a atenção para o fato de que, mesmo se tratando de um assunto do espaço privado, a mãe de Eurico Alves não é mencionada nessa propensa sociabilidade masculina, assim como nenhuma outra mulher, mesmo sendo elas, muito provavelmente, as responsáveis pela preparação da comida que seria servida. O apagamento inconsciente das figuras femininas nessa sociabilidade doméstica pode ser interpretado como uma exclusão das mulheres dos processos de negociação e das redes de poder que perpetuavam o espaço público da política regional.

---

<sup>50</sup> Nelson Schapochinik (2021) afirma que a aristocracia paulista das primeiras décadas do século XX, ao caracterizar os cômodos dos casarões a partir de determinada função, como bordar, se vestir, receber amigos ou ter mais privacidade, estabeleceu o domínio de determinado gênero sobre o espaço, a exemplo da “sala das senhoras”, para as mulheres, e da sala de bilhar e do gabinete, para os homens.

O respeito pela figura de Gonçalo Boaventura e sua capacidade de articulação das relações sociais pode ser percebido na descrição do seu cortejo fúnebre, realizada pelo ensaísta. Segundo Eurico Alves, houve uma disputa entre os afilhados do seu pai pelas “alças do caixão, sendo necessária intervenção de amigo Dara para se prosseguir o cortejo” (Boaventura, 1989, p. 152). A competição por quem ficaria mais próximo do padrinho põe em cena uma disputa de poder, pois auxiliar a carregar o falecido demonstra uma proximidade com o sujeito, que tinha uma posição de destaque na sociedade feirense, como demonstram as reportagens já mencionadas no jornal *Folha do Norte* e as diversas homenagens que recebeu o patriarca após a morte.

Essas disputas de poder presentes na sociedade sertaneja são vistas por Joana Medrado (2012) como conflitos sociais que permeavam as relações de solidariedade entre os próprios fazendeiros, relações horizontais, e entre os patrões e seus subordinados, relações verticais. Ao analisar vários processos de roubo de gado na região de Jeremoabo-BA, no século XIX, a historiadora observa que as sociabilidades rurais eram baseadas na conduta dos sujeitos envolvidos, que prezavam pela honra atribuída ao seu nome. A solidariedade horizontal ou vertical<sup>51</sup> (Medrado, 2012) era uma forma de apoio mútuo entre os homens sertanejos, que se auxiliavam em atividades comuns ao cotidiano do curral, como a lida com o gado, a vacinação, a marcação e a partilha (pagamento ao vaqueiro).

A sociabilidade do curral era um evento de destaque na sociedade do pastoreio, reunindo homens para o desenvolvimento de determinada atividade laboral, mas também se caracterizando como uma festividade, regada a cachaça, já que “tinham permissão os trabalhadores para se aproximar e *esquentar o peito* com a meladinha, finda a faina do curral” (Boaventura, 1989, p. 227). A lida com o gado era o momento de os homens demonstrarem suas habilidades vaqueiras, reunindo trabalhadores, fazendeiros e agregados em um mesmo espaço, fortalecendo a identidade que Eurico Alves busca estabelecer do fidalgo que também é vaqueiro.

Um dos relatos pessoais do escritor, que descreve esse evento relacionando o trabalho do curral à festa, aconteceu na cidade de Tanquinho<sup>52</sup>. Boaventura foi convidado

---

<sup>51</sup> Medrado (2012) estabelece como solidariedade vertical a relação entre o patrão e o subordinado, por não possuir pé de igualdade entre os envolvidos. Por outro lado, as relações horizontais davam-se entre indivíduos de um mesmo grupo social (fazendeiro X fazendeiro e vaqueiros X vaqueiros), o que não impedia a existência de conflitos.

<sup>52</sup> Cidade que fica a 42 km de Feira de Santana. Contudo, a distância entre a Fazenda Fonte Nova, pertencente a Eurico Alves, é menor que essa quilometragem.

para se reunir com outros fidalgos em uma pega-de-bois, que se constitui em uma prática cultural de juntar o gado solto no campo e tentar derrubá-los no curral, montado sobre o cavalo. Para conseguir tal feito, era necessário ser um hábil montador, além da habilidade de puxar o animal pelo rabo para conseguir dominá-lo. A identificação do narrador, em primeira pessoa, e seus companheiros como “nós vaqueiros” (Boaventura, 1989, p. 155), aproxima Eurico Alves da imagem de fidalgo-vaqueiro, figura central na sua narrativa de Brasil.

Certa feita, estando eu em Tanquinho num pedaço de férias, moços finos e da então vila e das fazendas em volta me levaram a uma pega-de-bois na fazenda de um deles. Deram-me chapéu, luvas, perneiras de vaqueiro e um cavalo-de-campo. Todos eles se haviam entonado em couros e quase todos os componentes da turma, como eu, naquele tempo, beirando a casa dos vinte e seis anos e mais um pouco. Eram vaqueiros honorários. Filhos dos fazendeiros abastados da vizinhança os meus companheiros. Reunimo-nos aos vaqueiros de profissão. E faziam os moços o mesmo que os vaqueiros profissionais desempenhavam, entre pilhérias e provocações mútuas, vadias. E foi uma linda manhã sonora do bruto batebater dos nossos cavalos na disparada alegre e cuja saudade ressoa como que continuamente aos meus ouvidos (Boaventura, 1989, p. 229).

No trecho acima, pode ser observada a tentativa do ensaísta de classificar o grupo social ao qual eles faziam parte, “moços finos”, “na fazenda de um deles”, “filhos dos fazendeiros abastados da vizinhança”, que se vestiam com todos os adereços necessários para a identificação do vaqueiro, “chapéu, luvas, perneiras de vaqueiro e um cavalo-de-campo”. Os jovens aristocratas, “beirando a casa dos vinte e seis anos”, tinham o *hobby* de se reunirem com os trabalhadores em suas respectivas fazendas para ajudar nas atividades do curral, por esse motivo tinham seus próprios “couros”, isto é, uma referência ao traje de trabalho. A expressão “como eu” insere Boaventura nesse grupo que, apesar de serem os herdeiros das terras, tinham como diversão participar dessas “pegas-de-bois” e se tornavam “vaqueiros honorários”, que “faziam [...] o mesmo que os vaqueiros profissionais”, com o objetivo de demonstrar a habilidade que os fidalgos-vaqueiros possuíam sobre seus cavalos de montaria.

A necessidade de construir essa identidade vaqueira, além da imagem de intelectual retomada em diversos momentos do texto, é fundamental para estabelecer um contraponto a Gilberto Freyre, para mostrar que a elite rural baiana, além de estudada, também colocava a “mão na massa”. Como afirma Jorge de Araújo (2009, p. 8), o livro *Fidalgos e vaqueiros* constituía “sua aristocracia curraleira em classe laboriosa e suarenta, avessa ao conforto patriarcal, que delegava o trabalho exclusivamente ao braço escravo”.

Dessa forma, realiza uma ruptura entre o *modus operandi* da sociedade canavieira e das fazendas de criação de gado.

No relato sobre a descrição das atividades do curral, o ensaísta escreve:

Uma junta de bois, uma vaquejada, uma *ferra*, uma *partilha*, uma pega de bois carregam gritos fortes de vaidade e de bruta alegria para os sertanejos. Só os que vêm de longe, de outros climas desconhecem o sortilégio desta vida e não podem compreender a beleza das emoções que ela arranca a nós tabarésus (Boaventura, 1989, p. 225).

Achamos necessário observar que Boaventura relaciona os “gritos fortes de vaidade e de bruta alegria” às “emoções” que a prática cultural desperta “a nós tabarésus”. A figura do tabaréu comumente está associada ao sujeito iletrado, indivíduo do campo, envergonhado. Provavelmente, o escritor quis atribuir a si mesmo a qualificação de um sujeito que gosta de viver na fazenda, mas como não há um detalhamento do termo, fica em uma aparente contradição com a ideia de civilização que busca estabelecer para a aristocracia dos currais. Nesse sentido, os casarões não são espaços de pessoas incultas, como pretende provar Boaventura (1989, p. 328):

Lia-se nos solares pastoris. Livros da época. Romantismo inoculado fortemente na escolha dos livros manuseados por aqui. Escreve-se nas fazendas. Delas ficam documentos: cartas, notas de negócios, apontamentos de economia, sinais do trato entre a sua gente.

Além de lerem os mais variados livros, também se escrevia “nas fazendas”, assim como se possuía uma preocupação em documentar “sua gente”. É muito provável que, ao descrever a elite rural como leitora, escritora e com noções básicas de economia, Boaventura estivesse retratando a si e a sua família, como sujeito que possuía uma grande biblioteca pessoal, principalmente para os padrões da época, escrevia poesias, contos e crônicas, além da já mencionada preocupação em arquivar a cultura e sociedade sertaneja. Em outro momento do livro, Eurico Alves quer demonstrar como o sertão não é um espaço incivilizado e bruto, como a literatura havia retratado até então:

Desmente-se a lenda da brutalidade da nossa civilização, tida apenas como civilização tão somente de porteira de currais... Aqui perto, na fazenda Diamante, uma das sinhazinhas, Isabel Rosa Pereira, dedicou-se até a escrever versos, entregando-se à leitura. Erigiu-se a Vila da Feira de Santana com movimento seguro de instrução. E, com o tempo, na Vila, a aula de latim foi de certa importância até 1855. E o gosto pelo livro bonito e luxuoso se apresenta (Boaventura, 1989, p. 329).

Ao começar o parágrafo com “desmente-se a lenda da brutalidade”, o ensaísta retoma novamente o relato familiar para contrapor-se a essa falsa ideia, assim como

elencava diversos motivos provando o fato de sua terra ter uma elite culta e letrada, que estudava latim, escrevia poemas e se dedicava à leitura. Em outra passagem, Boaventura (1989, p. 397) afirma que havia uma preocupação com o aprimoramento da educação, sobretudo das mulheres, que aprendiam “piano com partituras modestas, valsas francesas [...] Bandolim e flauta completavam o esmero da educação de então”. É possível perceber que a educação feminina é muito diferente da que era atribuída aos homens, a exemplo do próprio Eurico Alves, formado no curso de direito. As mulheres assemelham-se aos papéis sociais presentes nos romances de José de Alencar, utilizado pelo ensaísta para ilustrar o cotidiano privado das casas de fazenda da Bahia, apesar de o romancista retratar um contexto histórico e social diferente do abordado por Boaventura. Enquanto os homens recebiam uma formação para atuar no espaço público, as mulheres eram educadas para serem boas anfitriãs e gerir o espaço doméstico.

Em um dos trechos que fala sobre sua mãe, o escritor está se referindo ao hábito sertanejo de presentear suas visitas. Eurico Alves afirma que, em toda viagem feita para a casa da fazenda, recebia mimos de D. Maria Amélia Boaventura, sua progenitora.

Perdura ainda hoje no sertão o prazer de presentear. Impossível, quando da nossa chegada a esta velha mansão da **Fonte Nova**, não se receber este ou aquele presente de coisas da roça: grandes abóboras, ou enormes melancias, as maiores da rama, até flores para o Oratório, dia de sábado, para o Ofício de Nossa Senhora. Difícil não chegar para a sinhá (minha Mãe), se vindo de gente mais idosa, ou para a patroa (a nora), um balaio rebuçado em alva toalha com algum mimo (Boaventura, 1989, p. 306).

O trecho reforça a ideia do espaço doméstico como domínio feminino. Os presentes referidos são produtos da própria fazenda, que vão integrar a despensa do presenteado. A “sinhá” entrega o “balaio” com os mimos para “a nora”, a esposa de Boaventura, e não para o próprio filho, pelo fato de ela ser a responsável pela gestão dos mantimentos domésticos do casal. Esse trecho contrapõe as diferentes atuações masculina e feminina no espaço doméstico e estabelece os papéis sociais esperados para cada gênero. Enquanto os homens eram os responsáveis pelas negociações e resolução de conflitos, as mulheres eram as cuidadoras, atuantes para o bom funcionamento do lar. Em outro momento do livro, o escritor afirma que no sertão houve viúvas que administraram com destreza as fazendas dos maridos após a morte deles, isso se devendo ao fato de que já eram acostumadas a gerir a casa e as empregadas e que auxiliavam nas atividades ligadas à manutenção do casarão da fazenda<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> “Não era ociosa a mulher pastoril. Trabalhava em casa e administrava trabalhos dos escravos para a sua economia própria. E, com vantagem, se enviuvava” (Boaventura, 1989, p. 56).

As festividades, a exemplo de casamentos, batizados e aniversários, eram o ponto alto da vida social do sertão, pois era o momento que reunia a família e agregados. A reunião familiar passava pelo crivo das “sinhas”, responsáveis pela administração interna do solar. Uma celebração destacada por Eurico Alves no texto foi seu nascimento. Pelo fato de o escritor ter nascido no período dos festejos do mês de junho<sup>54</sup>, havia vários parentes, amigos e vizinhos reunidos diante da casa dos seus pais:

Quando nasci, Catarino Neco, amigo velho de meu Pai, ficou preocupado e aborrecido porque não fez subir uma girândola de foguetões. Aborreceu-se com meu Pai por se quebrar a tradição, principalmente, sendo o primeiro filho e homem. Vaidade natural de gente vinda de redutos patriarcais. Também, antevéspera de agitadoíssimo e comemoradoíssimo São Pedro, todo bomba e busca-pés, os foguetes do meu nascimento não fizeram falta. Na praça dos Remédios, em frente à Capela de Nossa Senhora dos Remédios, onde morávamos então, a foguetaria foi atrevidamente alegre, contava-me meu Pai. Mas tudo era uma festa familiar para a gente patriarcal daquela quadra (Boaventura, 1989, p. 314).

O trecho destaca uma lembrança muito particular do escritor, seu nascimento<sup>55</sup>. Apesar de a narrativa ser em primeira pessoa, trata-se de uma história que “contava-me meu Pai”, na qual havia destaque para a agitação da comemoração de São Pedro, não se poupando “bomba”, “busca-pés” e “foguetes”. A “festa familiar” aconteceu no casarão dos Alves Boaventura, localizado no centro de Feira de Santana, um dia antes de ele vir ao mundo. O aborrecimento de Catarino Neco, amigo paterno, deu-se pelo fato de não ter acontecido uma celebração adequada para o nascimento do “primeiro filho e homem”, evento que demandava fazer “subir uma girândola de foguetões”, simplesmente por ser uma criança do sexo masculino, motivo suficiente para comemoração diante dos anseios patriarcais da sociedade sertaneja finissecular.

Outro exemplo de homem para Eurico Alves foi seu avô paterno, Barbarino Boaventura. O escritor afirma que conservou correspondências trocadas com o antigo patriarca, que foi vereador da câmara legislativa de Feira de Santana, assim como seu pai. Nas cartas, o mandatário apresenta ao neto “rígida moral do tempo, a volúpia do critério, da palavra dada, mesmo empobrecendo, orgulhosamente empobrecendo, como lhe aconteceu e de onde se extravasa o conhecido orgulho dos velhos Alves de São Boaventura” (Boaventura, 1989, p. 328). O ensaísta destaca a preocupação de seu avô em

<sup>54</sup> Celebração a Santo Antônio (13 de junho), São João (24 de junho) e São Pedro (29 de junho).

<sup>55</sup> Segundo o jornal *Folha do Norte*, a data de nascimento do poeta foi 27 de junho de 1909. Porém, se o poeta nasceu um dia após os festejos de São Pedro, seu aniversário deveria ser no dia 30 de junho. Há um conflito entre a narrativa do escritor e as pesquisas sobre sua biografia. Outra possibilidade é o pai do escritor ter antecipado os festejos em comemoração ao santo.

manter seu nome honrado, algo mais importante que bens materiais, já que, mesmo empobrecendo, como ele sugere ter acontecido, se mantinha orgulhoso pelo cumprimento de sua palavra, que ganha significados morais na construção da masculinidade sertaneja.

Como pontuado por Foucault (2014), as cartas são uma forma de o remetente investigar a si mesmo e produzir uma identidade para si, exposta ao destinatário do relato. A preocupação de Barbarino com a sua própria imagem, demonstrada na correspondência, torna possível afirmar que, mesmo “orgulhosamente empobrecendo”, seu maior anseio era como as pessoas iriam lembrar dele, desejo realizado pelo neto ao descrever seu avô paterno como pilar moral e homem honrado.

A partir da análise da descrição da sua família em *Fidalgos e vaqueiros*, observamos que Eurico Alves produziu seu ensaio movido pela preocupação de arquivar uma história de seus antepassados, assim como de traçar uma memória da elite do pastoreio. Essa preocupação em narrar as sociabilidades, as relações de poder, a configuração do espaço doméstico, ao mesmo tempo que rememora suas lembranças e menciona seus pais, caracteriza a concepção de História que o escritor defende, focada no interior da Bahia, onde teria acontecido a gênese do Brasil. Assim como demonstra um diálogo dele com a fase do modernismo brasileiro a partir da década de 1950, caracterizada pela produção de ensaios sociológicos.

### **1.3. Tradicionista dinâmico? Eurico Alves e o Modernismo Baiano**

Apesar de a Semana de Arte Moderna, que aconteceu em fevereiro de 1922, ser considerada o principal marco do Modernismo no Brasil, atualmente já existem pesquisas refletindo sobre a pluralidade do movimento, que se espalhou por todo o país e teve diferentes abordagens, a depender do contexto social, político e econômico de cada local (Teles, 2022). Um dos exemplos desses trabalhos é a coleção de três livros de Cid Seixas (2016a, 2016b), intitulada “A literatura na Bahia”, com foco no estudo do modernismo no estado. No primeiro livro, ele afirma:

Enquanto o modernismo da Semana de 22 colocava o país em sintonia com a modernidade europeia, o Nordeste passava por uma busca de libertação dos modelos europeus, em favor de uma identidade telúrica. Como o conceito de regional se confundia com o pensamento político conservador, alguns intelectuais tentavam contornar esta inconveniência, sustentando sua proposta de modernidade com a de pertencimento ou de identidade. (Seixas, 2016a, p. 64)

A compreensão da pluralidade do movimento modernista é essencial para pensarmos as particularidades regionais, assim como para refletir a heterogeneidade dos autores compondo esse cenário. Enquanto o grupo paulista, visto como precursor, estaria mais ligado às correntes artísticas europeias, no Nordeste os intelectuais modernistas defendiam uma aproximação da modernidade com a identidade cultural do próprio povo brasileiro. Nesse contexto, sobressai-se a figura de Gilberto Freyre, em Pernambuco, e Carlos Chiacchio, na Bahia, como articuladores locais de duas perspectivas diferentes de modernismo.

Para Raquel Borges (2011), os escritores ligados ao movimento pernambucano buscavam atribuir sentido ao passado a partir do presente, diante das recentes inovações técnicas que ganham espaço após a I Guerra Mundial. Dessa forma, Freyre e seus aliados almejavam encontrar a gênese da identidade regional, além de atuar na inserção dessas culturas no âmbito nacional. Assim, a proposta dos modernistas que compunham esse cenário era “manter as especificidades do local, sem perder o compasso da modernização e do desenvolvimento do capitalismo em nível internacional” (Borges, 2011, p. 4). Essa vertente não deixaria de lado nem as novas abordagens da produção literária brasileira, nem as identidades locais recuperadas pelos seus autores.

Na Bahia, os escritores seguiram uma perspectiva próxima aos intelectuais pernambucanos, mas lançaram uma diretriz mais conciliadora entre a vertente paulista e a do grupo chefiado por Freyre. Em vários momentos do seu livro, Seixas (2016a) pontua a relação telúrica que os modernistas baianos possuíam. Em um desses trechos, ele afirma que, diferente dos literatos do eixo Rio-São Paulo, que bebiam diretamente das correntes artísticas europeias, “os jovens da ‘roça’ tiravam da terra as raízes com que se alimentavam” (Seixas, 2016b, p. 10). A expressão “da roça” é justamente uma forma de elucidar a relação de proximidade desses sujeitos com a terra, diante da defesa de um olhar “para dentro” da sua própria cultura como inspiração para seus escritos. Mas, apesar dessa definição do modernismo baiano, ele não foi tão homogêneo como o pesquisador demonstra.

No livro *Movimentos modernistas no Brasil: 1922/1928*, de Raul Bopp, publicado originalmente na década de 1960 e republicado em 2012, é feito um percurso pelo modernismo no país, com o intuito de demonstrar a pluralidade que caracterizou esse movimento ainda na década de 1920. Na seção intitulada “Na Bahia”, Bopp (2012, p. 46) afirma:

NA BAHIA – A revista *Arco e Flexa* (1928) reuniu, sob a sua legenda, poetas e escritores moços da Bahia. O crítico Carlos Chiacchio foi o animador do grupo, que era integrado por Eugênio Gomes, Pinto de Aguiar, Carvalho Filho, Hélio Simões e Godofredo Filho. Um outro grupo de intelectuais baianos (Jorge Amado, Edson Carneiro, Pinheiro Viegas, Clóvis Amorim, Sosígenes Costa) seguiu por uma linha independente.

Com um único parágrafo, Bopp (2012) descreve o modernismo na Bahia, com o foco na atuação da Revista *Arco & Flexa*, vista como o marco inicial do movimento no estado, em 1928. O mesmo impresso publicou uma poesia do autor de *Cobra Norato*<sup>56</sup>, no ano seguinte ao seu lançamento, em 1929. Na citação acima, ele apresenta que o movimento no estado não foi tão homogêneo, devido a disputas internas e diferentes concepções estéticas defendidas pelos grupos intelectuais atuantes no período, a saber, o grupo *Arco & Flexa* e a Academia dos Rebeldes. No trecho acima, cabe destacar a ausência de Eurico Alves, membro fundador do periódico. Qual o motivo da retirada do nome do poeta por Bopp (2012)? Seria um desconhecimento da produção literária de Boaventura, mesmo com poemas assinados por ele em todos os números? Não é possível chegarmos a uma resposta, mas a ausência de outros impressos modernistas que ganharam espaço no cenário baiano, como as revistas *Samba*, *Meridiano* e *O Momento*, demonstra uma possível falta do conhecimento dos intelectuais paulistas do que se produzia em outras localidades, a exemplo da Bahia<sup>57</sup>.

O grupo Academia dos Rebeldes, como ficaram conhecidos, começaram a se reunir a partir de 1927, como afirma Ângelo Soares (2005), liderados pela figura de Pinheiro Viegas, ex-integrante do grupo da Baixinha, assim conhecidos por se reunirem na Baixa dos Sapateiros, em Salvador. O elitismo da Academia Baiana de Letras não permitiu que nenhum dos seus integrantes entrassem na instituição, principalmente por não terem uma tradição intelectual, como os integrantes do *Arco & Flexa*. Por esse motivo, se autodenominaram “Academia dos Rebeldes” como uma afronta à postura da agremiação literária. Segundo Bopp (2012), o grupo era composto por Jorge Amado, Edson Carneiro, Clóvis Amorim e Sosígenes Costa, além de outros nomes não mencionados como Áydano Ferraz, Guilherme Dias Gomes, João Alves Ribeiro, Walter da Silveira, Costa Andrade, Souza Aguiar e Clóvis Amorim. Diferente dos jovens que integravam o *Arco & Flexa*, esse segundo grupo não fazia parte das famílias tradicionais do Estado, assim como sua maioria não havia frequentado o ensino superior. Esse perfil

<sup>56</sup> Livro de poesias de Raul Bopp publicado em 1931.

<sup>57</sup> Segundo Soares (2005), aquilo que não fosse publicado no eixo Rio-São Paulo não era reconhecido pelos escritores ligados ao movimento modernista desse circuito. Dentro dessa perspectiva, as revistas baianas publicadas a partir de 1928 provavelmente não ganharam projeção entre essa elite intelectual.

dos membros caracteriza a produção literária dos “Rebeldes”, que buscavam valorizar as identidades próprias dos lugares que habitavam, com o objetivo de falar sobre a realidade do povo baiano (Seixas, 2004; Soares, 2005).

Como o progresso de São Paulo trouxe, primeiro, a inquietação, lá o modernismo logo conheceu o deslumbramento pelas novidades vindas de fora; depois trocadas pelo mergulho dos seus escritores nas raízes nacionais, especialmente a partir de 1928. Pode-se dizer que no início dos anos 30 não há mais oposição entre as perspectivas do sul e do norte (Seixas, 2016a, p. 68).

No trecho acima é possível destacar a distinção feita por Seixas (2016a) entre a concepção de modernidade proposta pelo grupo paulista e a concebida na Bahia. De qualquer forma, essa disputa pela gênese do movimento, seja no estrangeiro, seja no nacional, apresenta uma síntese a partir da década de 1930, devido ao amadurecimento do modernismo brasileiro e à consolidação do romance regionalista. Soares (2005, p. 47) afirma que a defesa telúrica dos escritores baianos, em especial dos integrantes da Academia dos Rebeldes, se constituiu como uma “linha tangencial adversa à essência do modernismo de 22”. A perspectiva mais conciliadora, proposta pelo grupo *Arco & Flexa*, provavelmente é resultado do cenário conservador formado pelos escritores consolidados do estado, por se aproximarem do estilo parnasiano em seus textos. Mas, apesar do caráter “tradicional” que eles poderiam ter, Seixas (2016a, p. 35) acredita que a atitude defendida pelos jovens integrantes do grupo era uma “acomodação ruidosa, com ares de rebeldia”, diante dos esforços de minar a resistência provinciana ao novo movimento estético. Em uma perspectiva similar, Monalisa Ferreira (2008) aponta que seria errado compreender os escritores modernistas baianos como retrógrados apenas por divergirem da atuação vanguardista dos paulistanos. Eles teriam outra perspectiva como ponto de partida, que fazia mais sentido para o contexto sociocultural no qual estavam inseridos.

Para entendermos o período modernista na Bahia é necessário fazer um breve percurso pelos impressos que marcaram a segunda metade da década de 1920. No ano de 1925 foi lançada a revista *A Luva*, que, apesar de não se definir como imprensa modernista, apresentou textos possuindo elementos estilísticos próximos dos vanguardistas paulistas, como, inclusive, os poemas de Eurico Alves (Ferreira, 2008). Essa informação é relevante para mapear esse contexto, pois tanto Boaventura como Godofredo Filho publicaram textos no referido periódico e integraram, posteriormente, outro grupo modernista.

Foi a partir de 1928 que lançaram as revistas marcadamente modernistas na Bahia. Em novembro do mesmo ano sai tanto o primeiro número de *Arco & Flexa*,

amplamente divulgado pelos principais jornais do estado, como o *A Tarde* (22-11-1928), *O Imparcial* (22-11-1928), *Diário da Bahia* - ed. vespertina (22-11-1929) e *Diário da Bahia* - ed. matutina (23-11-1929). O periódico *Arco e Flexa* resultou das discussões acaloradas do grupo liderado por Chiacchio, que se reuniam no Café das Meninas todos os dias no fim da tarde (Alves, 1978). No final de 1928, ainda é publicada a primeira edição da revista *Samba*, uma produção intelectual dos poetas da Baixinha, que teve uma vida curta. Após a diluição do referido grupo, alguns de seus integrantes formaram a Academia dos Rebeldes, que foram os responsáveis pela edição de outros dois periódicos: *O Meridiano* (1929), com apenas um número, e *O Momento* (1931-1932), com nove edições. As revistas eram uma forma de os escritores lançarem seus textos, estratégia adotada diante dos altos custos que a publicação de um livro individual poderia acarretar para os poetas com finanças mais reduzidas.

*Arco & Flexa*, *Samba*, *O Meridiano* e *O Momento* possuíam linhas editoriais e posicionamentos políticos diferentes entre si. Apesar de todas buscarem uma nova estética para a poesia baiana, os temas abordados e o formato utilizado eram bastante diversificados até mesmo entre os autores pertencentes a um mesmo grupo. Mesmo com o caráter mediador do grupo liderado por Chiacchio, a revista *Arco & Flexa* não foi bem recebida por parte dos críticos baianos, que viam com desconfiança as inovações literárias propostas pelo modernismo, principalmente pelos significados políticos que as correntes futuristas apresentavam aos escritores da Bahia, como a lembrança da perda do prestígio político e econômico que possuía até o século XIX (Alves, 1999).

Apesar de Ivia Alves (1999) acreditar que a dificuldade de circulação do modernismo na Bahia estava associada ao pouco contato com os escritores do Sudeste, devido ao isolamento em que se mantiveram os poetas baianos, acreditamos que essa rejeição se deu não apenas pelo não conhecimento, mas, principalmente, pela discordância com a forma como os paulistas compreendiam a literatura. A circularidade dos impressos paulistas e cariocas em Salvador pode ser observada na seção “Noticiário” da revista *Arco & Flexa*, que reproduzia alguns trechos de críticas importantes de periódicos nacionais, principalmente, quando se tratava do próprio periódico, a exemplo do segundo número do impresso, que traz aos leitores a recepção de sua primeira edição em vários impressos do Brasil.

### 1.3.1. Aspectos do modernismo na *Arco & Flexa*

Entre as revistas mencionadas anteriormente, iremos atribuir uma maior atenção a *Arco & Flexa*, tanto por ser considerado o primeiro periódico modernista na Bahia, como por ser o grupo literário do qual Eurico Alves fez parte e que o colocou em uma posição de destaque na literatura baiana. Como dissemos anteriormente, o primeiro número foi lançado em novembro de 1928, com um único volume. No mês seguinte, sai a segunda edição da revista, com dois volumes, relativos ao segundo e terceiro número. Por fim, no começo de 1929, foi publicado o último volume, consistindo nos exemplares 4 e 5 do periódico. Segundo Ivya Alves (1978), era utilizada a imprensa da Nova Gráfica da Bahia para a impressão da revista, assim como trazia-se o endereço da residência de Pinto Aguiar como sede da *Arco & Flexa*, provavelmente por ser o espaço utilizado para as reuniões do grupo, após o Café das Meninas.

Além de anfitrião, Pinto de Aguiar aparece como um dos principais financiadores do periódico, somado aos valores arrecadados pelos anúncios e assinaturas. Alves (1978) pontua que a grande variedade de anúncios<sup>58</sup>, como consultórios médicos e de dentistas, livrarias e outros estabelecimentos, se deveu à influência do grupo, em especial à figura de Carlos Chiacchio que, além de renomado escritor da época, em virtude das décadas de trabalho dedicadas à imprensa, também era formado em medicina, facilitando o contato com outros profissionais da área. Mesmo com a grande quantidade de anúncios publicados na revista, com os assinantes e com a ajuda financeira de Pinto de Aguiar, nas entrevistas feitas por Ivya Alves (1978) a Carvalho Filho e Hélio Simões, colaboradores da *Arco & Flexa*, pontua-se o fator financeiro como um dos principais motivos que levou ao fim do impresso. O segundo problema teria sido as divergências no próprio grupo, que se tornou ainda mais heterogêneo após o lançamento do periódico.

Como já mencionamos anteriormente, além de Chiacchio, que já era um nome conhecido no cenário literário baiano, o grupo era constituído por jovens estudantes da Faculdade de Direito ou Medicina, entre os 16 e 22 anos, representantes de tradicionais famílias da Bahia. Inicialmente composto por Pinto de Aguiar, Eurico Alves, Carvalho Filho e Hélio Simões, o grupo contou, posteriormente, com o apoio de Chiacchio, que já havia participado da associação cultural *Nova Cruzada* (1901-1916), além de ter publicado sua coluna “Homens e Obras” semanalmente do jornal *A Tarde*, impresso de

---

<sup>58</sup> Segundo Ivya Alves (1978), no último número da revista foram publicados 39 anúncios dos mais diversos.

grande circulação na cidade de Salvador. A cooptação do conhecido nome foi essencial para a publicação da revista *Arco & Flexa*, tornando seus integrantes escritores de renome no estado.

O manifesto do grupo foi publicado no segundo volume da revista, escrito por Carlos Chiacchio, com o título “Tradicionalismo dinâmico”. As ideias norteadoras do texto já haviam sido publicadas anteriormente no jornal *A Tarde*, na coluna “Homens e Obras”. Apesar de o manifesto ser de autoria do editor-chefe do periódico, ele representava as diretrizes do impresso presentes nos textos e nos posicionamentos dos colaboradores. Uma posição radical para os escritores locais e conservadora para os vanguardistas paulistas.

Logo no começo do texto-manifesto, Chiacchio (1928, p. 4) faz uma comparação entre o “homem americano” e o “homem europeu”, representados no decorrer da escrita pela “tanga, arco e flecha” e pela “máscara, florete e luva”. A escolha desses símbolos não foi aleatória, mas uma forma de recuperar elementos tradicionais da cultura, principalmente no caso do Brasil, que remetessem a uma gênese, mas sem ter a intenção de ser neindigenista. A máscara seria o objeto que muda a fisionomia de quem a utiliza, porém permanecendo o mesmo sujeito. Dessa forma, Chiacchio (1928, p. 4) defende ser preciso retirar as máscaras, para se defrontar com a realidade brasileira, especialmente com a “multiplicidade de raças”, que caracteriza o nosso povo:

Não nos limitamos a imitar o presente da Europa. Queremos a morte do passado da América. Não nos cinjamos a selecionar as tradições. Queremos o repúdio de todas. É a desradicação da raça. É a descaracterização brasileira. É o aniquilamento de quatro séculos de esforço. É a morte do Brasil. A tanga nos envergonham. E afivelamos a máscara. O arco e a flecha nos apequenam. E ostentamos o florete e a luva. Simulação. Hipocrisia. Falsidade.

É possível perceber que o trecho acima se constitui uma crítica direta à importação dos modelos europeus para a configuração do modernismo no Brasil, com a valorização de uma concepção de arte que não diria muito sobre as particularidades nacionais. Com a frase “queremos a morte do passado da América”, o escritor muito provavelmente se refere ao período da colonização, caracterizado pela imposição da cultura e do modelo de civilidade estrangeira, o que é reforçado pela expressão “aniquilamento de quatro séculos de esforço”, como uma referência ao “descobrimento” da colônia portuguesa em 1500. Para Chiacchio (1928), reproduzir esses modelos de “tradição” europeus seria uma “morte do Brasil”, pois deixa de lado elementos culturais

que marcam a cultura brasileira, representados pela tanga, o arco e a flecha, enquanto “ostentamos” uma cultura que não seria nossa, como o florete e a luva.

As referências utilizadas pelo autor estão atreladas à busca de uma literatura nacional na década de 1920 que, pela própria condição de utilizarmos a língua portuguesa como oficial, já herdamos de uma tradição literária dos colonizadores. A proposta de Chiacchio (1928, p. 6) seria a seguinte:

Mas que ainda possamos realizar, se não um panamericanismo, ao menos, um mundonovismo, que se caracterizaria nas nossas literaturas, já, em parte, nas de corte hispano-americano, realizado, pela continuidade da tradição dinâmica, bem claro, é facto irrecusável.

A busca por um “panamericanismo” ou um “mundonovismo” seria uma forma de recuperar elementos das culturas latino-americanas para construir “nossas” literaturas. O autor percebe que é inevitável conviver com a tradição literária europeia, mas defende ser necessário pensar essa tradição de uma forma mais dinâmica, “vivas, libérrimas” (Chiacchio, 1928, p. 6). As tendências modernistas seriam o caminho para construir esse “tradicionalismo dinâmico”, não se tratando de recuperar o passado, mas de atuar constantemente a partir dele, ao utilizá-lo como ponto de partida. Dessa forma, o escritor lê a tradição de duas formas distintas: a estática (destinada a cair no esquecimento) e a dinâmica (que se reinventa, produz novos sentidos e se perpetua). Assim, para se produzir uma nova concepção literária seria necessário repensar os elementos que serão utilizados, de uma forma que recupere a cultura nacional.

Chiacchio (1928) percebe que, apesar de os modernistas buscarem uma identidade própria, eles caem na armadilha de reproduzir os moldes europeus: “Toda a América procura a si mesma. Mas nós repelimos os nossos monumentos de raça. Envergonhamo-nos da tanga, do arco e da flecha, porque nos fascinam a máscara, o florete e a luva” (Chiacchio, 1928, p. 6). É necessário destacarmos como a questão racial está presente no discurso do manifesto, demonstrando a circulação de ideais como a “democracia racial”, defendida por Freyre, mesmo antes da publicação do livro *Casa grande e senzala*, em 1933. Havia uma leitura positiva das contribuições culturais dos variados grupos étnicos que compõem o Brasil, assim como uma interpretação de que esses elementos garantiriam uma autonomia nacional dos modelos artísticos importados da Europa.

Na página seguinte, o editor-chefe da revista continua: “Antes, porém, sejamos arco-e-flecha, isto é: sejamos Brasil. O sentido essencial de Brasil [...] Orientação

independente, livre, ampla. Sem patronos, sem amparos, sem subserviências” (Chiacchio, 1928, p. 7). O escritor do manifesto faz a associação direta entre o “arco-e-flecha” e a identidade nacional, talvez por compreender esse símbolo como construtor de sentidos para um projeto de Brasil que ele acredita como o ideal. Seguir esse modelo seria uma forma de ser independente das referências europeias, sem “amparos e “subserviências”, tornando possível pensar uma tradição brasileira sem recorrer ao que se considerava até então como modelo correto de produzir literatura.

Nunca primitivismos antropofágicos, nem dinamismos desembastados. Flecha neles. Não queremos correr cruamente com o passado. Não devemos estraçalhar as raças do presente. Nada de violências, nem clangores. O senso da medida. O critério da seleção. O gosto do melhor (Chiacchio, 1928, p. 7).

Apesar de defender a escrita literária a partir de elementos culturais próprios, seria necessário o cuidado para não cair em “primitivismos antropofágicos” ou “dinamismos desembastados”, possivelmente referências à *Revista de Antropofagia* e ao “Manifesto Antropofágico” escrito por Oswald de Andrade<sup>59</sup>. O texto lançado pelo escritor paulista defendia uma “assimilação” das vanguardas europeias ao contexto brasileiro, sendo, justamente, essa perspectiva a origem da crítica de Chiacchio. No trecho, ainda há uma discordância com o grupo modernista pernambucano, que estaria interessado em recuperar “cruamente” o passado, segundo o colunista baiano, sendo necessário um “senso de medida” entre as duas perspectivas. A terceira via, proposta pelo “Tradicionalismo dinâmico” seria a conciliação entre a reprodução das vertentes europeias e o passadismo, estático e datado.

O manifesto da revista *Arco & Flexa* encerra-se com a explicação da escolha do título para o periódico. O instrumento “arco-e-flecha” é a representação do nacional, uma arma certa, embora simples, mas utilizada e conhecida pelos nossos povos originários, sem a necessidade de uma complexa “arma ultramoderna” (Chiacchio, 1928, p. 8) para cumprir seu objetivo. Essa caracterização retoma os argumentos apresentados no começo do texto, da “vergonha” dos elementos nacionais por serem considerados “menores” se comparados com objetos estrangeiros. Apesar de simples, para Carlos Chiacchio (1928, p. 8) a mensagem transmitida seria direta e clara, sem a necessidade de artifícios estilísticos mais complexos para a defesa de um projeto de literatura brasileira:

Arco-e-flecha, um simples título. Simples notação tradicionalista. No melhor sentido de inquietação, brasilidade, juventude, Dinamismo controlado. Nem se

---

<sup>59</sup> Para mais informações sobre as características do Modernismo paulista, consultar Andrade (1942), Andrade (1992), Aranha (2009; 2017) e Schwarz (1987).

concebe um arco-e-flecha, sem a ideia de um pulso que o retesa. Enfrechemos o nosso arco, sem alusões a Peri. Não é o indianismo, ou o neindianismo das classificações apressadas. Das atitudes o sentido profundo. O melhor sentido da vigilância de Peri ao pé da amada imóvel contra a audácia dos aventureiros. A terra dorme. Assinale a flechada certa a mão que lhe ousar atingir o colo.

O símbolo do “Arco-e-flecha” representa o “dinamismo controlado” proposto como diretriz principal da revista, trazendo a “inquietação, brasilidade” e “juventude” que defendiam os textos publicados no impresso, a cara de seus colaboradores, jovens escritores baianos. Apesar de ser uma arma “simples”, é necessária uma “retesa” para manejá-la, um pulso firme para acertar o alvo. As figuras de linguagem utilizadas são uma forma de apresentar aos leitores a proposta de literatura do grupo, na defesa de uma linha editorial homogênea, dentro da heterogeneidade de pensamentos de seus integrantes, que tem na figura de Chiacchio o elemento necessário para atribuir uma unidade à revista. A referência à produção indigenista de José de Alencar, muito provavelmente se deve pela busca do caráter nacional na figura do indígena no romantismo, que também almejou produzir uma literatura brasileira, mas que não conseguiu se desvincular da produção europeia, em especial da francesa.

Chiacchio (1928, p. 8) conclui o texto com o seguinte parágrafo:

Arco-e-flecha é uma senha de independência, liberdade, autonomia. No gesto e no ritmo. No pensamento e na arte. No caráter e no coração. Memória da pátria verde, virgem, vibrante. Sem demagogia, nem ênfase. Sem artificialismo, nem retórica. Espontânea, natural, sincera. Arco de céu, flecha de sol. Mais lindo que o ramo de café, mais verdadeiro que a folha de fumo, mais flexível que a espátula de cana. Não é todo o Brasil. Mas é um bocado de Brasil na simplicidade geométrica de um símbolo.

Na lógica apresentada, foi defendido que a revista tivesse uma independência não apenas na compreensão do modernismo, mas na forma como se produz a literatura, com um ritmo e uma concepção particular de arte. A defesa da nação no *Arco & Flexa* seria “sem demagogia”, “sem artificialismo”, algo “natural” e “sincera”, com o objetivo de representar “um bocado de Brasil” que normalmente é esquecido, engolido pelo modernismo e pela efervescência dos grandes centros culturais, como o Rio de Janeiro e São Paulo, mas que representaria para o grupo baiano a modernidade ideal.

O “Tradicionismo dinâmico” foi uma posição contrária aos próprios escritores locais, que não recebiam com bons olhos as inovações estéticas propostas pelos modernistas do Sudeste, mas acabou se constituindo em uma outra perspectiva do movimento. Segundo Alves (1978), antes mesmo da publicação da revista *Arco & Flexa*, Chiacchio já defendia que a renovação literária deveria acontecer de forma equilibrada e

sem a intervenção de “ideias chocantes”. Um exemplo dessa perspectiva seria a retomada de um ritmo próprio ao brasileiro, assim como elementos históricos e sociais do seu povo nos temas abordados, tendo como inspiração as lendas, cantigas, sambas, rezas e ritos. A revista não adotou uma narrativa regionalista como o grupo pernambucano, mas buscou estabelecer uma narrativa de Brasil a partir da experiência da Bahia.

### 1.3.2. A atuação de Eurico Alves no modernismo baiano

Após apresentarmos o contexto do modernismo na Bahia, assim como a diretriz editorial que possuiu a revista *Arco & Flexa*, é necessário falar sobre nosso objeto de estudo: Eurico Alves. O escritor iniciou sua jornada modernista na revista *A Luva*, em 1925. Apesar de não ser um periódico que seguiu essa vertente estética, ele estava aberto para os mais variados estilos, com autores românticos, parnasianos e simbolistas (Ferreira, 2008). Além de Boaventura, o impresso possuía outros colaboradores que já traziam traços modernistas em seus escritos, como Carvalho Filho, Arthur de Salles, Rafaelina Chiacchio e Herman Lima. Apenas o último nome não contribuiu com textos para a *Arco & Flexa*, mas tinha uma amizade com o escritor feirense, como vimos na matéria da *Folha do Norte* referente à visita dos dois à sede do jornal.

Segundo Monalisa Ferreira (2008, p. 88), os poemas e contos de Eurico Alves publicados na revista *A Luva* tinham uma periodicidade quinzenal, apresentavam “uma estética visivelmente inventiva” e se aproximavam dos modernistas paulistas, mas estavam alinhados com a proposta defendida por Carlos Chiacchio. O “tradicionalismo dinâmico” presentificava-se na produção euriquiana pelo estilo vanguardista relacionado à recuperação de temas locais, como o folclore, símbolos e termos populares.

No que se refere à natureza e ao homem representados no texto poético de Eurico Alves, apesar da voz onisciente ali entremeada, a tentativa não é de mudar as concepções do localismo e, sim, revelar, em termos literários, e com a autoridade de conhecedor de causos do povo da fazenda e da sua linguagem característica, as crendices e invocações. Isto por meio de certa subversão linguística, expressa pelo falar cotidiano das pessoas que vivem nestes meios (Ferreira, 2008, p. 98).

Dessa forma, mesmo na sua fase de efervescência modernista, Boaventura já se preocupava em recuperar o “povo da fazenda”, “sua linguagem”, “crendices e invocações”. Provavelmente, com um objetivo diferente da sua fase arquivista, por compreender que a cultura sertaneja atribuiria um dinamismo à sua forma de escrita, particularizando seus poemas e contos, assim como o aproximaria das diretrizes editoriais

da *Arco & Flexa*. Na citação acima, Ferreira (2008) demonstra a preocupação de Boaventura em integrar essas “concepções do localismo” na sua produção literária, não com o objetivo de produzir textos regionais, mas com a defesa de outra concepção de cultura brasileira. Essa postura ainda se manteve a partir de 1928, quando Eurico Alves publicou poemas em todos os volumes lançados da revista *Arco & Flexa*. No primeiro número, publicou “A Bahia de Todos os Santos”, “A escola” e “Noturno bahiano”. No segundo volume, que consiste nos exemplares 2 e 3, lançou “Minha terra”. Por fim, na última edição, números 4 e 5, escreveu “Zabiapunga”. Ao todo foram cinco poesias, que possuíam elementos modernistas atrelados a temas locais que mobilizaram o poeta.

No final do livro *Arco & Flexa: contribuição para o estudo do modernismo*, Ivia Alves (1978) traz duas tabelas com a incidência de adjetivos, levantamento de assunto e versificação dos textos que compõem a revista. Sobre os temas apresentados nos poemas de Boaventura, ela os define da seguinte maneira: 1) “A Bahia de Todos os Santos” retrata “a beleza tropical da Bahia”; 2) “A Escola” fala sobre “As normalistas”; 3) “Noturno Bahiano” aborda “a modernização da Bahia, as luzes, os auditórios”; 4) “Minha Terra” fala sobre “as características regionais da Bahia”, especialmente sobre a cidade de Feira de Santana; e 5) “Zabiapunga” traz a “dança ritual dos negros/elementos africanos” (Alves, 1978, p. 131-132). Segundo a versificação apresentada pela pesquisadora, os poemas possuíam uma média de 34 versos, sem rimas e com uma variável distribuição no número de estrofes.

Dos cinco poemas publicados no *Arco & Flexa*, iremos analisar “A Bahia de Todos os Santos” e “Zabiapunga”, com o objetivo de perceber os elementos temáticos e estilísticos apresentados na sua produção poética desse período. Assim como o poema “Bahia”, analisado anteriormente, os dois que se seguem apresentam versos livres, brancos e com uma quebra brusca entre os versos de um mesmo período. A escrita aproxima-se da proposta dos modernistas paulistas, com uma preocupação na renovação da linguagem através do experimentalismo estilístico, mas com temas ligados ao cotidiano da vida baiana, como propõe a própria premissa da *Arco & Flexa*. O poema “Bahia de Todos os Santos” é dedicado a Jorge de Lima, que, segundo Olivieri (1987), se constitui como uma influência para Eurico Alves nas temáticas e organização dos versos.

#### **BAHIA DE TODOS OS SANTOS**

Bahia, minha Bahiazinha,  
vou escrever hoje o teu poema, terrinha do meu coração!

Bahia de Todos os Santos,  
 és u'a morena preguiçosa,  
 certas horas, dormindo descuidada,  
 na rede azul que o mar balança.

Não usas, mais, morena, o pano-da-costa listrado  
 preto e branco,  
 vermelho e amarelo.

Mãe-natureza te deu um chalé de seda fina,  
 feito de espumas quentes e folhas verdes.

És faceira,  
 apetitosa,  
 e dengosa,  
 de seios túmidos e pontudos como jabuticaba, verdes e enormes.  
 Os palacetes Martins Catharino,  
 o velho e o novo, são as tuas pomas encardidas  
 que o sol morde com sensação,  
 o dia inteiro

Eu gosto de ti,  
 minha Bahia, porque és u'a morena educada,  
 que tudo sabe e tudo faz.

Eu gosto de ti, quando nos matos, nos candomblés,  
 tu te remexes devagarinho,

ou ligeirinho,  
 numa tontura,  
 numa luxúria,  
 desesperada.

Eu te amo no “Baiano de Tênis”,  
 quando te imposturas pra cima da gente.  
 És melindrosa, neste momento,  
 de ruge e pó no teu rostinho  
 estrangeirinho

de bangalô (Alves, 1999, p. 141-142).

No início do poema, Boaventura personifica a Bahia com a imagem de uma “morena”, descrita como “preguiçosa”, “descuidada”, “apetitosa”, “dengosa”, “educada” e sensual. A descrição da “Bahiazinha” reflete um olhar sexualizado do interlocutor sobre o corpo da mulher negra, seja na imagem dela na rede, seja na forma de se vestir ou se comportar. O clima quente sensualmente envolvendo as “pomas encardidas” da “morena” parece deixar o eu lírico ainda mais interessado no que descreve, com versos apresentando uma dualidade sobre a sexualidade das mulheres negras que ocupavam as ruas de Salvador no começo da década de 1920, “que tudo sabe e tudo faz”, despertando o desejo do escritor em possuir a “Bahia”, movido pela forma de “remexer” que a mulher apresenta, seja “devagarzinho” ou “lixeiro”, nas ruas, nos matos, seja exercendo sua fé, “nos candomblés”. Não importa qual atividade a mulher que personifica a cidade de Salvador desenvolva, ela será sempre sexualizada pelo sujeito que escreve. No nosso livro

(Santana, 2022) analisamos o poema “Minha Terra”, que descreve a cidade de Feira de Santana como um menino vaqueiro, forte, viril, corajoso, diferente da imagem feminina atribuída à capital do Estado, com o olhar sexualizado sobre o corpo negro que é sempre desejado.

Na segunda e terceira estrofes do poema, Eurico Alves atribui uma maior atenção à culinária baiana, sem deixar de lado os versos dúbios, com encaminhamento sensual, apresentados no começo do texto:

E mais me encantas,  
quando te encontro  
lá na cozinha,  
encarvoada,  
lambuzada  
de azeite doce e de dendê.

Bahia,  
o teu vatapá gostoso  
está me parecendo, digo sério,  
um manjar do céu. E foi provando-o  
que o escritor disse que a Paris só falta  
um vatapá baiano.

E me ri muito, naquela noite, na “Petisqueira”,  
vendo um carioca almofadinha  
comendo  
e chorando  
com o ardor  
da pimenta de cheiro  
e da malagueta.  
E todo sulista  
quer provar,  
embora chorando, do teu efó apimentado,  
deste caruru que sabes fazer com sururu,  
e do vatapá doirado e do acarajé amassado por ti.

Ai! minha Bahia, que coisa gostosa é acarajé!...

É um pomo de ouro,  
amarelinho,  
redondinho,  
delicioso,  
que Ogum deixou pra gente.  
O, acarajé, minha gentinha,  
não tem, não tem aquele  
gosto ruim de beijo chupado  
que Jorge de Lima diz.  
Um acarajé tem o gosto gostoso  
de um lábio pintado de menina novinha.  
E aquele ardor que nos fica na língua  
foi a dentadinha que a menina nos deu.

Ai! Bahia!  
as tuas  
frutas,  
a laranja,

o araçá,  
o caju,  
a jabuticaba, o coco verde comido em Amaralina  
foi Nosso Senhor que deixou cair do céu (Alves, 1999, p. 142-143).

Na cozinha “lambuzada de dendê”, a habilidade da “morena” Bahia encanta quem experimenta do seu tempero, do “sulista” ao escritor de “Paris”. A cena da mulher na cozinha é evocada sob o signo da sensualidade, atitude não estranha à literatura brasileira, de Alúcio Azevedo à Jorge Amado, ambiente e feitura que encantam o eu lírico ao acompanhar o processo de feitura do acarajé, ao mesmo tempo que faz a referência a Ogum como responsável pelo presente do prato ao homem, embora ele seja um alimento atribuído a Iansã na cosmovisão das religiões de matriz africana. Ainda houve uma relação entre o gosto do acarajé e o ardor do beijo que o interlocutor recebeu da “menina”, colocando a figura feminina como o sujeito que realiza a ação, o que fortalece a construção do imaginário sensual da baiana. Ainda são citadas várias frutas cultivadas na Bahia, uma referência à fartura que as terras do estado teriam, em especial o destaque ao “coco verde comido em Amaralina”, bairro de Salvador que na década de 1920 era uma região de veraneio.

Bahia, Bahiazinha guerreira,  
morena fértil que tem filhas bonitas, como o Brasil de Álvaro Moreyra!  
Feira de Santana,  
(minha terra!)  
Cachoeira,  
terra do meu amigo  
Clóvis da Silveira Lima;  
Santo Amaro  
que faz lembrar  
os não sei quantos filhos  
que deixou aquele barão;  
Alagoinhas,  
onde mora o velho poeta Assis Tavares;  
Ilhéus,  
a menina orgulhosa e rica e vaidosa  
que só tem vestido de seda radium,  
enfeitado de madrepérola e lantejoila,  
e arminho,  
comprado às custas dos seus caxixes! ...

Bahia!

Lá o sino tocou:  
é a Bahia que vai rezar  
lá na Sé,  
na Catedral-Basílica,  
em São Francisco  
e no Bonfim.  
E o convento da Piedade  
e o de São Bento

são dois frades rezando,  
com o capuz às costas.

“Dlindão!... dlão!...  
dilindlão! dilindlão!...”

A Bahia é religiosa,  
ela crê em Nosso Senhor.  
Ela não tem inveja da França,  
porque tem Nossa Senhora das Candeias,  
que apareceu a u’a menina  
da roça.

Bahia!

Estou ouvindo a música dos teus benditos alegres,  
nas romarias que fazes às Candeias,  
pelo rio  
e pelo mar.  
Estou vendo a ponte de São João,  
que parece um braço magro de mulher velha e pelancuda,  
fazendo carícia ao mar,  
se balançando com o peso dos trens  
que vão levar  
os romeiros  
aos pés da Virgem  
Mãe  
de Deus.

Me perdoa, minha Bahia,  
o mal que te fiz,  
fazendo mal o teu poema (Alves, 1999, p. 143-145).

A última parte do poema retrata várias cidades do estado, demonstrando uma imagem não apenas sensual, mas uma mãe acolhedora com célebres filhos. Terra que não “foge à luta” e é bastante religiosa, como podem comprovar suas várias igrejas e a aparição de Nossa Senhora das Candeias ao povo da roça. Em linhas gerais, podemos perceber que o tema abordado por Boaventura não tem nada de novo. Ele assume uma imagem para a mulher negra que reintegra os discursos da época, que viam a “morena” como um corpo sensual e disponível para o sexo, pronta para servir na cozinha e na cama. As cenas descritas rememoram um passado colonial, das ruas cheias de mulheres comercializado frutas e alimentos nos principais pontos da cidade. O caráter moderno nesse poema estaria na forma como os versos estariam organizados, mas a temática permanece bastante arraigada ao cotidiano da velha capital, talvez uma tentativa de buscar uma identidade nacional nas tradições, culturas e passado local (Olivieri, 1987).

O segundo poema que iremos analisar é “Zabiapunga”. O texto, também publicado em 1929, retrata a dança tradicional da região de Poções, na Bahia, que caracteriza a cultura negra.

**ZABIAPUNGA**

A madrugada bocejou,  
deixando cair perdigotos - as estrelas miúdas.

A madrugada é negrinha  
e tem volúpias e tem voluteios e quebrantos e dengos,  
para entontecer a alma da gente.

Está tudo quieto...

Um dedo de lua veio selar os beicinhos vermelhos da manhã.

De repente,  
uma zoadeira  
abala os nervos mulatos da raça,  
que vivem úmidos de um sangue quentinho.

E um grupo  
de pretos retintos,  
que saltam, que pulam,  
que dançam,  
que bailam,  
na quentura lustrosa dos seios da manhã.  
surge enfeitado  
irisado:  
branco,  
vermelho,  
amarelo  
e sangue de boi.

E guizos,  
enxadas e pás,  
martelos e latas vazias repinicom ligeiros:  
TEN -TEN! TEN -TEM!

E os máscaras cabindas,  
cheirando a cabritos,  
vão pulando, pulando.  
E sambam danadas negrinhas  
e pulam moleques cabindas.  
TEN -TEN! TEN -TEM!

Uma poeira de prata anda dançando no ar.  
E a lua é triste como a alma selvagem do Brasil,  
Param os guizos. Emudecem os instrumentos.  
E cabindas festeiros,  
com o sujo no corpo:  
TABULEIRO! TABULEIRO!

Reten-ten! Recomeça o barulho  
das enxadas e latas.  
E dentro do corpo de tanta gente cabinda.  
Bailam e dançam espíritos danados.  
TEN -TEN! TEN -TEM!

É o choro triste da terrinha longe.  
é a voz sentida da terrinha triste

Lá bem longe.  
a manhã brasileira - morena novinha,

abre a mão, que tem cheiro de calumbi esmagado,  
 pega os negros,  
     que pinotam.  
     que sambam possessos,  
 e joga tudo no bolso do grande avental (Alves, 1999, p. 159).

Sobre esse poema, Rita Olivieri (1987, p. 38) afirma que ele evoca “as tradições, costumes, folclores e lendas da Bahia numa linguagem coloquial, incluindo um vocabulário africano que se integra naturalmente à expressão de uma realidade sensual e mística”. Nessa perspectiva, o texto representa a cultura negra a partir da linguagem utilizada e da descrição cultural do evento narrado, tudo sonorizado por onomatopeias. José Roberto Queiroz (2015) chama a atenção para o recorte temporal da produção poética: a madrugada. Segundo ele, é juntamente nesse momento que o silêncio do ambiente ganha conotações humanas, com uma “íntima sintonia” (Queiroz, 2015, p. 8) despertada pelos passos de dança. Os festejos duram até o outro dia de manhã, quando a cidade acorda após a noite de festividades. “Zabiapunga” é o último texto de Eurico Alves publicado na revista *Arco & Flexa*, que, assim como o primeiro, “Bahia de Todos os Santos”, retoma a figura da mulher negra como sensual: “A madrugada é negrinha / e tem volúpias e tem voluteios e quebrantos e dengos / para entontecer a alma da gente” e “E sambam danadas negrinhas”. Se, no primeiro poema a “Bahiazinha” é descrita na rede, cozinhando e rezando, nesse último é dançando que ela chama a atenção do eu lírico. Mais uma vez a cultura negra ganha espaço na escrita poética de Boaventura, talvez não com uma abordagem moderna para os parâmetros do Sul, mas já apresentando elementos futuristas, como o som da melodia que corta os versos: “TEN -TEN! TEN -TEM!”. Diferente do poema “Bahia de Todos os Santos”, é possível observar uma maior presença de elementos estilísticos buscando atribuir a modernidade baiana ao texto.

Dessa forma, a escrita de Boaventura teve certa coerência nas produções do autor para a *Arco & Flexa*, devido à integração da “temática local e nordestina ao lado de renovações estilísticas e rítmicas já elaboradas e exercitadas pelos grupos do sul do País” (Alves, 1978, p. 48). Assim, é possível perceber uma consonância na produção poética de Eurico Alves, desde *A Luva* até seu grupo modernista liderado por Chiacchio. A preocupação com a dinamização do formato da escrita, diante da tentativa de relacionar o texto com os novos ritmos das inovações tecnológicas, também ganha destaque na análise de Ferreira (2008), que igualmente se debruçou sobre a fase da efervescência moderna de Boaventura, de forma similar às considerações apresentadas por Alves (1978) nas suas pesquisas.

Em 1987, Rita Olivieri escreve o artigo “Para ler Eurico Alves Boaventura”, com o objetivo de apresentar o poeta para novos leitores. No texto, ela afirma que a escrita euriquiana “representa o que há de mais autêntico na escolha de uma temática ligada às tradições regionais, na tentativa de erigir uma literatura nacional com bases nas raízes históricas e culturais do povo” (Olivieri, 1987, p. 3). Dessa forma, apesar dos temas considerados regionais das poesias e contos de Boaventura, o objetivo do autor seria pensar novas possibilidades para a produção literária brasileira. Para Juraci Dórea (2012), o regionalismo nordestino teve como base a busca das raízes identitárias do Brasil que auxiliassem na construção de um futuro para a nação a partir da literatura. Dessa forma, não seria incomum pensar o poeta baiano dentro desse contexto, diante de sua preocupação de narrar o país a partir da Bahia.

Apesar das temáticas regionais abordadas, Eurico Alves seria o colaborador da revista *Arco & Flexa* com o perfil modernista mais acentuado, interessado em renovar a linguagem dos seus textos a partir de um experimentalismo estilístico, ao mesmo tempo que se distanciava de um formato mais convencional (Olivieri, 1987). O anseio por um estilo novo de escrita estava influenciado pela leitura de autores como Émile Verhaeren, Walt Whitman, Cassiano Ricardo, Ronald de Carvalho, Manuel Bandeira e Jorge de Lima, que indiretamente tutoraram o jovem escritor na busca de uma escrita própria. É curioso pensarmos que em um mesmo sujeito habitasse uma dualidade entre o “novo”, representado pela sua forma de escrever, e o “tradicional”, recuperado nas imagens evocadas nos textos, na tentativa de resgatar costumes, lendas, folclores e a diversa linguagem baiana, devido à forte influência indígena e africana. Além do passado, o cotidiano também servia de inspiração para Eurico Alves, que buscava imprimir os novos sons e ritmos da Salvador da década de 1920 às suas memórias de infância na cidade de Feira de Santana.

O amor pela terra natal foi objeto de vários textos literários, sendo também um dos principais objetos de pesquisa sobre os escritos do autor<sup>60</sup>. Juraci Dórea (1978, p. 25) descreve o sentimento que o escritor nutria pela cidade como “sem limites, difícil de ser compreendido e/ou imitado, ‘um amor’”, sendo a “Grande Amada” que lhe servia de inspiração. De outro modo, Evila Santana (2009, p. 79) descreve Eurico Alves como um fotógrafo, responsável por retratar o perfil urbano, as pessoas e o cotidiano da urbe de

---

<sup>60</sup> Sobre tais pesquisas, podemos mencionar: Santana, 2009; Santos, 2009; Souza, 2009; Queiroz, 2015; Oliveira, 2016.

forma que ao leitor transpareça ser uma “fotografia viva”, aliando a memória visual do autor aos sentimentos pessoais que possuía com aquela paisagem.

Para concluir, podemos perceber que a proposta do “tradicionalismo dinâmico”, defendida pela revista *Arco & Flexa*, se constituiu como uma particularidade do modernismo baiano, em um contexto local, mas também como uma terceira perspectiva no âmbito nacional, ao propor um posicionamento conciliador entre os perfis do modernismo paulista e pernambucano. Eurico Alves surge como um dos principais nomes que sintetizam a proposta de dinamizar a tradição em seus escritos, ao tencionar a dicotomia entre o novo e o tradicional em suas poesias e contos, ao adotar um estilo experimental na escrita, mas com temas e assuntos remetendo ao passado, a suas memórias ou a Feira de Santana.

## CAPÍTULO II

### “NÃO SE ESCREVEU AINDA A HISTÓRIA”: EURICO ALVES BOAVENTURA E SUA OPERAÇÃO ENSAÍSTICA

*Ainda não foi feita a História do Brasil corretamente.*  
Eurico Alves, *A paisagem urbana e o homem*

#### 2.1. Eurico Alves, historiador

A partir da década de 1940, é possível perceber uma mudança nos escritos de Eurico Alves, diminuindo drasticamente a sua produção de poesias e se dedicando à escrita de crônicas e ensaios. A mudança no formato dos textos foi motivada pela tentativa de arquivar a história da região do pastoreio, em decadência devido à ascensão dos novos ricos e à modernização dos costumes em decorrência da I e II Guerra Mundial. Boaventura justifica a empreitada como uma tentativa de salvaguardar a memória da aristocracia do pastoreio, da qual ele fazia parte.

Diante dessa preocupação em coletar e armazenar informações das mais variadas trincheiras, desde temas econômicos até as práticas culturais do espaço privado, Eurico Alves inicia a escrita do manuscrito, publicado postumamente com o título de *Fidalgos e vaqueiros* (1989). A obra, lançada pelo Centro Editorial e Didático da UFBA, foi escrita entre o período de 1952 a 1958, revisada e modificada até o ano de 1963 (Dórea, 2012; Santana, 2022). O objetivo inicial do autor era escrever a História do Brasil centrada no interior da Bahia, pois “a origem e o sentido inicial da colonização dos sertões [...] estava no curral” (Boaventura, 1989, p. 24). Dessa forma, era de urgência, segundo Boaventura (1989, p. 69), pensar um projeto de narrativa nacional tendo como foco central o sertão: “Levanta-se injustificadamente o silêncio contra a história do pastoreio entre nós. As bibliotecas estão viúvas de informes a respeito da vida e da gente robusta que apascentou os nossos rebanhos de início e até o nascer do século em marcha”.

De uma forma inexplicável para Eurico Alves, ainda existia um grande silêncio dos estudiosos e pesquisadores sobre a “civilização do pastoreio”, como Boaventura define a sociedade no interior da Bahia, fundamentada na criação de gado. O “silêncio”, pontuado pelo ensaísta, é visto como um ataque à memória de grupos sociais que foram importantes para o desenvolvimento da economia e organização do Brasil colonial e pós-independência. O

silenciamento não seria ao acaso, já que os estudiosos teriam os mais variados documentos para escrever o passado do pastoreio.

Urge uma vista d'olhos dos estudiosos do nosso passado para o rumo exato do nosso pastoreio, a fim de que o erro até agora espalhado neste capítulo da história social brasileira se conserte de uma vez. Ainda é possível levantar-se o perfil da casa-da-fazenda através de traços escondidos nos inventários arquivados, lidos e relidos apenas pelas traças e pelo tempo, esparsos em jornais da época também (Boaventura, 1989, p. 156).

O descaso com a escrita da “civilização do pastoreio”, que tanto preocupa Boaventura, deixa de lado o que seria um “capítulo da história social brasileira”, em um momento historiográfico em que grandes ensaios são publicados, durante as décadas de 1950 e 1960. Nesse período, os pesquisadores demonstraram uma preocupação em entender o Brasil, focados, principalmente, na história econômica e no período colonial, considerado o ponto de partida da narrativa nacional. As pesquisas<sup>61</sup> eram centralizadas no Sudeste, em especial em São Paulo, como ponto chave para entender a nação brasileira, devido à atuação dos bandeirantes no processo de desbravamento do país.

Os ensaístas forneceram a Eurico Alves “maneiras de pensar e sentir” (Chartier, 1992, p. 37) o Brasil, possibilitando ao escritor baiano realizar suas próprias configurações da nação, em diálogo com esses intelectuais que lhe antecederam. Boaventura estabelece fronteiras e aproximações com os autores citados a partir de seus interesses pessoais, que o auxiliou a situar a Bahia e a região do pastoreio como uma possível interpretação para a História brasileira. O formato da narrativa, relacionando um discurso científico com memórias e uma escrita de si, caracteriza a autoria euriquiana, que recorre também aos ensaístas para adotar uma forma de escrita que possibilite articular sua proposta historiográfica à narrativa de si mesmo e de sua família.

Para Eurico Alves, na esteira do que narrou Gilberto Freyre, a casa-da-fazenda foi cenário fundamental para se compreender a economia, a cultura e sociedade brasileira desde o século XVI até o século XX. A importância do pastoreio justifica-se devido às atividades econômicas desenvolvidas pelos coronéis e grandes famílias interioranas, a exemplo dos Alves Boaventura. Os inventários e documentos, coletados pelo próprio escritor no seu arquivo pessoal, demonstram uma preocupação com essa história esquecida no tempo. Como escreveu o ensaísta: “a música melancólica do aboio embalou o sono das bibliotecas intencionalmente” (Boaventura, 1989, p. 173). Assim, ao não desenvolver estudos sobre o espaço sertanejo e suas

---

<sup>61</sup> Podemos citar autores como Oliveira Vianna, Capistrano de Abreu e Paulo Prado, que adotaram essa chave interpretativa para seus ensaios, dentre os citados por Eurico Alves em *Fidalgos e vaqueiros*.

gentes, os estudiosos negligenciaram a atividade do pastoreio como um processo possibilitando a interiorização do Brasil.

O ensaio *Fidalgos e vaqueiros* resulta de uma preocupação em fazer o “retrato antropológico deste povo, que criou o mundo pastoril da nossa zona” (Boaventura, 1989, p. 172). Dessa forma, o escritor preocupa-se em abordar o cotidiano, os costumes, a religiosidade, a economia, entre outros debates que tanto caracterizam a história social. Pelas palavras empregadas por Boaventura, percebe-se que houve uma angústia pessoal em produzir um material que garantisse estudos posteriores sobre a vida dos grupos dominantes no sertão. No texto, fica evidente uma crença na História como uma forma de recuperar o passado e projetá-lo no futuro, como garantia de perpetuar a memória que seria arquivada por meio do livro.

### **2.1.1. Concepção de História do Brasil e metodologia de pesquisa em *Fidalgos e vaqueiros***

Ao analisar a construção do livro *Fidalgos e vaqueiros*, Jorge de Araújo (2009, p. 12) defende a existência de uma “visão crítico-historiográfica” no texto, somada à preocupação de Eurico Alves com a história social do pastoreio, com a memória individual e coletiva dos membros da aristocracia sertaneja. Segundo o crítico literário, a “obra é elogio ao pastoreio, mas também à caatinga, à terra ubérrima, ao rio viçoso e piscoso, tudo influenciando na tempera do indivíduo pastoril e sertanejo, vaqueiro e senhor da casa-da-fazenda” (Araújo, J., 2009, p. 11). Para estender essa análise, o ensaio não busca apenas construir uma narrativa elogiosa ao interior da Bahia, mas propõe outra abordagem historiográfica, que toma como ponto de origem nacional a zona do pastoreio e o fidalgo-vaqueiro como protagonista do processo de construção do Brasil.

A compreensão de História de Boaventura articula suas memórias, uma narrativa de si e um discurso fortemente sociológico sobre a formação sociocultural sertaneja. No decorrer do texto, o ensaísta demonstra a metodologia utilizada na pesquisa e na escrita resultando no manuscrito da obra. O fato de atuar como juiz de direito em diversas Comarcas no interior da Bahia facilitou o acesso a documentos arquivados nos fóruns, principalmente da tipologia cível.

Entre os processos manuseados no Nordeste, encontrei em alguns avantajado número de peças cativas. Num destes contavam-se cinquenta e dois escravos. Numerosa escravaria só nas maiores fazendas, onde intensa tinha de ser a lavoura de subsistência. É isto uma prova da autossuficiência da fazenda de criar (Boaventura, 1989, p. 80).

No trecho acima, Eurico Alves afirma que manuseou diversos processos jurídicos comprovando a existência de “numerosa escravaria” nas fazendas produtoras de cana-de-açúcar. Por “Nordeste”, o ensaísta refere-se à região do litoral que, diferente da sociedade do pastoreio, possuía um “avantajado” número de negros, o que seria “uma prova da autossuficiência da fazenda de criar”. Ainda sobre o tema, Boaventura (1989, p. 84) diz:

Revistei os livros do tabelionato de Feira de Santana, de 1860 a 1880. Aqui tenho velhos formais de partilhas e algumas escrituras (80), de quando morria o regime negro. Já não se importava negro, pelo visto. E era tudo *cabra, pardinho, mulatinho, cafuzo, crioulo, fulo*. Alegar-se-á que esta nota é do fim da escravidão. Vale acentuar, com tudo, que estes já eram filhos de mascavos e já procriados aqui e de certa idade avançada. O que significa que, no campo pastoril, não corria sangue negro puro, limpo. Tudo misturado.

O termo “revisitei” elucida o caráter investigativo que o juiz possuía sobre suas fontes, assemelhando-se à metodologia proposta pelo paradigma indiciário, feita por Carlo Ginzburg (2011). Segundo Eurico Alves, houve uma investigação sobre os livros do tabelionato de Feira de Santana pertencentes ao período de 1860 a 1880. A justificativa do recorte temporal era perceber a proporção de negros na sociedade do pastoreio, durante o período do ápice da venda de escravizados até a proibição da escravidão. O objetivo era comparar os números de indivíduos de cor obtidos na zona do pastoreio com a região litorânea da Bahia. Apesar de o ensaísta apresentar um resultado que reforça sua tese que “não corria sangue negro puro, limpo” nas fazendas pastoris, não há uma apresentação de dados sustentando essa afirmação. Mesmo com a preocupação de consultar diretamente as escrituras, não houve uma demonstração empírica do material que possibilitasse essa conclusão de Boaventura.

Outros documentos são pontuados no ensaio, como “cinquenta inventários de figuras mais fortes economicamente e de época mais rica, até 1862”, nos quais o escritor encontrou, “no município de Tucano, somente cento e oitenta escravos” (Boaventura, 1989, p. 77). Assim como nos processos encontrados em Feira de Santana, os últimos mencionados da cidade de Tucano, onde também atuou como juiz, auxiliam a sustentar a mesma tese, mas com a diferença de que traz números exatos da quantidade de escravizados encontrados nas maiores fazendas da região. Além dos dados numéricos, o escritor faz uma qualificação dos indivíduos, descritos como “poucos se apresentavam como pretos ainda. A maioria, pode contar-se assim, desenrolava aos nossos olhos os diversos fios do tear racial do Nordeste, em cores ou tons variados. Eram cabras mulatos, crioulos e pardos” (Boaventura, 1989, p. 77). Apesar de pontuar a existência dos “cento e oitenta escravos”, não nos são fornecidos dados sobre a categorização racial, com a porcentagem de sujeitos podendo ser identificados como “mulatos”, “crioulos” ou

“pardos”. Isso nos permite dizer que, mesmo com a investigação documental, os dados apresentados em *Fidalgos e vaqueiros* não são suficientes para afirmar que houve uma reduzida presença do negro no sertão. Trazer a informação de que “era tudo cabra, pardinho, mulatinho, cafuzo, crioulo, fulo” (Boaventura, 1989, p. 84) e de que já possuíam “certa idade avançada”, torna-se uma tentativa de embranquecer a população sertaneja e defender a tese de que as fazendas de criação de gado possuíam mestiços com tom de pele mais claro que no litoral.

Os documentos consultados nas variadas Comarcas da Bahia, a exemplo de Riachão do Jacuípe, Poções, Boa Nova e Canavieiras, abordavam diferentes regiões do estado, com amostras de dados desde o sertão até o extremo sul baiano. Diante da tentativa de reduzir a quantidade de negros na região do pastoreio, qual a tese racial defendida por Boaventura? Para o escritor,

Não se multiplicou intensamente o negro vindo ao Nordeste, entrando o sertão, como o acobreado e o seu produto. Acalmou o cio no material que já encontrou mesclado e amorenado. Não se isolou. E a prova se colhe nas buscas levadas a efeito por mim nos cartórios dos meus Juizados. No Nordeste, num ponto dos mais férteis desta região baiana, justamente de quando o Nordeste foi ficando mais perto do mar, mais povoado de fazendas, ao começar a ruir o colosso que era o latifúndio da Casa da Torre e se foi aumentando a escravidão, não propriamente africana, mas enegrecida, decorrente do desdobramento dos centros de trabalho. E o cartório estava agora mais perto do Recôncavo, de onde escorria o negror do tráfico escravo. A decoada do sangue negro. E as buscas se repetem e se renovam em Riachão do Jacuípe, em Poções e Boa Nova. Até na zona cacaueteira, encontro esta prova no cartório de Canavieiras (Boaventura, 1989, p. 77)

Os “poucos” negros que, segundo Eurico Alves, “entraram” no sertão já eram um “produto acobreado”, no sentido de que, no processo de migração para o litoral, já se haviam “mesclado” com o indígena e o branco, dessa forma, resultando em um tipo racial com o tom de pele mais claro, que seria o sertanejo. Para sustentar a afirmação, ele convoca os processos jurídicos consultados, que consistem em “prova” da veracidade do discurso. Na teoria racial definida no texto, quanto mais próximo do litoral, mais fácil seria encontrar sujeitos mestiços de pele mais escura, mas que não seriam “de sangue africano puro” (Boaventura, 1989, p. 80). Um exemplo dado no texto é a região do recôncavo baiano onde, por estar mais próximo do “negror do tráfico escravo”, houve uma maior presença de “sangue negro”.

No decorrer do ensaio, é apresentada a metodologia utilizada para investigar os “fios do tear racial do Nordeste” (Boaventura, 1989, p. 77), relacionando cada tipologia, presente nos livros dos tabelionatos do século XIX, a uma cor específica:

Catalogação por epiderme e nunca de procedência é o que representa. Africana, angola, por exemplo, significam a cor mais preta, mais acentuadamente noturna. É o que se depreende de contratos lidos por mim. E note-se que, em Tucano, contratavam,

nessa quadra, gente de Cumbe, partes de Monte Santo, alargando-se, destarte, o âmbito das pesquisas nesta região. Noutro livro de 1810, na folha 18, registra-se a “venda de um escravo de nação do gentio de nome Manoel”. Era, pois, um homem acobreado. Nação parda, nação cabra, nação crioula, nação Angola... E, assim, passaram por minhas mãos escrituras de 1832 a 1865, em Tucano, mostrando o perfil do povo que as vivificou (Boaventura, 1989, p. 80).

A atribuição da descrição “africana” e “angola”, para os indivíduos nos documentos, é lida por Boaventura como significado para “a cor mais preta”, enquanto “gentio”, “pardo” e “cabra” designavam pessoas de pele “acobreada”. Apresentar metodologicamente como foi feita a leitura dos livros dos tabelionatos constitui um exercício científico de provar como se chegou a determinado resultado. Para sustentar sua hipótese, ainda é citado um trecho do documento com sua devida referência, “livro de 1810, na folha 18”, demonstrando uma familiaridade do escritor com o manuseio das fontes dessa natureza, que é justificada pela sua atuação como juiz. Dessa forma, é possível afirmar haver uma tentativa de comprovar através de materiais históricos a leitura racial realizada pelo ensaísta para a Bahia do século XIX.

Ainda nesse debate sobre a formação racial da região do pastoreio, Eurico Alves afirma que qualquer “mondrongo serviria para ajudar ao vaqueiro [...]; o negro dependia do mercado, ao passo que o índio custava apenas a coragem da caçada, a tentação de rápida cópula arriscada” (Boaventura, 1989, p. 78). Pela definição do dicionário<sup>62</sup>, o termo “mondrongo” refere-se a deformado, desajeitado, muito feio e monstrengo. Ao referir que o ajudante do vaqueiro não necessitava ser muito hábil e poderia ser classificado com qualquer uma das adjetivações pontuadas pelo dicionário, o escritor afirma haver um conflito racial entre quem ocupa o lugar do fidalgo-vaqueiro – pois, como já vimos, o vaqueiro euriquiano também fazia parte da aristocracia sertaneja –, e seu subordinado, sujeito mestiço. Isso fica ainda mais evidente quando pontua que o “mondrongo” poderia ser o “negro” ou o “índio”, a diferença estaria na facilidade do acesso a esses sujeitos: para o primeiro necessitava-se do “mercado”, uma referência direta ao comércio dos cativos, e para o segundo de uma “cópula arriscada”, sugerindo a povoação do interior da Bahia através da violência sexual das mulheres indígenas, com o intuito de formar a mão de obra necessária para a manutenção da fazenda. Para Boaventura, a segunda opção era mais viável, devido ao reduzido número de circulação de escravizados, que resultava no aumento do preço, e à comprovação racial do sertanejo, o “homem acobreado”. Assim, é possível inferir que, mesmo diante da tentativa de abrandar os

---

<sup>62</sup> Foram consultados dois dicionários online: *Dicio: Dicionário Online de Português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mondrongo/>. Acesso em: 03 maio 2023; *Dicionário Informal*. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/mondrongo/>. Acesso em: 03 maio 2023.

conflitos raciais presente na sociedade do pastoreio, o próprio escritor pontua que a povoação do sertão se daria pela escravidão ou pela relação sexual violenta com as indígenas. Como foi apresentado, Boaventura acredita que a segunda opção foi a mais comum.

Outro tema abordado pelos inventários é a presença de objetos de luxo nas casas-da-fazenda, que são elencados como uma forma de comprovar a riqueza da elite rural:

Em Tucano, deparei com vários oratórios repletos de Santos em inventários. Aqui, no cartório de Feira de Santana, volto a encontrar Imagens sagradas inventariadas e partilhadas, como leio no formal de partilha por morte de José Borges de Souza, em 1800. Em alguns casos, despovoavam-se os nichos, remetendo-se para as Igrejas mais perto todas as Imagens. Os relicários de ouro ou prata corriam também as mesmas regras. Possuo, na coleção da fazenda destes relicários da família. Num deles guardava-se uma oração a Santo Antônio em ortografia desbaratada (Boaventura, 1989, p. 66).

No relato acima, Eurico Alves articula seu eu-pesquisador com seu eu-sujeito, ao relacionar as informações recolhidas a partir das partilhas *post mortem* às suas memórias pessoais. No começo, afirma que se deparou, a partir das fontes dos cartórios de Tucano e Feira de Santana, com vários “oratórios de Santos”, “Imagens sagradas” e “relicários de ouro ou de prata” configurando-se como verdadeiras relíquias das famílias. Para fortalecer o argumento, cita um inventário de 1800, demonstrando com a leitura da fonte o resultado anteriormente pontuado. Posteriormente, Boaventura utiliza-se de uma memória pessoal, “posso, na coleção da fazenda”, em uma tentativa tanto de relatar com mais detalhes como eram esses objetos, como de colocar sua família entre os membros da aristocracia possuidoras desses pequenos tesouros. A própria prática de guardar os antigos objetos demonstra uma tentativa das elites de defender uma longevidade de sua linhagem e salvaguardar os resquícios de poder que lhe garantiram destaque no passado.

Em outro momento, no último capítulo do livro, Eurico Alves busca defender a hipótese de como o “industrialismo decorrente e forçado pelo conflito de quatorze foi que afetou fundamentalmente a vida rural entre nós” (Boaventura, 1989, p. 410). Diferente dos exemplos anteriores, quando houve um diálogo com as fontes, essa última afirmação parte principalmente de leituras realizadas sobre o tema e de narrativas pessoais que justificariam a decadência econômica e política da aristocracia rural. A referência à Primeira Guerra Mundial (1914) para o pontapé inicial da mudança na estrutura social sertaneja é enunciada a partir de um testemunho próprio: “afetou [...] a vida rural entre nós”. Cabe lembrar que, no período do conflito bélico, Eurico Alves possuía entre cinco e nove anos, sendo bastante jovem para perceber as mudanças sociais pontuadas. Porém, as rupturas do período estenderam-se pela jovem República, como a alteração da moeda, da policultura e da autonomia da casa da fazenda,

além de questões mais amplas da estrutura política e econômica do Brasil, como a manutenção da agricultura como base da economia brasileira e a resistência à industrialização dos meios de produção. Nesse processo, a fazenda de criação torna-se um setor de “industrialização da carne” (Boaventura, 1989, p. 410), mais preocupado em engordar gado para a comercialização interna, entre outros estados. É triste para Boaventura (1989, p. 410) ser testemunha desse cenário, tendo em vista que

É preciso repetir-se que a fazenda resistiu galhardamente ao choque da libertação do escravo, dado o feitio da sua economia naturista, com bases profundas e firmes na policultura e na valorização do trabalho pelo próprio branco. Nunca o trabalho se tornou humilhante para o sinhô, nem para os sinhozinhos. Com ou sem escravos sobreviveria a fazenda.

Para o ensaísta, a resistência da manutenção da produção pela zona do pastoreio foi uma demonstração de como a permanência das formas de manejo das fazendas de gado deu certo, mesmo após a abolição da escravidão, que não teria afetado o proprietário rural pelo fato de o “branco” valorizar o trabalho. Dessa forma, apesar de Boaventura recorrer a fontes primárias para sustentar suas teses, em outros momentos ele relaciona suas leituras a suas memórias pessoais, caracterizando o seu próprio testemunho como elemento de comprovação de suas afirmações. O reduzido número de cativos e a valorização do trabalho braçal pelo proprietário são oposições estabelecidas pelo ensaísta à obra de Gilberto Freyre, como veremos adiante.

### 2.1.2. Elementos da narrativa euriquiana

Nas duas primeiras páginas de *Fidalgos e vaqueiros*, correspondentes à introdução do livro, o escritor faz questão de configurar a natureza de seu escrito:

Não é livro de história, porque não quis sê-lo. Não quis tornar-se em interpretação sociológica da nossa vida, desde que não tive esta preocupação. É apenas o meu testemunho. É a minha história do sertão e dos seus tabaréus, que quis contar aos meus filhos, nos serões aqui, neste velho casarão da nossa pequena e modesta fazenda, para lhes esclarecer o engano de alguns estudiosos do nosso passado. Pretendi evocar modestamente a paisagem do nosso sertão. Paisagem viva, onde se movimentou uma humanidade segura e de prol, cujos nomes ainda carregamos envaidecidos (Boaventura, 1989, p. 11).

É curioso Eurico Alves afirmar que seu trabalho “é apenas o meu testemunho”, quando no decorrer de toda a narrativa propõe abordar a história do Brasil a partir da ótica da aristocracia rural. Porém, ele deixa claro que “não é um livro de história, porque não quis sê-lo”, assim como poderia ser uma “interpretação sociológica”, se essa fosse sua preocupação.

Podemos observar que a afirmação do ensaísta, de que o texto se trata da “minha história do sertão e dos seus tabaréus”, configura sua narrativa como autobiográfica, como propõe Lejeune (2008), diante da aproximação entre o escritor e o narrador, configurando a posição da autoria no escrito, que para Foucault (2014) é um dos quatro elementos necessários para compreender a função-autor.

A partir do trecho acima, é possível mapear o percurso narrativo de *Fidalgos e vaqueiros* que, apesar de se configurar como um ensaio sociológico, demonstra como preocupação arquivar o testemunho de Boaventura, em oposição a relatos e enganos “de alguns estudiosos do nosso passado”. A modéstia que afirma configurar seu relato depara-se com várias teses defendidas no decorrer do ensaio, principalmente em oposição a interpretações sociológicas sobre o Brasil de nomes já conhecidos nacionalmente, como Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha.

A configuração, nesse primeiro momento, dos sertanejos que serão representados como os “tabaréus”, não condiz com a imagem apresentada *a posteriori* da elite letrada rural. Segundo Eurico Alves, “Como história contada em casa, falta a este trabalho muita coisa, e há nele um sem-número de falhas. Talvez com a sua publicação possam muitos tabaréus, catingueiros de hoje, auxiliar-me no estudo que tenho em mira fazer do nosso sertão” (Boaventura, 1989, p. 12).

Dessa forma, serão os “tabaréus” e “catingueiros” que irão auxiliar na escrita dessa “história contada em casa”, o que não deixa de ser paradoxal, uma vez que os não letrados talvez não tivessem acesso a seu texto. Escrever para esse público é um recurso utilizado por Eurico Alves para revestir-se de uma imagem mais aproximada aos sujeitos dos quais ele pretende contar uma história, que consumiu ao menos dez anos no processo de produção do texto. Boaventura afirma que “falta a este trabalho muita coisa”, assim como existe um “sem-número de falhas”, o que talvez seja a justificativa para o escritor ter passado tantos anos escrevendo e reescrevendo seu manuscrito, principalmente pela defesa de uma determinada narrativa historiográfica. Para Jeanne-Marie Gagnebin (2006, p. 146), produzir história “trata-se, no fundo, de lutar contra o tempo e contra a morte através da escrita”. Essa “luta” está relacionada com o poder de escolha dos fatos que serão narrados, pois é uma forma de apresentar ao leitor como quer ser lembrado, assim como se torna uma forma de defender os feitos de Eurico Alves e sua família que não devem ser esquecidos, para, enfim, vencer a morte física do sujeito.

Ainda na introdução do livro, Boaventura (1989, p. 11) afirma que

Este livro possivelmente não terá significação alguma para alguns que o lerem. Sobretudo para os que não tiveram o sono de menino ao acalanto das cantigas-de-ninar em que figuram “bois de cara preta” e “vaquinhas de tetas cheias”. Para os que se criaram sujando os pés no estrume dos currais, montando em cavalo-de-campo tomando trompaços em galho de candeia ou de umburana, ou arranhando a pele em galho de jurema ou pau-de-fuso, para os que se cortaram nas espátulas do milharal ou compreenderam as glosas nas casas-de-farinha, ou educaram o ouvido ao aboio, que parece um trecho de cantochão na catedral do sertão, pode este trabalho despertar uma lembrança velha, a saudade dos serenos bois de ossos, ou do papuco de milho seco. Quem fez na malhada um curral de graveto e nele prendeu a sua boiada toda de ossos ou de sabugos de milho isentos de saruga, ou a sinhazinha que bate-bateu os bilros da almofada de rendas na sala-da-frente, no velho solar da fazenda, possivelmente sentirá uma saudade ao ler estas páginas. Somente para mim valerá este livro alguma coisa.

A significação das memórias de Eurico Alves só seria possível por outro sertanejo, que, assim como ele, vivenciou experiências particulares nas fazendas de criação de gado. O trecho estabelece uma crítica direta a Freyre, ao apresentar outro modelo de elite, da qual fazia parte esses “meninos” sertanejos, que desde jovens já eram iniciados nas atividades laborais dos currais. Após a afirmação inicial de que “para alguns” a leitura não terá nenhum sentido, o escritor elenca diversas vivências constituindo-se como práticas sociais sertanejas. Esse levantamento reflete a preocupação de preservar a história e cultura do sertão que estavam sendo esquecidas, na ótica do nosso interlocutor, por estarem presentes, principalmente, na cultura oral. O leitor que conseguir tecer sentidos para essas vivências “sentirá uma saudade ao ler estas páginas”, por perceber que as sociabilidades e brincadeiras infantis existentes na sua infância estão cada vez mais em desuso, diante dos novos ritmos da modernidade. O perfil do sujeito-leitor, assim como o autor do livro, possivelmente é um membro da aristocracia dos currais, indivíduo culto, mas que experienciou a vida no campo. Na última frase, “somente para mim valerá este livro alguma coisa”, retoma-se, mais uma vez, a noção da escrita como uma forma de investigação de si mesmo, de busca por uma identidade razoável podendo ser apresentada diante do desejo do outro de conhecer o eu (Foucault, 2014; Butler, 2017), que nesse caso específico está atrelado com o anseio de escrever sobre a história do Brasil a partir de sua própria perspectiva.

Apesar de o escritor pontuar que o manuscrito constitui apenas seu testemunho, na mesma página, Boaventura (1989. p. 11) afirma que, no começo das pesquisas nos cartórios, “escrevi umas cinco folhas sobre a civilização do pastoreio. Larguei-as na gaveta”. Nesta segunda categorização, o autor pontua que se propôs a fazer um estudo social das fazendas de criação de gado, mas não deu continuidade naquele momento. Posteriormente, ele produziu um trabalho “como lembrança, como sugestão para ensaios neste campo da nossa história, adormecido ainda sob a pesada poeira dos cartórios e dos arquivos, desprezando-se ou desmantelando-se a dificuldade apontada pelo poeta” (Boaventura, 1989. p. 71). Dessa forma,

Eurico Alves toma seu relato como a defesa de uma história esquecida, a qual, apesar dos inúmeros documentos que possibilitariam o estudo do sertão, sofre de um desinteresse em ser feita. Talvez por esse motivo o manuscrito não se propôs ser historiográfico, apesar de sê-lo, mas buscou se remontar ao passado diante de si, uma vida anterior que não está morta, mas que pode ser redescoberta através de uma viagem íntima com destino a ele mesmo. A conclusão parcial do autor é “Que se olhe o passado, este nosso passado, com o encantamento de um Proust” (Boaventura, 1989. p. 71), demonstrando-se a grande influência da poesia francesa na leitura/escrita de Boaventura.

Escrever sobre o sertão faz transparecer nas páginas do manuscrito o amor que o ensaísta tinha por sua terra:

Pastor e dono-de-fazenda, mesmo que esta seja pequena, são coisas que mudam as cores da nossa paisagem costumeira. Por isso, o amor com que foram escritas estas páginas. E quem não possui este sentimento há de fechá-las entediado. Escrevi-as para tabaréus como eu, que vivem na área que uma cancela de fazenda circunscreve. Até porque, possivelmente, me acharão apaixonado, parcial no meu julgamento. Não de entender-me meus vizinhos e outros criadores bem ligados pelo coração ao nosso passado (Boaventura, 1989, p. 12).

O trecho retoma a ideia apresentada no começo deste capítulo, quando Eurico Alves afirma que apenas quando se tornou proprietário das terras da família é que sentiu o amor verdadeiro pela fazenda. Esse pretense sentimento move o desejo de escrever “para tabaréus como eu”, mesmo que seja taxado de “apaixonado” e “parcial no [seu] julgamento”. A ligação entre o escritor e seus conterrâneos seria o suficiente, segundo Boaventura, para a construção de sentido para o texto. Como veremos, a obra tinha uma preocupação em dialogar com centenas de autores, em especial outros escritores preocupados em produzir a história do Brasil. Dizer que produziu *Fidalgos e vaqueiros* apenas para “tabaréus” como ele é um recurso narrativo que busca elucidar o caráter autobiográfico do texto, mas como pano de fundo não esquece o discurso científico e sociológico que imprime no manuscrito, já que objetivava dar uma resposta à altura de intelectuais como Freyre.

Trago ainda uma citação para observar qual a proposta do ensaísta com a escrita do manuscrito:

Não laiva neste modestíssimo e apagado trabalho, que é apenas uma tentativa de testemunho, depoimento sobre a minha caatinga e sobre os meus companheiros que se acostumaram a ouvir a doce melodia do aboio como um estímulo de vida, não perpassa, repita-se, intenção de rebater sistematicamente conceitos assentados em torno de fatos de outras áreas culturais brasileiras, mormente quando emitidos por bocas autorizadas, nem fazer ufanismo (que coisa tão necessária e que nos falta tanto nestes momentos atuais este ufanismo!) com as coisas da nossa casata e da nossa esquecida região (Boaventura, 1989, p. 240).

Adjetivar seu trabalho como “modestíssimo e apagado”, “apenas uma tentativa de testemunho”, constitui-se um recurso literário. É uma forma de se aproximar do leitor e lhe mostrar as possibilidades diversas de se contar a história da civilização do pastoreio, suas paisagens e gentes, diante de uma tentativa hercúlea de colocar a região do interior da Bahia dentro dos cinco séculos de história do Brasil, ao mostrar a importância do fidalgo-vaqueiro desde o período da colonização até a República. A narrativa euriquiana, guiada pela “doce melodia do aboio”, é tecida a partir de escolhas de acontecimentos, destaques de episódios e os autores que deveriam ser citados a depender do tema. Isso permite afirmar que a escolha das memórias narradas por Boaventura é perpassada por um posicionamento político e pela busca de lhe delimitar uma identidade. Esses testemunhos não constroem apenas uma imagem de si, mas da comunidade na qual ele está inserido. Assim, ao escrever a partir dele mesmo, o escritor delimita o passado criado para o grupo do qual faz parte, modelo de passado que será apropriado por seus leitores.

A nossa leitura da concepção de história apresentada pelo escritor está atravessada por escolhas teóricas e metodológicas que permitem analisar as minúcias de sua própria operação historiográfica. Essa última articula conjuntamente a escrita de si e as leituras que sustentam suas hipóteses. Somado a isso, há um verniz acadêmico permitindo o trabalho ser incluído no âmbito dos ensaios sociológicos, apesar da retórica empregada por Eurico Alves, que não tinha isso como objetivo principal. Por fim, é necessário compreender os escritos de Boaventura como resultado de um relato do seu tempo, desnaturalizar as escolhas tomadas pelo escritor e se atentar aos diálogos e leituras das quais se apropriou para produzir *Fidalgos e vaqueiros*, diante da necessidade de arquivar sobre si e se constituir como um intérprete do Brasil.

Para pensar a concepção de história do Brasil de Eurico Alves não seria possível aproximar-se da metodologia utilizada pela história da historiografia clássica como o fez Amélia Alves Neta (2018), quando estudou Braz Hermenegildo do Amaral. Isso se justifica pelo fato de Boaventura ser um intelectual independente, que transitou pela mídia e não faz uma história institucionalizada, apesar de em alguns momentos se aproximar da perspectiva da historiografia produzida por instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Para entender a compreensão histórica do ensaísta é necessário adotar o ponto de vista da história da leitura, através das apreciações e atribuições de sentido fornecidas por Eurico Alves às suas próprias leituras, no entendimento da situação dele como intelectual de uma elite decadente. A pesquisa de Evandro

Santos (2020) sobre Oswaldo Lamartine de Faria demonstra que, assim como Boaventura, outros estudiosos que faziam parte de famílias exercendo o poder político em suas regiões – no caso, os Farias no Seridó-RN – também se preocupavam em narrar suas próprias memórias. É necessário pontuar que, embora haja diferenças, existe toda uma tentativa dos intelectuais membros de uma aristocracia em declínio de preservar a memória desses grupos dos quais fazem parte, a exemplo de intelectuais como Gilberto Freyre, Lamartine de Faria e o próprio Boaventura, como uma forma de arquivar as disputas de poder que atravessam a construção da narrativa historiográfica sobre o Brasil.

## **2.2. Os fios da rede: Leituras e apropriações em *Fidalgos e vaqueiros***

O livro *Fidalgos e vaqueiros* foi organizado em onze capítulos: 1. Nômades e vaqueiros; 2. A música dos primeiros aboios; 3. Reticências esquecidas; 4. Paisagem humana do pastoreio; 5. Perfil da casa-da-fazenda; 6. Fidalgos que sabem aboiar; 7. A paisagem decora a casa-da-fazenda; 8. Sob a luz dos grandes candeeiros belgas; 9. O prestígio social da casa-da-fazenda; 10. O adro emoldura a casa-da-fazenda; e 11. Elegia das sombras que adormecem.

Os três primeiros capítulos buscam construir o processo de interiorização do sertão pelo vaqueiro, protagonista do enredo euriquiano, com o estabelecimento da civilização do pastoreio e, posteriormente, uma ascensão à posição social de fidalgo da casa-da-fazenda. Nesse primeiro momento da obra, ainda são abordados temas como a povoação do interior do país e o papel da Igreja Católica no processo de construir o Brasil.

O capítulo quatro, “Paisagem humana do pastoreio”, tem uma grande preocupação em mapear a formação do “tipo” sertanejo, com o foco no processo de miscigenação. Para Boaventura, o vaqueiro-desbravador, responsável por conduzir a boiada do litoral para o interior do país, era um sujeito mestiço, fruto das relações entre o branco e as indígenas. Segundo o autor, apenas os primeiros filhos desses relacionamentos foram capazes de adentrar a mata agressiva do sertão e firmar uma povoação. Eurico Alves não nega a participação do negro no processo de construção da civilização dos currais, mas diminui a importância do grupo étnico ao acentuar que antes da “chegada” dos primeiros negros no interior do Brasil já havia se constituído o típico mestiço sertanejo.

Os capítulos cinco e seis são os mais extensos do livro, assim como são eles que apresentam as principais teses do ensaísta. O quinto capítulo aborda as questões culturais da casa-da-fazenda, com um objetivo de descrever os hábitos e costumes do espaço privado, tanto

das famílias fidalgas, como de seus agregados. Boaventura demonstra uma grande preocupação em detalhar a riqueza e o luxo da aristocracia do pastoreio, em uma tentativa de compará-los com a casa-grande dos engenhos de açúcar. A discussão continua no sexto capítulo, em que se demonstra a oposição nos hábitos do fidalgo-vaqueiro quando comparado à aristocracia do litoral. Segundo Boaventura, o pastoreio possuía uma relação mais horizontal entre os proprietários do solar pastoril e seus trabalhadores, assim como uma maior intimidade da elite com o trabalho árduo. Nessa parte do livro, há uma tentativa de criar um perfil da fidalguia sertaneja, o caráter, a forma de se vestir, a alimentação, os casamentos, os batizados e outras sociabilidades.

O capítulo sete tem a preocupação de abordar o processo de transformação da paisagem sertaneja em pastos para a engorda de gado. Eurico Alves demonstra como essas mudanças afetaram a forma como o sertanejo se relaciona com os animais e com eles mesmos. As alterações nas práticas culturais vão desde os costumes ligados ao trabalho, a exemplo da pega de gado no comum<sup>63</sup>, praticamente extinta após a implementação das cercas, até a forma como se lidava com a vegetação nativa, a medicina popular (ervas, chás, lambedores etc.), os temperos e a alimentação.

No oitavo capítulo, o centro da discussão se torna a vida social do fidalgo-vaqueiro, com festividades, hospitalidade, honestidade, solidariedade, moralidade e o amor com a terra. Essas características são utilizadas para defender o caráter honrado que tem o sertanejo, pois sua atuação como explorador e povoador do território nacional demandaria uma personalidade íntegra que seria refletida em todo o povo brasileiro.

O capítulo nove aborda questões econômicas, como a venda de gado para o abastecimento de carne em Salvador, os altos impostos e problemas encontrados para o transporte dos animais. Ainda no câmbio comercial, essa parte do livro se centra na compra de produtos para a casa-da-fazenda, desde utensílios domésticos até armas para a proteção das terras. Por fim, ainda é discutida a autonomia das fazendas, no processo de produção de alimentos de subsistência, costura das vestimentas e elaboração dos bens de utilização cotidiana.

Os dois últimos capítulos, décimo e décimo primeiro, mostram o fim da civilização do pastoreio, como Eurico Alves havia demonstrado: a desanexação da capela da casa-da-fazenda, a crescente migração para as cidades, o desenvolvimento de fazenda apenas para a

---

<sup>63</sup> O termo refere-se à busca pelo gado na caatinga fechada sem a presença de cercas. Comum, pois todos poderiam criar seus animais no mesmo espaço, apesar da terra ter marcadores de posse, a exemplo das pedras de rumo.

engorda do gado, sem o manejo “artesanal”, como defendia Boaventura, além do desapego da terra como algo intrínseco ao ofício do vaqueiro. As mudanças sociais teriam se acentuado no pós-guerra quando, devido ao processo de modernização do campo, se demandou uma menor quantidade de mão de obra, além das modificações na lógica comunitária de produção da terra.

Para realizar esses debates, Eurico Alves recorre a cerca de 330 autores que são citados no corpo do texto e retomados ao fim de cada capítulo, mas o número de leituras embasando a escrita do manuscrito é bem maior, tendo em vista que a biblioteca pessoal dele possuía mais de três mil exemplares. Os escritores são citados no corpo do texto em caixa alta, seguido de um número entre parênteses que serve como referência para a consulta da obra. A escolha dos livros está relacionada com a temática que se propõe discutir. Apesar da grande quantidade de autores, a maioria deles tiveram poucas citações na escrita. Entre eles, apenas cerca de trinta autores foram citados mais de dez vezes ao longo de todo o ensaio<sup>64</sup>, demonstrando que houve pesquisadores com presença mais frequente na escrita euriquiana.

O grupo mais influente no processo de escrita de *Fidalgos e vaqueiros* revela uma proximidade tanto na abordagem como na concepção de História defendida por Boaventura. Pode-se observar que a amostra dos 30 autores mais citados corresponde a 9,1% do montante geral de escritores, formado por historiadores, sociólogos, jornalistas, memorialistas e romancistas. Além da amostragem numérica, é necessário observar em quais capítulos os autores são mais citados e em quais temas são mais recorrentes. A análise quantitativa e qualitativa permite um levantamento de como os escritores citados por Boaventura contribuíram para a elaboração do manuscrito da obra euriquiana e como auxiliaram no desenvolvimento das principais teses do escritor.

A citação dos autores por Eurico Alves permite a utilização de três conceitos, basilares para Roger Chartier (1992), que são: leitura, apropriação e representação. Em um primeiro momento, com a leitura dos livros, o ensaísta mobiliza as informações que lhe são apropriadas. A apropriação consiste no exercício de articular os conhecimentos que foram adquiridos e construir representações possíveis sobre determinado tema. No caso de Boaventura, ao dialogar com os intérpretes do Brasil, ele reforça teses que propõe defender a

---

<sup>64</sup> São eles: Gilberto Freyre (47 vezes), Oliveira Viana (44 vezes), João Capistrano de Abreu (28 vezes), José de Alencar (28 vezes), A. Saint-Hilaire (24 vezes), Gustavo Barroso (23 vezes), Ulisses Lins (23 vezes), Alfredo Ellis Júnior (19 vezes), Euclides da Cunha (18 vezes), Pedro Calmon (17 vezes), Alfredo d’Escagnolle Taunay (16 vezes), John Luccock (16 vezes), Bernardo Guimarães (15 vezes), Caio Prado Júnior (15 vezes), Ovídio (15 vezes), Afrânio Peixoto (13 vezes), L. P. de Tollenare (13 vezes), Luís Câmara Cascudo (13 vezes), Henry Koster (12 vezes), M. Cavalcanti Proença (12 vezes), M. Rodrigues de Mello (12 vezes), A. de Castro Alves (11 vezes), George Gardner (11 vezes), R. Francis Burton (11 vezes), Cassiano Ricardo (10 vezes), João Dornas Filho (10 vezes), Manoel Aires de Casal (10 vezes), Maria Graham (10 vezes) e Oscar Canstatt (10 vezes).

história nacional, assim como lança possibilidades de representar a sociedade e a cultura do povo brasileiro. A partir da leitura de Le Goff, Roger Chartier (1992) afirma que a forma de um sujeito pensar, por mais brilhante que seja, é algo compartilhado com outros indivíduos do seu tempo, estando presente no seu cotidiano e nas representações coletivas da mentalidade. Essa leitura de Chartier da História Intelectual permite refletir sobre a figura de Eurico Alves, que só consegue estruturar as ideias de seu ensaio a partir do diálogo com os escritores e ensaístas que também se preocupam em definir uma imagem de Brasil. Essa premissa demonstra ser uma questão latente na década de 1950 e 1960 entender a origem do país, assim como demonstra a necessidade de uma rede entre os intelectuais para o desenvolvimento de posicionamentos ideológicos e teses científicas.

No decorrer deste capítulo, compreenderemos a relação de Boaventura com os autores mais citados da obra<sup>65</sup>, com o objetivo de perceber em quais temáticas são citados, a forma como aparecem no texto e a importância do intelectual na construção das ideias defendidas em *Fidalgos e vaqueiros*. Nosso foco principal serão os três autores mais recorrentes no texto: Gilberto Freyre (47 vezes), Oliveira Viana (44 vezes) e João Capistrano de Abreu (28 vezes), por considerarmos que são basilares para a concepção do ensaio euriquiano. Também iremos aprofundar a diferença na forma como Eurico Alves lida com os ensaístas e os literatos, assim como cada um deles contribui para a defesa do Brasil-vaqueiro pelo escritor baiano.

### 2.2.1. Eurico Alves, leitor de Gilberto Freyre

O autor mais citado em *Fidalgos e vaqueiros* é Gilberto Freyre (1900-1987), com 47 citações. São referenciados os livros *Casa grande e senzala* (21 aparições), *Nordeste* (7 aparições), *Sobrados e mucambos* (3 aparições), *Olinda* (1 aparição), *Guia pequeno, histórico e sentimental da cidade do Recife* (1 aparição), *Problemas brasileiros de antropologia* (1 aparição) e *O velho Félix e as suas memórias de um Cavalcanti* (1 aparição), além da matéria “A nossa aristocracia rural”, publicada no *Diário da Bahia*. Apesar da grande quantidade de textos citados do sociólogo pernambucano, há uma maior predominância do livro *Casa grande*

---

<sup>65</sup> Nessa tese, adotamos o caminho interpretativo dos autores presentes em *Fidalgos e vaqueiros* a partir do número de citações. Dessa forma, priorizamos a ordem de análise dos intelectuais (e suas obras) a partir dos mais mencionados no texto. Outro caminho interpretativo seria estabelecer os autores interpelado por ordem cronológica, os situando no seu tempo de escrita. A principal justificativa para o método de análise que utilizamos foi perceber as principais influências intelectuais na elaboração das teses principais do ensaio euriquiano.

*e senzala*, com quase metade das citações totais do escritor, assim como a ausência de menções a *Ordem e progresso* (Freyre, 2004b), publicado em 1957.

O maior destaque do primeiro livro da trilogia, que propõe abordar a sociedade patriarcal na história do Brasil, se deve provavelmente pela maior proximidade com as temáticas que Boaventura determina como seu foco em *Fidalgos e vaqueiros*, principalmente por abordar uma elite rural, mesmo sendo de uma região diferente de seu estudo. O segundo livro, *Sobrados e mucambos*, publicado em 1936, já aborda a transição dessa elite açucareira para as cidades, relacionada com questões sociais, econômicas e políticas que protagonizam o século XIX, em especial o novo regime. Apesar de essa obra estar dentro do recorte temporal abordado por Eurico Alves, o número reduzido de citações, apenas três, demonstra o seu distanciamento dos problemas apontados por Freyre. Uma explicação possível talvez seja a adoção de outro ritmo histórico na abordagem do ensaísta baiano, que defende o fato da civilização do pastoreio não ter sido tão afetada com as mudanças de regimes políticos no Brasil até as primeiras décadas do século XX. Por fim, não encontramos nenhuma referência ao último livro da trilogia, *Ordem e progresso*. Isso provavelmente se deve pelo eixo central do livro ser o declínio do sistema patriarcal e a transição para o trabalho livre/assalariado, com uma abordagem mais política, se comparado com as duas publicações anteriores do sociólogo. A metodologia de observador participante, caracterizada pela utilização de entrevistas para a elaboração das principais questões do livro, também pode ter sido um dos distanciamentos para Boaventura, tanto pela proximidade temporal do período de escrita de seu próprio ensaio como pela preocupação em ditar uma resposta sociológica para *Casa grande e senzala*.

O grande número das citações representa a influência intelectual que Freyre exerce sobre Eurico Alves na busca por produzir um ensaio caminhando na mesma vereda da produção freyriana. A proximidade temática é um dos principais fatores dessa persuasão, pois ambos objetivam estudar a economia colonial, a aristocracia rural, costumes, culturas e sociabilidades brasileiras. A linha mestra do raciocínio dos dois escritores era localizar a família aristocrática no centro de importância no processo de produção do Brasil. Na introdução de *Casa grande e senzala*, Fernando Henrique Cardoso (2016, p. 22) afirma que a obra de Freyre possui uma “certa nostalgia” do passado, na qual o autor “assume a perspectiva do branco e senhor”. De forma similar, Roberto DaMatta (2004, p. 17) afirma que o sociólogo pernambucano “segue uma linha histórica familiar e estuda o Brasil por meio de suas ‘raças formadoras’”. Esse ponto de partida é algo comum entre os autores. Como vimos anteriormente, Eurico Alves também adota uma narrativa ensaísta articulando o conhecimento sociológico às suas experiências

peçoais e ao interesse íntimo de narrar sobre sua família, a partir da perspectiva dos aristocratas da casa da fazenda.

Aproximações entre Freyre e Boaventura também foram feitas por Wilson Lins (1920-2004), no texto introdutório do livro *Fidalgos e vaqueiros*, com o título “A aristocracia dos currais”. Segundo ele, apesar de não ter sido a intenção de Eurico Alves, o ensaísta feirense produziu “uma réplica ao fabuloso e sempre atual **Casa grande e senzala**, de mestre Gilberto Freyre” (Lins, 1989, p. 9). Após apresentar a proximidade temática entre os dois trabalhos, Lins (1989) aponta seus principais distanciamentos. Enquanto Freyre teria como objeto os fidalgos dos canaviais, pouco dados ao trabalho, machos, mas que viviam sendo carregados “nas costas dos negros”, Boaventura retrata uma “aristocracia suarenta” (Lins, 1989, p. 9), que vivia trabalhando duro com o gado em ambientes inóspitos. Podemos observar que a própria diferenciação estabelecida por Wilson Lins entre os escritores é guiada pela própria leitura de *Fidalgos e vaqueiros*, pois toma como principal ponto de ruptura, na representação das diferentes elites, a forma como elas compreendiam o trabalho, sem fazer problematizações mais profundas pela forma como sintetiza a obra. Por ser um texto introdutório, o prefaciador provavelmente imaginou que aproximar um autor pouco conhecido no cenário nacional, como Eurico Alves, a um intelectual de renome internacional, a exemplo de Gilberto Freyre, fosse um recurso narrativo que pudesse falar sobre o livro a ser introduzido ao leitor, assim como contribuiria para a inserção do ensaísta baiano entre estudiosos do passado nacional.

Apesar da grande influência, Boaventura apresenta vários encontros e desencontros com as teses presentes nas obras de Freyre. Vamos primeiro às aproximações entre os intelectuais. Em 1933, quando *Casa grande e senzala* é lançado, o sociólogo pernambucano insere uma outra interpretação do Brasil, pautada, principalmente, na cultura, nos costumes e na mentalidade colonial. Segundo Cibele Barbosa (2023, p. 52-53), a abordagem historiográfica de Freyre inaugura uma preocupação menos política e mais atenta aos problemas sociais do passado diretamente relacionados com o momento contemporâneo à escrita do livro, uma perspectiva de história problema, na qual “procurava uma resposta para o passado nos dilemas do presente”. Nessa nova leitura, Freyre atribui uma responsabilidade à alimentação e ao meio em que os sujeitos estavam inseridos, para a formação dos traços físicos e mentais dos brasileiros. Na referida abordagem, é deixada de lado a leitura da miscigenação a partir de uma perspectiva biológica, como fizeram vários estudiosos que lhe antecederam. A “raça” é interpelada pelo estudioso através de uma abordagem cultural. Mas, apesar de Freyre adotar

uma interpretação culturalista para a sociedade colonial, ainda há uma forte presença do determinismo do ambiente nas noções de “raça” defendidas por ele.

Com a leitura atenta aos livros do sociólogo pernambucano, Eurico Alves adota os filtros analíticos presentes nas obras freyrianas e as aplica para a zona do pastoreio, apesar das críticas estabelecidas em vários momentos do seu ensaio. A alimentação, as sociabilidades e o destaque à vida privada da elite do pastoreio são temáticas levantadas em *Fidalgos e vaqueiros* apontando diretamente para uma influência de Gilberto Freyre na concepção geral da obra euriquiana. No decorrer do seu próprio texto, Boaventura indica a influência de Franz Boas no livro *Casa grande e senzala*, especialmente no prefácio da edição de 1936, que consta na biblioteca do escritor baiano. Nesse trecho ele afirma:

No prefácio de **Casa-Grande e Senzala**, traz GILBERTO FREYRE passagem de BOAS, em que sustenta que, nas classes ricas, o homem se desenvolve facilmente e toma altura e talhe de prol, talvez pela persistência dos fatores apontados: nutrição, meio de vida e ambiente propício (Boaventura, 1989, p. 281).

Na citação acima, Eurico Alves destaca três questões presentes no primeiro livro da trilogia freyriana, que são “nutrição, meio de vida e ambiente propício”, problemas influenciados por Boas, durante a passagem de Freyre pela Universidade de Columbia. Sobre a alimentação no período colonial, há uma discordância entre os posicionamentos defendidos por cada um dos intelectuais. Enquanto o sociólogo pernambucano apresenta uma escassez de alimentos, Boaventura rebate com a defesa de uma fazenda autossuficiente, com fartura e diversidade na alimentação da aristocracia do pastoreio. Para Freyre, havia uma disparidade entre a mesa da elite do açúcar e o restante da população, problema que reforçava o poder colonial, mesmo que em outros momentos afirme que a alimentação dos escravizados fosse mais rica de nutrientes em comparação com a cozinha da casa-grande. Em contrapartida, Eurico Alves diz que no engenho apenas em dias de festas ou de visitas era vista uma “mesa farta”, enquanto na casa da fazenda “o pirão-de-leite, o mel-de-abelha, a caça, a folha verde figuravam constantemente na mesa. Quase que de uso diário” (Boaventura, 1989, p. 277). Apesar de Freyre não informar uma ausência de gêneros alimentícios para a elite rural, que teria um fácil acesso a variados tipos de cereais, frutas e proteína animal produzidos na própria casa-grande, o ensaísta feirense busca estabelecer essa superioridade na alimentação sertaneja, como uma forma de pautar uma igualdade entre as duas diferentes aristocracias, devido à centralidade dos engenhos na narrativa freyriana. Isso se deve ao corriqueiro apontamento em *Casa grande e senzala* da desigualdade material da zona do pastoreio em comparação com o litoral canavieiro.

Outra similaridade entre as duas obras é a íntima relação das elites rurais com a terra, tornando-se parte da identidade das pessoas que habitam na propriedade. Em *Fidalgos e vaqueiros* é corriqueira a presença, além do nome e sobrenome do sujeito, a referência à fazenda da qual fazia parte, como Cazuza da Vitória, Manuel Ferreira do Retiro, Antônio Alves do Candéal, Sinhá do Bom Viver, entre outros<sup>66</sup>, demonstrando um prestígio a essa aristocracia, “um cognome real, dando-lhes indiscutível auréola de maior fastígio” (Boaventura, 1989, p. 308). As fazendas aparecem no ensaio em negrito, um recurso estilístico adotado na diagramação para destacar a denominação das propriedades, a exemplo de Areias, Poções, Vitória, Retiro, Candéal, Umbuzeiro, Deserto, Pedra D’água, Lago do Consolo etc. Em outra citação, Eurico Alves diz que o fidalgo utilizava o sobrenome da família, “mas a identificação precisa, exata era pelo nome da fazenda, que o fazia destacado na sociedade rural de então” (Boaventura, 1989, p. 308). Para reforçar essa afirmação, o ensaísta cita diretamente Freyre, em um trecho de *Casa grande e senzala* no qual se diz que o nome dos engenhos se tornava frequentemente apelido para seus donos, de forma similar como acontecia na zona do pastoreio.

Em outro momento do texto, Boaventura (1989, p. 88), mais uma vez, utiliza o sociólogo pernambucano como referência para uma ideia que pretende defender: “E registra este fato Gilberto Freyre, em Pernambuco. Do lado da Bahia, reproduz-se a mesma coincidência”. Esse trecho se refere à forte miscigenação indígena no sertão, uma das principais teses de *Fidalgos e vaqueiros*. Ao colocar Freyre como referência, por ter “registrado” algo similar em suas pesquisas no estado ao lado, Eurico Alves busca consolidar seu argumento, apesar de ser algo contrário ao que seu interlocutor defende em *Casa grande e senzala*, a saber, a harmonia racial das três “raças”, sem o predomínio cultural indígena nas fazendas de gado. Dessa forma, é selecionado um trecho específico, provavelmente no capítulo destinado à importância do indígena na formação do Brasil, para sustentar o argumento da predominância do caboclo no sertão.

Em *Sobrados e mucambos*, Freyre(2004a, p. 485) destaca a habilidade dos caboclos com a montaria, fato que os tornou ótimos vaqueiros, a ponto de quase superar os senhores brancos:

Daí, provavelmente, o afã dos caboclos – sobretudo os “nobres” – em se tornarem cavaleiros, isto é, destros em montarem e correrem a cavalo, talento em que muitos

---

<sup>66</sup> “Antonio Alves do **Candéal**, Cazuza do **Deserto**, Cazuza da **Vitória**, Joviniano da **Santa Rita**, Dona do **Malhador**, Zezé da **Harmonia**, Sinhá do **Bom Viver**, **Totônio** do **Lago do Consolo**, Pedro **Moreira** da **Pedra d’Água**, Quintiliano das **Areias**, Nouta da **Roça da Serra**, Macário das **Canavieiras**, Ernesto do **Rumo**, Sidô da **Casa Nova**, Chiquinho do **Rumo**, João Manoel da Lagoa **dos Porcos**, Sinhá do **Dizimeiro**. Exemplos daqui” (Boaventura, 1989, p. 308).

chegaram a rivalizar com os senhores brancos, sendo, em geral, caboclos ou descendentes de ameríndios os vaqueiros mais hábeis na arte de cavalgar: arte, dentro das tradições europeias de cultura, eminentemente aristocrática, associada de modo ostensivo à classe superior.

Essa compreensão do descendente do indígena, apontada acima, reforça a defesa da imagem cabocla do vaqueiro euriquiano, que assume o protagonismo no processo de desbravamento, povoamento e colonização do interior da nação. O “talento” quase natural na “arte de cavalgar” está diretamente ligado à ideia freyriana da relação do meio físico com a formação do indivíduo, apresentada anteriormente. Por ser uma habilidade vista como aristocrática no período colonial, torna-se possível na leitura euriquiana aproximar a população nativa à aristocracia rural, formando uma população amorenada, sem a presença do negro, como iremos aprofundar mais adiante.

No mesmo tema, Freyre (2004a, p. 491) aponta que o gaúcho se via como o tipo brasileiro mais apto para a montaria, associando a ausência desse talento ao baiano: “Ser baiano era ignorar a arte máscula da cavalaria. Era ser excessivamente civilizado: quase efeminado”. Essa citação demonstra como os dois intelectuais partem de objetos de estudos diferentes. Enquanto Freyre apresenta uma interpretação do baiano como “civilizado”, sem manejo com a sela, Boaventura apresenta exatamente o oposto, não apenas como algo nato ao sertanejo, mas também como o exemplo de um bom campeador, que junto ao seu cavalo de montaria persegue o boi fugido na caatinga fechada.

Outro momento no qual o sociólogo é convocado em *Fidalgos e vaqueiros* é quando é tematizada a morte de “anjos”<sup>67</sup> no sertão: “Já salientou Gilberto Freyre o caso das mortes de crianças não lamentadas, na sua região. Lá e cá, a mesma gente e o mesmo costume” (Boaventura, 1989, p. 159). Para Boaventura (1989, p. 159), até os velórios sertanejos possuíam uma espécie de poesia, por apresentar de forma desnuda a “alma de sua gente”. Freyre é mais uma vez citado como uma forma de estabelecer um paralelo com os costumes do litoral, “lá e cá”, seguindo a mesma vereda vista anteriormente, uma forma de se respaldar intelectualmente, mas também uma tentativa de mapear características comuns às diferentes regiões do Brasil.

Outro momento quando Eurico Alves busca estabelecer uma comparação entre a civilização do açúcar e a do pastoreio é quando tematiza o aspecto intelectual das suas respectivas elites. Para o ensaísta baiano, assim como existiram expoentes da elite dos engenhos que eram analfabetos, pontuados por Freyre em suas pesquisas, houve nas casas das fazendas a presença do analfabetismo, a exemplo de seus tios, membros da linhagem dos Alves

---

<sup>67</sup> Expressão nordestina que se refere à morte de crianças pequenas.

Boaventura, igualmente não letrados. Porém, no capítulo oito, que busca adentrar o espaço privado do solar pastoril, Boaventura demonstra a existência corriqueira de membros cultos da aristocracia dos currais, inclusive mulheres, que sabiam latim, escreviam versos e tocavam piano. Para reforçar o prestígio nobiliárquico que a elite do pastoreio possuía, o escritor feirense cita *Histórias de um engenho*, de Wanderley de Pinho, e *Sobrados e Mucambos*, de Freyre, inclusive para falar da atuação política ocupada pelos membros do gênero masculino na sociedade baiana do período, em uma referência ao estudo freyriano sobre a atuação do bacharel no período do império. Para o ensaísta baiano, “É preciso não se excluir a contribuição política sem alarde destas casas-de-fazenda, conjugando-a com a que deu a casa-grande do café, a que GILBERTO FREYRE aproxima da canavieira” (Boaventura, 1989, p. 245). Dessa forma, assim como a elite açucareira e cafeeira, a aristocracia dos currais também merece seu devido reconhecimento no âmbito político, menção que não foi feita em *Casa grande e senzala* e que, para Eurico Alves, precisava ser lembrada.

No segundo livro da trilogia freyriana, são mencionados esses “fazendeiros-doutores” (Freyre, 2004a, p. 74) que, após concluírem o curso bacharelesco, conciliavam a profissão liberal com a administração das terras da família. Mas essa nova geração de bacharéis é vista pelos dois intelectuais como precursores de novas formas de compreender a sociedade. Para Freyre, eles são mais cidadãos, portadores de hábitos estrangeiros no modo de se vestir, de se portar e nas sociabilidades que a cidade possibilita. Por outro lado, Boaventura descreve-os como extremamente ligados à terra, já que, apesar da defesa de novas ideias, ainda sentem uma forte relação com a fazenda. Como exemplo, ele cita vários Boaventuras que fizeram esse retorno ao solar pastoril. Essa questão sociologicamente é melhor desenvolvida em *Sobrados e mucambos*, quando relaciona o espaço político que os novos doutores passaram a ocupar com a nova ordem burguesa estabelecida pelo Império. Esses profissionais, por serem mais “técnicos”, provocaram o estabelecimento de uma nova compreensão na administração do bem público, na defesa freyriana.

Enquanto Freyre pontua esse novo cenário social colocando Pernambuco em uma posição de destaque e pioneirismo em comparação com o restante do país, Boaventura adota um bairrismo similar para se referir à sociedade do pastoreio, apesar de uma perceptível tentativa de representar essa região a partir de uma ótica da preservação dos costumes que, mesmo com a influência das novas mudanças políticas e econômicas, consegue manter um equilíbrio nas normas sociais vigentes.

Para demonstrar o importante papel que a casa da fazenda teve na história do Brasil, Eurico Alves usa a referência aos livros *Casa grande e senzala* e *Sobrados e mucambos* com o objetivo de refutar a ideia de Gilberto Freyre de que só a casa-grande dos engenhos teve grande prestígio. Boaventura (1989, p. 106) faz uma citação direta de um trecho do livro *Nordeste*, no qual o sociólogo pernambucano afirma que a criação de gado firmou uma “civilização quase de fronteira”, sem os grandes casarões que se consolidarão na região açucareira. A resposta de Eurico Alves a essa afirmação foi: “Concepção errada do nosso pastoreio a que aqui se transcreveu” (Boaventura, 1989, p. 106), por acreditar que há falhas na percepção sobre a civilização dos currais, defendida nas obras sociológicas apontadas.

Esses desencontros entre os dois intelectuais são formas de produzir diferentes narrativas sócio-históricas sobre os grupos aristocráticos dos quais eles faziam parte. As discordâncias não são fruto de desrespeito intelectual de Boaventura por Freyre, muito pelo contrário, como observamos na citação a seguir:

O constantemente e obrigatoriamente citado GILBERTO FREYRE e cujas páginas semeiam sempre emoções agradáveis a uma leitura, mesmo que delas se discorde, vez ou outra, afirma que, em nenhuma parte do país, sustentou a formação da família processo tão aristocrático e nobre, como no canavial do nordeste (302). Afirmativa, data vênha, defeituosa pela restrição que ampara. Há engano na observação. No pastoreio, a família passou pelo mesmo **processus** (Boaventura, 1989, p. 240).

Além de ser descrito como “obrigatoriamente citado” e como escritor que desperta “emoções agradáveis”, Freyre é visto por Eurico Alves como um grande modelo intelectual, mesmo quando discorda de seus posicionamentos. Na citação acima, o motivo da discordância foi justamente a pretensa desvalorização da família do pastoreio, que teria aspectos tão nobres quanto as do litoral, por terem passado pelo mesmo “*processus*”, isto é, por percursos sociais parecidos.

Em outro trecho, o ensaísta baiano utiliza da descrição feita pelo sociólogo pernambucano das casas-grandes dos engenhos para estabelecer uma comparação e contraponto sobre as casas da fazenda.

A casa-grande como se descreve em **Casa-Grande e Senzala** e **Nordeste**, não foi apanágio do engenho. Afirmá-lo seria desconhecer a realidade do pastoreio, os fatos que se ligam à sua vida tão expressiva. Tivemos na nossa área pastoril casa-grande (chamada casa-da-fazenda), vigiando o curral, ordenando à senzala e fiscalizando as plantações variadas (Boaventura, 1989, p. 111).

Após referenciar as duas obras freyrianas, Boaventura critica a forma como a zona do pastoreio é descrita nos textos, o que demonstraria um desconhecimento de Freyre da “realidade” e dos “fatos” da vida dos currais, segundo o escritor baiano. Para ele, a estrutura

arquitetônica presente no interior da Bahia em nada devia à casa-grande dos engenhos, motivo pelo qual fez um capítulo específico para demonstrar o luxo da mobília, dos utensílios, das vestes, dos adornos e dos enfeites dos casarões das fazendas.

Apesar da defesa da igualdade material, Eurico Alves acredita que havia uma disparidade nos costumes. Segundo ele, alguns cronistas e viajantes do período colonial reduziam seus relatos sempre ao sexo, inclusive com a existência de casos homoafetivos. Esse tipo de narrativa do passado social brasileiro gera uma demonstração de desacordo por parte do escritor baiano, que acha uma abordagem reducionista e pouco precisa:

Tudo pecado, tudo depravação. O sexo, só o sexo escorrendo sêmen como vê GILBERTO FREYRE (92). Dão a parecer que somente no Brasil se conheceu o sexo. Que, somente aqui, se descobriu a vagina nova e fácil. E que só se pensava, só se cuidava de vagina, só se falava em cópulas e mais cópulas, tudo sexo e somente sexo. E também sexo errado. Tonto. Doente. Quando, de certo, não foi exclusivamente assim (Boaventura, 1989, p. 187-188).

Na citação acima, Boaventura se contrapõe firme à interpretação freyriana do sexo no período colonial. As frases “dão a parecer que somente no Brasil se conheceu o sexo” e “só se pensava, só se cuidava de vagina” demonstram a inquietação do autor, que direciona a sua crítica a Gilberto Freyre pela constante presença da temática sexual em *Casa grande e senzala*. Roberto Ventura (2002), no artigo “Sexo na senzala”, busca estabelecer uma leitura do primeiro livro da trilogia freyriana a partir da autobiografia. Para ele, houve uma inovação na compreensão do sexo em Freyre, abordado como uma prática cultural na construção da sociedade colonial. A questão sexual presente nos textos do sociólogo pernambucano teria sido desenvolvida com o diálogo com Sigmund Freud, Havelock Ellis, Bronislaw Malinowski e Margaret Mead. Para Ventura (2002, p. 212), “Casa-Grande & Senzala pode ser lido como uma **autobiografia sexual**, em que Freyre dá compreensão histórica ao seu entusiasmo pelas mulatas”. Essa “autobiografia sexual” de Freyre foi perceptível para o estudioso a partir da análise das entrevistas concedidas pelo autor de *Sobrado e mucambos* a vários veículos da mídia, em especial à revista *Playboy*.

A compreensão do ensaísta baiano de que Gilberto Freyre via sexo em tudo, “o sexo escorrendo sêmen”, também se reflete nas “cópulas” consideradas pelo escritor como “sexo errado”, provavelmente uma referência à penetração oral ou anal. Chama-nos a atenção os adjetivos utilizados, “tonto” e “doente”, para se referir a esse erro sexual. Essa afirmação talvez esteja direcionada às relações homoafetivas, que segundo Boaventura eram inexistentes no sertão, enquanto o sociólogo pernambucano diz: “Eram frequentes, como refere Moreau, os de sodomia e crimes contra a natureza, destacando-se entre os sodomitas certo capitão holandês”

(Freyre, 2004a, p. 275). A citação demonstra que não eram casos isolados no Recife colonial a ocorrência de “sodomia”, isto é, práticas sexuais consideradas tabus ou pouco convencionais, como o sexo homoafetivo. Essa afirmação demonstra uma contradição entre os intelectuais. Por um lado, Eurico Alves esforça-se para diminuir o número de relações entre pessoas do mesmo sexo no sertão, por outro, Freyre afirma serem frequentes esses casos. Para defender seu ponto de vista, Boaventura recorre ao livro *Primeira visitaçao do Santo Oficio às partes do Brasil*, de Heitor Furtado de Mendonça, com o objetivo de observar a presença de denúncias de “homossexualismo” ao tribunal. Sua conclusão a partir da leitura da referida obra foi: “Casos de tão raros, que desaparecem no balanço sexual da Colônia” (Boaventura, 1989, p. 187). Não é intenção de nossa tese afirmar se o intelectual está mentindo ou não, mas observar quais caminhos ele escolheu para fazer suas afirmações. Por ser um juiz de formação, Boaventura saberia que não deveria usar apenas sua experiência pessoal para expressar uma definição tão ampla para toda a sociedade do pastoreio, ainda mais por almejar um caráter sociológico para o seu ensaio. Para isso, ele cita outros autores, com base em documentações, visando dar um embasamento a seu posicionamento. Vários fatores poderiam ser enumerados para haver um número grande de casos sodomitas no litoral, mas não no sertão. Um deles seria a própria facilidade de acesso a essas denúncias. Mas seria no mínimo curioso a defesa de certa “pureza” da sociedade sertaneja, sem máculas, como também ocorre sobre a questão dos degredados. Freyre acredita que vieram criminosos, de delitos leves, em números significantes, a ponto do donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, pedir ao rei para não enviar mais pessoas com esse perfil. Enquanto isso, Eurico Alves afirma que esses indivíduos, de certa “origem duvidosa” e vida airada enviados pela Coroa, foram quase inexistentes no sertão, assim como na abordagem adotada sobre as relações homoafetivas.

Uma possível leitura para os dois casos já foi observada por nós no nosso livro *Homens verticais ao sol*, no qual analisamos os posicionamentos de Boaventura a partir da ótica dos estudos de masculinidades, diante da defesa de estabelecer um modelo de homem viril, verticalizado, íntegro, que teria desbravado a terra virgem, povoado e fundado o Brasil. Excluir criminosos, homossexuais e reduzir a quantidade de pessoas negras no sertão foi uma forma de estabelecer um Brasil “verdadeiro”, conectado com as raízes nacionais, sem influências estrangeiras ou pecados contra a honra, fazendo o ensaísta demonstrar ao longo de seu trabalho as características do vaqueiro, protagonista de sua narrativa nacional e, por extensão, do homem sertanejo que habitava a casa da fazenda.

A escrita da História a partir da perspectiva do homem aristocrata, presente tanto em Freyre como em Eurico Alves, faz os estudiosos dedicarem várias páginas de seus textos para abordar elementos da sociedade patriarcal culturalmente masculinos. Boaventura expressa concordância com a frase de Freyre de que a colônia foi um período sem “meninos”, uma referência ao encurtamento da infância dos jovens garotos que, muito cedo, colocam sua sexualidade em prática, inicialmente com brincadeiras, logo depois com as relações sexuais com as negras e indígenas. No caso do segundo autor baiano, em especial com as indígenas. Chega a ser contraditória essa demonstração da sexualidade do menino do pastoreio, visto que o próprio escritor já havia criticado Freyre pelo excesso de descrições sexuais. Talvez o problema de Eurico Alves fosse as pessoas descritas nessas relações sexo-afetivas em *Casa grande e senzala*, que fugiam do modelo normativo de sociedade que provavelmente ele buscava estabelecer para o sertão baiano.

Gilberto Freyre cita ainda Gustavo Barroso para pontuar a diferença entre a sexualidade dos meninos do engenho e a dos meninos do pastoreio. Ele cita o romancista para reforçar seu posicionamento de que no sertão os jovens prolongavam a virgindade até a vida adulta. Para o sociólogo, esse dado é resultado da ausência da escravidão no sertão, já que teriam sido as mulheres negras, na ótica freyriana, que “incitavam” os garotos ao sexo, causando esses impactos na sexualidade sertaneja. Por outro lado, Boaventura (1989, p. 215) discorda dos dois autores e narra aventuras sexuais corriqueiras na casa da fazenda: “Em ligeira observação, escreve GILBERTO FREYRE que o sertanejo só conhecia mulher tarde. E quase que por ocasião do casamento (194). Puro engano, embora também faça GUSTAVO BARROSO semelhante denúncia para alguns homens da sua região”.

A citação acima demonstra a discordância do ensaísta baiano sobre esse tema, com o objetivo de comprovar a virilidade dos homens sertanejos que desde crianças eram iniciados sexualmente, assim como aconteceu na região dos engenhos, “puro engano”, não apenas de Freyre, mas também de Barroso, dois autores constantes da lista dos mais citados por Boaventura, mas que nessa temática não ganharam a adesão do escritor. Por outro lado, ambos os intelectuais concordam sobre um prematuro amadurecimento do menino na sociedade colonial, movido, principalmente, por um encurtamento da infância, resultado da antecipação dos papéis masculinos atribuídos ao jovem homem. Para Freyre (2004a, p. 177), o desejo de ser adulto por parte do garoto era movido tanto pela “vergonha da meninice” como pelo prestígio de ser homem, indícios de uma sociedade patriarcal.

A discordância entre Freyre e Boaventura não se dava apenas na fase da juventude do menino, mas também na própria concepção de masculinidade. O sociólogo pernambucano destaca o espanto dos viajantes com o aspecto físico dos homens brancos da casa-grande, devido à falta de trabalhos físicos. Mas, apesar da aparência pouco máscula, o escritor discorda ter havido uma feminilização do homem do engenho pela sua vida de ócio ou pelo “excesso quase feminino de ornamentação” (Freyre, 2004a, p. 216). As vestimentas, a barba, o tempo de lazer, as mãos finas e cheias de anéis completam a caracterização do senhor do engenho, denotam o poder da figura do patriarca, complementado pelo vozeirão acostumado a dar ordens e a ostentar sua virilidade agressiva. Em *Sobrados e mucambos*, o sociólogo afirma que “O homem no Brasil colonial, foi a mulher a cavalo” (Freyre, 2004a, p. 217), justamente pela aparência feminilizada que os viajantes tinham da figura do aristocrata do canavial. Já o modelo de homem defendido em *Fidalgos e vaqueiros* apresenta-o como viril, sem luxos e dado ao trabalho (Santana, 2022). Para Freyre, mesmo com o empobrecimento das elites agrárias, ainda houve um repúdio por parte de seus integrantes em realizar trabalhos braçais, motivo que endossava vários desses brasileiros terem nascido ricos e morrerem pobres, diante da decadência dos engenhos e da ascensão dos burgueses citadinos, em especial dos estrangeiros que não fugiam da labuta. Enquanto o fidalgo do pastoreio se ocupava com o trabalho dos currais, a lida com o gado e a manutenção da fazenda, os senhores das casas-grandes exerciam o ócio, “fazendo pachorrentamente palitos; ou então gaiolas de passarinho” (Freyre, 2004a, p. 335), símbolo de seu *status* social e de poder.

A exaltação da posição de mando exercida pelo patriarca do engenho é classificada como demasiada por Eurico Alves, que critica o fato de a casa-grande não se envolver diretamente com os trabalhos da produção do açúcar. Para o ensaísta baiano, “Talvez, a pena de preguiçoso fidalgo te masoquista, sem coragem de trabalhar, com raiva dos escravos que se libertavam, que não se sujeitavam a lhe aumentar a riqueza na lavoura parasitária” (Boaventura, 1989, p. 25-26). O fidalgo “preguiçoso” e “sem coragem de trabalhar” era mais dependente dos escravizados para o cultivo da cana-de-açúcar, se comparado com a autonomia do aristocrata dos currais, que trabalhava ao lado de seus subordinados. Dessa forma, o fim da escravidão teria atingido diretamente a elite canvieira, pois resultou na limitação da produção açucareira e, conseqüentemente, na decadência econômica. Essa afirmação de Boaventura provavelmente se deve ao fato de que a atividade do pastoreio demandava uma menor quantidade de mão-de-obra se comparada com as fazendas produtoras de açúcar. A necessidade de o “fidalgo vaqueiro” ter de trabalhar “duro”, como qualquer empregado da fazenda, não era algo feito

apenas por prazer, como deixa transparecer o ensaísta, mas motivado pela necessidade de gerir a atividade econômica do pastoreio, diante da grande demanda de trabalhadores para o exercício das funções e do baixo número de empregados.

Enquanto há um domínio masculino do espaço público, a vida privada das casas-grandes e das fazendas era ambiente predominantemente feminino, ponto de concordância entre Freyre e Boaventura. Para o primeiro intelectual, a permanência da mulher na casa foi resultado do sistema patriarcal, que a via como um corpo estranho na rua ou estrada, considerados espaços masculinos. O segundo estudioso não chega a fazer uma análise sociológica dos lugares de poder ocupados pelos gêneros, mas atribui um grande protagonismo à figura do homem; os poucos momentos em que as mulheres ganham espaço no enredo de *Fidalgos e vaqueiros* são em temas ligados ao cotidiano, costumes, alimentação, religiosidade, enfim, temáticas consideradas domésticas.

O âmbito privado das famílias aristocratas do pastoreio mantém-se praticamente intacto até a I Guerra Mundial, segundo Eurico Alves, resistindo à abolição da escravidão e à Proclamação da República.

Com a vinda de algumas famílias rurais para a vila e para a cidade, depois da Grande Guerra de quatorze, não é propriamente decadência das fazendas que se registra e sim da auréola de prestígio social e mesmo econômico que as cercava. Porque aí estão producentes, terra ubérrima, pastagens vivas, soltas eficientes. Desapareceu o renome político dos velhos solares. GILBERTO FREYRE já analisou o papel do doutor saído da fazenda (22) e VICTOR LEAL também (23) (Boaventura, 1989, p. 416).

Na citação acima, podemos perceber que há uma resistência de Boaventura em assumir a decadência do pastoreio, assim como Freyre fez com o engenho, afirmando apenas que o prestígio social e econômico das fazendas não estava no seu auge. A justificativa dada para essa afirmação foi a existência de uma diversidade de produtos nas propriedades rurais, não se pautando sua economia em um único meio de produção, como os canaviais. Dessa forma, Eurico Alves apresenta uma discordância com Freyre sobre a necessidade do exclusivismo monocultor para a produção de um determinado cultivo:

Enquanto o engenho se fecha a outras culturas, o curral delinea a área, amplia mesmo, para lavouras diversas. Auxilia-nas, impulsiona outra vida além da vaquejada. Não foi exclusivista como a cana. Nem se isolou em áreas predefinidas, solteiras. Misturava-se o pastor como o agricultor. E isto desde o início [...]. Não foi exclusivista, absorvente a pecuária, como compreende Gilberto Freyre (63) (Boaventura, 1989, p. 51-52).

Podemos perceber, no trecho citado anteriormente, a defesa veemente do ensaísta feirense da ampliação de “culturas” presentes no pastoreio, na qual o pastor exerce uma dupla função, também ocupando o papel de agricultor. Posteriormente, ainda cita Gilberto Freyre, ao

dizer que a pecuária “não foi exclusivista”, como o litoral, mas foi “absorvente” de outros cultivos. A diferença entre a casa-grande e a da fazenda provavelmente estivesse no poder econômico que elas possuíam. Boaventura não levanta números podendo contradizer o sociólogo pernambucano referente ao domínio da economia açucareira sobre a dos currais, que afirma não ser necessário produzir uma agricultura de subsistência, pois tinha o capital necessário para adquirir os mais variados gêneros alimentícios. Mas, em outro momento, Eurico Alves afirma que a riqueza agrária, quando resultado de um único produto, se torna um “perigoso unilateralismo” (Boaventura, 1989, p. 413). Para estabelecer esse debate econômico e apresentar uma justificativa para sua discordância com Freyre, o escritor baiano cita Alfredo Ellis Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, a fim de dizer que a opinião dos dois estudiosos é mais razoável que a do autor de *Ordem e progresso*.

Nesse aspecto econômico há outra discordância entre os estudiosos merecendo a atenção: a utilização da mão-de-obra escravizada. Anteriormente, vimos que Freyre acredita que a ausência de mulheres negras no sertão afetou a sexualidade do homem sertanejo, afirmação rebatida por Boaventura. Em outros momentos, o sociólogo pernambucano diz que o reduzido número de escravizados no pastoreio se deu pela baixa demanda de funcionários empregados e pelo baixo capital que teriam as famílias da aristocracia dos currais. Em *Casa grande e senzala* é estabelecida uma dicotomia entre os homens que possuíam maior capital, e poderiam manter o funcionamento de um engenho de açúcar, e aqueles com recursos reduzidos, que trabalharam na captura de escravos no sertão ou se aventuraram na criação de gado. No livro *Sobrados e mucambos*, Freyre (2004a, p. 66) volta a tematizar essa questão quando analisa a estrutura arquitetônica da casa da fazenda, que eram largas sem serem verticalizadas:

a compensação à escassez do número de escravos – capital precário – pelo número exagerado de filhos que os patriarcais foram acomodando menos no interior de andares superiores de casas assobradadas – como a da fazenda do Brejo, em zona pastoril da Bahia – do que em quartos e salas térreas de casas achatadas, com extensas varandas ou alpendres hospitaleiros. Não sentiam tais patriarcais a mesma necessidade que os senhores das zonas de abundante escravaria africana, de distanciarem os dormitórios dos filhos e, principalmente, as camarinhas das filhas e das senzalas de escravos.

Na citação acima, vemos que Freyre associa o grande número de filhos com uma compensação para a escassez de escravizados. Eurico Alves concorda com o intelectual diante da afirmação da reduzida “escravaria africana” no sertão, mas utiliza como justificativa não o “capital precário”, como disse o sociólogo, mas o fato de o proprietário das terras trabalhar ao lado de seus empregados, sem ser dado ao ócio, como o senhor do engenho, o que demandaria menor quantidade de mão-de-obra. Em tese, os argumentos não se contradizem, mas partem

para narrativas diferentes. Boaventura (1989, p. 82) defende uma igualdade social, política e econômica entre as elites do litoral e do pastoreio, o reduzido número de escravizado sendo visto por uma perspectiva cultural, na qual se torna possível a formação de uma cultura centralizada na figura do caboclo:

Descrente da ausência do negro no sertão, escreve Gilberto Freyre [...]. Sugestão que se não apresenta de todo ilesa de críticas. Os quilombos, deve ser bem acentuado, tinham vida apertada e às escondidas e talvez não produzissem os efeitos apontados pelo sociólogo pernambucano. A influência negra no sertão é restrita. Se os quilombos tivessem dominado em extensão, a preponderância do negro seria notada, estaria presente em toda parte. E isto não se dá. A culinária do sertão é completamente destituída de quaisquer lembranças da dita baiana. Está mais redivivo o caboclo na cozinha do sertanejo.

Observamos que Boaventura não nega a presença do negro na cultura sertaneja, até porque não seria possível fazer essa afirmação diante das fontes analisadas que demonstravam a existência desses sujeitos, mas se utiliza do recurso narrativo do isolamento dos grupos sociais em quilombos, o que teria reduzido a “influência negra no sertão” e fortalecido a presença do “caboclo na cozinha”. É curioso que o ensaísta feirense não utilize a palavra “indígenas” na citação acima, mas recorre ao sujeito mestiço, fruto da relação das mulheres nativas com o homem branco, uma forma de embranquecer a formação racial da aristocracia dos currais. Enquanto Freyre estabelece uma oposição a Euclides da Cunha, ao defender a mestiçagem brasileira a partir das três raças, Eurico Alves concorda com o autor de *Os sertões*, ao atribuir um maior protagonismo ao caboclo na formação racial do Brasil. A descrição do negro e do indígena na sociedade colonial, feita pelo sociólogo pernambucano e pelo ensaísta baiano, é atravessada pela experiência pessoal desses escritores e do grupo aristocrático do qual fazem parte, fazendo-os adotar uma narrativa saudosista e sem conflitos.

Essa forma de escrita, que tece um saber científico com memórias particulares, caracteriza a autoria tanto de Freyre como de Eurico Alves, articulando o discurso acadêmico com a construção de um “personagem de si mesmo” (Araújo, 2009, p. 208). Nos caminhos trilhados pelo escritor pernambucano, Boaventura retoma o passado da aristocracia sertaneja em ruínas, assim como articula a sua narrativa historiográfica à escrita de si para pensar a nação. Apesar dos preconceitos da época e do pensamento considerado taxativo na descrição dos grupos sociais que teriam constituído o Brasil, o livro *Casa-grande e senzala* se mantém necessário atualmente para pensar a História brasileira, pela ênfase atribuída no texto à influência cultural indígena e africana na formação do Brasil (Cardoso, 2016; DaMatta, 2004). Contudo, além das contribuições sociológicas e antropológicas, o livro inaugura uma forma de

pensar muito característica de Freyre, influenciando diretamente as teses defendidas em *Fidalgos e vaqueiros*.

### 2.2.2. Eurico Alves, leitor de Oliveira Vianna

O segundo autor mais citado no livro é Oliveira Vianna (1883-1951), com 44 citações. O escritor é citado em dez capítulos de *Fidalgos e vaqueiros*, não sendo mencionado apenas no segundo capítulo do texto. A presença mais acentuada de Vianna ocorre nos capítulos um, seis e nove<sup>68</sup>. São referenciados os livros *Populações meridionais do Brasil* (10 aparições), *Evolução do povo brasileiro* (8 aparições), *Instituições políticas brasileiras* (4 aparições), *Problemas de política objetiva* (2 aparições), *O acaso do Império* (1 aparição) e *Raça e assimilação* (1 aparição). A influência do intelectual na produção euriquiana não se resume apenas ao grande número de citações, mas principalmente ao respeito que Boaventura demonstra por Oliveira Vianna, qualificado como “mestre” em vários momentos do ensaio. Essa denominação nos possibilita entender que a figura do sociólogo carioca exercia uma função pedagógica para o escritor baiano, principalmente pela sua leitura da História do Brasil.

O motivo que torna Oliveira Vianna o segundo autor mais citado em *Fidalgos e vaqueiros*, provavelmente, se deve à tese defendida pelo intelectual de que a origem moral e social do Brasil se deu com a elite rural. Apesar do destaque atribuído por Vianna à casa-grande do litoral e às fazendas de café paulista, podemos perceber a apropriação dessa concepção para o pastoreio através de Eurico Alves. O sociólogo é mencionado em temáticas como o povoamento da colônia, a vinda de degradados para a América portuguesa, as bandeiras no sertão, a ausência de sangue negro na aristocracia colonial, o casamento da elite, a mestiçagem, o embranquecimento da população e o perfil moral dos tipos brasileiros. Apesar de as discordâncias entre os dois estudiosos serem em menor quantidade, em comparação com Freyre e Boaventura, elas se acentuam nas definições raciais e psicológicas do homem sertanejo feita por Vianna, pelo fato do ensaísta feirense não considerar uma abordagem baseada em fatos concretos.

No livro *Populações meridionais do Brasil*, publicado originalmente em 1920, Oliveira Vianna (2005, p. 49) afirma que seu objetivo era “investigar na poeira do nosso passado os germes das nossas ideias atuais, os primeiros albos da nossa psique nacional”, por

---

<sup>68</sup> Capítulo 1: seis citações; capítulo 2: zero citação; capítulo 3: uma citação; capítulo 4: três citações; capítulo 5: quatro citações; capítulo 6: sete citações; capítulo 7: quatro citações; capítulo 8: três citações; capítulo 9: treze citações; capítulo 10: duas citações; e capítulo 11: uma citação.

acreditar que no passado encontraria respostas para suas perguntas do presente, principalmente, sobre as características sociais contidas no subconsciente brasileiro no período da escrita do seu texto. Ele diz que sua preocupação é realizar um estudo social o mais próximo possível da realidade, para demonstrar o quanto somos distintos dos outros povos, em especial dos europeus, mas diferentes também entre nós mesmos. Essa tese de Vianna contesta os estudiosos que anteriormente buscaram estabelecer uma estabilidade do povo brasileiro, tendo em vista que cada tipo regional possuiria características físicas e psicológicas próprias, em detrimento do ambiente no qual está inserido.

Para entender melhor a influência do sociólogo carioca em *Fidalgos e vaqueiros*, vamos analisar cada uma das temáticas nas quais Oliveira Vianna é mais citado. A primeira delas tange aos aspectos da História Colonial. Enquanto Freyre é mais citado em debates sociais, Vianna aparece também em questões políticas e econômicas, principalmente quando se refere aos primeiros séculos da colonização e ao processo de povoação do território da América portuguesa. Como veremos a seguir, nessas temáticas não há uma grande discordância por parte de Boaventura, inclusive a citação do autor de *Evolução do povo brasileiro* é um recurso científico para garantir maior credibilidade às afirmações de Boaventura.

Os autores citados no ensaio euriquiano aparecem no texto quando suas afirmações são importantes para Eurico Alves sustentar suas principais teses. Dito de outro modo, o ensaísta cita os livros para atribuir um regime de veracidade às suas informações com a demonstração de posicionamentos defendidos por outros estudiosos seguindo um mesmo percurso de suas próprias afirmações. Isso demanda citar personalidades de renome nacional, como é o caso de Oliveira Vianna. Como disse Angela de Castro Gomes (2009, p. 146), nas últimas décadas do século XX, o sociólogo carioca tornou-se “um clássico do pensamento social brasileiro”, aliado a instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Academia Brasileira de Letras (ABL) e com o exercício de cargos no Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Esse currículo torna as publicações do sociólogo grandes referências para a compreensão da história colonial, talvez sendo por esse motivo chamado de “mestre” no decorrer de *Fidalgos e vaqueiros*. Isso fica evidente na última página do seu ensaio, quando Eurico Alves afirma: “E já sustentava corretamente OLIVEIRA VIANNA que ‘toda a nossa história é a história de um povo agrícola’” (Boaventura, 1989, p. 421). A citação busca defender a própria perspectiva de história que Boaventura apresenta no seu livro, pautada na figura do fidalgo-vaqueiro na construção do Brasil, mas para isso ele recorre à citação de Vianna, pois já havia dito

anteriormente que o passado brasileiro é protagonizado por lavradores e pastores, constituindo, portanto, uma narrativa historiográfica pautada no espaço rural.

Em outro momento, o sociólogo é mais uma vez citado para reforçar um posicionamento do próprio autor de *Fidalgos e vaqueiros*: “Aconselha Oliveira Vianna que, ao se procurar entender os nossos magnos problemas [...]. Assim, interpretando-se os fatos da nossa formação social, urge não esquecer o Brasil” (Boaventura, 1989, p. 156). Com isso, podemos observar que Boaventura adota a compreensão histórica de Vianna, de que é necessário estudar o passado para compreender o presente, como uma forma de lembrar quais foram as origens do país e tendo como pano de fundo entender sua formação social atual. O autor de *Populações meridionais do Brasil* defende que a origem da vida fidalga no Brasil teria começo com as famílias nobres europeias, pois era necessário ter capital privado para investir nas terras concedidas pelo rei, como as sesmarias, e ocupar a função de donatário. Esse mecanismo de investimento dificultava o acesso às terras pela população pobre, mesmo diante do interesse de migrar para a colônia. A decisão de conceder a posse das terras para homens de bens deu-se pela capacidade financeira que eles tinham para investir na construção de engenhos, sem a necessidade da intervenção da Coroa. Logo no primeiro capítulo do seu ensaio, Boaventura afirma que apenas com a descoberta das minas de ouro, em decorrência da expansão das áreas do pastoreio, é que Portugal teria demonstrado maior interesse pela América portuguesa. Para sustentar essa afirmação, ele cita Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna, dois intelectuais reconhecidos pelos seus trabalhos na temática:

Corretamente sugere OLIVEIRA VIANA que a metrópole só veio ligar importância à Colônia, impor aqui a sua força, quando foram descobertas as jazidas, as minas. Até então, não podendo descobri-las por sua própria iniciativa, deixara que os bandeirantes dominassem e se espalhassem como pequenos reis pelo sertão (Boaventura, 1989, p. 355).

Na citação acima, Eurico Alves afirma que Vianna havia “sugerido” que o interesse da Coroa pela colônia só aconteceu após a descoberta das minas, apesar de não realizar nenhuma citação direta sobre o tema. Essa escolha talvez se justifique por ele acreditar que simplesmente citando o sociólogo teria o respaldo suficiente para estabelecer o cenário social do período colonial. Nele, o bandeirante exercia o papel de desbravar e colonizar as terras distantes do litoral, escravizar os indígenas e lhes tirar a posse das terras, como “pequenos reis pelo sertão”, por ditarem suas próprias regras.

Outro tema no qual o sociólogo carioca é novamente mencionado foi sobre o nomadismo inicial dos sertanistas nos séculos XVII e XVIII. Segundo Boaventura, os desbravadores viviam migrando de uma área para outra, em decorrência das notícias de novas

áreas descobertas. Nesse debate, Vianna define os bandeirantes paulistas como “imagem viva do domínio” (Boaventura, 1989, p. 29), por se deslocarem dos núcleos latifundiários do litoral para buscar terras distantes. Eurico Alves apropria-se da caracterização do funcionamento dos sertanistas para definir a atuação da “bandeira pastoril” (Boaventura, 1989, p. 29), responsável pela implantação dos currais e solares pelo sertão afora. Originalmente, Vianna atribui essa função apenas para o tipo nacional definido como “paulista”, mas Boaventura cita o estudioso para concordar com ele e ampliar sua compreensão dos desbravadores para contemplar a figura do vaqueiro baiano.

A comparação entre o paulista e o baiano não se resume aos anos iniciais da colonização. A partir do século XVIII, com o estabelecimento da propriedade rural, uma nova questão ganha espaço para Boaventura a partir da leitura do sociólogo. Segundo ele, “afirma Oliveira Vianna que o paulista dos dois primeiros séculos foi gente de fausto e riqueza enormes [...]. Luxo mesmo” (Boaventura, 1989, p. 32). Mas, em contraponto, também é citado Alfredo Ellis Júnior, que defende o fato de as pequenas fazendas setecentistas em São Paulo terem “casas de taipa [...] sem pompa” (Boaventura, 1989, p. 32), negando a afirmação anterior de Vianna. A intenção de Eurico Alves em rebater a afirmação do intelectual carioca era colocar a sociedade do pastoreio em igualdade perante as propriedades rurais paulistas, vistas como mais desenvolvidas por Oliveira Vianna, motivo de desacordo com o ensaísta feirense. Por fim, ele complementa: “Realmente, é para causar espanto falar-se em luxo nababesco em idos tão recuados nas curvas dos anos e dos séculos” (Boaventura, 1989, p. 32). O “espanto” refere-se ao fato de uma sociedade ainda economicamente precária ter grupos sociais que desfrutaram de luxos, quando a Bahia, até então a capital da colônia, e Pernambuco, como demonstra Freyre, possuíam uma constante ausência de produtos alimentícios para a sua demanda populacional.

No livro *Evolução do povo brasileiro*, Vianna (1938, p. 78) afirma:

O pastoreio é, com efeito, a forma mais generalizada da exploração da terra no período colonial. Mesmo os senhores de latifúndios açucareiros não deixam de ser também criadores de gado. Fara a fundação de currais, não se faz preciso grande soma de capital. Não há nada mais elementar, nem mais rápido. Quando não se pode obter uma sesmaria, porque esta, como vimos, só é concedida a indivíduos de algumas posses, há o recurso do arrendamento de lotes aos grandes latifúndios. Os colonos somente têm que resolver o problema da aquisição das cabeças iniciais.

A citação acima demonstra que o pastoreio era a forma mais comum de exploração da terra, por não ter um alto custo de manutenção, como os engenhos, assim como não necessitava ter a posse dos pastos utilizados para a criação de gado, o que tornava os arrendamentos uma forma bastante lucrativa para os criadores e possibilitava a aquisição dos

rebanhos. A caracterização do pastoreio no período colonial, feita por Vianna, foi apropriada por Boaventura para a elaboração da sua tese da centralidade da região agropastoril baiana para a fundação da nação. O trecho “Os currais invadem [...] e levam o povoamento [às] regiões mais profundas dos nossos sertões do sul e do norte” (Vianna, 1938, p. 79) seria, facilmente, algo escrito em *Fidalgos e vaqueiros*, demonstrando a aproximação dos autores para a defesa da gênese nacional no interior do Brasil. Eurico Alves cita o sociólogo carioca para realizar a seguinte afirmação: “Em outro tópico, sugere OLIVEIRA VIANNA que o pastoreio foi a tábua de salvação de pessoas limpas de nome, mas de poucas posses, inamalgáveis, mau grado, e que se queriam igualar aos latifundiários açucareiros, aristocratizar-se também” (Boaventura, 1989, p. 179).

Boaventura cita Vianna para afirmar que, embora o pastoreio seja uma zona de sujeitos com “poucas posses”, também se aristocratiza com o objetivo de se “igualar aos latifundiários açucareiros”. É curioso o emprego da palavra “sugere”, permitindo-nos dizer que provavelmente o interlocutor não tenha dito exatamente com as mesmas palavras, mas que suas afirmações possibilitaram a interpretação de Eurico Alves sobre o tema. Dessa forma, mais uma vez, a menção ao renomado sociólogo foi uma forma de respaldar o que foi dito, demonstrando a apropriação euriquiana.

No último capítulo de *Fidalgos e vaqueiros*, abordando a desintegração da sociedade do pastoreio como funcionou até o século XIX, o ensaísta feirense cita Vianna para demonstrar a resistência da casa da fazenda em comparação à zona açucareira: “E o açúcar se debateu em agonia, acentuou OLIVEIRA VIANA. Alastrou-se o fenômeno da cana ao pastoreio, acreditam certos, embora a fazenda fosse mais previdente que o engenho” (Boaventura, 1989, p. 411). Com a expressão “mais previdente”, Eurico Alves afirma que houve uma maior relutância do pastoreio em ser afetado pelas crises econômicas após a “libertação dos escravos” (Boaventura, 1989, p. 411), enquanto a região canavieira “se debateu em agonia”. O grande responsável por esse “êxito”, para Boaventura, foi o fidalgo-vaqueiro, aristocrata da casa da fazenda que também exercia o ofício de vaqueiro, ao lado dos seus trabalhadores. A própria construção da imagem do vaqueiro euriquiano possui uma grande influência de Oliveira Vianna. A maioria das citações de *Populações meridionais do Brasil* e de *Evolução do povo brasileiro* está concentrada no sexto capítulo, que se preocupa em apresentar elementos da sociedade e da cultura sertaneja. Boaventura analisa a construção da figura do gaúcho e sua relação com o cavalo, feitas pelo sociólogo carioca, em uma tentativa de auxiliá-lo a construir o perfil do vaqueiro sertanejo.

Nessa mesma temática, no capítulo sete de *Fidalgos e vaqueiros*, Eurico Alves elogia a descrição do gaúcho realizada pelo sociólogo: “Em páginas magistrais, retrata OLIVEIRA VIANA o gaúcho montado” (Boaventura, 1989, p. 259). Porém, quando o pastoreio nas caatingas é abordado em *Populações meridionais do Brasil*, há uma discordância do ensaísta feirense. O motivo do desentendimento é a afirmação de Vianna de que o baiano não possui as mesmas habilidades de cavaleiro vistas no Sul pastoril. Boaventura (1989, p. 259) rebate: “Não é bem assim. O gaúcho é decorativo na sua montada. O vaqueiro é mais vida. Mais força. Prático. Seco e seguro. Como que preso, agarrado, colado à espenda da sela”. Para respaldar a sua descrição vaqueana, Eurico Alves cita Euclides da Cunha e Câmara Cascudo, que já haviam retratado “essa comunhão tão perfeita entre o cavalo e o homem”, e ainda complementa: “cochilo de mestre...” (Boaventura, 1989, p. 260). A última frase refere-se a Vianna, uma indicação de um erro, “cochilo”, na sua descrição do vaqueiro sertanejo. Dessa forma, podemos dizer que há todo um cuidado por parte do escritor baiano em estabelecer contrapontos com os textos de seu “mestre”, talvez por um maior respeito intelectual, já que difere da abordagem adotada nas críticas a Freyre, que são mais contundentes.

Além da comparação nas habilidades de montaria, Vianna (2005, p. 264) afirma em *Populações meridionais do Brasil* que os “primitivos vaqueiros do norte os antigos colonizadores dos sertões setentrionais, para baterem o índio, ou exterminarem os quilombos, são forçados a invocar o auxílio dos caudilhos do sul”. Dessa forma, os pastores baianos não foram capazes de explorar as regiões banhadas pelas águas dos grandes rios que cortam o estado, sendo necessário o “auxílio” dos sertanistas sulistas, por já possuírem força militar e experiência nessas situações. Esse posicionamento do sociólogo é repudiado por Boaventura, defendendo justamente o contrário, o fato de o fidalgo-vaqueiro ter a capacidade não apenas de desbravar o território do interior da colônia, mas também de fundar a sociedade do pastoreio, que teria um protagonismo na formação da nossa nacionalidade.

Um ponto de concordância entre os dois intelectuais é uma espécie de “pureza” moral existente entre o gaúcho e o sertanejo. Ambos concordam ser um absurdo a tese da migração de degredados para a constituição do povo brasileiro. Sobre esse tema, Boaventura (1989, p. 186) discorda de Paulo Prado e Tasso da Silveira, que teriam baseado suas análises “apenas em cronistas espanhóis. Não creio sejam fonte pura para informes seguros neste plano”. Após a afirmação de que os relatos que possuíam os dois escritores não eram suficientes para sustentar a tese dos criminosos como principais elementos formadores do povo brasileiro, Eurico Alves apresenta uma citação de Oliveira Vianna, na qual se diz que, diferente desse

“absurdo” da presença dos degredados europeus no processo de colonização do país, a constituição da “nossa” nacionalidade estaria pautada na aristocracia ibérica. Percebe-se que o ensaísta baiano não cita nenhuma fonte podendo rebater o que foi escrito por Prado e Silveira, mas apenas menciona o “nunca bastante citado OLIVEIRA VIANNA” (Boaventura, 1989, p. 186), frase que representa a confiança intelectual que Boaventura tinha no sociólogo carioca.

Não há importância no número de casos de degredos para o Brasil. Não há estatística a fim de positivar-se o total dos que para aqui vieram apenados e quais os crimes cometidos. Muitos constroem um como errado sorites: havia pena de degredo para o Brasil e aqui foi o degredo de alguns, por isso, foi o Brasil povoado por degredados. Nada mais errôneo, insustentável. E que se repita OLIVEIRA VIANA (Boaventura, 1989, p. 197).

Na citação acima, mais uma vez a base da argumentação euriquiiana se sustenta nas falas de Vianna. No trecho, ele não nega a vinda de criminosos e degredados para a colônia, mas afirma que estatisticamente era um número tão reduzido que não teria tido nenhuma consequência social. Não é certo qual seria o objetivo de Eurico Alves com a defesa dessa ideia, talvez seja uma tentativa de construir uma imagem e uma moral exemplar para a aristocracia sertaneja, narrada por ele como protagonista da história nacional. Em *Evolução do povo brasileiro*, o sociólogo afirma que a mácula supostamente causada por esses indivíduos de moral duvidosa é algo “terciário”, se comparado com os “elementos sadios que para aqui afluem nos primeiros dias da colonização” (Vianna, 1938, p. 67). Podemos observar que há uma proximidade entre o que foi dito por Oliveira Vianna e, posteriormente, por Boaventura, não com as mesmas palavras, mas com um único objetivo: defender a moralidade dos brasileiros.

Outro ponto de concordância entre os dois estudiosos era a família, possuindo um lugar importante na construção da nação, em especial as famílias aristocráticas: “A família do patrão geria o que OLIVEIRA VIANA classifica de clã parental, de organização aristocrática” (Boaventura, 1989, p. 208), composta tanto pela família de sangue (senhor, mulher e filhos) como pelos trabalhadores, suas famílias, escravos e agregados. Esse núcleo familiar extenso se assemelha às narrativas apresentadas por Freyre para os engenhos de açúcar, com a diferença que Vianna e Boaventura acreditavam que essas famílias “se mantiveram limpas de tismas de sangue negro” por muito tempo, processo retardado pelos “fazendeiros orgulhosos” (Boaventura, 1989, p. 240), que escolhiam com cuidado os cônjuges de seus filhos, principalmente das filhas. Para a manutenção desse pseudoembranquecimento da elite do pastoreio, foi necessário, segundo Eurico Alves, o casamento entre os próprios parentes, a endogamia também observada por Vianna, não tendo como pano de fundo, para o escritor baiano, a manutenção dos bens no seio da própria família, mas uma “lei imposta pela disposição

das fazendas” (Boaventura, 1989, p. 217). Apesar de não ser claro o objetivo final que teriam essas relações parentais, podemos interpretar que havia sim um interesse de perpetuação das terras para um mesmo grupo de indivíduos, a exemplo dos Alves Boaventura, além da manutenção do *status quo* racial.

No já mencionado *Evolução do povo brasileiro*, Oliveira Vianna diz que o núcleo familiar era a origem das sociedades. Dessa forma, se a moral dessa célula inicial era questionável, todo o resultado final também o seria. Essa leitura de mundo estabelecida pelo sociólogo é apropriada por Eurico Alves, que propõe defender a constituição da família aristocrática do pastoreio, tomando o fidalgo-pai como homem dado ao trabalho, viril, e que exercia o sustento material de sua prole, ideal dos papéis masculinos até meados do século XX (Santana, 2022). Inicialmente, a família aristocrata do sertão “Surgiu, então, limpa, decente, a nobreza da terra” (Boaventura, 1989, p. 172), mantendo a herança racial dos lusitanos. A escolha dos adjetivos “limpa” e “decente”, empregados para a “nobreza da terra”, faz o leitor acreditar que a defesa da pureza racial estaria, para o autor, atrelada a uma pureza moral e, por consequência, os negros e indígenas exerceriam algum papel de corruptores dessa pretensa branquitude.

Amorenou-se, depois, esta gente em certas alturas, mormente no nordeste, porque o sexo não respeitou a exigência da vaidade. Imperou na sombra do sexo, densamente, o índio. E muita cabrinha escrava carregava e expunha tentações noturnas na pele cor da tarde. Agradavam a índia e a negra e ajudavam a sexualizar a vida. Aliás, não se vá ver em todos os morenos das casas-de-fazenda delação do cruzamento espúrio do senhor poderoso com a escrava. Nem mesmo “a inegável ação cromatizante dos climas equatoriais” apontada por OLIVEIRA VIANA (2) (Boaventura, 1989, p. 172).

Com a expressão “amorenou-se, depois”, Boaventura afirma que o processo racial do sertão foi diferente do litoral, que teria resistido à miscigenação, mas pela luxúria do sexo resultou na diversidade racial do interior da nação, com o auxílio da “índia” e da “negra”, ajudando a “sexualizar a vida”. Há uma espécie de mea-culpa por parte do ensaísta, como se o desejo sexual se tivesse sobressaído à “vaidade” de manter branca a elite dos currais. Mesmo assim, Eurico Alves defende que nem todos os “morenos das casas-de-fazenda” seriam descendentes de “tentações noturnas”, diante de uma tentativa falha de tornar o mestiço sertanejo mais embranquecido que o do litoral, a ponto de discordar do próprio Oliveira Vianna, que acreditava que o clima equatorial favorecia essas relações “inter-raciais”.

O sociólogo carioca defendia não ser possível estudar a evolução do povo brasileiro a partir das teorias gerais da evolução humana, por não acreditar existir um modelo único podendo ser aplicado a todas as sociedades. Dessa forma, Vianna demonstra que essas teorias possuem muitas contradições ao estabelecer etapas de progressão das experiências humanas

coletivas, quando não existiu na história essa linearidade proposta por alguns intelectuais do século XIX. A tese racial apresentada por ele aproxima-se da defendida por Euclides da Cunha, em *Os sertões*, por acreditar que o meio forma o sujeito. Dessa forma, cada paisagem nacional constituiria um diferente tipo humano – exemplo: o sertão/o sertanejo, as matas/o matuto, os pampas/o gaúcho). Cibele Barbosa (2023, p. 55) diz que Freyre analisou várias fontes históricas com o objetivo de contestar as ideias de Oliveira Vianna, “que sugeria que o Brasil havia sido colonizado por dolicocefálicos loiros”. Dessa forma, como dito pela historiadora, o estudioso pernambucano defendeu um tipo racial diferente de Vianna, baseado na união harmônica das três “raças”. Eurico Alves cita os dois autores para afirmar que poucos brancos europeus de fato adentraram no sertão, mas apenas os primeiros filhos dos colonizadores com as indígenas foram capazes de penetrar o território “agressivo” do interior da nação.

Diferente de Oliveira Vianna, Boaventura faz uma defesa da qualidade física e moral do homem do pastoreio. No capítulo seis, quando é feita toda uma construção da imagem do vaqueiro euriquiano, é inserida uma citação direta do sociólogo carioca que defende o gaúcho como o tipo brasileiro com grandes qualidades da raça pela “ascendência açoriana” (Boaventura, 1989, p. 233) que eles possuíam. Como contraponto, Eurico Alves diz que, se os sulistas são bons representantes nacionais, o sertanejo também o é, pois “são os mesmos das fazendas” (Boaventura, 1989, p. 178), uma referência à pretensa igualdade racial entre os dois “tipos” brasileiros. Esse é o elemento de maior discordância entre os dois intelectuais, a ponto de o ensaísta feirense escrever: “Teima, às vezes, OLIVEIRA VIANA em descobrir o perfil vigoroso do homem do pastoreio” (Boaventura, 1989, p. 176). A teimosia do autor mencionado se daria pelos constantes esforços de diminuir as qualidades físicas e morais do “produto humano do pastoreio” (Boaventura, 1989, p. 176). Segundo Boaventura, apesar de terem sido constituídos culturalmente de formas distintas, o sertanejo teria, inclusive, alguns pontos que demonstrariam superioridade ao indivíduo da área agrícola, principalmente na resistência, rusticidade e bravura, apesar de Vianna (1938, p. 83) considerar o “tipo criador” com “menos aptidões de organização e administração”, resultado de um menor desenvolvimento social e de uma pouca competitividade econômica, o que discorda o escritor baiano. Boaventura continua: “Não é, de forma alguma, sob nenhum prisma, menos desenvolvido socialmente o tipo do criador, como hereticamente sentencia OLIVEIRA VIANNA, apesar da sua desenganada autoridade” (Boaventura, 1989, p. 178). A crítica ao seu interlocutor mostra-se mais firme nessa citação, ao sentenciar como uma “heresia” a maneira pela qual Vianna descreve o “tipo criador”, mesmo com sua “autoridade” intelectual. Eurico Alves não acha justo a forma como

o homem da casa da fazenda é retratado nos livros do estudioso, pois, com a exceção dos gaúchos que teriam uma ascendência branca, todo o restante do povo brasileiro seria mestiço, “proximidade de preto” (Boaventura, 1989, p. 233), o que é interpretado em *Fidalgos e vaqueiros* como uma leitura negativa para a zona do pastoreio.

Fez-se combativo, heril, vertical o homem do pastoreio com a faina da vida, que enrijece o físico e aprimora o moral. Alma telúrica a do sertanejo, que se fez através da alma da terra que o traduz, que o explica. Completam-se ambos. Difícil uma disjunção sua. Cria-lhe o recuo da costa marítima o aristocrático orgulho de si só no reino das distâncias melancólicas, citando-se o adjetivo de FERNÃO CARDIM. Todos os segredos da solidão sertaneja passam para a sua alma, que os desvenda (Boaventura, 1989, p. 180).

Na citação acima, Boaventura faz um contraponto a Vianna sobre o aspecto físico e moral do aristocrata dos currais, com uma visível exaltação de seus atributos que se complementam, demonstrando um “tipo” brasileiro maduro psicologicamente, com uma grande influência indígena, inclusive na estatura mediana, mas tendo mantido um “talho elevado”. No sertão, as “famílias que se mantiveram sempre claras, bem claras, apresentavam representantes na quase totalidade de estatura nobre” (Boaventura, 1989, p. 233). Dessa forma, apesar de concordar que a população sertaneja era mestiça, eles teriam a cor de pele “clara”, o que é relacionado com um aspecto nobiliárquico atribuído por Vianna ao gaúcho, colocando o sertanejo, mais uma vez, em pé de igualdade com o tipo nacional sulista.

A herança das habilidades indígenas para a montaria e o cuidado com os rebanhos são ponto pacífico entre os dois estudiosos, que acreditam terem sido importantes os nativos no processo de conquista do sertão. Vianna afirma que os indígenas tiveram um protagonismo em todas as regiões nos primeiros séculos da colonização, mas foi sendo substituído gradativamente pelos negros, que passaram a ser empregados como mão de obra nos latifúndios agrícolas do litoral, e foram expulsos para o interior do território. Essa tese busca reduzir a presença do indígena na formação cultural do mestiço do litoral, ponto de desacordo com Freyre. Isso se deve pois Oliveira Vianna acredita que cada região teve uma maior propensão ao desenvolvimento de um “tipo racial”, alguns lugares com uma maior contribuição negra, outros com uma ascendência indígena. O que não é dito em *Fidalgos e vaqueiros* é a defesa do sociólogo carioca da eugenia, pois ele acreditava que “não há raça sem eugenismo” (Vianna, 1938, p. 172). Essa defesa parte do entendimento de que cada grupo étnico teria qualidades tidas como “superiores” e seriam capazes de passar essas características aos seus descendentes. Por esse motivo, ocorre a utilização de conceitos biológicos para classificar a “pureza” da “raça”, desde o “puro por pedigree” ao “puro por cruzamento”, sendo o casamento consanguíneo uma medida adotada pela nobreza rural para manter o *status quo* racial. Cabe

lembrar que essa interpretação humana através de “raças” já foi contestada cientificamente desde meados do século XX. Enquanto esse posicionamento ainda era presente na mentalidade intelectual das décadas de 1920 e 1930, a partir de 1960 ela foi extremamente criticada por sociólogos como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (Barbosa, 2023), demonstrando o aspecto racista dessas pseudociências diante da tentativa de embranquecer a população brasileira.

Outro tema recorrente da citação de Vianna é o processo de modificação do uso comum das terras para o processo de fundação dos latifúndios, grandes quantidades de terras pertencentes a um único indivíduo ou a uma família. Essa abordagem dialoga com as preocupações de Eurico Alves em mapear as relações políticas da aristocracia dos currais, que se referenda nos livros de Oliveira Vianna para entender os bastidores da macropolítica, além de temas como crime, banditismo, migração e formação social do Brasil. Com esses debates, adentramos a influência de Vianna na compreensão política de *Fidalgos e vaqueiros*. Boaventura (1989, p. 358) afirma que o “autoritarismo do chefe sertanejo” foi resultado da ausência do Estado na proteção da população interiorana no período colonial e no Império. Esse cenário se repetiu tanto no pastoreio como nas fazendas gaúchas, nas zonas de açúcar e de café, como resultado da forte vida política na qual estavam inseridos os patriarcas rurais.

A nossa paisagem teve também os seus movimentos políticos vivos. Correrias, mata-matas, pega-pegas políticos se registraram vezes sem conto. Saliente-se que o chefe político do oitocentos, rodeado de capangas de compadres, de cabras, de toda gente, dominando, lutando, brigando, às vezes, é a moderna transformação sofrida pelo chefe de clã anterior, que assim se apresentam como bem frisa OLIVEIRA VIANA (126). O clã em ação. E, até hoje, diga-se de passagem, o ritmo é o mesmo (127). Na lembrança de PEDRO CALMON alguns chefes de grei no sertão guardavam certa similitude com os **condottieri** e os **bravi** medievais. Alguns deles (Boaventura, 1989, p. 359).

Na citação acima, Eurico Alves elenca as principais características dos “movimentos políticos” encenados no interior do Brasil, elementos que contribuíram para o fortalecimento do poder centralizado na figura patriarcal. A disputa de domínio político, as relações interpessoais, o respeito dos subordinados e a disposição de um grupo de capangas armados constroem esse cenário rememorado a partir das citações de Vianna e Calmon. A escolha dos intelectuais mencionados não foi ao acaso, já que ambos possuem reconhecimento nacional pelos trabalhos historiográficos que produziram, especialmente Pedro Calmon (1902-1985), por ter publicado dezenas de livros abordando história, política e personalidades de destaque no cenário nacional.

A figura do “jagunço” ganha bastante espaço no ensaio, principalmente a partir da discordância de Boaventura com Vianna. Inicialmente, o escritor baiano concorda com o sociólogo sobre a atuação do jaguncismo para a manutenção da ordem, a mando do chefe político local. Mas, “apesar da sua alta autoridade”, Oliveira Vianna adotou uma perspectiva “caótica dos fatos” (Boaventura, 1989, p. 373) quando analisou a presença do jagunço no regime pastoril. Para Eurico Alves, esses personagens não eram uma particularidade do pastoreio, mas um mecanismo político utilizado onde fosse necessário para a manutenção do poder, não sendo resultado de uma condição física, moral ou social do sertanejo, inferiores em comparação a outros “tipos” nacionais. O contraponto continua: “Desacerta e desacerta muito o mestre OLIVEIRA VIANA, estabelecendo relação de causa entre o cangaceirismo e o regime pastoril [...]. Nada mais irreal” (Boaventura, 1989, p. 372). A crítica contundente de Boaventura justifica-se pela defesa da moralidade sertaneja, pois a interpretação feita por ele a partir dos livros de Vianna é de que seriam “marginais” todos os integrantes do pastoreio, possivelmente contemplando, por extensão, a elite das casas da fazenda, o que desagrade o ensaísta feirense. Para reforçar seu argumento, é mencionado Rodrigues de Melo, autor do livro *Patriarcas e carreiros*, pelo seu estudo sociológico sobre o sertanejo do Rio Grande do Norte. A obra citada demonstraria o erro de Vianna, que “examinou ligeiramente o caso sertanejo” (Boaventura, 1989, p. 380), não se comprovando a premissa de que a caatinga era um ambiente adequado para a formação do malandro/jagunço.

O último grande desacordo entre Eurico Alves e Oliveira Vianna trata-se do sentimento de solidariedade que havia entre os sertanejos. O estudioso carioca defende a “ausência do espírito comunal no interior do país” (Boaventura, 1989, p. 302), resultado da extensão das terras, da autossuficiência das fazendas e da distância entre os solares, o que teria dificultado a criação de um sentido de comunidade para além do núcleo familiar do pastoreio. Para Boaventura (1989, p. 303), “Incorre em equívoco o grande mestre OLIVEIRA VIANA, negando o sentimento de solidariedade geral no nosso povo”, pois existia um senso de cooperação entre os sertanejos que não foi captado pelo intelectual, por ele morar “longe do mato”. É interessante perceber que, quando Eurico Alves estabelece esse distanciamento de Vianna com o interior da Bahia, ele se coloca como alguém autorizado para falar sobre o tema por ter vivenciado essas relações interioranas, perto do mato, dentro da casa da fazenda. Esse esforço de rebater o sociólogo em temas relacionados à moralidade demonstra o que já dissemos, sobre o desejo de Boaventura inserir a elite dos currais no mesmo patamar de desenvolvimento social e econômico do gaúcho, descrito por Vianna, e do engenho

pernambucano, apresentado por Freyre. Curioso é o fato de o autor de *Populações meridionais do Brasil* inserir Pernambuco e São Paulo como os principais centros populacionais nos primeiros séculos da colonização, mas deixar a Bahia de fora, o que provavelmente foi motivo de discordância por parte do ensaísta baiano.

Os autores compondo o grupo dos mais citados em *Fidalgos e vaqueiros* possuem, em geral, o perfil de intelectuais conhecidos nacionalmente. Muitos deles atuaram não apenas no campo das pesquisas, mas seguiram carreiras políticas e jurídicas. Isso se deve ao fato de a elite intelectual da década de 1930 até a década de 1960 estar ligada às faculdades de medicina e direito. Nesse grupo podemos inserir Oliveira Vianna, que possui uma trajetória intelectual de destaque, mas que teve uma importante carreira política. O sociólogo aparece entre os autores mais citados em *Fidalgos e vaqueiros* pelo respeito intelectual que Eurico Alves tem por ele, assim como a concordância da defesa de Vianna da origem da moralidade nacional na aristocracia rural. Vimos que, além das concordâncias, houve pontos de desencontros entre a tese euriquiana e as ideias apresentadas pelo autor de *Evolução do povo brasileiro*, mas que não foram suficientes para diminuir o reconhecimento da importância de Vianna na construção de uma imagem de Brasil pelo intelectual, na perspectiva de Boaventura, demonstrando sua aproximação de um viés mais conservador na proposta de história do Brasil por ele defendida.

### **2.2.3. Eurico Alves, leitor de Capistrano de Abreu**

O terceiro autor mais citado por Eurico Alves é o historiador Capistrano de Abreu (1853-1927). Além de funcionário da Biblioteca Nacional, ele também lecionou Geografia e História do Brasil no Colégio Pedro II. Seus livros *Capítulos de história colonial* e *Caminhos antigos e povoamentos do Brasil* são bastante citados em *Fidalgos e vaqueiros*, principalmente nos primeiros capítulos da obra, que buscam estabelecer uma compreensão dos primeiros séculos da colonização. Ao todo, Capistrano de Abreu é citado 28 vezes no ensaio, com destaque para sete citações no primeiro capítulo, seis citações no segundo capítulo e cinco citações no quinto capítulo. Os dados comprovam uma forte influência do intelectual na forma como Eurico Alves pensou a história do Brasil, principalmente no processo de povoamento do sertão.

As menções a Capistrano de Abreu em *Fidalgos e vaqueiros* buscavam atribuir um respaldo à narrativa historiográfica adotada por Boaventura. No debate de interiorização do território nacional, podemos perceber a influência do historiador cearense na defesa de Eurico

Alves sobre a importância dos rios na expansão das áreas destinadas à criação do gado, que seguiam os afluentes dos grandes rios. Um desses exemplos vemos no primeiro capítulo do ensaio euriquiano, quando seu autor afirma: “Foi também como o São Francisco forte ‘condensador da população’, na frase de Capistrano de Abreu. Nas suas margens formigou densa população de vaqueiros, de lavradores, de fazendeiros de que saíram criadores de casas-de-fazenda de luxo” (Boaventura, 1989, p. 37). Por “São Francisco”, Eurico Alves refere-se ao rio que corta os estados de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, que segundo Capistrano de Abreu teve um papel central no processo de colonização do interior do país. Boaventura apropria-se da afirmação do intelectual mencionado e acrescenta: “Nas suas margens formigou densa população de vaqueiros”, demonstrando o protagonismo do vaqueiro no processo de desbravamento do território brasileiro, além de reforçar a principal tese do ensaísta baiano.

Em outro momento do texto, Capistrano de Abreu foi citado no debate sobre o papel desempenhado pelas entradas no sertão, que teriam como objetivo escravizar os indígenas e a procura pelo ouro. Nesse tema, Boaventura (1989, p. 49) diz: “Lembra Afonso Arinos (48) a lição de Capistrano de Abreu sobre o povoamento dos sertões e recorda que, nas entradas, não se levava intuito de ficar”. O emprego da palavra “lição” demonstra a compreensão do historiador como um “mestre” para Eurico Alves, assim como vimos no caso de Oliveira Vianna. Dessa forma, a citação anterior elucida o papel de Abreu na historiografia do período colonial, como uma referência no campo, um nome devendo ser citado. No caso mencionado, o aprendizado teria sido a funcionalidade dos desbravadores, que eram nômades e não se fixaram no território, diferente do fidalgo-vaqueiro euriquiano.

Nessa questão da bandeira, Boaventura (1989, p. 46) não apresenta discordância com o historiador, apenas afirma que “Já não se catalogava mais o criador de gado no lugar modesto, como analisou Capistrano de Abreu”. Por “lugar modesto”, provavelmente o ensaísta se refere à seguinte citação de *Capítulos de história colonial*:

Entre os proprietários rurais ocupavam lugar modesto os lavradores de mantimentos e criadores de gado: a criação avultava somente a uma e outra margem do baixo São Francisco: seu grande desenvolvimento se operou mais tarde, quando se separou da lavoura e invadiu os campos e as caatingas do interior (Abreu, 2000, p. 95).

Podemos perceber que há uma citação na íntegra da expressão “lugar modesto”, uma adjetivação utilizada pelo intelectual para descrever a condição humilde do desbravador das terras interioranas, em comparação com outros “proprietários rurais”. Eurico Alves não apresenta discordância sobre a utilização do termo, mas adota outra narrativa em seu texto, ao

seguir uma explicação cronológica para sua abordagem sobre a colonização. Inicialmente, ele situa o processo narrado por Abreu nos primeiros anos das bandeiras, mas, posteriormente, o vaqueiro-desbravador teria se fixado na terra e se tornado o fidalgo do solar pastoril. Nessa perspectiva, não há necessidade de discordar de Abreu, pois se demonstra uma compreensão histórica complementar, ao inserir a zona de Feira de Santana no debate. O protagonista de *Fidalgos e vaqueiros*, apesar da origem pobre e difícil, passa, no decorrer dos séculos, a ocupar um lugar de prestígio, não cabendo na “modéstia” que lhe foi atribuída por Capistrano de Abreu.

Cheias as malhadas de boiadas nédias e eradas, deu-se de fazer a “feira dos gados” no povoado de Santana dos Olhos D’Água, cortando o renome da feira de Capuame. Estão Piauí e o São Francisco mais perto deste novo ponto. Posta-se num dos caminhos bem semelhantes aos biografados por Capistrano de Abreu. E surge, depois, do avanço pastoril, quando já se alicerçavam as fazendas da zona, a vida febricitante do mercado de gado na povoação incipiente, que vai ser vila, dentro em pouco (Boaventura, 1989, p. 97).

Na citação acima, Boaventura retoma as origens de Feira de Santana sob a ótica do que já havia sido dito a partir do intelectual mencionado. As “malhadas” foram desbravadas pelas “boiadas”, destacando mais uma vez a atuação do vaqueiro, com caminhos “semelhantes aos biografados por Capistrano de Abreu”. Essa abordagem não apenas relaciona os primórdios do povoado com a narrativa de Brasil feita pelo historiador cearense, como também insere a cidade em uma perspectiva nacionalizante, o que apoiaria o projeto de nação defendido por Eurico Alves.

Paulo Silva (2011a), em suas investigações sobre os intelectuais baianos e as disputas na construção do discurso histórico na Bahia, destaca a influência intelectual de Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Pedro Calmon e Jaime Junqueira Aires nos estudiosos baianos das décadas de 1930 e 1940. Os autores citados também estão presentes em *Fidalgos e vaqueiros*, alguns deles dentre o grupo dos mais influentes na obra. Silva (2011a, p. 145) afirma que Capistrano de Abreu foi importante na historiografia brasileira, pois “incorporou e ampliou a ideia do prolongamento da sociedade portuguesa no Brasil”, com a introdução de estruturas políticas e administrativas que se assemelhavam com as implementadas em Portugal no período moderno.

No livro *Fidalgos e vaqueiros*, as citações de Capistrano de Abreu seguem também por essa perspectiva, mas Eurico Alves recorre a uma leitura comparativa entre a proposta do interlocutor e a outra roupagem que Boaventura busca atribuir à colonização do sertão. Não é por acaso que as maiores citações de Abreu se localizam nos primeiros capítulos da obra, quando tem como pano de fundo a história colonial da Bahia. As contribuições de *Capítulos de*

*história colonial e Caminhos antigos e povoamentos do Brasil* auxiliam a moldar o conceito de “civilização do couro” e “civilização do pastoreio”, presentes no primeiro capítulo do ensaio euriquiano:

Realmente, descreve e perfila Capistrano de Abreu a **civilização do couro**, registrada quando das primeiras entradas, quando das primeiras fixações do homem branco no sertão, através dos seus vaqueiros, quando se estabelecem os primeiros **currais**. Do couro de boi se serviam os vaqueiros para todo mister na fazenda: roupa de trabalho — os **couros**, **bogó** para tirar água em poço e **borracha** para a transportar em viagens; embornal para a comida dos animais de tração ou viagem, de arreios; do couro cru para carregar terra, arrastado este rude transporte pelo boi manso. Por isso, denominou o velho mestre este ciclo da sociedade sertaneja de **civilização do couro** (Boaventura, 1989, p. 18).

A expressão “descreve e perfila” denota um protagonismo de Capistrano de Abreu em definir as características do conceito percorrendo todo o livro de Eurico Alves, a saber, o de “civilização do couro”. Ao atribuir a influência do historiador em um dos termos-chave para compreender seus escritos, Boaventura pontua a importância de Abreu para se estudar o Brasil colonial. O autor é lembrado em temas como a exploração do ouro, o papel das fazendas de gado para a economia da América Portuguesa, a definição do ofício do vaqueiro no processo de colonização do sertão, a implantação dos primeiros currais, o transporte e circulação de mercadorias. O caráter sintético de Abreu faz com que seus livros possuam uma narrativa histórica factual, sem uma preocupação cronológica linear a ponto de ser positivista. Essa forma de compreender a História possibilitou ferramentas necessárias para Eurico Alves rascunhar a historiografia baiana colonial.

Em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Capistrano de Abreu (1988) já havia destacado a importância do gado para a formação da população brasileira, pois através dos caminhos abertos pela boiada se povoava o interior do país. Essa compreensão histórica, defendida no começo do século XX, já demonstrava a importância não apenas econômica, mas também social e cultural do pastoreio. Posteriormente, Eurico Alves aperfeiçoa essa ideia, alinhado com a noção do protagonismo da moral das elites rurais, de Vianna, e da narrativa sociológica da casa-grande, realizada por Freyre. Os três intelectuais auxiliaram o escritor baiano a costurar suas memórias e a narrativa de sua família com os debates acadêmicos, permitindo inserir uma abordagem historiográfica protagonizada pela aristocracia dos currais.

Para isso, Boaventura (1989, p. 18) afirma que houve processos históricos na formação do Brasil, como demonstra a citação a seguir: “Tenho como bem acertada esta divisão de estágios da vida social e econômica brasileira”. Esses “estágios” seriam “fases” da nossa história nacional, não necessariamente de uma forma linear, como percebemos no trecho “a

civilização do pastoreio nasceu com a do açúcar” (Boaventura, 1989, p. 18), o que demonstra a coexistência simultânea dos dois tipos de produção e exploração da terra. A tentativa de igualar a criação de gado ao período da implantação dos engenhos talvez teve como objetivo não estabelecer hierarquias de poder, como fez Freyre, assim como ser uma forma de redimir a casa da fazenda na história do Brasil. Apesar de acreditar que o pastoreio teve um início muito simples, com o passar dos séculos ele teria se tornado grandes fazendas estabelecendo centros de poder no sertão. Segundo Eurico Alves, o aspecto “rústico dos currais” (Boaventura, 1989, p. 18), apresentado por Capistrano de Abreu, constitui a “fase de couro”, nomenclatura atribuída ao próprio historiador cearense, que o ajudou a “modelar” essa compreensão inicial da conquista das bandeiras. Essa primeira fase seria o início do pastoreio, as entradas, a organização dos primeiros currais e o estabelecimento do homem no sertão. Nesse ponto é necessário um maior destaque. A história narrada por Boaventura é protagonizada por homens, de cor clara ou brancos da terra, que na concepção do estudioso foram os responsáveis pelo estabelecimento da sociedade do pastoreio, na segunda fase desse processo. As mulheres aparecem em segundo plano, em raros momentos de *Fidalgos e vaqueiros*.

O estabelecimento das fazendas, do solar pastoril e dos currais possibilita o surgimento da figura do fazendeiro, que segundo o ensaísta se constituiu em um “título nobiliárquico” (Boaventura, 1989, p. 23). Essa afirmação é seguida pela frase “já assegurava Capistrano de Abreu” (Boaventura, 1989, p. 23), como uma forma de dar respaldo ao que acabou de ser dito. Na mesma página, ele continua: “Era o boi, verdadeiramente exato, aferidor do poder social da época” (Boaventura, 1989, p. 23). Dessa forma, ser um “fazendeiro” era ter um papel de destaque nas disputas de poder, pois demonstrava ter posses e prestígio diante da comunidade na qual estava inserido.

A civilização do couro, primeiro estágio da civilização do pastoreio, ou “civilização dos vaqueiros”, como a intitula Djacir Menezes, na sua segura biografia do Nordeste pastoril (51), unia conquistador e conquistado, na mestiçagem eugênica que amorenou a nossa gente aqui e lá em cima, no barranco do São Francisco, em todo o sertão (Boaventura, 1989, p. 50).

No trecho acima, Eurico Alves apresenta a influência de Menezes na definição da “civilização do pastoreio”, assim como disse anteriormente do apoio de Abreu no desenvolvimento da noção da “fase do couro”. Após a citação, Boaventura (1989, p. 50) apresenta a atuação do fidalgo-vaqueiro nessa civilização, mas nesse momento referencia o historiador cearense: “como acode Capistrano de Abreu”, como uma forma de demonstrar o auxílio do intelectual no desenvolvimento das ideias que estavam sendo expostas. Outras duas expressões no trecho anterior merecem atenção: “mestiçagem eugênica” e “amorenou”. O

primeiro termo possivelmente é uma referência à definição de mestiço para Oliveira Vianna, de como a eugenia atuaria no encontro de duas “raças” diferentes, uma sempre se sobressaindo sobre a outra. O segundo, baseado no debate já exposto, contradiz a noção de branquitude do sertão apresentada por Vianna e Abreu, mas que consistiria em “mestiços eugênicos”, isto é, brancos da terra, filhos de indígenas, mas com traços brancos, como os colonizadores.

Apenas após o estabelecimento das casas da fazenda é que os fidalgos levam suas famílias e esposas oficiais<sup>69</sup> para o sertão, com a arquitetura da residência oficial estabelecida, longe dos perigos iniciais das bandeiras. Esse processo de transição da civilização do couro para a do pastoreio é baseado nos livros *Capítulos de história colonial e Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Por esse motivo é dito: “indiscutível mestre Capistrano de Abreu salientou bem este momento de diferenciação dos dois modos de vida dos nossos pastores” (Boaventura, 1989, p. 100). Dessa forma, o historiador é visto como um intelectual capaz de definir uma narrativa histórica possibilitando a Boaventura compreender e se apropriar das mudanças entre as “fases” da constituição da sociedade sertaneja. No início de *Fidalgos e vaqueiros*, Abreu já havia sido definido como “grande renovador das pesquisas históricas” (Boaventura, 1989, p. 23), porém não sabemos se essa afirmação se refere ao objeto, ao recorte, à abordagem ou à compreensão historiográfica; mas com certeza ele se estabelece como um dos mentores intelectuais do ensaio euriquiano.

Outro momento fundamental em que Eurico Alves cita Capistrano de Abreu é no segundo capítulo: “Foi o pastoreio a razão maior da penetração da terra sertaneja. Deu-lhe o gado a garatuja longa e farta das estradas reais, tecendo fortemente a unidade nacional. Já levantou Capistrano de Abreu a crônica desta viação tateante, mas profícua” (Boaventura, 1989, p. 45). É necessário olhar atentamente para como Boaventura utiliza Abreu nesse trecho. O ensaísta baiano apresenta uma de suas teses principais, a saber, o protagonismo do pastoreio no processo de construção da unidade nacional. Logo após a afirmação, ele recorre a Capistrano de Abreu como uma forma de respaldar intelectualmente seu texto, como já vimos anteriormente. Foi atribuída ao historiador a ideia original, mas articula-se o discurso de uma forma que sustente a afirmação da centralidade do sertanejo-vaqueiro na fundação do Brasil. Não foi apenas nesse trecho que Eurico Alves utilizou essa estratégia discursiva. No capítulo cinco, denominado “Perfil da casa da fazenda”, o escritor rebate a “fase do couro” ao apresentar o luxo dos objetos, utensílios e joias presentes no solar pastoril. Nesse trecho, ele afirma: “E o

---

<sup>69</sup> Uso essa expressão pois em *Fidalgos e vaqueiros* Boaventura afirma que antes das mulheres brancas se fixarem no sertão os desbravadores já tinham filhos com suas amásias indígenas e negras.

luxo não foi somente aqui. Cita o minucioso Capistrano de Abreu o fato de, no Ceará, haver mais escravos no sertão do que na margem do litoral e mostra que, no pastoreio cearense, houve mais luxo” (Boaventura, 1989, p. 148). Na citação, o ensaísta feirense estabelece uma comparação com o cenário baiano, representado em *Fidalgos e vaqueiros*, e o cearense, presente em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Esse paralelo reforça a afirmação do ambiente luxuoso das elites dos currais, que em nada devia à aristocracia do açúcar defendida por Freyre.

No capítulo seguinte, nomeado “Fidalgos que sabem aboiar”, Boaventura retoma essa comparação entre o senhor de engenho e da fazenda. Ele afirma que o aristocrata do açúcar só vivia endividado desde o século XVII, garantindo sua perpetuação nas relações de poder através da exibição dos seus bens na sociedade colonial. Contudo, esses indivíduos não possuíam a habilidade administrativa necessária para manter o patrimônio, tendo como consequência o empobrecimento. Para realizar tal apontamento, o escritor baiano cita mais uma vez Abreu, com a seguinte frase: “Não esquecer de que CAPISTRANO DE ABREU mostra que desde o início do seiscentos que o imprevidente açucareiro devia o que tinha” (Boaventura, 1989, p. 177). O objetivo de mencionar diretamente o historiador foi para reforçar o que já havia sido dito, das grandes dívidas que mantinha o “imprevidente açucareiro”. Provavelmente, a abordagem desse tema é para fazer um contraponto a Freyre, que reduziu a importância histórica da aristocracia dos currais, segundo Boaventura, que se viu imbuído do papel de fazer as devidas correções históricas a partir do seu ponto de vista.

O sociólogo pernambucano não é o único a ser corrigido. Capistrano de Abreu também foi alvo da revisão historiográfica realizada por Boaventura; no seu caso, o problema em questão foi o consumo de carne bovina no sertão. Eurico Alves defende que a proteína animal era consumida em grande quantidade nas fazendas, porém não era comum consumir a carne verde (fresca), devido ao tamanho dos animais de grande porte, como o boi. Nesses casos, “despostada a rês, punha-se ao sol em mantas a carne para secar” (Boaventura, 1989, p. 238), com o objetivo de aumentar a durabilidade do produto a ser consumido, no formato da carne seca. Esse contraponto gera diversos comentários discordantes do intelectual, sem sair de um tom mais amigável, devido ao respeito que Eurico Alves possuía com a figura de Abreu:

Restringe descuidadamente o sempre cuidadoso e sempre muito cuidadoso mestre CAPISTRANO DE ABREU o consumo da carne de boi no sertão cearense [...]. Devia de esclarecer o mestre que a restrição era de carne verde, possivelmente [...]. E confirma o mestre a minha observação, proclamando o grande gasto de carne secada ao sol, de preferência a de ovelha nos primeiros tempos (295). Cochilo do mestre... E

mestre insigne [...]. Ao contrário do respeitável testemunho de CAPISTRANO DE ABREU, lê-se em livro de ESPERIDIÃO QUEIROZ LIMA que se abatia toda semana uma rês gorda [...] (Boaventura, 1989, p. 238).

A citação acima faz parte de um mesmo parágrafo, presente no sexto capítulo do ensaio. Podemos observar o cuidado na escolha das palavras para discordar de Capistrano de Abreu, como “descuidadamente o sempre cuidadoso”, “esclarecer o mestre”, “cochilo de mestre... E mestre insigne”. Nessa perspectiva, o ensaísta demonstra seu respeito intelectual ao historiador cearense, mas estabelece seu contraponto como uma pequena correção, um erro tão leve que não passa de um “cochilo”. Devemos lembrar que a expressão “cochilo de mestre” também foi utilizada para se referir a Oliveira Vianna, outra figura de prestígio para Boaventura. Atacar diretamente a reputação dos autores mencionados não seria apenas descortês, mas colocaria abaixo toda a argumentação feita em *Fidalgos e vaqueiros*, respaldada por Abreu e Vianna, nomes constantemente retomados na obra como autoridades em suas referidas temáticas.

As discordâncias entre Eurico Alves e Capistrano de Abreu foram em menor número, se comparado com as concordâncias e elogios. No capítulo cinco, que aborda a vida privada da casa da fazenda, o autor é novamente mencionado para se referir ao uso da rede no sertão. Nessa temática, foi dito: “E o cuidadoso Capistrano de Abreu não afirmaria esta riqueza aereamente, sem comprovante respeitável” (Boaventura, 1989, p. 149); como uma forma de utilizar a autoria do intelectual como autoridade sobre o que foi dito, a função-autor apresentaria aqui o caráter verídico sobre o tema. No capítulo nove, no debate da economia sertaneja, Capistrano de Abreu é mais uma vez citado, dessa vez ao lado de Caio Prado Júnior, como uma figura que tem domínio sobre o que escreveu. Boaventura (1989, p. 337) escreve: “E repete-se o mestre CAPISTRANO DE ABREU conscienciosamente, completando sugestão anterior”. Novamente sendo classificado como mestre, o estudioso recebe a alcunha de uma pessoa consciente e sincera no que diz, o que lhe atribui prestígio no debate da questão econômica.

Apesar da grande quantidade de menções ao nome de Capistrano de Abreu, duas temáticas presentes nas obras citadas do intelectual não aparecem em *Fidalgos e vaqueiros*, são elas: a mestiçagem e as bandeiras paulistas na Bahia. Eurico Alves não cita o historiador cearense nas questões raciais presentes no seu ensaio, mesmo sendo uma temática recorrente em *Capítulos de história colonial*. O primeiro capítulo do livro de Abreu foi denominado “Antecedentes indígenas”, porém não houve uma abordagem muito aprofundada sobre a temática indigenista, sendo um tema aparecendo apenas nas três últimas páginas da sessão. Apesar disso, o autor demonstra uma preocupação em demarcar a pluralidade étnica, cultural e

linguística dos povos indígenas e negros que habitavam cada região do país, cuidado não percebido no ensaio euriquiano. A explicação para isso talvez esteja na maior aproximação ideológica do ensaísta com Freyre e Vianna nessa temática.

O segundo “silenciamento” foi sobre a presença de bandeirantes paulistas no processo de desbravamento do território baiano, contradizendo a tese principal de Boaventura sobre o protagonismo do vaqueiro no processo de colonização. Provavelmente, por esse motivo não foi mencionado esse debate no livro do escritor feirense. Vemos com Chartier (1992) que toda leitura resulta em uma apropriação, feita a partir daquilo que nos faz sentido. Nessa perspectiva, a escolha do que é selecionado para entrar ou não no manuscrito de Eurico Alves está atravessada pelas suas intencionalidades, por quais elementos que fariam sentido ser narrados para construir sua imagem de Brasil.

#### **2.2.4. Eurico Alves, leitor de romancistas**

Anteriormente, vimos quais temáticas são mencionadas no tocante aos três autores com maior presença em *Fidalgos e vaqueiros*; contudo, não são citadas apenas obras de cunho acadêmico no ensaio euriquiano. Entre os trabalhos citados também há uma forte influência de poesias e romances. Entre as obras literárias têm destaque as produções de José de Alencar (28 citações), Gustavo Barroso (23 citações), Ulisses Lins (23 citações) e Bernardo Guimarães (15 citações). Cabe lembrar que os escritores citados também eram intelectuais de formação e seus textos refletem o contexto histórico e os embates políticos nos quais os autores estavam inseridos. As obras desses literatos são utilizadas para ilustrar as afirmações que Eurico Alves faz no decorrer do ensaio, por não receber todo o suporte intelectual necessário da parte dos sociólogos, historiadores e folcloristas. Elas não são analisadas com um caráter de fonte histórica, mas exercem o papel de reforçar as ideias de Boaventura como um retrato social daquilo que ele propõe defender. Esse método de utilização da literatura segue uma vertente mais ortodoxa, por não compreender a produção literária como objeto histórico representando a sociedade na qual se insere. Abordagem já conservadora para a época, tendo em vista os trabalhos de historiadores e críticos literários que produziram suas análises no mesmo período, a exemplo de Antonio Candido<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Antonio Candido publicou o livro *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, uma das suas obras mais conhecidas, em 1959.

Entre os livros de autoria de José de Alencar (1829-1877) são citados: *O guarani* (2 citações), *O sertanejo* (2 citações), *Til* (2 citações), *Sonhos de ouro* (2 citações), *Minas de prata* (1 citação) e *O gaúcho* (1 citação). As referências a Alencar concentram-se nos capítulos 5 e 8, como uma forma de ilustrar o espaço privado da casa-grande, mostrar o luxo e cuidado com os detalhes presentes nas sedes das fazendas produtoras de açúcar e de criação de gado.

O papel desempenhado por José de Alencar fica evidente no trecho a seguir, encontrado no sexto capítulo do livro:

O admirável fotógrafo cuidadoso dos nossos costumes que foi JOSÉ DE ALENCAR, observava já o mesmo amor ao trabalho pastoril pelo homem do solar, na sua terra, descrevendo a vaquejada, a pega dos barbatões, com os fidalgos participando com os vaqueiros da sua agitação, fazendo incursões no seu mundo, “cujo ofício d’esta arte enobreciam” (257). E a observação é real, porque foi assim mesmo no nosso meio. Muito da nossa vida está nas páginas agradabilíssimas do romancista inesquecível, expurgadas de uma parte do seu lirismo exuberante (Boaventura, 1989, p. 231).

No trecho acima, Eurico Alves elogia o romancista ao lhe adjetivar como “admirável fotógrafo cuidadoso dos nossos costumes”. Relacionar o exercício da escrita de Alencar e a fotografia foi uma metáfora adotada pelo ensaísta para demonstrar o cuidado dos romances alencarianos em retratar o cotidiano e as sociabilidades do Brasil Oitocentista. O que chama a atenção é o jogo discursivo que Boaventura emprega no trecho, pois, ao reforçar o compromisso e o cuidado de Alencar com “nosso” passado, o escritor transforma o romancista em uma fonte “confiável”, sendo utilizado para ilustrar o ambiente interno da casa da fazenda. A pergunta que deve ser feita é: por que o ensaísta não toma o discurso literário no mesmo pé de igualdade que os textos considerados científicos, como Freyre, Vianna e Abreu? Provavelmente, apesar de Eurico Alves considerar a literatura como “retrato” da paisagem, ele não a toma como interlocutora para fundamentar as suas ideias centrais, pois utiliza o romance apenas como documento, possibilitando Boaventura fazer determinadas afirmações sem o seu texto ser taxado de inventivo ou pouco real.

Eurico Alves continua, “E a observação é real”, como uma tentativa de mostrar que, apesar de ser um romance e não ter um compromisso em ser fidedigno com a realidade, os livros de Alencar citados em *Fidalgos e vaqueiros* apresentam um cenário atento aos costumes. Ao aproximar o discurso alencariano da veracidade, Boaventura resguarda-se mais uma vez, já que a ilustração doméstica feita pelo romancista reforça a afirmação realizada anteriormente, do luxo dos utensílios e bens da casa da fazenda, que se assemelha ou ultrapassa os presentes na casa-grande do litoral. Tudo isso diante de uma clara tentativa de apresentar a aristocracia dos currais em um mesmo nível econômico e político que a fidalguia dos engenhos de açúcar.

Entre os textos de Gustavo Barroso (1888-1959), Eurico Alves citou tanto matérias apresentadas no jornal *O Cruzeiro*, como os livros *Terra do sol* (4 citações), *Ao som da viola* (2 citações), *Os recrutas de Ituzaingó* (1 citação) e *Almas de lama e aço* (1 citação). Diferente de Alencar, Barroso aparece de forma diluída entre os capítulos do livro, com maior presença no terceiro capítulo (5 citações). O escritor é referido com as discussões sobre relações raciais na formação da população brasileira, a influência da seca nas casas da fazenda, as características do cavalo utilizado pela fidalguia sertaneja, o poder do patriarca (nas relações familiares, com os agregados e com outros senhores do pastoreio), as lendas e o folclore do sertão.

O nome de Barroso aparece com frequência no corpo do texto de *Fidalgos e vaqueiros*. Isso se deve pela proximidade espacial ambientada pelos livros do escritor cearense com o sertão baiano, também central na narrativa de Eurico Alves, ou pela proximidade intelectual, por ambos adotarem uma perspectiva conservadora nos seus textos<sup>71</sup>. Ao abordar os elementos presentes na cultura e sociedade do estado do Ceará, Gustavo Barroso antecipa questões que Boaventura abordou em seu manuscrito. Assim como Alencar, vemos o mesmo método na utilização de Barroso, pois ele é citado como uma forma de sustentar as afirmações de Eurico Alves, relacionando uma cartografia particular da casa da fazenda com as ilustrações trazidas pelo romancista nos seus escritos ao retratar a aristocracia cearense.

A amplidão das salas e a espessura das paredes e a considerável altura das portas e das janelas bem largas e bem longe das telhas ainda, como o vigor das tesouras do telhado, a camarinha com o seu pudor, o quarto das armas, da pólvora, espécie de sala d'armas tabaroa como sugere Gustavo Barroso (148), imprimiam tom de eternidade, de arrogância, poderio, coragem ao solar (Boaventura, 1989, p. 133).

Um exemplo da utilização de Barroso para sustentar as afirmações de Eurico Alves presentifica-se no trecho acima, que descreve a arquitetura do solar pastoril. No início do parágrafo, Boaventura traça de forma detalhada a estrutura física que normalmente as casas de fazenda possuíam na região do pastoreio na Bahia. Após a descrição, o ensaísta menciona as adjetivações do escritor cearense sobre a aparência do solar pastoril, como uma forma de reforçar o que havia dito anteriormente, embora Gustavo Barroso tenha escrito de um lugar e em um momento histórico diferentes.

De forma similar, é mencionado Ulisses Lins (1889-1979) no decorrer de *Fidalgos e vaqueiros*. O escritor é utilizado para abordar temas como a estrutura arquitetônica das casas-da-fazenda de Pernambuco, com o objetivo de estabelecer uma comparação com as da Bahia, a

---

<sup>71</sup> Gustavo Barroso foi um dos expoentes do Integralismo no Brasil e por esse motivo viajou algumas vezes à Bahia para se encontrar com os jovens que faziam parte do movimento.

imagem do fazendeiro da zona do pastoreio, o cardápio sertanejo, em especial os alimentos consumidos pelas elites, a vida religiosa do solar pastoril (festas aos santos, casamentos e batizados), a importância do casamento na vida social da aristocracia dos currais e o exercício da política coronelista no sertão. Para isso, são citados os livros *Um sertanejo e o sertão* (15 menções) e *Moxotó brabo* (7 menções), que aparecem nos capítulos cinco, seis e nove, diante da preocupação em narrar a vida privada dessa elite rural.

Diferente de Alencar e Barroso, Lins é mencionado como um estudioso do sertão que demonstrou uma preocupação em arquivar os documentos deixados pela aristocracia dos currais, o que contradiz diretamente a afirmação de Nelson Werneck Sodré (1911-1999) sobre a ausência de documentos retratando a sociedade do pastoreio no seu período nômade: “As páginas de Licurgo Santos Filho (6) e de Ulisses Lins (7) reformam esta opinião. Ambos os escritores nos desvendam um sertão pastoril de alto valor social. De mérito incontestável. E com casa, correspondência epistolar, titulares, coronéis” (Boaventura, 1989, p. 97). Com a expressão “reformam esta opinião”, Boaventura (1989, p. 97) refere-se à afirmação de Sodré dos “pouquíssimos documentos” sobre a “cultura pastoril”, que na interpretação do ensaísta baiano foi uma forma de reduzir a importância da elite do pastoreio, já que ela teria se delongado na vida nômade, sem se fixar no território. Após uma grande crítica à afirmação de Nelson Werneck, Eurico Alves cita Licurgo Santos Filho e Ulisses Lins como intelectuais que mudam essa compreensão da falta de documentação sobre o sertão e vão além, pois comprovam um “sertão pastoril de alto valor social”, com uma elite preocupada em arquivar sobre si, conservando por esse motivo correspondências, documentos, inventários e outras provas do *status* social de seus ilustres integrantes<sup>72</sup>.

É interessante observar que o motivo de Ulisses Lins ter um tratamento um pouco diferenciado dos outros literatos se deve pela necessidade de atender a uma questão sensível para Boaventura, que recorre ao intelectual para reforçar o que ele mesmo já havia dito em outros momentos ou para relacionar o testemunho do escritor pernambucano às suas próprias memórias pessoais, a exemplo do seu nascimento e da tradição sertaneja do primeiro filho homem. Outro momento em que isso acontece é no capítulo cinco, quando ele diz: “Ressalta Ulisses Lins que todo fazendeiro foi vaqueiro” (Boaventura, 1989, p. 103). O destaque a essa fala de Ulisses Lins se deve pela aproximação com a defesa da imagem do fidalgo-vaqueiro, estabelecida no ensaio euriquiano, já que, apesar do lugar de poder nas relações interpessoais

---

<sup>72</sup> “Delas ficam documentos: cartas, notas de negócios, apontamentos de economia, sinais do trato entre a sua gente [...] a sombra viva de documentos guardados nas velhas arcas rotundas, feitas para o volume do passado” (Boaventura, 1989, p. 328).

da fazenda, o proprietário se mantém na labuta ao lado de seus subordinados. Por um lado, Lins fala de um passado, quando o “fazendeiro” iniciou sua vida como responsável pelo cuidado do gado e ascendeu socialmente a partir de seu trabalho. Por outro, Eurico Alves descreve um aristocrata que ainda exerce o ofício vaqueano, como uma circunstância que enobrece sua condição de homem e senhor.

Um dos exemplos da utilização do literato pernambucano na construção do aristocrata dos currais de Boaventura é a menção do personagem Pantaleão de Ulisses Lins (1957 *apud* Boaventura, 1989, p. 125):

Pinta Ulisses Lins o senhor da Pantaleão: “homem branco, corado, encanecido precocemente, barba aparada, usando um bulanger, eu o via na fazenda, bem alinhado, com a sua calça de casimira ciara, camisa branca passada a ferro, calçando uns sapatos de entradas baixas, fumando um cachimbo italiano, palestrando...”.

Observamos que o senhor “pintado” por Lins é um homem branco, barbudo (mas com a barba aparada), muito bem-vestido e com hábitos modernos, bem diferente do homem rústico que vivia encourado, como descreve o próprio Eurico Alves. As imagens se contradizem, mas a provável intenção do ensaísta baiano, ao citar diretamente esse trecho, seja a tentativa de mostrar o sertão como espaço culto, moderno, que se comunica com o restante do país e consome produtos importados. Dessa forma, reforça a ideia da elite sertaneja como civilizada, com bons modos e em diálogo com as tendências europeias na vestimenta e no consumo.

Entre os textos de Lins lidos por Boaventura são destacados dois livros de memórias escritos pelo literato pernambucano. Um dos relatos que chama a atenção de Eurico Alves foi o casamento do pai de Ulisses Lins, que teria durado uma semana de festividades, como o escritor ouviu de uma “vaidosa mucama” (Boaventura, 1989, p. 315). Esse evento auxilia o ensaísta a defender a ideia de que o “casamento era acontecimento de projeção nos solares rurais” (Boaventura, 1989, p. 315), com grandiosas celebrações, alongando-se por mais de dois dias de festas, com uma mesa sempre farta para os convidados custeada pelos pais dos noivos. A celebração era uma forma da família patriarcal ostentar seu poder diante da comunidade e garantir o seu *status quo*. A menção desse caso específico talvez seja como Boaventura consegue falar de sua família, a partir da experiência pessoal de outro integrante da elite rural em ruína, que muito se assemelha com a sua própria vivência.

A forma como Bernardo Guimarães (1825-1884) aparece em *Fidalgos e vaqueiros* é bastante similar ao caso de Alencar, Barroso e Lins. O romancista é citado no texto para reafirmar as boas condições materiais que demonstrava ter nas casas de fazenda, além de

contribuir para o debate racial sobre o tipo social do sertanejo, com uma maior atenção à relação dos indígenas com o branco, assim como também havia feito com os outros dois escritores. Boaventura realiza uma análise da figura do indígena em Guimarães, que aparece revestido de uma imagem heroica, mas sem deixar de lado um aspecto que beira à incivilidade. A relação do vaqueiro com seu cavalo, a alimentação sertaneja e os costumes do espaço privado da aristocracia rural também ganham destaque na leitura de Eurico Alves nas obras de Bernardo Guimarães.

Para o exercício intelectual realizado por Boaventura são citados os livros *O garimpeiro* (3 citações), *O ermitão de Muquém* (2 citações), *Lendas e romances* (1 citação), *A escrava Isaura* (1 citações), *O bandido do Rio das Mortes* (1 citação) e *Amor de bandido; o índio Afonso* (1 citação), de autoria de Guimarães. O romancista é citado 15 vezes, sendo seis vezes apenas no capítulo cinco. Em uma das aparições, no quarto capítulo, o escritor mineiro é posto ao lado de Alencar, para ser caracterizado como um dos responsáveis por ampliar o interesse pela região do pastoreio, a partir de seus romances. A predominância dos romancistas no quinto capítulo de *Fidalgos e vaqueiros* deve-se à abordagem adotada pelo seu autor para descrever o ambiente interno, a cultura material e imaterial circundando a casa da fazenda.

A casa-da-fazenda que Alencar constrói no romance *O Sertanejo* e a que Bernardo Guimarães edifica e embeleza para a vida do conhecidíssimo romance, que se desenrola na fazenda Campos, para citar os mais lidos e prezados no passado, são responsáveis por esta noção de desperdício de luxo nas nossas fazendas (Boaventura, 1989, p.114).

Na citação acima, podemos perceber que Eurico Alves coloca Alencar ao lado de Guimarães para retratar a “beleza” da fazenda do pastoreio, a partir dos exemplos das propriedades Oiticica, de *O sertanejo*, e Campos, de *A escrava Isaura*. Os romancistas seriam, para Boaventura, os “responsáveis” por construir um imaginário social do extremo luxo nas fazendas interioranas; mesmo que não tematizem a Bahia em seus livros, eles possibilitam o ensaísta estabelecer uma comparação da aristocracia cearense e mineira com a região das Itaporocas, em Feira de Santana. Os objetos de luxo existentes nas casas da fazenda eram levados por mercadores, que conectavam os sertões e escoavam seus produtos. Essa observação foi feita por Boaventura (1989, p. 138) a partir do “romance de Bernardo Guimarães, no sertão de Minas”, que apresenta as caravanas percorrendo as cidades, fazendas e estradas com objetivo de negociar com seus possíveis clientes.

Diferente da forma como Lins foi tratado no texto, Bernardo Guimarães, assim como Alencar e Barroso, necessita ser respaldado no ensaio, como observamos no trecho a seguir: “Bem real a evocação desta demonstração de luxo na zona pastoril que traça Bernardo

Guimarães” (Boaventura, 1989, p. 148). Com a expressão “bem real”, Eurico Alves busca reforçar o dito por Guimarães como algo que de fato acontecia nas fazendas. O luxo descrito no romance não era ilusão, a prova disso era a própria experiência do ensaísta baiano que teria vivenciado algo similar ao apresentado no romance. Os adjetivos utilizados para se referir à obra do romancista mineiro são “inesquecível” (Boaventura, 1989, p. 177) e “encantadores” (Boaventura, 1989, p. 262), que não atribuem uma condição de verossimilhança à produção literária de Guimarães, mas atribui ao escritor a habilidade de encantar o leitor com os retratos construídos da vida rural, justamente o ponto de interesse de Boaventura (1989, p. 70):

Por isso o silêncio vazio rondando acintosamente a sombra das casas-de-fazenda. Felizmente nos romances de costumes, alguns de Alencar, de Bernardo Guimarães, numa que outra página de Afonso Arinos ou nos contos de Hugo de Carvalho Ramos e de outros mais novos, ressurgem a vida pastoril afastada do pampa.

Através de Alencar, Guimarães, Arinos e Ramos, Eurico Alves destaca o papel da literatura no posto de escrever sobre o povo da zona do pastoreio. Esses escritores romperam o “silêncio vazio” existente sobre o passado das casas-de-fazenda, afirmação que retoma o problema já sinalizado pelo próprio autor, diante da necessidade de se estudar sobre a região. Com isso, é possível afirmar que os romancistas são vistos por Boaventura como um meio de se fazer história, pois não seria possível produzi-la de outra forma, devido à ausência de outras fontes históricas que pudessem descrever com a riqueza de detalhes a vida privada da aristocracia rural. A literatura auxilia o ensaísta no papel de garantir uma sustentação das afirmações levantadas nos seus escritos, especialmente no tocante aos aspectos culturais que cercam o solar pastoril.

### **2.2.5. Eurico Alves, leitor de intérpretes do Brasil**

Um último bloco de autores, entre os mais citados, corresponde ao dos intérpretes do Brasil. Apesar do grande número de menções aos romancistas, o perfil dos intelectuais mais frequentes em *Fidalgos e vaqueiros* são sociólogos e historiadores que ganharam respaldo nacional com seus livros. Entre as figuras que marcaram a escrita da história brasileira, citados por Eurico Alves, destaque: Alfredo Ellis Júnior (19 citações), Euclides da Cunha (18 citações), Pedro Calmon (17 citações), Alfredo d’Escagnolle Taunay (16 citações), Caio Prado Júnior (15 citações) e Luís Câmara Cascudo (13 citações). A presença desses nomes segue um caminho parecido ao de Capistrano de Abreu e Oliveira Viana, já pontuados anteriormente. A escolha metodológica de separar os autores individualmente e por bloco tem como justificativa

perceber não apenas a citação dos livros, mas também a influência dos intelectuais na concepção de história de Boaventura.

Todos os autores mencionados acima contribuíram para lapidar a tese de Eurico Alves sobre a centralidade da região do pastoreio para a formação do Brasil. Como afirma André Botelho (2010), a escolha do formato do ensaio para debates sociológicos marcou a história intelectual brasileira, diante da tentativa de atribuir um rigor científico, caracterizando a época<sup>73</sup>. Segundo Botelho (2010), cada ensaio possui uma diferente explicação do passado, assim como partiam de diferentes lugares para entender o Brasil. Por esse motivo, as produções sociológicas de um período não devem ser vistas como estáticas e homogêneas, pois cada texto é atravessado por diferentes disputas políticas e de construção de sentido.

Cada intelectual incluído no grupo dos intérpretes nacionais foi citado em *Fidalgos e vaqueiros* para temáticas mobilizadas a partir da demanda pessoal e teórica do ensaísta baiano. Dos livros de Alfredo Ellis Júnior (1896-1974), Boaventura recuperou a pesquisa sobre a aristocracia paulista, especialmente nos séculos XVIII e XIX. O historiador é posto em diálogo com Oliveira Viana para estabelecer uma síntese sobre a produção de enormes riquezas pelo pastoreio paulista para a Coroa, apesar da situação humilde que tiveram os desbravadores no primeiro momento da colonização. Eurico Alves aplica essa premissa para o interior da Bahia, para afirmar uma diferença entre a civilização do couro, início da exploração das terras com o gado expulso do litoral, e a civilização do pastoreio, quando já houve a consolidação do solar da fazenda e a constituição de uma aristocracia rural.

Apesar das concordâncias, Boaventura discorda de Alfredo Ellis Júnior sobre a origem do gado existente na Bahia. Enquanto o intelectual paulista defendia que bovinos da região do pastoreio baiano eram oriundos de São Paulo, Eurico Alves afirma que eram espécimes “daqui mesmo” (Boaventura, 1989, p. 38), resultado de cruzamentos dos primeiros animais trazidos à colônia por Tomé de Souza. A princípio, a discussão pode parecer simples, mas tem como cenário de fundo uma questão central para o ensaísta baiano: o papel dos bandeirantes no desbravamento do Brasil. Para Boaventura, a atuação dos exploradores paulistas foi bastante localizada no Sudeste e desenvolveu apenas o conhecimento do território. A proposta defendida em *Fidalgos e vaqueiros* é de que o vaqueiro foi o principal personagem no período colonial, pois, além de colonizar a terra, fundou as primeiras cidades e constituiu a população brasileira.

---

<sup>73</sup> O autor se refere, principalmente, às décadas de 1920 a 1940.

Para refletir sobre a questão racial do sertão, além de Oliveira Vianna, Boaventura recorre aos escritos euclidianos. São citados os livros: *Os sertões* (6 citações), *Contrastes e confrontos* (1 citação) e *Canudos* (1 citação), de autoria de Euclides da Cunha (1866-1909). É defendido pelo ensaísta ter havido no sertão certa pureza racial, com uma maior predominância de indivíduos brancos e “aloirados”. Nesse debate, Eurico Alves também situa Oliveira Vianna, que afirmou que a população do interior do Brasil era mais “clara” que a existente no litoral, por defender uma “mestiçagem eugênica”, como vimos anteriormente: “Já frisava este isolado cruzamento Euclides da Cunha. Desapareceu o negro. Dominou o índio. Delineou-se desta vitória sanguínea do nativo a figura bronzeada do vaqueiro, cujas linhas denunciam a força deste elemento” (Boaventura, 1989, p. 88).

No trecho acima, percebemos a defesa de um embranquecimento racial do sertanejo, que teria a pele “bronzeada” pela forte influência racial indígena na formação da figura do vaqueiro. O “negro” “desapareceu” do mestiço interiorano, algo comemorado como uma “vitória sanguínea do nativo”. A análise que pode ser feita sobre o tema é que houve uma tentativa de diminuir a presença negra no sertão, talvez para reduzir a possibilidade de acesso a políticas públicas que garantissem o direito da população quilombola à terra ou ainda para construir uma narrativa que se desvinculasse da produzida sobre o litoral. De certo, a premissa que confere pouca atuação dos negros e negras no sertão já foi negada pela historiografia atual<sup>74</sup>. Alessandro Bastos (2022) e Diego Lino Silva (2023) demonstram como a cidade de Feira de Santana, nas décadas de 1930 a 1950, possuía uma população majoritariamente parda e negra, com hábitos bastante ruralizados e uma lógica social característica dos grupos populares. Silva (2023) pontua diversas tentativas governamentais visando implantar medidas civilizatórias na urbe feirense e regiões circunvizinhas a partir de políticas públicas, enquanto Bastos (2022) mapeia as relações entre os próprios homens negros trabalhadores a partir dos processos-crime. Em síntese, ambos os historiadores apresentam uma Bahia diferente da retratada por Boaventura, que vai em contramão à reduzida presença do negro na sociedade baiana.

Além do debate racial, Eurico Alves recorre a Euclides da Cunha (1866-1909) para pensar temas como a influência da seca no sertão, a relação do sertanejo com o espaço geográfico no qual está inserido e as principais características do vaqueiro, como a atribuição de “forte” e “rude”. Em nenhum momento Boaventura discorda dessas adjetivações dadas por Cunha à figura vaqueira, mas elas são vistas como pertencentes a um estágio primário da

---

<sup>74</sup> Como pode ser observado em recentes trabalhos como: Alessandro Bastos (2022), Diego Lino Silva (2023) e Lucymara Carvalho (2022).

civilização do couro, durante o período de colonização do território nacional. Esses elementos se perdem com o estabelecimento da civilização do pastoreio e não são mais associados à aristocracia rural.

Outro tema euclidiano do qual Eurico Alves se esquivava é sobre Canudos. O ensaísta não defende ou acusa o movimento popular que caracterizou a Bahia, mas afirma ser uma “exceção que se não pode enquadrar na vida pastoril” (Boaventura, 1989, p. 366). Com isso, Boaventura afirma que não deve ser atrelada a memória da Guerra de Canudos à aristocracia rural baiana que, para o escritor, nenhuma relação teria com esse evento histórico. Provavelmente, a intenção de Boaventura foi distanciar qualquer assimilação das características dos sertanejos pontuadas por Cunha ao solar pastoril, que almejava colocar como protagonista da história brasileira.

Diante da preocupação de Eurico Alves em atribuir um caráter historiográfico ao seu ensaio, o historiador Pedro Calmon ganha bastante destaque pela sua atuação em produzir uma historiografia para a Bahia. Entre os livros de sua autoria, foram citados em *Fidalgos e vaqueiros: História da Bahia* (3 citações), *História da Casa da Torre* (2 citações), *História social do Brasil* (2 citações), *História da fundação da Bahia* (1 citação), *O segredo das minas de prata* (1 citação), *História da civilização brasileira* (1 citação), *História de Castro Alves* (1 citação), além de matérias nos periódicos *O Jornal*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e *O Cruzeiro*.

Entre os temas nos quais o historiador é mencionado, cabe destacar a crise na produção de açúcar a partir de 1888, com a abolição da escravidão. Eurico Alves recorre às afirmações do historiador para defender que a crise por “falta” de mão-de-obra no engenho não afetou com tanta força o pastoreio, devido ao menor número de negros empregados nas fazendas do sertão, contraponto a Freyre. Outro tema retomado com a presença de Pedro Calmon são as bandeiras baianas, responsáveis pela colonização do território interiorano. Através dos relatos historiográficos de Calmon, Eurico Alves reforça a premissa dos currais, utilizados para prender o gado, como símbolos do processo de povoação do sertão. O vaqueiro é representado como protagonista da exploração das terras, mesmo com a condição humilde na qual vivia na sociedade pastoril, durante o período colonial, pois exerceu um importante papel econômico com o pastoreio. Essa afirmação de Boaventura tende a reforçar o caráter e prestígio da aristocracia rural, quando finalmente se consolida no solar pastoril. Essa transição da civilização do couro para a civilização do pastoreio, já antes pontuada a partir de Capistrano de Abreu, ganha novos contornos com o diálogo com Pedro Calmon.

As relações políticas entre os senhores das fazendas, alianças e estratégias também são apropriadas do historiador baiano por Eurico Alves. Em um primeiro momento, para reforçar a hospitalidade do solar pastoril e, posteriormente, para demonstrar as redes socioafetivas no sertão, através do apadrinhamento, batismo e casamento. O historiador Caio Prado Júnior (1907-1990) é inserido no debate para esmiuçar essas relações políticas, que objetivavam proteger e manter o território das fazendas, em um acordo tanto entre os patriarcas, como entre suas famílias e agregados, como menciona Calmon. Apesar do regime patriarcal, algumas mulheres viúvas ganharam notoriedade no sertão devido à sua atuação como exímias administradoras após a morte de seus maridos.

A inserção de Pedro Calmon no ensaio euriquiano tem um objetivo claro: dar sustentabilidade às afirmações de Eurico Alves. Isso fica evidente no seguinte trecho: “E veja-se que o mestre Pedro Calmon ampara a nossa conclusão. E o ouro de Jacobina ou a riqueza do Rio das Contas foi uma anedota que se escreveu no mapa agropastoril da Bahia” (Boaventura, 1989, p. 22). O historiador “ampara” o que havia sido dito por Boaventura sobre a centralidade do pastoreio para o desbravamento do interior do país, a exemplo da descoberta do ouro na região da Chapada Diamantina, na Bahia, a partir da condução do gado.

O vaqueiro é abordado de diferentes formas na leitura de Eurico Alves das obras de Prado Júnior, Alfredo Taunay, Afrânio Peixoto e Câmara Cascudo. Com o historiador paulista é delimitada a existência de uma hierarquia social ligada ao curral e às atividades que eram realizadas pelo fidalgo até aquelas que eram desempenhadas pelos trabalhadores da fazenda. O prestígio social estava atrelado a questões raciais, já que o negro atuava em trabalhos menos valorosos, apesar de estar sempre acompanhado do senhor da fazenda. Um desses exemplos é o tangedor de gado, que levava a pé os bovinos para longas distâncias, sem o auxílio de um cavalo. Desenvolver as atividades do pastoreio ao lado do fidalgo não tornava as relações horizontais, como propõe Boaventura, pois havia o sujeito que ocupava a posição de mando e outro a de subserviência. Mesmo que os senhores da fazenda realizassem trabalhos manuais comuns, como confecção de roupas e ferramentas de trabalho, ainda assim eles estavam no topo de uma hierarquia social funcionando no pastoreio.

A relação entre o senhor do solar pastoril e seus agregados também é abordada a partir de Alfredo Taunay. Eurico Alves afirma:

Havia diferença entre a família patriarcal e os agregados, embora a negue o mestre ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY (251). Havia o senhor, havia o vaqueiro e havia o escravo — o último degrau da casa-da-fazenda ao rés do chão. Mas sem as humilhações registradas no ciclo açucareiro. Era o vaqueiro um homem que trabalhava e seria senhor, um dia (Boaventura, 1989, p. 228).

Nessa parte do texto, Boaventura afirma que houve escravidão no sertão, algo que já havia reduzido anteriormente. No trecho, ele afirma que Taunay romantiza a relação social do pastoreio, algo que o próprio ensaísta também faz em vários momentos. Cabe destacar na citação anterior que, apesar de o ensaísta reforçar a existência de uma hierarquia social, ele nega que eram relações baseadas na humilhação e no castigo, como no engenho do açúcar. Ele se contradiz ao relatar em outro momento do texto a existência do tronco para castigar os trabalhadores, localizado ao fundo da sede da *Fonte Nova*, a fazenda herdada do seu pai. Segundo o escritor, seu pai, envergonhado do passado que simbolizava o tronco, mandou derrubá-lo, mas a presença do instrumento de tortura já demonstra a contradição na narrativa de *Fidalgos e vaqueiros*. Essas contradições representam os próprios conflitos pessoais e intelectuais do seu autor, que se estendem aos seus escritos.

No quarto capítulo, ao falar mais uma vez sobre a formação étnica do sertanejo, afirma Boaventura (1989, p. 76), em diálogo com Pedro Calmon:

Foi fraco, entretanto, percebe-se, no sertão, o curso do sangue negro. Porque do pastoreio cuidaram o índio domesticado, o mestiço, filho do homem branco com a índia, abroquelados no brávio dos sertões distantes e ermos, exilados do mundo agitado, distanciados da censura, pelos longos parênteses afogados dos horizontes vazios e silenciosos. Formou-se, então, o boiadeiro, ágil vaqueiro que Walt Whitman saudaria no seu canto mágico. Lá baixo, foi entregue ao negro o canavial. Note-se que Pedro Calmon ainda põe reticências nesta afirmativa, dizendo que o crioulo nos engenhos do Recôncavo era mais apreciado, valia mais do que o próprio negro. Do mesmo jeito, o curiboca no sertão.

Apesar de dizer anteriormente ter havido escravizados no sertão e que sua própria família os utilizava no trabalho diário do pastoreio, nessa citação Eurico Alves afirma que a população sertaneja era em sua maioria “curiboca”, resultado da relação do homem branco com as mulheres indígenas. O “sangue negro” ficou localizado no litoral, com uma fraca presença nas características físicas do sertanejo. O diálogo com Calmon serve para pôr “reticências nesta afirmativa”, isto é, respaldar historicamente o que foi dito. O ensaísta não atribui diretamente uma leitura negativa da influência negra no litoral e no recôncavo baiano, mas o exercício de negar a presença da população afro-brasileira no pastoreio é uma forma de contornar a questão sem adotar um tom que pudesse ser interpretado como depreciativo. Aqui cabe lembrar a formação em Direito do escritor, assim como sua atuação como magistrado. Eurico Alves tinha noção que as pseudociências como a craniologia já não possuíam respaldo científico, assim como a ideia de raças para se pensar o homem. A forma como os intelectuais compreendem a formação racial no Brasil mudou a partir da década de 1920, com a influência do Modernismo. Devido aos textos de autores como Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de

Holanda e outros estudiosos, a mestiçagem deixa de ser vista como algo negativo, um “atraso” cultural para o país, e passa a ser lida dentro de uma lógica positivada, que vê a pluralidade identitária como ponto forte da sociedade brasileira (Gonçalves, 2009).

Diferente do que foi apresentado a partir de Taunay e Prado Júnior, Câmara Cascudo (1898-1986) aparece no texto para acentuar outras características do vaqueiro, como sua relação de proximidade com a paisagem e com o cavalo que lhe servia de montaria. Boaventura faz um percurso desde Euclides da Cunha até o folclorista potiguar, para observar a proximidade que o sertanejo possuía com o equestre. Cunha chegou a afirmar que se tratava de um único ser, que formava o vaqueiro uma única criatura ao cavalgar sobre seu alazão. Cascudo já rompe essa leitura romantizada do escritor paulista, mas reafirma uma relação de bastante carinho entre os dois indivíduos.

A partir dos livros *Tradições populares da pecuária nordestina* (4 citações), *Rede-de-dormir* (2 citações), *Meleagro* (1 citação) e *Contos tradicionais do Brasil* (1 citação), de autoria de Luís Câmara Cascudo, Eurico Alves tece o cenário interno e externo do solar pastoril. A independência, autonomia e livre arbítrio do fundador da fazenda teriam garantido ao vaqueiro a coragem de desbravar as terras e formar a aristocracia dos currais. Histórias que percorrem o imaginário popular e os contos de dormir, apresentadas por Cascudo. Ainda houve uma preocupação em buscar uma origem das práticas culturais permeando o mundo vaqueiro, objeto de investigação do folclorista e sociólogo potiguar, que é apropriado em *Fidalgos e vaqueiros*.

Alfredo Taunay (1843-1899) também é referenciado na investigação de Boaventura sobre o manejo de criação de gado e pequenos animais na fazenda, ligado às atividades do pastoreio. A partir dos livros do intelectual carioca<sup>75</sup>, Eurico Alves aprofunda temas como a culinária sertaneja, a hospitalidade do solar pastoril (assim como fez com Calmon) e a descrição do interior da casa da fazenda. A presença de livros e o hábito de leitura em algumas casas de fazenda constituem uma afirmação de Taunay que Boaventura faz questão de destacar, para demonstrar que, apesar do distanciamento geográfico do litoral, considerado o centro intelectual do país, havia resquícios de intelectualidade no sertão.

A abordagem econômica não é deixada de lado em *Fidalgos e vaqueiros*. São apresentadas características como o alto preço da carne, por Alfredo Taunay, assim como as políticas imperiais resultando nos elevados valores do gado. A economia de subsistência que

---

<sup>75</sup> Eurico Alves cita: *Viagens de outrora* (2 citações), *Inocência* (1 citação), *História administrativa e econômica do Brasil* (1 citação), *Memórias* (1 citação) e *O encilhamento* (1 citação).

havia no sertão é destacada por Caio Prado Júnior, assim como a circulação de mercadorias de luxo nas casas da fazenda, a partir de Afrânio Peixoto.

A questão política das guerras travadas entre as bandeiras baianas e os grupos indígenas que defendiam suas terras é apresentada pelas citações de Prado Júnior e Pedro Calmon. A partir de suas leituras, Eurico Alves afirma que se tratou de uma “guerra justa” (Boaventura, 1989, p. 48), devido à importância do papel desenvolvido pelos colonizadores. No texto, é deixado de lado como esses embates resultaram no extermínio de vários grupos indígenas, mortos ou assimilados na sociedade do pastoreio, debate realizado por Capistrano de Abreu, mas que não foi adotado em *Fidalgos e vaqueiros*.

Entre os livros de Caio Prado Júnior, são citados a *Formação do Brasil contemporâneo* (6 citações), a *História econômica do Brasil* (3 citações) e a *Evolução política do Brasil* (1 citação). Com essas obras, Eurico Alves realça questões como a atuação dos jesuítas no sertão e a moralidade sertaneja, que se adequou às mudanças sociais que reverberaram no regime político da Monarquia para a República. Uma questão central para Boaventura (1989, p. 104) é a afirmação de Prado Júnior de que a civilização do pastoreio possuiu “caracteres aristocratizantes”, podendo situar a aristocracia dos currais ao lado dos senhores da cana, das minas e do café.

Todas essas questões apresentadas por Eurico Alves têm como pano de fundo o período histórico contemporâneo da sua escrita. As consequências do pós-guerra afetaram em grande medida a região do pastoreio:

O industrialismo decorrente e forçado pelo conflito de quatorze foi que afetou fundamentalmente a vida rural entre nós, ainda sem outros pontos de apoio além da policultura do fidalgo [...]. O rouco ronco ruidoso dos rudes e robustos canhões da Europa distante sacoleja a paisagem [...]. Engorda-se entre nós mais gado do que se cria no sertão. Registra-se um descontrole neste setor, com a invasão do comércio de gado de outros estados. Industrialização da carne para aguentar a urbanização amanhecendo (Boaventura, 1989, p. 410).

O trecho acima demonstra como Boaventura estabelece a I Guerra Mundial como um importante marco temporal para o pastoreio. Após o “conflito de quatorze” (uma referência a 1914, quando o conflito bélico começou), iniciou-se com maior fôlego uma modernização do sertão, afetando a forma como o trabalho era visto na casa da fazenda. O “desinteresse” pelo trabalho braçal aumentou, a forma como se cria o gado se modificou, além da grande migração para a cidade. O fenômeno pontuado por Eurico Alves surge em decorrência da necessidade de produzir mais carne em uma mesma quantidade de terra, demandando outras técnicas de manejo

do gado. A modernização do campo alterou a criação extensiva dos rebanhos que caracterizou a vida dos currais no período colonial, assim como afetou a sociedade do pastoreio.

Eurico Alves não está isolado na percepção das consequências do pós-guerra na região do pastoreio. Marco Maio (2009) afirma que as produções sociológicas das décadas de 1950 e 1960 abordaram o processo de industrialização e modernização como nunca antes pontuado. Tinha-se a ideia de que as novas tecnologias poderiam auxiliar a superar problemas estruturais existentes na sociedade brasileira. Boaventura não tinha uma visão tão positiva sobre essas mudanças. Para o escritor, a alteração da dinâmica social da casa da fazenda resultou em uma decadência do prestígio e poder político que a aristocracia rural possuiu outrora. O passado idílico da região, pontuado no decorrer de todo o livro por Eurico Alves, se esvai. Os lugares de memória que o escritor estabelece no pastoreio são atravessados por emoções pessoais, por fazê-lo rememorar a história de sua família.

A narrativa historiográfica definida por Boaventura aproxima-se de outros historiadores contemporâneos a ele, que também são citados em *Fidalgos e vaqueiros*. Wanderley Pinho (1890-1967) e Luiz Viana Filho (1908-1990), além de baianos, também compartilhavam com Boaventura o desejo de escrever a História do estado. Os historiadores baianos da década de 1930 e 1940, assim como Eurico Alves, defendiam uma interpretação do Brasil a partir da Bahia (Silva, 2011a). Os textos históricos seriam uma forma de preservar a memória do estado, principalmente no período colonial, quando Salvador teve o privilégio político de ser a capital da América Portuguesa. A situação muda com a vinda da família real para a colônia e a consequente mudança da administração política para o Rio de Janeiro.

Outro ponto em comum entre Boaventura e os historiadores que o antecederam é a necessidade de recuperar as memórias das elites locais, que se confundem com as trajetórias pessoais dos próprios sujeitos que escrevem a História, por pertencerem também à aristocracia rural (Silva, 2011a). Os estudos desenvolvidos por esses intelectuais mobilizaram a narrativa do passado, que trazia ao debate historiográfico as memórias de suas famílias que ocupavam cargos políticos em várias regiões da Bahia. A geração de 1930, que inclui o próprio Eurico Alves, manteve as posições de poder que possuíam seus antecessores, ao ocupar cargos no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

Um exemplo muito claro dessa premissa é pontuado por Paulo Silva (2011a), quando demonstra a preocupação de Wanderley Pinho e Luiz Viana Filho com a escrita biográfica, pois acreditavam ser importante para os *annais* da História recuperar as memórias de suas trajetórias pessoais, já que foram sujeitos que ocuparam cargos políticos. A escrita de

suas vidas estava atrelada à produção historiográfica da Bahia, como acreditavam esses intelectuais.

Como afirma Lucia Oliveira (2009, p. 245), a década de 1930 foi um momento de destaque para a intelectualidade baiana, pois foi nesse período que se formou uma geração de estudiosos que ganharam destaque nacional, a exemplo de “Afrânio Coutinho, Rômulo Almeida, Edison Carneiro, Áydano do Couto Ferraz, Jorge Amado, para citar os mais conhecidos”. No mesmo momento histórico, Eurico Alves era aluno da Faculdade de Direito, espaço de destaque para a discussão e desenvolvimento de teses publicadas posteriormente.

O diálogo com todos os autores mencionados, o lugar social e o momento histórico no qual Eurico Alves estava inserido são fundamentais para compreender a escrita de *Fidalgos e vaqueiros*. O desejo de escrever a história do Brasil não era uma vontade isolada, mas insere o escritor em uma rede de intelectuais que tinham a preocupação de produzir trabalhos históricos e sociológicos sobre o país. Cabe destacar que os escritores citados no ensaio ainda auxiliam Boaventura a definir sua autoria, pautada na relação entre o discurso científico, a memória e a escrita de si. Dessa forma, a narrativa autobiográfica é algo central para compreender as teses principais do ensaísta baiano, que utiliza os intelectuais situados no livro para fundamentar sua narrativa de Brasil.

Maria Eugenia Boaventura, na introdução do livro *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana* (2006), define seu pai como “historiador”, “ficcionalista”, “culto” e “escritor-colecionador”. Todas as características atribuídas ao ensaísta fazem sentido se compreendermos o seu anseio de produzir a História da região do pastoreio, talvez mobilizado por questões pessoais, mas preocupado em moldar seu discurso com métodos pragmáticos que permitisse a inserção de seus escritos no rol da historiografia brasileira.

Esses intelectuais citados fazem parte da primeira rede que acionamos de Eurico Alves: seus “mentores” intelectuais ou autores mais lidos. A segunda parte da rede é composta por estudiosos que tiveram contato direto com o ensaísta baiano, seja na troca de correspondência, seja nas recomendações de leituras ou envio de textos, como veremos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO III

### CARTAS, PAPÉIS AVULSOS E DIÁLOGOS INTELLECTUAIS: CORRESPONDÊNCIA DE EURICO ALVES BOAVENTURA

*São passados trinta anos sobre a avareza silenciosa desta cuidadosa caixa de papelão, retirada da arca de cedro bem velha. Pesa um pouco. Está repleta de cartas de todo tipo: cartas de amigos, cartas de colegas, cartas de poetas, cartas de mulheres. Trinta anos precisamente o início deste arquivo. Tenho a impressão de que removo ao contato do seu amarelecido conteúdo.*

*Eurico Alves, A paisagem urbana e o homem*

#### 3.1. Cartas, papéis avulsos e manuscritos: Apresentação do Acervo EAB-MEB

Ao passar pelo pórtico da entrada principal da universidade, entramos à esquerda, após o auditório central, pegamos novamente a esquerda e seguimos direto. Logo à frente, encontramos o Museu Casa do Sertão, onde se localizam os materiais doados pela família de Eurico Alves Boaventura à Universidade Estadual de Feira de Santana. Chamamos de acervo pessoal o conjunto de documentos e objetos arquivados, preservados e organizados a partir do anseio de um indivíduo ou um grupo familiar, seja com o objetivo de salvaguardar uma memória ou como símbolo de determinada erudição que o material catalogado fornece ao(s) seu(s) responsável(is). Como já discutimos no decorrer da tese, Boaventura possuía uma preocupação em guardar documentos que falassem de si, de sua família e do sertão. Além dos livros, fotografias, jornais, revistas, objetos históricos e gravuras diversas, o escritor deixou após a sua morte um extenso acervo epistolográfico, composto por correspondência ativa e passiva, isto é, enviadas e recebidas de seus correspondentes.

Em 2012, Juraci Dórea publica o livro intitulado “Cartas de Eurico Alves: fragmentos da cena modernista”, analisando uma parcela da correspondência enviada por Boaventura a outros intelectuais entre as décadas de 1920 a 1960. No total, Dórea analisou 172 cartas enviadas para 66 destinatários diferentes, o que demonstra a preocupação de Eurico Alves em manter uma cópia da sua correspondência ativa. A preservação dessa documentação no acervo pessoal do escritor possibilita o estudo de um material que atualmente não seria possível restituir, pois as cartas originais estariam esparsas entre seus numerosos correspondentes.

O acervo epistolográfico de Boaventura não foi doado ao Museu Casa do Sertão, localizado nas dependências da UEFS, como ocorreu com a biblioteca e o arquivo pessoal do escritor<sup>76</sup>. As missivas integram o acervo familiar dos Alves Boaventura. Dórea (2012, p. 27) descreve o primeiro contato com a documentação da seguinte forma:

No primeiro contato com o material, constatou-se que, embora não devidamente sistematizado, ele estava separado e conservado em pastas, num velho baú de vinhático, em Salvador, no mesmo ambiente que abrigava os livros remanescentes da biblioteca do escritor. Apenas uma pequena parte dos documentos encontravam-se em Campinas, com Maria Eugenia Boaventura, que a eles recorreu, em suas pesquisas, quando da organização dos livros anteriormente citados.

A pesquisa de Juraci Dórea provavelmente iniciou-se no começo dos anos 2000, pois ele ingressou no mestrado de Literatura e Diversidade Cultural (UEFS) no ano de 2003<sup>77</sup>. O relato acima foi feito em um período que antecede a doação do arquivo pessoal de Eurico Alves ao Museu Casa do Sertão, sendo, contudo, necessário para observarmos o cuidado com a preservação dos documentos. As cartas consultadas para esta tese estão em bom estado de conservação, apesar da fragilidade do papel utilizado para a escrita do texto, o que reflete a atenção de seus detentores com o armazenamento do material.

Para nossa pesquisa, analisamos uma única pasta de cartas que faziam parte do acervo de Eurico Alves Boaventura, mas que atualmente integram a biblioteca pessoal de Maria Eugenia Boaventura, filha do ensaísta. Por esse motivo, no decorrer do capítulo, iremos citar as cartas como integrantes do Acervo EAB-MEB<sup>78</sup>. O material foi organizado posteriormente por Maria Eugenia, com cartas enviadas e recebidas entre 1952 a 1967. A pasta possui um montante de 55 cartas, sendo 35 de autoria de Eurico Alves, cinco cartas enviadas por Mário Risério Leite (1912-2011), uma carta enviada por Tales de Azevedo (1904-1995), nove cartas enviadas por Licurgo Santos Filho (1910-1998), quatro cartas enviadas por Naylor Villas Boas e uma carta enviada por Demóstenes<sup>79</sup>. Apesar da correspondência possuir uma tipologia variada, tanto ativa como passiva, as cartas foram reunidas por serem trocas intelectuais durante a escrita do manuscrito de *Fidalgos e vaqueiros* ou por tangenciarem temas como a publicação do texto e o envio de livros relacionados com o ensaio euriquiano.

<sup>76</sup> A UEFS recebeu oficialmente o acervo do escritor Eurico Alves Boaventura e o incorporou ao Museu Casa do Sertão através da Resolução CONSAD 003/2011, de 24 de fevereiro de 2011, assinada por Osvaldo Barreto Filho, Secretário de Educação do Estado da época, e o então reitor, José Carlos Barreto de Santana. Apesar de o ofício ser datado de 2011, desde 01/08/2009 o material estava em processo de catalogação pela equipe da instituição, como apresenta o Relatório de Conferência de Campo.

<sup>77</sup> Disponível em: <http://www.progel.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=21>. Acesso em: 12 jul. 2023.

<sup>78</sup> Referente aos nomes de Eurico Alves Boaventura e Maria Eugenia Boaventura.

<sup>79</sup> Não foi possível localizar o ano de nascimento e morte dos dois últimos correspondentes.

Entre as 35 cartas que tiveram Boaventura como remetente, dezessete delas foram analisadas por Dórea (2012) em seu livro e as outras dezoito são inéditas, assim como as vinte cartas recebidas por Eurico Alves, enviadas pelos intelectuais pontuados anteriormente. O ensaísta possuía uma predileção por suas cartas serem datilografadas, em papel simples, com folhas de trinta linhas. O fim de cada texto escrito era assinado pelo autor com o próprio punho, como “Eurico” para os destinatários com maior proximidade, ou com o nome completo, “Eurico Alves Boaventura”, para correspondências mais formais. É perceptível no material a leitura e correção de Boaventura antes do envio da carta, pois é comum a presença de pequenas intervenções feitas à caneta sobre o texto datilografado, como alterações de palavras digitadas erradas, seja por saírem juntas no resultado final, seja por haver uma mudança na ideia do que seria dito. Duas cartas possuíam duas cópias, o que talvez seja um indício de que não foram enviadas ao destinatário ou de que o escritor redigiu um novo texto.

Entre os destinatários estão: Licurgo (oito cartas), Risério (seis cartas), Cascudo (duas cartas), Cavalcanti Proença (uma carta), Fires Wyme (uma carta), Wilson (uma carta), Demóstenes (uma carta), Ricardo (uma carta), Vadinho (uma carta), Silvestre (uma carta), Dival (uma carta), Marieta Alves (uma carta), Félix (uma carta), Naylor (uma carta), Tales (uma carta), Calasans (uma carta), Carlos Eduardo (uma carta), Diégues (uma carta) e Sinval Boaventura (uma carta)<sup>80</sup>. As correspondências foram escritas entre 1952 e 1967, nas localidades de Canavieiras, Poções, Feira de Santana, Fazenda Fonte Nova e Alagoinhas, referentes às cidades onde o escritor morava na época ou onde passava suas férias, em sua terra natal.

Entre as cartas enviadas por Risério Leite (1912-2011) a Boaventura apenas uma foi datilografada, sendo as outras quatro manuscritas. Todas as cartas escritas à mão foram em um papel timbrado, que possuía escrito na parte superior e alinhado à direita “Estado da Bahia – Instituto de Pesquisas e Treinamento do Artesanato” e no lado esquerdo a logo da instituição com a abreviação “ipta”. Na parte inferior, havia o endereço: “Edif. S. Paulo - 7º abd. s/709 – C. P. – 773 – End. Teleg. *ARTESANATO* – Salvador – Bahia – Brasil”. Apesar de usar o papel timbrado do IPTA desde 1956, na carta enviada em 1959, Risério afirma a Boaventura que foi convidado para assumir a “Direção Executiva do Instituto do Artesanato” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 23 de setembro de 1959). Talvez a utilização da folha “oficial” seja devida ao vínculo do intelectual com a referida instituição.

---

<sup>80</sup> Duas cartas não foram possíveis identificar o destinatário.

Assim como Risério, as cartas de Licurgo (1910-1998) também eram em papel timbrado e escritas à mão, com uma caligrafia que dificultou um pouco a leitura pelo tamanho da letra ser pequena, principalmente se comparada à caligrafia de Leite. A folha personalizada do escritor campineiro trazia um formato específico ao papel, pouco usual em comparação com as outras cartas, provavelmente voltado apenas para a função epistolográfica. No cabeçalho, havia o nome completo do remetente timbrado na folha: “Licurgo de Castro Santos Filho”. Uma única carta possui o timbre de uma instituição, enviada em 1967, sendo a última carta dele presente na pasta que estudamos. A papel traz datilografado na parte superior “UNIVERSIDADE DE CAMPINAS”, com a logo do Estado de São Paulo no lado esquerdo. Apesar de a folha ser timbrada, Licurgo assinava no final da correspondência como “Licurgo Santos Filho” ou com sua rubrica. Ao todo foram nove cartas, enviadas entre 1957 e 1967, demonstrando a periodicidade e longevidade do diálogo entre os dois intelectuais.

No ano de 1961, Naylor Villas-Boas enviou, ao menos, quatro cartas a Boaventura, duas datilografadas e outras duas manuscritas. As cartas escritas à mão foram mais longas, além de trazerem na parte superior o número correspondente à ordem das páginas, para facilitar a leitura. Além disso, possuíam o papel timbrado, apresentando no cabeçalho: “PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – SERVIÇO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO”. No rodapé, trazia a seguinte informação: “MOD. 204 -50 blocos 100” (EAB-MEB, Carta a Eurico de Naylor Villas-Boas, Rio de Janeiro, 16 junho de 1961). A correspondência discutia, principalmente, a aquisição de livros solicitados por Boaventura ao amigo carioca.

As cartas recebidas de Tales de Azevedo e Demóstenes foram datilografadas. Apenas a correspondência enviada pelo antropólogo possuía papel timbrado, enquanto o segundo destinatário utilizou um papel branco simples, assinado com caneta azul apenas como “Demóstenes”, sem a presença de nenhum sobrenome. O papel da carta de Tales tinha como cabeçalho: “Endereço Telegraf.: CIENBA, BAHIA – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA NA BAHIA”. No rodapé, apresentava: “Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, criada por Lei Estadual 347, de 13 de dezembro de 1950, para dar cumprimento ao Art. 28 das Disposições da Constituição do Estado da Bahia” (EAB-MEB, Carta de Tales a Eurico, Salvador, 17 de maio de 1961). A instituição que encabeça a missiva de Azevedo estava vinculada ao programa de financiamento de pesquisas no estado, como vimos no primeiro capítulo, também atuando ao lado do projeto da UNESCO.

A materialidade da correspondência é importante para mapear o contexto sócio-histórico em que foi produzida, tendo em vista que foi enviada por intelectuais que ocupavam cargos públicos e de destaque no cenário baiano, no caso de Risério, Tales e Demóstenes, paulista, no caso de Licurgo, e carioca, no caso de Neylor.

Após o contato inicial com a documentação, a correspondência foi escaneada e transcrita, para facilitar a organização do material. Posteriormente, os trechos das cartas foram fichados em temas recorrentes nos textos, para facilitar a análise. Subdividimos o acervo nas seguintes temáticas: 1. Fidalgos e vaqueiros; 2. Feira de Santana; 3. Museu do Vaqueiro; 4. Saudações/Cumprimentos; 5. Convites para visitas; 6. Trocas intelectuais; 7. Aquisição de impressos (livros, revistas e jornais); 8. Menção a outros intelectuais; 9. Leitura de si; 10. Solicitação de informações; 11. Publicações; e 12. Questões raciais.

Desses temas, houve uma maior recorrência de debates sobre a escrita, leitura e publicação de *Fidalgos e vaqueiros*, assim como trocas intelectuais, com sugestões de leituras, debates de temas diversos e o envio de livros e recortes de jornais para a divulgação de algum material próprio ou que seria do interesse do destinatário. A leitura das cartas em conjunto sugere que havia uma rede de estudiosos circulando entre o Nordeste e o Sudeste, envolvendo intelectuais ligados diretamente a Boaventura. A partir dessa documentação, foi possível perceber o interesse de Eurico Alves pela leitura efetivada por seus pares do texto de *Fidalgos e vaqueiros*, apesar da constante angústia diante da incompletude que poderia ter o material. Esse sentimento muito provavelmente contribuiu para a não publicação do ensaio durante a vida do escritor, mesmo com os esforços dos amigos e de contatos com possíveis editores.

Acreditamos ser possível observar nas trocas da correspondência a discussão de diversas teses presentes no manuscrito, o que provavelmente contribuiu para o processo de aperfeiçoamento do ensaio. Por esse motivo, a linha central da análise do acervo é perceber as relações intelectuais que Eurico Alves estabelece com outros estudiosos durante a escrita de *Fidalgos e vaqueiros*. Esses correspondentes compõem o que Cláudia Alves (2019), Marcos Moraes e Rodrigo Marques (2022) definem como “rede de sociabilidades”, a partir da leitura de Jean-François Sirinelli. Segundo Alves (2019), essas redes demonstram a organização conjunta de seus membros, o aperfeiçoamento do pensamento, as aproximações e os distanciamentos, que são frutos do período histórico no qual se inserem e que contribuem para a formação do itinerário intelectual individual de cada um deles, em especial de Boaventura, nosso objeto de investigação.

### 3.2. “Uma carta rápida de Juiz da roça”: Análise da correspondência pessoal de EAB

Com a publicação do livro “Cartas de Eurico Alves: fragmentos da cena modernista”, de Juraci Dórea (2012), pela primeira vez um trabalho de fôlego foi realizado com o acervo epistolográfico de Boaventura. O pesquisador descreve o ensaísta “como colecionador e arquivista compulsivo” (Dórea, 2012, p. 24), o que possibilitou a realização de sua pesquisa, visto que o escritor guardava no seu próprio arquivo as cópias das cartas que escrevia aos seus correspondentes.

Antes de Dórea (2012), Marcos Antônio de Moraes (2002) já havia feito uma observação similar para Mário de Andrade, afirmando ser possível expor “o intricado mapa da cena intelectual brasileira das décadas de 1920 a 1940” (Moraes; Marques, 2022, p. 91) através da correspondência do escritor modernista. Moraes defende a tese de que a construção do mito de Mário de Andrade, como missivista que respondia a todas as cartas, auxiliou no desenvolvimento de sua postura “pedagógica”, principalmente por responder a jovens escritores. Diante de uma nova geração de literatos recorrendo à sua leitura para o aperfeiçoamento da escrita e um possível reconhecimento no âmbito nacional, o poeta orientava a todos que solicitavam seu auxílio. Apenas a partir da preservação da correspondência “mariodeandradiana” foi possível estudar a relação do escritor com o modernismo em diversas localidades nacionais, a exemplo do Ceará e Paraná (Moraes; Marques, 2022).

Como afirma Marie-Hélène Passos (2014, p. 191), a carta “é uma forma de comunicação específica, diferente, sendo o destinatário ausente, muitas vezes longe, inalcançável”. Dessa forma, a escrita epistolar surge diante da necessidade de estabelecer contato entre indivíduos que não podem fazê-lo presencialmente. Apesar de parecer uma definição simplista, ela é necessária para entender a troca de cartas de Eurico Alves. Mesmo com a distância geográfica dele com seus interlocutores, foi possível estabelecer relações intelectuais que, devido à frequência da escrita epistolar, possibilitaram a construção de “graus de proximidade” (Passos, 2014, p. 191) com escritores em várias partes do Brasil.

Tomar a correspondência como uma forma de comunicação, como pontua Passos (2014), não isenta o suporte de se constituir como espaço de debate e partilha intelectual fomentando o desenvolvimento literário (Moraes, 2002). A atuação das cartas como meio para troca de ideias intensifica-se com o modernismo, modifica o formato que o texto possuía até então, permitindo, por exemplo, o aperfeiçoamento de ideias presentes em *Fidalgos e vaqueiros*.

Dessa forma, apesar de ser uma produção escrita pessoal, ela passou a abordar problemas coletivos que tinham como pano de fundo refletir sobre um projeto de Brasil (Dias, 2014). Essa compreensão do artifício epistolar também habitava na correspondência de Boaventura, que utilizava suas páginas para discutir a preservação da memória sertaneja como forma de leitura nacional.

Desenvolveram-se, no modernismo, intensas reflexão e discussão que colocaram o Brasil e sua cultura no centro do debate, por meio de missivas empenhadas em construir uma imagem moderna do país. Portanto, combinaram-se discursos a enfatizar a laboriosa construção da identidade-eu e discursos que dão relevo a experiências coletivas não raro díspares, de ressonância pública, uma identidade-nós multifacetada (Dias, 2014, p. 129).

No período de escrita de *Fidalgos e vaqueiros*, Eurico Alves estava mais próximo da compreensão de modernismo defendida pelos regionalistas liderados por Gilberto Freyre, que viam a necessidade de retomar o passado do país para projetar o futuro. A principal discordância do escritor feirense com o respectivo grupo estava no único projeto de Brasil por eles defendido, pautado em produzir uma história nacional apenas no litoral e nas grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar. Para o ensaísta, o sertão baiano desempenhou um papel tão importante quanto o “Nordeste” freyriano.

O entendimento da carta como espaço para a construção da identidade tanto individual como coletiva dialoga com a noção defendida por Borges e Almeida (2019, p. 33), que acreditam no espaço epistolar como “um lugar de privilégio do dizer subjetivo”. Essa compreensão das autoras apresenta o remetente como sujeito que performa através da missiva ao seu destinatário, pelos tons pessoais inseridos no texto. A partir da narrativa em primeira pessoa do singular são abordados temas do espaço privado, sentimentos, emoções e segredos do escritor epistolar.

Na análise de Dórea (2012, p. 53) da correspondência ativa de Eurico Alves, ele afirma que as missivas do ensaísta apresentam uma “feição pessoal”, permitindo ao pesquisador observar várias faces do escritor feirense. Além disso, é possível apreender certo gosto de Boaventura por cartas longas, enviadas para seus inúmeros amigos. Na pasta de cartas analisada para esta tese, observamos a constante recorrência de um pesar, por parte de escritor, pelo seu distanciamento geográfico de outros intelectuais, durante as décadas de 1920-1930, quando morou em Salvador. O vazio dos lugares em que atuou como juiz aparece nas cartas como motivo da sua quietude intelectual, por não publicar textos com a frequência que possuía na juventude, fazendo-o se sentir distante do “soçaito literário” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoinhas, 03 de abril de 1960) de Salvador. Um exemplo disso é a carta enviada a Wilson

Lins (1920-2004) quando morava em Poções, em 1953. No texto, ele agradece ao amigo por o ter apresentado com seu livro. Logo após, expõe as suas mágoas de um “Juiz, esquecido da civilização, vivendo no angustioso isolamento do sertão”, sem esperar “que os poetas civilizados se lembrassem ainda de um fazedor de versos que emudeceu” (EAB-MEB, Carta a Wilson Lins, Poções, 2 de junho de 1953). O silêncio da pequena cidade adentra o poeta, que fica mudo como o espaço que o envolve.

Além da forte presença da narrativa de si na escrita epistolar de Eurico Alves Boaventura, há o diálogo com seus amigos/intelectuais sobre seu manuscrito, que constantemente se torna o assunto principal das cartas analisadas, devido ao fato de terem sido reunidas por compartilharem esse tema. Assim, a correspondência ganha outra função, como um espaço de treino literário e de aperfeiçoamento do pensamento do autor (Moraes, 2002). Nessa compreensão, a carta antecipa ideias que seriam aprofundadas nas obras literárias, sendo fundamental para testar a funcionalidade das teses que estariam presentes em *Fidalgos e vaqueiros*. Marcos Antônio de Moraes (2002, p. 83) define esse exercício da correspondência como “um fértil ‘laboratório’ da criação”, enquanto Marie-Hélène Passos (2014, p. 191) afirma ser uma forma de “gênese de uma obra literária”, devido à troca de ideias entre intelectuais sobre determinado tema, discussões de livros, organização e contribuições com um texto.

Dessa forma, além do seu sentido inicial de comunicação, a escrita epistolográfica contribui para a socialização das ideias entre dois ou um grupo de indivíduos. Por ser um texto datado, a análise do material deve ser feita diante do contexto sócio-histórico em que foi produzido, atento aos valores e códigos de conduta dos envolvidos, tanto no âmbito pessoal como no da época. Moraes (2002, p. 94) afirma que a correspondência é uma tipologia que possui vários significados, produzidos “dentro do mecanismo social” no qual o epistológrafo se insere. Nessa perspectiva, o acervo pessoal de um escritor armazena não apenas testemunhos de sua vida privada, mas também apresenta um corpo documental que informa a atuação social de vários agentes históricos, como escritores, editores, livreiros, leitores, entre outros, como é possível observar nas cartas de Boaventura.

Na pasta do Acervo EAB-MEB com a qual trabalhamos, a primeira carta de Eurico Alves que menciona a produção de um trabalho sociológico data de 1952. Em carta enviada a Demóstenes, em 31 de julho de 1952, Boaventura afirma que escreveu dois trabalhos: “Escrevi um trabalho sobre a Civilização do Pastoreio, com algumas referências ao nordeste. Tenho pronto outro trabalho sobre Paisagem Humana do Sertão. É por este trabalho que lhe escrevo

agora”<sup>81</sup> (EAB-MEB, Carta a Demóstenes, Poções, 31 de julho de 1952). Apesar de, nesse primeiro momento, o escritor pontuar a existência de diferentes textos, nas cartas seguintes pode-se perceber ter havido uma junção deles em uma única obra. A nomenclatura “Civilização do Pastoreio” permanece como título do manuscrito até 1958, quando foi substituída pelo atual “Fidalgos e vaqueiros”. Já o segundo trabalho provavelmente se refere aos escritos correspondendo ao capítulo 4 do ensaio, denominado “Paisagem Humana do Pastoreio”. Na mesma carta a Demóstenes, Boaventura diz: “o Paisagem Humana do Sertão, em que lanço conclusões diferentes sobre a mestiçagem no sertão baiano” (EAB-MEB, Carta a Demóstenes, Poções, 31 de julho de 1952). No ano de 1958, em carta a Câmara Cascudo, o escritor refere-se ao capítulo 3 da seguinte maneira: “III – Paisagem Humana do Pastoreio (o negro como auxiliar e o papel do índio de [ilegível] no Brasil)” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 31 de agosto de 1958). A partir desses indícios, podemos afirmar que ambos os textos possuem uma mesma temática, preocupados em estudar o processo de miscigenação do sertanejo, permitindo dizer que se trata de um mesmo trabalho. Outra questão que merece a atenção é a troca da ordem dos capítulos, quando “Reticências perdidas” é antecipado e o “Paisagem humana” se torna o quarto capítulo do texto final.

Na mesma carta a Demóstenes, Eurico Alves menciona a gênese de sua pesquisa, que teria resultado no “Civilização do Pastoreio”, interpelando a lembrança do destinatário sobre esse evento, que aparentemente o envolvia: “As minhas pesquisas, você deve de lembrar-se, começaram aí. Repetiram-se em Riachão do Jacuípe e aqui. Por isso, o título generalizado” (EAB-MEB, Carta a Demóstenes, Poções, 31 de julho de 1952). A utilização “deve de lembrar-se” coloca o amigo como indivíduo-participativo ou ao menos informado sobre o projeto inicial do trabalho. Pelo fato de a carta enviada por Demóstenes, em 10 de fevereiro de 1958, ter sido escrita na “Cidade Princesa” (EAB-MEB, Carta a Eurico de Demóstenes, Feira de Santana, 10 fevereiro de 1958)<sup>82</sup>, uma adjetivação atribuída à Feira de Santana, torna-se possível que a expressão “começaram aí” seja referente à mesma cidade, terra natal do escritor, onde ele passava as férias. Boaventura afirma que o assunto da carta é justamente falar sobre esse trabalho por ele escrito naquele momento. Como a pesquisa teve como ponto de partida as pesquisas em arquivo, o projeto inicial provavelmente remonta à década de 1940. Em carta a Cascudo (1898-1986), em 1958, o ensaísta afirma: “Desde 1951 que estou trabalhando no

<sup>81</sup> É comum Eurico Alves sublinhar o título das obras nas correspondências. O “ao” está em negrito, pois foi escrito posteriormente de caneta sobre o “do”, que havia sido datilografado inicialmente.

<sup>82</sup> No fim da carta, Demóstenes assina “Cidade Princesa / 10-02-58” (EAB-MEB, Carta a Eurico de Demóstenes, Feira de Santana, 10 fevereiro de 1958).

ensaio” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 31 de agosto de 1958). A informação coincide com a carta de 1952, enviada para Demóstenes, por já afirmar a conclusão de dois textos que, provavelmente, integraram *Fidalgos e vaqueiros*.

A partir das cartas é possível observar a enorme quantidade de tempo que Eurico Alves destinava à elaboração de sua obra. A pesquisa estendeu-se por diversas cidades, assim como sua escrita, iniciada em Poções, mas continuada em Canavieiras, Feira de Santana e Alagoinhas, para os retoques finais. A escolha inicial do título “Civilização do Pastoreio” é considerada, em 1952, como “genérico”, mas “ainda não é coisa definitiva e sim esboço de outros ensaios” (EAB-MEB, Carta a Demóstenes, Poções, 31 de julho de 1952). Dessa forma, o título teria como objetivo reunir textos que abordavam a elite das fazendas de criação de gado no interior da Bahia.

Além do texto “Paisagem Humana do Sertão”, que já estaria pronto, o escritor menciona outro ensaio que iria compor sua obra. O texto foi denominado “Riqueza do Nordeste”, descrito como “um apanhado de informes sobre a vida não faustosa da gente desta zona até 1860 e 1889” (EAB-MEB, Carta a Demóstenes, Poções, 31 de julho de 1952). Não é possível afirmar se o ensaio muda de título ou foi integrado, posteriormente, a *Fidalgos e vaqueiros*. A segunda opção é bastante válida, pois os capítulos sete, “A paisagem decora a casa-da-fazenda”, oito, “Sob a luz dos grandes candeeiros belgas”, e nove, “Prestígio social da casa-da-fazenda”, abordam a vida privada das casas da fazenda, assim como o luxo em que vivia a aristocracia dos currais, estes que seriam os temas norteadores do “Riqueza do Nordeste”.

Na correspondência trocada com Demóstenes, Boaventura pontua a possibilidade da publicação dos textos que desenvolveu e que ainda estava escrevendo. Segundo ele,

Tenho sido assediado para publicação destes trabalhos, incluindo-se os sobre arqueologia. Acho esta coisa de publicação tão vazia, que ainda não me dispus a publicá-los. Escrevo pelo prazer pessoal de transmitir a mim mesmo as primícias dos meus estudos. Para que publicação? (EAB-MEB, Carta a Demóstenes, Poções, 31 de julho de 1952).

Nesse contexto, apesar de Eurico Alves escrever ao amigo para falar-lhe sobre suas produções, ele afirma não ter a intenção de publicar seus escritos, pois dedica-se à escrita dos ensaios “pelo prazer pessoal”. Mas se o escritor não tinha a pretensão de tornar públicos os seus escritos, por que enviar o manuscrito para os amigos lerem? A demonstração de desinteresse pela edição dos textos no formato de livro pode ser vista como uma insegurança de Boaventura sobre a qualidade de seus ensaios. Outra interpretação seria a dificuldade do escritor em retirar os papéis datilografados da gaveta e em se ver distante dos manuscritos. Talvez pelo temor da

deterioração ou da perda do material, mas de alguma forma ela está relacionada a um sentimento de incompletude e de perfeccionismo.

A primeira frase, “tenho sido assediado para publicação”, demonstra ter havido cartas antecedendo essa de 1952 com incentivos e propostas de outros intelectuais para a edição dos textos. Mesmo sendo a carta mais antiga da pasta, a missiva apresenta um diálogo que antecede a carta enviada para Demóstenes, inclusive para a publicação dos textos sobre arqueologia na Bahia. Os escritos arqueológicos antecedem a produção de *Fidalgos e vaqueiros*, mas se localizam em um período próximo, ambos produzidos na década de 1950. Os textos foram denominados “Biblioteca de granito”, “A pedra de Imbuíra” e “Monumentos de pedras” e estão inéditos até os dias de hoje.

Em carta a Ricardo, em 2 de julho de 1953, Eurico Alves solicita ao correspondente algumas fotografias da aristocracia do pastoreio e das casas-de-fazenda do século XVIII e XIX. Na correspondência, ele afirma: “O meu trabalho sobre a Civilização do Pastoreio já está virtualmente concluído. Faltam-se apenas algumas fotografias” (EAB-MEB, Carta a Ricardo, Poções, 2 de julho de 1953). Com “virtualmente concluído”, talvez o escritor se referisse ao fato de ele já possuir uma compreensão de como o trabalho final deveria ser. Em carta datada de 1957, enviada a Cavalcanti Proença (1905-1966), o ensaísta diz ainda estar elaborando o texto. O objetivo da correspondência era solicitar a referência de artigos escritos pelo intelectual: “O assunto me interessa, porque estou a concluir um ensaio em torno da civilização do pastoreio” (EAB-MEB, Carta a Cavalcanti Proença, Canavieiras, 22 de setembro de 1957). A expressão “estou a concluir” não se refere necessariamente à escrita do texto, mas pode ser uma referência ao estágio de revisão da obra. Essa interpretação é reforçada pela informação apresentada em carta a Risério Leite, em 1956. Nela, Boaventura diz: “Venho limando um ensaio, por sinal, longo, sobre a Civilização do Pastoreio” (EAB-MEB, Carta a Risério, Canavieiras, 24 de outubro de 1956). Apesar de não haver concluído a obra, provavelmente o texto já havia sido escrito, remontando ao período de escrita do ensaio entre 1951 e 1956, quando o escritor afirma já ter concluído a primeira parte do manuscrito e estar “limando”, isto é, aperfeiçoando o texto.

É comum nas missivas enviadas por Eurico Alves a presença e defesa do intuito principal do ensaio, a saber, estudar a aristocracia do pastoreio, em uma referência à vida das grandes fazendas de criação de gado, no interior da Bahia. Na carta enviada a Ricardo, em 1953, o escritor define o que deveria conter as imagens que gostaria de receber do destinatário: “Faço questão de fotografias em traje de festa, com joias e luxo” (EAB-MEB, Carta a Ricardo, Poções,

2 de julho de 1953). O objetivo de Boaventura era demonstrar que, além de papel de destaque na história do Brasil, a elite do pastoreio acessava bens duráveis luxuosos, possuindo costumes aristocráticos e eruditos que se assemelhavam (ou até superavam, segundo ele) aos das grandes famílias abastadas do litoral. Como informa o próprio ensaísta, “tais fotografias são indispensáveis” (EAB-MEB, Carta a Ricardo, Poções, 2 de julho de 1953) ao seu trabalho, pois são a comprovação documental da tese defendida no seu ensaio, que necessita desse suporte para lhe dar legitimidade. Ele continua: “Já possuo várias fotografias dos aristocratas do nosso pastoreio. De velhos barbudos, de sinhás gordonas e de sinhazinhas dengosas e românticas” (EAB-MEB, Carta a Ricardo, Poções, 2 de julho de 1953). Dessa forma, as imagens também servem para traçar um perfil das pessoas que integravam a aristocracia dos currais, com o objetivo de apresentar fenotipicamente a propensa branquitude que esses indivíduos teriam, assim como suas vestimentas e adornos.

Além das fotos, Boaventura solicitou que o amigo fizesse um “histórico”: “Faço questão de saber a possível data da construção dos solares, das casas-grandes de que me mandar as fotografias. E ficaria satisfeito se você apressasse esta remessa, a fim de que eu possa ver o volume que vai tomar o trabalho” (EAB-MEB, Carta a Ricardo, Poções, 2 de julho de 1953). A necessidade de averiguação das datas talvez tivesse como intenção produzir uma unidade no texto, com comparação da arquitetura dos casarões em variadas localidades da Bahia, dentro de um mesmo período. Outra interpretação seria a preocupação com a precisão das informações, diante do caráter científico que o escritor almejava transmitir ao ensaio. Com a última frase, “o volume que vai tomar o trabalho”, Eurico Alves demonstra o caráter quase arquivista que seu texto possui, diante dos esforços de reunir as mais variadas informações e documentos remetendo ao passado aristocrático não mais existente. Isso reforça o temor do ensaísta de que a civilização do pastoreio, como propõe o próprio título inicial do manuscrito, caísse no esquecimento dos *annais* da história.

O estágio inicial do texto, em 1953, pode ser observado na quantidade de páginas que o escritor havia produzido: “Já datilografei cento e setenta folhas de trinta linhas” (EAB-MEB, Carta a Ricardo, Poções, 2 de julho de 1953). Em 1958, em carta enviada a Cascudo, Boaventura afirma: “Já estão juntas umas seiscentas páginas em espaço duplo” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 31 de agosto de 1958). Em meados de 1960, em correspondência a Fires Wyme, o manuscrito “Está um trabalho de umas setecentas páginas datilografadas” (EAB-MEB, Carta a Fires Wyme, Alagoinhas [1959 ou 1960]). Dessa forma, a partir da missiva euriquiana, é possível acompanhar o processo de elaboração do texto, em cujo período de escrita

e revisão houve um contínuo processo de inserção de novos documentos e debates, vistos por seu autor como essenciais ao texto. A troca de correspondência constituiu-se como uma forma de interpretar a obra de Eurico Alves.

De modo similar, Edna Nascimento (2014) afirma que a correspondência de Guimarães Rosa é a chave para a compreensão das criações do escritor, no tocante principalmente a seu estilo de escrita e seus neologismos. A carta “É uma leitura determinada pelo próprio autor, que pode não ser a única, visto que a construção textual [...] pode admitir outras leituras que certamente os leitores farão, pelas pistas deixadas pelo autor” (Nascimento, 2014, p. 171). Dessa forma, a correspondência auxilia na leitura da obra literária, principalmente a partir da ótica de quem a escreveu, possibilitando ao pesquisador adentrar as intencionalidades e objetivos que o literato tinha ao produzir determinado texto. No caso de Eurico Alves, é possível observar algumas das principais decisões autorais para a confecção do manuscrito, assim como as impressões do ensaísta e de seus amigos com a leitura gradativa do texto.

Em carta enviada a Israel, em 1954, Boaventura diz:

Porque ando a escrever um trabalho sobre a velha Civilização do Pastoreio, trabalho demorado, ando também a reunir documentário sobre a vida doméstica das velhas fazendas. Não sou adepto dos colecionadores de antiguidades alheias. Mas, com o trabalho, fui obrigado a imitá-los (EAB-MEB, Carta a Israel, Poções, 11 de julho de 1954).

Na correspondência, o autor pontua as minúcias do “trabalho demorado”, que constitui não apenas a leitura dos livros e a escrita propriamente dita, mas todo o processo de catalogação de materiais da aristocracia sertaneja, “antiguidades alheias”, que são importantes para a produção da história privada da casa-da-fazenda. A preocupação de Eurico Alves torna-se não apenas escrever sobre uma memória específica, mas arquivar objetos e utensílios, “tudo que denote o escalão cultural do nosso pastor” (EAB-MEB, Carta a Israel, Poções, 11 de julho de 1954), mesmo que não os cite diretamente no manuscrito.

A materialidade dos objetos, como em um método inquisitorial, permite ao estudioso formular hipóteses sobre o passado: “Estou com uma coleção de clavinotes de vários tamanhos, demonstrando o cuidado e a necessidade que tinham os velhos fidalgos do nosso pastoreio de manterem uma espécie de arsenal na casa-da-fazenda” (EAB-MEB, Carta a Israel, Poções, 11 de julho de 1954). A grande presença de armas leva o escritor a afirmar certa autonomia que o dono das terras possuía para proteger sua propriedade, sem a intervenção do Estado e de políticas de segurança pública. Contudo, se viam a necessidade de se armarem,

havia motivos plausíveis para esse fato, talvez possíveis invasões às terras ou proteção dos valiosos bens que emolduram a casa-da-fazenda.

O olhar atento que Boaventura demonstra nas cartas o coloca a par do modo como as produções ensaísticas da época eram produzidas, diante da preocupação em atribuir uma seriedade ao seu trabalho. Por fim, o ensaísta convida Israel a visitá-lo, com o objetivo de lhe apresentar o “arcabouço” do ensaio:

Se você aparecesse por aqui, eu lhe mostraria o arcabouço do meu trabalho, que não sei se mandarei publicar. Estou com umas trezentas folhas datilografadas e um sem-número de fotografias de casas-de-fazendas, de velhos fazendeiros e de algumas sinhazinhas do nosso pastoreio. Também os objetos do uso doméstico nos solares pastoris (EAB-MEB, Carta a Israel, Poções, 11 de julho de 1954).

Diferente da carta enviada a Ricardo, em 1953, na qual a obra conta com “cento e setenta folhas”, um ano depois o manuscrito quase dobrou seu tamanho, agora com “trezentas folhas”. Essa observação é necessária para acompanhar a proficuidade da escrita euriquiana, que no espaço temporal de doze meses conseguiu ampliar significativamente o texto, bem como reunir diversos materiais que contam sobre o passado das fazendas, desde fotografias, até “objetos de uso doméstico”. Todos os materiais recolhidos pelo escritor eram enviados para a sede da Fazenda Fonte Nova, que se tornou uma espécie de arquivo para ele, tanto em sua função, como na preservação de sua própria estrutura arquitetônica, que remetia ao século XIX.

Em correspondência enviada a Wilson Lins, no ano de 1953, Boaventura fala mais uma vez sobre a proposta do seu ensaio: “Estou trabalhando um tal de Civilização do Pastoreio. Não sei o que resultará disso. Só se fala em civilização da cana, já reparou? E porque não se reconhecer a civilização do pastoreio, a maior em âmbito, em área, tão brilhante como aquela?” (EAB-MEB, Carta a Wilson Lins, Poções, 2 de junho de 1953). Para o autor, pouco se comentava da importância histórica da “civilização do pastoreio”, apesar de a extensão territorial abrangida pelas fazendas ser maior que o território do litoral. Ele levanta vários questionamentos que o levam a refletir qual seria o motivo do apagamento histórico não apenas da região, mas em especial da aristocracia do pastoreio. Não seria “tão brilhante” como a “civilização da cana”? A partir dessas perguntas, provavelmente, surge a necessidade constante da comprovação documental por parte de Eurico Alves, buscando defender seu caso da atuação política, histórica e social da elite dos currais. A frase “não sei o que resultará disso” demonstra um estágio inicial do projeto, embora este já possua uma finalidade: falar sobre a civilização do pastoreio. Na mesma carta, ele cita o livro *O outro Nordeste*, de Djacir Menezes (1907-1996), porém pretende fazer um trabalho diferente, apesar de não pontuar na correspondência quais seriam os pontos nos quais pretendia diferenciar seu manuscrito.

Após apresentar suas lástimas, de juiz-intelectual morando em uma cidade pequena, distante da rede de intelectuais com quem convivia durante a juventude, Boaventura fala que esse manuscrito é aquilo que se dedica a escrever depois de “sete anos que não escrevia um só verso” (EAB-MEB, Carta a Wilson Lins, Poções, 2 de junho de 1953). “Judicar”<sup>83</sup> no interior do estado é comparado com a ida aos funerais dos próprios sonhos e decepções, mas nem isso levou-o a perder o interesse pela literatura. Ele afirma: “Por isso, desde 1937, mais ou menos, me dedico a estudos de arqueologia, sobretudo da baiana e algumas pesquisas sobre história social do nosso sertão” (EAB-MEB, Carta a Wilson Lins, Poções, 2 de junho de 1953). Essa declaração, de que não conseguia escrever poesias como fez fartamente na década de 1920, apresenta um outro caminho a ser seguido pelo ensaísta, que descobre novos interesses: a arqueologia e a história. No final da carta, pede ao seu interlocutor: “Vamos parar de falar sobre estas inutilidades” (EAB-MEB, Carta a Wilson Lins, Poções, 2 de junho de 1953), logo após apresentar uma longa descrição sobre o que tem escrito. Essa frase ao fim do parágrafo provavelmente buscava anular todas as queixas e a importância dos trabalhos aos quais se dedicou até aquele momento, talvez por acreditar que as inquietações resultando no manuscrito fossem tão pessoais que não seriam compreendidas nem por outro intelectual também interessado no tema.

Na correspondência enviada a Cavalcanti Proença, anteriormente citada, Eurico Alves demonstra interesse nos textos sobre “o boi, o cavalo e o vaqueiro” (EAB-MEB, Carta a Cavalcanti Proença, Canavieiras, 22 de setembro de 1957), temáticas em comum com o estudioso. Ele continua: “Destes artigos fiz até uma citação num dos capítulos, que estava repassando. Falta-me, porém, a primeira publicação. Não chegou por aqui o número em que foi estampada” (EAB-MEB, Carta a Cavalcanti Proença, Canavieiras, 22 de setembro de 1957). A carta apresenta o pedido de informação de Boaventura sobre o número e a data da publicação que lhe interessava, para solicitar seu exemplar do suplemento ao *Jornal do Brasil*. A missiva demonstra como aconteciam as trocas intelectuais, assim como apresenta o periódico como um suporte para divulgação de ideias.

Em outra carta, datada de 1956, Eurico Alves afirma citar outro autor no seu texto: “Já fiz várias referências aos trabalhos do RISÉRIO LEITE escritor neste ensaio. Teria de perguntar-lhe certas particularidades sobre as fazendas e fazendeiros lá de Brumado e Rio das Contas” (EAB-MEB, Carta a Risério, Canavieiras, 24 de outubro de 1956). Trata-se do intelectual e amigo do próprio escritor, Mário Risério (1912-2011). De forma similar como fez

---

<sup>83</sup> Verbo que Eurico Alves utilizava para expressar sua atuação profissional.

na carta de Cavalcanti Proença, Boaventura menciona citar os textos do escritor para posteriormente solicitar alguma informação. Talvez a manutenção de um mesmo ritual, ao pedir conselhos de textos a outros estudiosos, seja um modelo utilizado no período para se manter atualizado acerca dos artigos que eram publicados. No caso especial de Risério, o ensaísta tem interesse nas minúcias das relações sociais dos vaqueiros da região de Rio das Contas, provavelmente com o objetivo de compará-la à região do pastoreio de Feira de Santana.

Um mês depois do envio da carta, Risério Leite responde ao seu remetente, demonstrando-se entusiasmado com o trabalho sociológico do companheiro:

Fiquei entusiasmado com a notícia de que o [euricoute?] conterrâneo está estruturando seu ensaio sobre a Civilização do Pastoreio. Confesso-me ansioso por lê-lo. Quando irá ao prelo? [...] Gostaria de saber a que trabalhos do “Risério Leite, escritor”, o amigo fez referências no seu ensaio (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 28 de novembro de 1956).

A correspondência demonstra uma proximidade entre os intelectuais, que se acentua tanto pelo conhecimento de Risério dos debates feitos por Boaventura no seu ensaio, como pelo emprego da palavra “amigo”. O antropólogo mostra-se “ansioso” para ler o texto e curioso para saber quais de seus textos foram citados pelo ensaísta. No ano seguinte, em 1957, Risério volta a escrever a Eurico Alves: “O Pinto de Aguiar, segundo me asseverou, já lhe escreveu, intimando-o a soltar o ensaio” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 05 de dezembro de 1957). O referido Manoel Pinto de Aguiar (1910-1991) era um amigo em comum entre os correspondentes, além de ser um renomado editor de Salvador, proprietário da Editora Progresso. A expressão “intimando-o a soltar” pode ser uma referência a uma tentativa de publicação do manuscrito ou, ainda, uma forma de solicitar a leitura do texto pelos amigos próximos. o que possibilita afirmar que desde 1957 houve esforços, por parte dos amigos do escritor, para colocar o manuscrito no prelo.

Eram bastante frequentes na correspondência trocada entre Boaventura e Risério os tópicos sobre a publicação do manuscrito e sobre o nome de Pinto de Aguiar, talvez pelo interesse em publicar o texto pela Editora Progresso, propriedade do referido intelectual. O fato de o remetente de Eurico Alves ser o diretor executivo de uma instituição vinculada ao governo do estado facilitava o diálogo com outros intelectuais, diante do interesse de fomentar a cultura material da Bahia. Em carta a Risério, datada de 1958, o ensaísta escreve: “Estou em falta com o Pinto de Aguiar. Prometi-lhe devolver os originais de *Fidalgos e vaqueiros* na segunda quinzena de junho e não me foi possível atendê-lo. Vou levá-los depois da eleição” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoinhas, 28 de setembro de 1958). Percebe-se que, após nove meses da carta de Risério anunciando a “intimação” de Pinto de Aguiar para ler o manuscrito, Eurico Alves

ainda não havia enviado o texto para os amigos. Na frase “estou em falta”, o escritor retoma o débito ao amigo/editor, assim como apresenta um novo prazo para mandar os originais de *Fidalgos e vaqueiros*, apesar de ainda depender de encontrar o portador correto. Dois meses depois, em carta a Vivaldo Costa, afirma que “Pouco falta para entregar ao Pinto de Aguiar os originais do livreco. Possivelmente, terminarei o outro trabalho (melhor-reunião de outros trabalhos) respeito a arqueologia” (EAB-MEB, Carta a Vivaldo Costa Lima, Alagoinhas, 19 de novembro de 1958). Apesar de se referir de forma pejorativa ao manuscrito, Boaventura demonstra o interesse em enviar para publicação o material em um curto período de tempo, assim como se propõe a reunir os trabalhos de arqueologia já produzidos por ele.

O cuidado de Boaventura com o texto e a constante insegurança em permitir a leitura do manuscrito aparece com frequência nas cartas. Um dos exemplos é o desejo da leitura da obra por Tales de Azevedo (1904-1995), antes mesmo de enviar ao Pinto de Aguiar:

Desejaria antes de entregá-los ao Pinto, mostrar o trabalho ao Tales de Azevedo, para auscultar a sua opinião. Que acha da ideia? Se o encontrar previna-o da ameaça e saiba se está disposto ao sacrifício de uma leitura. Com a sua resposta, talvez encontre um portador certo para levar o trabalho (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoinhas, 28 de setembro de 1958).

A utilização das frases “previna-o da ameaça” e “disposto ao sacrifício” denota uma espécie de temor diante da leitura da extensa obra, assim como levanta um imaginário de dificuldade de compreensão que teria o texto, por ser algo muito pessoal a Boaventura. O fato de Tales de Azevedo estar vinculado à Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia (CIENBA), além de ser um renomado intelectual na cena soteropolitana, pelos trabalhos de cunho sociológico que desenvolvia, tornava-o qualificado para uma avaliação técnica do manuscrito. Possivelmente, a leitura de um intelectual especialista resultava em um quadro de ansiedade do remetente, que fazia questão de conhecer as críticas do amigo. Apesar de a carta ser datada de 1958, apenas em 1961 Tales de Azevedo responde ao autor de *Fidalgos e vaqueiros* com suas impressões da obra. Na resposta, o amigo pede desculpas pela demora da leitura do texto:

Retive durante um tempo enorme os seus preciosos originais. V. sabe ou pode imaginar o que são as minhas ocupações. Ontem recebi o seu cartão, pedindo aqueles papéis que chamo de preciosos com plena consciência do significado da palavra. Quero confessar-lhe que somente hoje pude examinar o seu estudo: dediquei a manhã a isto (EAB-MEB, Carta de Tales a Eurico, Salvador, 17 de maio de 1961).

A correspondência demonstra que houve uma solicitação de Boaventura para o retorno do texto, mesmo sem a leitura do correspondente, como apresenta a frase “recebi o seu cartão, pedindo aqueles papéis”. Possivelmente, a última cobrança do ensaísta surtiu efeito,

como podemos observar com a curta distância temporal entre o recebimento do cartão, “ontem”, e a leitura efetiva do manuscrito, “hoje”. A adjetivação “preciosos” já demarca uma recepção positiva dos originais de *Fidalgos e vaqueiros*, levando a um debate sobre o caráter sociológico do texto, como veremos mais à frente do capítulo. Aparentemente, a prática de enviar cartas para averiguar o estado do texto era frequente. Após dez meses da última carta, Eurico Alves envia outra correspondência para Risério, solicitando informações sobre o recebimento do texto:

Escrevo-lhe, pedindo notícias do meu trabalho, que você entregou ao Pinto de Aguiar. Paraná me disse que, falando a respeito com Pinto, este lhe afirmou que não recebera o original. Onde foi parar o meu pobre e minúsculo trabalho? Mande-me notícias a respeito (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoinhas, 31 de julho de 1959).

Esse trecho da carta demonstra a rede de intelectuais da qual Eurico Alves fazia parte, conectados através das missivas. Além dos já mencionados Risério e Pinto de Aguiar, Boaventura insere um novo personagem na trama, Paraná. Segundo ele, o último havia lhe dito que o editor não tinha recebido o manuscrito, apesar da pretensa afirmação de que Risério já teria entregado o texto. O questionamento “onde foi parar o meu pobre e minúsculo trabalho?” vai em oposição ao extenso tamanho do manuscrito, o que possivelmente seria uma referência à “pouca” qualidade da obra. O apelo por “notícias a respeito” do texto foi atendido quase dois meses depois, com a resposta de Risério a Eurico:

Conforme lhe avisei, os originais do seu grande ensaio encontram-se em poder do Prof. Pinto de Aguiar. Disse-me ele que agora, liberado da trabalhadeira motivada pela elaboração orçamentária, irá ler FIDALGOS E VAQUEIROS. / Desejo salientar que os originais, desde aquela época, acham-se em poder do nosso Keynes baiano (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 23 de setembro de 1959).

No trecho, Risério retoma alguns elementos presentes na primeira carta. A frase “Conforme lhe avisei” reforça a premissa de que já havia entregado o manuscrito a Pinto de Aguiar e endossa a data de envio com “desde aquela época”, muito provavelmente se referindo a alguma correspondência afirmando ter realizado a entrega. A decisão de Risério em salientar o cuidado com os originais talvez seja uma forma de evitar ruídos na comunicação entre ele e Boaventura, que estava à espera da leitura e devolução do manuscrito. Cabe ainda destacar que a carta justifica o fato de Pinto de Aguiar não ter lido o texto, por estar ocupado com a “elaboração orçamentária”, demonstrando o diálogo de Risério com o intelectual-editor. A adjetivação “grande ensaio” contradiz as qualificações “pobre” e “minúsculo”, empregadas anteriormente por Eurico Alves, reforçando uma possível estratégia retórica de elaborar uma falsa modéstia para pensar o texto ou a incompletude do manuscrito.

Aparentemente, a leitura de Aguiar demora mais do que o proposto, pois seis meses depois Eurico Alves envia uma nova carta a Risério, questionando outra vez o processo de leitura do texto: “O motivo principal desta carta é pedir-lhe para você procurar o ocupadíssimo e político Pinto de Aguiar e indagar-lhe pelo rascunho de Fidalgos e Vaqueiros” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoinhas, 03 de abril de 1960). Por algum motivo, não conseguimos acessar através das cartas por que Boaventura não se comunicava diretamente com Aguiar. Dórea (2012) também não analisou nenhuma carta enviada pelo ensaísta ao editor. Isso pode ter acontecido por dois motivos: 1) a falta de proximidade entre o escritor e o intelectual; e 2) a relação de amizade entre Risério e Aguiar, permitindo o pedido de um grande favor como esse.

Na mesma carta de 1960, Boaventura já demonstra estar impaciente com a espera, a ponto de pedir que o amigo vá ao encontro de Pinto de Aguiar solicitar a devolução do manuscrito: “sendo possível mesmo recebê-lo para que, mais facilmente, possa eu procurá-lo em suas mãos, na minha próxima ida até aí. Pelo menos ficará guardado onde deve de ficar mesmo, que é na minha gaveta” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoinhas, 03 de abril de 1960). Para o ensaísta, os papéis deveriam ficar sob sua guarda, até porque estava acostumado em não publicar seus textos: “Já não sou do soçaito literário... Já me acostumei a entulhar as gavetas de papel, que o Fidalgos e Vaqueiros está fazendo falta” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoinhas, 03 de abril de 1960). A compreensão de Boaventura acerca do seu distanciamento do meio literário soteropolitano fica evidente no trecho acima, apesar da constante troca de cartas com seus amigos. Provavelmente, pode ser um recurso retórico para justificar a devolução do texto ou ainda uma expressão sincera de como o escritor se sente diante da demora do retorno dos seus originais. A frase “está fazendo falta” reforça o caráter protecionista do autor com suas produções literárias, que deveriam estar sob sua tutela, no constante processo de aprimoramento. A carta é concluída com o seguinte pedido: “o Fidalgos e Vaqueiros [...] só saiu daqui por pedido seu [...]. Até breve. Logo que Pinto lhe entregue os originais do livreco, telegrafe-me que irei ou mandarei tomá-los em seu escritório” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoinhas, 03 de abril de 1960). A afirmação “só saiu daqui a pedido seu” mostra o grau de confiança em Risério, mas não apenas isso, como também a crença de que o livro deveria ser publicado. O emprego do adjetivo “livreco” mais uma vez leva Eurico a reduzir a importância do manuscrito, o que pode ser uma estratégia retórica na tentativa de ser contestado pelo amigo, diante da contribuição intelectual do texto, como também pode ser uma descrença no projeto que levou à escrita do ensaio.

Não apenas com Risério, o debate sobre a publicação do manuscrito também era frequente com Licurgo. Em 1957, Eurico Alves afirma ao campineiro: “Continua na gaveta o meu livro. Será publicado mesmo? Estou alimpando uns trabalhos sobre arqueologia, que talvez tenham também este cômodo destino do silêncio” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Canavieiras, 12 de julho de 1957). O questionamento se o livro seria publicado e a quase certeza de que seu fim seria a sua gaveta são prontamente respondidos pelo amigo enfaticamente: “Escreva e publique!” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 06 de agosto de 1957). Mesmo tendo escrito os ensaios de arqueologia em 1951, em 1957 o escritor afirma estar “alimpando” os textos, o que sugere uns retoques finais no manuscrito ou um “passar a limpo” para novos papéis, como afirma fazer periodicamente em outras cartas. O apoio tanto de Risério como de Licurgo para a publicação da obra pode não ter resultado no objetivo final da edição de *Fidalgos e vaqueiros*, mas é interessante para perceber que a rede de intelectuais não era apenas de trocas acadêmicas, mas também de apoio mútuo, diante do constante esforço de ler as novas produções dos amigos e escrever resenhas que seriam publicadas nos variados periódicos.

No ano de 1960, sete meses após uma carta enviada a Risério, Eurico afirma a Licurgo: “O meu Fidalgos e Vaqueiros continua inédito. Talvez o publique ainda no início do novo ano. Já fui consultado a respeito. Prestará o trabalho? Será que o Risério está falando a verdade, quando o elogia? Dei a Risério, a semana passada o seu endereço. Tinha-o perdido” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 20 de novembro de 1960). A notícia da provável publicação não é suficiente para animar Boaventura, que apresenta suas dúvidas ao correspondente sobre a qualidade do material. Os questionamentos “prestará o trabalho?” e “está falando a verdade?” demonstram uma inquietação diante da leitura realizada pelo amigo, que incentivava colocar o manuscrito no prelo. Nessa correspondência, as incertezas sobre se deveria ou não lançar o livro provavelmente contribuíram para o atraso no envio da obra ao editor, pois em 1961 Eurico Alves envia uma nova carta a Licurgo: “O Fidalgos e Vaqueiros não sei que destino tomará. Talvez mesmo o fundo de uma das minhas gavetas. Vou ver, depois, o que fazei dele” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 26 de março de 1961). A incerteza aparece mais uma vez, levando o escritor a questionar se o manuscrito mereceria de fato a publicação. Não é possível acessarmos os pensamentos e intencionalidades de Boaventura a partir das cartas, mas pelos debates apresentados em *Fidalgos e vaqueiros* talvez uma das dúvidas envolvendo a edição de sua obra seja a recepção que teria o livro pela comunidade leitora, principalmente se a obra seria interpretada como um trabalho sociológico ou de memórias. Esse debate já aparece na troca de correspondência com Tales de Azevedo.

Em uma longa carta enviada em junho de 1961, Boaventura agradece a leitura atenta realizada por Tales e se diz satisfeito pelas contribuições do antropólogo: “Li a sua carta. Fiquei satisfeito com o seu cuidado em lendo tudo. Fiz questão cerrada de só pensar em publicação depois do seu [ilegível]” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). Eurico Alves repete o que já havia escrito anteriormente a Risério, sobre a importância da análise do seu trabalho feita por Tales, que reflete no comentário de que só iria “pensar em publicar” depois do retorno do intelectual baiano. Na mesma correspondência aparecem diversos elementos necessitando de atenção. O primeiro deles é o debate sobre o manuscrito ser ou não um trabalho sociológico: “Concordo com você quando mostra que não [ilegível] de um estudo tecnicamente sociológico. No prefácio, [ilegível], frisei bem que não visei apresentar esta feição ao trabalho” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). Eurico Alves refere-se ao fato de apresentar na introdução de *Fidalgos e vaqueiros* a afirmação de que o livro só terá sentido para sertanejos como ele, aproximando em um primeiro momento a obra do discurso memorialístico.

A concordância de que o texto não é “tecnicamente sociológico”, vai ao encontro da afirmação de Tales de Azevedo, na carta enviada um mês antes, em maio de 1961. Nela, afirma o intelectual: “Naturalmente, não se poderia dizer que fez, no sentido estrito, um estudo sociológico, mas uma análise cheia de sensibilidade, de percepção, de penetração de elemento importante da nossa civilização sertaneja” (EAB-MEB, Carta de Tales a Eurico, Salvador, 17 de maio de 1961). Apesar de afirmar que não se trata de um “estudo sociológico”, o correspondente afirma que o manuscrito apresenta comentários críticos da bibliografia, entrelaçados com as memórias da família de Boaventura. Azevedo conclui a carta com a seguinte afirmação: “Vou escrever um artigo n’A TARDE sobre essa literatura sertaneja de caráter sócio-histórico que pensava fazer há mais tempo, e dedicarei aí um lugar particular para seu trabalho” (EAB-MEB, Carta de Tales a Eurico, Salvador, 17 de maio de 1961). Assim, após afirmar que o trabalho merece todos os esforços para ser publicado, Tales ainda o situa no gênero literário “de caráter sócio-histórico”. O que faltaria então para ser “tecnicamente sociológico”, como pontua Boaventura? Provavelmente, desarticular da narrativa pessoal, utilizada na produção do ensaio.

A compreensão de que o trabalho estaria em grande parte baseado nas memórias do seu escritor levou Eurico Alves a refletir sobre os escritos, a ponto de fazer a seguinte pergunta: “Trata-se apenas de um depoimento sincero. Possivelmente bem parcial. Coisa aceitável e desculpável, pois, sou parte também [...]. Mas desejaria que você me dissesse se fui muito

parcial” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). A preocupação de que sua parcialidade afetasse o caráter científico do livro fica evidente na citação acima. Apesar de ter consciência de que se trata de seu depoimento do sertão e do Brasil, Boaventura se preocupou se isso esvaziou a sua crítica à formação histórica do país, centrada nas fazendas de cana-de-açúcar, e sua teoria racial. Para isso, solicita que o amigo lhe diga “se aberrei das normas quando estabelecia confronto do fazendeiro com o canavieiro e se tropecei na referência ao negro” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). Dessa forma, é possível afirmar que, mesmo almejando imprimir uma narrativa muito pessoal ao texto, que beira de fato à escrita de suas memórias, Eurico Alves buscou também defender um discurso que tivesse um perfil histórico-sociológico, como outros trabalhos produzidos no mesmo período e que se tornaram uma marca do modernismo da década de 1950.

Na mesma correspondência, é possível perceber a defesa das teses presentes em *Fidalgos e vaqueiros*, reforçando a ideia da escrita epistolográfica como espaço de teste para a escrita da obra, como afirma Moraes (2002). Na carta, Boaventura comenta livros e autores, a exemplo de “Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia” e “Vilhena”, que propõe confrontar quando tiver acesso às cartas que ficaram na casa da fazenda, assim como grande parte de seus livros, que só eram consultados durante alguma visita à cidade de Feira de Santana.

Em 1961, em troca de correspondência com Tales de Azevedo, Eurico Alves discorda que houve a participação de mulheres “airadas” na formação da sociedade sertaneja e defende que “No início da penetração pelo sertão, não iam mulheres nas bandeiras ou entradas e as índias estavam à disposição do colono, do aventureiro. Desnecessário o auxílio sexual da decaída, ante o fastígio de tanta bugre a vontade” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). Esse trecho da escrita epistolográfica está em consonância com a teoria racial defendida no ensaio, demarcando a origem do sertanejo como filho do homem branco com as indígenas que habitavam nos sertões. A disponibilidade das nativas para o colonizador remete diretamente à proposta similar de Freyre, assim como também deixa de lado a violência à qual eram submetidas essas mulheres, a exemplo de abusos sexuais silenciados na narrativa, diante da defesa do apaziguamento dos conflitos raciais nos primórdios do Brasil.

Outro fator que merece destaque é a importância que Eurico Alves atribui “às índias” para a povoação do interior do país, pois apenas com o nascimento dos mestiços pode-se expandir a marcha em direção ao interior da colônia, diante do reduzido número de homens que havia inicialmente para o desenvolvimento da tarefa. Mas, apesar da necessidade da

exploração sexual das mulheres nativas nesse primeiro momento, elas seriam largadas de lado no segundo momento da civilização, quando já se havia instituído o solar do pastoreio: “Na segunda fase da civilização pastoril, veio ao sertão a família patriarcal e fidalga. E as comborças do fidalgo, do senhor, de certo, saíam das escravas pretas ou mesmo das índias” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). Dessa forma, as mulheres negras e indígenas, de acordo com o ensaísta, só “serviriam” diante da ausência de mulheres brancas ou como amantes, pois dificilmente foram escolhidas para se tornarem as esposas e senhoras do pastoreio. A forma como o corpo feminino é abordado na carta e, posteriormente, em *Fidalgos e vaqueiros* demonstra a forte influência freyriana no texto, assim como a defesa da narrativa historiográfica centrada no homem mestiço claro e na sociedade patriarcal edificada no sertão. As mulheres são subalternizadas durante toda a obra, tendo como principal função gerar a nova geração de homens que iriam dar continuidade ao processo de desbravamento das terras e de construção dos primeiros povoados.

Por fim, após apresentar sua teoria da formação racial sertaneja, Boaventura questiona se Tales de Azevedo concorda com sua hipótese: “Concorda com a explicação? São raciocínios e conclusões de ignorante Juiz metido a bobo como eu” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). O ensaísta questiona ao destinatário se fazem sentido suas conclusões, diante do conhecimento antropológico que Azevedo possui, mesmo ele já tendo lido anteriormente o manuscrito. Com a frase “Juiz metido a bobo”, Eurico Alves faz um espécie de mea-culpa, caso seu correspondente discorde de sua interpretação sócio-histórica da formação da civilização do pastoreio, mas a frase também pode ser vista como uma tentativa de se resguardar de qualquer imprecisão histórica que sua tese possa vir a ter. O fato de o escritor ter debatido questões centrais ao ensaio após a leitura de Tales reforça sua intenção de aprimoramento do texto, principalmente com a leitura especializada de seu amigo-intelectual, assim como torna a troca de correspondência uma forma de acionar os integrantes da rede de intelectuais para contribuir com os debates presentes no manuscrito.

Diferente das cartas trocadas entre Mário e Bandeira, como demonstra Moraes (2013), não observamos grandes discordâncias na escrita epistolográfica entre Eurico e seus correspondentes. Parece-nos que havia mais concordâncias e trocas de leituras que críticas ao texto. Mesmo a carta de Tales de Azevedo tem uma devolutiva mais elogiosa, apesar de afirmar não acreditar que o ensaio seja um livro sociológico, opinião também endossada, posteriormente, pelo próprio Boaventura. Talvez as concordâncias se realizem pelo

compartilhamento de um mesmo posicionamento político entre os estudiosos da rede ou ainda por uma postura mediadora a fim de evitar conflitos com os remetentes.

A discussão de temas presente em *Fidalgos e vaqueiros* também aparece na carta a Câmara Cascudo (1898-1986), em 1958. Boaventura envia ao estudioso um resumo com os títulos e os temas discutidos em cada capítulo, mantidos no trabalho final. Na correspondência, ele afirma: “Desde 1951 que estou trabalhando no ensaio. Junto, mando-lhe a nota dos capítulos para que você o vá conhecendo de longe. Tive pensando em mandar-lhe um capítulo como amostra” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoínhas, 31 de agosto de 1958). A preocupação em apresentar ao intelectual potiguar os resultados de sua investigação está relacionada à intenção de debater as teses defendidas no ensaio. No começo da missiva ele pontua a leitura dos textos de Cascudo, além de mencionar que os cita no manuscrito. Provavelmente, assim como aconteceu com Tales de Azevedo, Eurico Alves queria ter o *feedback* de outro especialista no debate sobre cultura e sociedade sertaneja. O fato de não possuir a resposta do destinatário, caso tenha havido alguma, impossibilita o aprofundamento da troca intelectual entre eles, como foi possível fazer com os correspondentes que enviaram cartas e que se encontram no acervo EAB-MEB, a exemplo de Tales, Risério e Licurgo.

A carta enviada para Câmara Cascudo, em 1958, é uma das primeiras vezes que Boaventura menciona o título “Fidalgos e vaqueiros” como a escolha final para nomear o trabalho, que versa sobre “a civilização do gado” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoínhas, 31 de agosto de 1958). O título também aparece em carta a Vivaldo Lima, quase três meses depois da correspondência enviada a Cascudo: “A semana última, estive aí em Salvador. [...]. Levei até o Fidalgos e Vaqueiros, para você tomar ligeiro conhecimento do seu conteúdo” (EAB-MEB, Carta a Vivaldo Costa Lima, Alagoínhas, 19 de novembro de 1958). Na missiva, Eurico afirma ter levado o manuscrito para que o amigo o pudesse ler, mas infelizmente não houve o encontro entre eles, devido à mudança na agenda do ensaísta, que promete levar os papéis mais uma vez, quando combinariam o lugar exato para o encontro. A utilização da expressão “ligeiro conhecimento” possivelmente deve-se ao fato de que Vivaldo não iria ficar com o texto para lê-lo por completo, já que na época os originais já contavam com mais de seiscentas páginas datilografadas. Se fosse o caso de o correspondente ler todo o manuscrito, Eurico Alves provavelmente o enviaria por algum portador, como fez com outras missivas.

Ainda em 1958, Boaventura envia uma carta para Silvestre, com o objetivo de solicitar informações sobre a família Carneiro. Na missiva, o remetente afirma que tem um trabalho “para o qual necessito de conhecer o passado de muitas famílias sertanejas, famílias

que tiveram grande influência na formação do mundo sertanejo e que hoje, vivem ingratamente esquecidas” (EAB-MEB, Carta a Silvestre, Alagoinhas, 27 de abril de 1958). Os Carneiros seriam um dos objetos de interesse do ensaísta, devido à “densidade populacional que o clã [...] provocou no Estado” (EAB-MEB, Carta a Silvestre, Alagoinhas, 27 de abril de 1958). A investigação pela referida família não se deve apenas pelo grande número de integrantes, mas também pelo papel político e econômico que desempenhou no sertão, apesar de não ser mencionada essa informação na carta, provavelmente, por não ser novidade para o destinatário utilizado como consultor. A frase “necessito de conhecer o passado” demonstra o papel que Eurico Alves atribui a si mesmo, imbuído de uma função de arquivar o passado do sertão e de seus integrantes. Isso fica mais evidente no trecho seguinte da correspondência, quando Boaventura faz a seguinte provocação: “Pois, bem, ninguém fala desta gente. Só existem para sociólogos e historiadores a gente do canavial e a gente do café e a das minas. Incrível!” (EAB-MEB, Carta a Silvestre, Alagoinhas, 27 de abril de 1958). Esse último trecho está diretamente relacionado à inquietação apresentada em *Fidalgos e vaqueiros*, de que intencionalmente não se investiga sobre o sertão. A preocupação com a ausência de trabalhos sócio-históricos sobre a civilização do pastoreio reforça o temor do escritor de que sua obra perdesse o caráter sociológico e fosse lida apenas como um livro de memórias, quando na verdade ele almejava suprir uma lacuna de pesquisas que abordassem historicamente a elite das fazendas de criação de gado.

Esse interesse em escrever sobre o sertão faz Boaventura afirmar em carta a Fires Wyme a possibilidade de lançar uma revista abordando a cultura sertaneja: “Estamos um amigo e eu pensando na possibilidade de lançarmos uma revista – SERTÃO. Revista de cultura sertaneja. Diga-me se tem alguma coisa publicada com motivos do sertão” (EAB-MEB, Carta a Fires Wyme, Alagoinhas [aproximadamente 1960]). Apesar de a carta não ser datada, imaginamos que tenha sido escrita por volta de 1960, quando o escritor já morava na cidade de Alagoinhas. A preocupação em lançar o impresso relaciona-se à necessidade observada por Eurico Alves de divulgar trabalhos em torno do interior da Bahia, tendo em vista que produziu vários textos sobre a vida sertaneja, que, contudo, “estão prontos e dormindo na gaveta” (EAB-MEB, Carta a Fires Wyme, Alagoinhas [aproximadamente 1960]). Pelo período que a carta foi enviada, provavelmente o remetente refere-se aos manuscritos de *Fidalgos e vaqueiros* e aos ensaios arqueológicos, pois afirma: “Dediquei-me, quando perambulava pelo nordeste, a estudos de arqueologia indígena e consegui um pequeno museu, que está na casa-da-fazenda.

O Valadares cansou de pedir-me um trabalho para a revista do Museu da Bahia e até hoje não mandei coisa alguma” (EAB-MEB, Carta a Fires Wyme, Alagoinhas [aproximadamente 1960]).

O interesse pelo passado do Brasil levou o ensaísta aos estudos sobre arqueologia, principalmente sobre pinturas rupestres, como ele pontua na correspondência. Nesse trecho, é importante destacar o cuidado em arquivar os materiais que fazem parte da cultura sertaneja, a ponto de transformar a sede da Fazenda Fonte Nova em um “pequeno museu”. Outro elemento que merece a atenção é a utilização do termo “Nordeste” para se referir à região de Tucano, na qual atuou como juiz. O emprego da nomenclatura provavelmente deve-se ao fato de a região estar no alto sertão, o que, dessa forma, ficaria mais evidente com as imagens comumente atribuídas ao espaço nordestino, como a caatinga, a paisagem seca, entre outros elementos. A última questão desse trecho é a recusa de Boaventura em publicar seus textos na revista do Museu da Bahia, reforçando o fato de as publicações do escritor não acontecerem por escolha pessoal, e não por falta de contatos ou interessados em suas produções.

Sobre o convite de Eurico Alves a Fires Wyme para se tornar colaborador da revista que está idealizando, ele afirma: “Você não é tabaréu como eu. É homem do asfalto, mas pode sentir, por acaso, beleza no sertão” (EAB-MEB, Carta a Fires Wyme, Alagoinhas [aproximadamente 1960]). Assim, escrever sobre o espaço sertanejo não necessariamente exige ser natural da região, mas sim possuir a sensibilidade necessária para transmitir em palavras a beleza do sertão. O pedido de Boaventura não deve ter sido aleatório; muito provavelmente Wyme escreveu algo que despertou o interesse do juiz e o fez acreditar ser de relevância para o impresso que desejava publicar.

Aparentemente, a revista concretiza-se, pois, em 1961, Licurgo envia uma carta a Eurico afirmando ter lido o exemplar do periódico: “Reli sua carta, o vinte e o n. de ‘Sertão’, a interessante revista de Feira de Santana, que eu desejo receber. Está bem o seu artigo sobre o tempo e seu folclore” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 09 de dezembro de 1961). O médico campineiro não apenas leu a revista, como afirma desejar continuar recebendo seus novos números, além de parabenizar o artigo escrito pelo amigo. Era muito comum nessa rede de intelectuais eles lerem os trabalhos dos companheiros e comentarem nas correspondências suas impressões sobre os textos de cada um. Em 1964, Licurgo comenta que recebeu o segundo exemplar “de Sertão” e tece mais um comentário sobre o trabalho “Viagens”, que Boaventura teria publicado nessa edição: “Está muito boa e fidedigna e narração. Meus Parabéns!” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 13 de março de 1964). Se o comentário do amigo-correspondente se refere ao n. 2 da revista, provavelmente houve um

longo hiato entre o primeiro número (1961) e o segundo (1964), mas não aparece nenhuma explicação na correspondência sobre os motivos que levaram ao atraso na publicação do impresso ou ainda se houve uma terceira edição.

Em 1959, em carta enviada por Eurico Alves a Licurgo, ele questiona ao destinatário “que tem escrito e publicado?” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 07 de agosto de 1959), demonstrando ser corriqueiro a troca intelectual entre eles. Logo em seguida, o escritor baiano afirma que, “A bem do público, não tenho publicado coisa alguma” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 07 de agosto de 1959). Não é possível inferir dessa carta o motivo que deixa Boaventura tão receoso com seus textos; apenas sabemos que se aproxima seu aniversário de 50 anos, como ele mesmo ressalta na escrita epistolar. Provavelmente, a constante pressão que ele coloca sobre si mesmo, quando se trata dos seus textos, o tenha deixado desapontado, tendo em vista que já gastara mais de dez anos escrevendo ensaios sociológicos e não havia publicado nenhum deles ainda. Nessa mesma missiva, o ensaísta afirma ter ganhado de presente uma crônica sobre ele, escrita por um colega, que encaminhou para Licurgo “examinar o perfil que o amigo traçou deste tabaréu vaqueiro” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 07 de agosto de 1959). A utilização dos adjetivos “tabaréu” e “vaqueiro” é recorrente tanto nas cartas como em *Fidalgos e vaqueiros* para se referir ao próprio Boaventura. A utilização desses termos provavelmente buscava reforçar uma identidade sobre si, mesmo que conflituosa com o fato de ser juiz de direito. Apesar de compreendermos as identidades como plurais e muitas vezes contraditórias entre si na elaboração de uma subjetividade (Hall, 2015), é necessário observar atentamente a escolha do escritor em se definir como um tabaréu em um momento em que se queixa com o amigo por não querer publicar seus textos. O fato de recusar a edição dos ensaios se deve a uma leitura de si pouco intelectual? É um jogo discursivo buscando relacionar essa identidade à atuação política de sua escrita? Não é possível chegarmos a uma conclusão, mas ambos os questionamos apontam na direção de que Boaventura buscava relacionar sua imagem à roça ou ao sertão, provavelmente por reivindicar o lugar de indivíduo autorizado a falar sobre o espaço ao qual pertence.

Juraci Dórea (2012) observa que, no período de 1937-1939, Eurico Alves escreve três cartas nas quais substitui o nome da cidade de Tucano pela palavra “Nordeste”. Para o pesquisador, a escolha do missivista em realizar essa inversão seria para marcar simbolicamente de onde escrevia a carta: “Trata-se no caso, de um ‘nordeste/sertão’, espaço construído no imaginário do escritor, em oposição ao litoral, à cidade e à civilização” (Dórea, 2012, p. 137). Dessa forma, seria um ato político demarcar de onde falava, em especial pelos sentidos que ser

“nordestino” desempenharia nos escritos de Boaventura. Em um caso similar, Silvana Dias (2014) observa que Freyre se descreve como “provinciano” em vários de seus trabalhos. Para ela, a utilização da adjetivação constituía-se como uma “máscara epistolar dinâmica e relacional”, com o objetivo de ligar o escritor a uma região e uma determinada história, tornando possível outra narrativa de si para além do “cosmopolita dominante” (Dias, 2014, p. 132). Assim, a figuração de uma identidade, seja “provinciano” seja “matuto”, é uma forma dos literatos estabelecerem relações entre suas vidas particulares e a forma literária que pretendem defender.

No decorrer da década de 1960, Boaventura continua a escrever a outros intelectuais sobre o seu manuscrito e a pedir sugestões para o aprimoramento do texto. Em 1963, ele envia uma correspondência para Marieta Alves, a única mulher a quem escreve entre as cartas reunidas na pasta do Acervo EAB-MEB que analisamos. O objetivo da missiva era falar sobre seu ensaio, que afirma ter ficado volumoso, “a Civilização do Pastoreio (Fidalgos e Vaqueiros)” (EAB-MEB, Carta a Marieta Alves, Alagoínhas, 12 de maio de 1963). Essa é a única correspondência na qual o ensaísta menciona os dois títulos possíveis para o manuscrito, mas possivelmente a utilização do termo “Civilização do Pastoreio” fosse para informar a escritora sobre o tema abordado pelo texto. A correspondência enviada não possui um objetivo específico. O escritor afirma que leu e citou algumas crônicas de Marieta em seus escritos, assim como demonstra interesse pelos trabalhos dela. Mas conclui a carta afirmando que enviou em anexo a cópia da palestra apresentada no Rotary Clube sobre os antigos casarões da região de Feira de Santana, e encaminha seu endereço. Provavelmente, a intenção de Eurico Alves era estabelecer contato com “uma estudiosa do nosso passado” (EAB-MEB, Carta a Marieta Alves, Alagoínhas, 12 de maio de 1963), com o objetivo de cooptá-la para ler seu manuscrito. Com a frase “Releve a baboseira escrita” (EAB-MEB, Carta a Marieta Alves, Alagoínhas, 12 de maio de 1963), o ensaísta ensaia mais uma vez uma falsa modéstia, na expectativa de ser elogiado na resposta de sua correspondente.

Outra correspondência que merece atenção é a enviada para Manoel Diégues (1912-1991), em 1965. Nela, Eurico Alves demonstra uma longa amizade com Dival Pitombo (1915-1989), companheiro desde a mocidade, o que explica a pressão do amigo para o envio do manuscrito a Diégues, apesar de aparentemente tê-lo feito sem a aprovação inicial de Boaventura:

Dival [...] venceu a minha ideia de manter escondido o trabalho e lhe levou. Eu lhe disse que você seria um estudioso que eu poderia mostrar o tal de Fidalgos e Vaqueiros, porque tinha gostado dos seus ensaios no nosso plano. E lá se foi Dival

com o rascunho até sem eu lhe colocar o nome do rascunhador. Já leu a baboseira toda? Já deve de estar a lhe importunar a vista a presença de cartapácio (EAB-MEB, Carta a Diégues, Feira de Sant'Anna, 5 de setembro de 1965).

A afirmação de que Dival enviou o manuscrito escondido para Diégues pode ser um indício da desistência da publicação do manuscrito por parte do ensaísta. Essa decisão relaciona-se com a escolha de não compartilhar seu ensaio com os amigos. Apesar de não ter sido o remetente dos originais, Eurico Alves mostra-se interessado pela leitura do interlocutor, afinal, ele já estava com os originais em mãos e se tratava de um renomado sociólogo. Eurico Alves utiliza o título “Fidalgos e Vaqueiros” para se referir ao texto, demonstrando que de fato preferiu essa nomeação, em detrimento de “Civilização do Pastoreio”. Outro ponto que merece a atenção é a solicitação gentil para o reenvio da obra. “Já leu a baboseira toda?” questiona ao estudioso se já poderia devolver os papéis, ao mesmo tempo que espera uma resposta de um especialista sobre o tema. Dessa forma, Dival estabelece a ponte entre Eurico e Diégues, a quem o escritor “poderia mostrar” seu texto, embora não tenha tido a ação de lhe enviar o manuscrito.

Diferente da correspondência anterior, na qual Boaventura busca reduzir a importância dos escritos utilizando expressões visando diminuir a obra, a exemplo de “livreco”, na carta a Diégues foram empregados adjetivos que brincavam com o tamanho da obra, como “cartapácio” e, posteriormente, “trambolho” (EAB-MEB, Carta a Diégues, Feira de Sant'Anna, 5 de setembro de 1965). A escolha dessas palavras talvez refletisse o caráter “ultrapassado” que já poderia ter os escritos, sem qualquer expectativa de publicação do material. Além de enviar seu endereço na cidade de Feira de Santana, o ensaísta também afirma que o destinatário poderia lhe escrever onde encontraria o manuscrito, que iria encontrar um portador para trazê-lo, já que seria um grande custo a Diégues enviar os papéis pelos Correios.

Após solicitar a devolução do texto, o escritor feirense busca explicar o que o motivou a escrever o ensaio: “Eu não quis dar ao trabalho tons de trabalho de sociologia. Apenas pretendi dar um testemunho do meu sertão e da minha gente sertaneja, que pudesse servir aos estudiosos do nosso passado e para a interpretação da sociologia pastoril” (EAB-MEB, Carta a Diégues, Feira de Sant'Anna, 5 de setembro de 1965). Diferente da preocupação apresentada alguns anos antes a Risério, a saber, se havia sido muito parcial nos seus escritos, Boaventura afirma que não teve a preocupação de atribuir elementos sociológicos ao trabalho, sendo “apenas” seu testemunho. Mas o fato de partir de seu ponto de vista não impossibilita que o texto sirva para os estudiosos interpretarem o passado pastoril. A escolha do ensaísta aparentemente é uma forma de se isentar de possíveis críticas de que o trabalho não se enquadra em um ensaio sociológico. Dessa forma, afirma a Diégues que se trata de um livro de

testemunho, mas que permite investigar o passado diante do cuidadoso arquivamento dos costumes e da cultura sertaneja.

Na correspondência, além de explicar os direcionamentos que teve ao escrever *Fidalgos e vaqueiros*, ainda lança diversos questionamentos a Manoel Diégues, que coaduna com questões que já haviam sido feitas a outros intelectuais e em outros momentos:

Ficaria satisfeito se você me escrevesse tocando nos pontos de que gostou e nos que lhe magoou a sua cultura no assunto. Discordou de tudo? Vai de encontro a todas as afirmativas contidas no volume? O Tales de Azevedo acha que deve ir até o fim. Comecei o trabalho apenas com a intenção de coletar algumas páginas para os quatro filhos lerem e conhecerem a sua gente. Passei da conta. Que deve fazer agora com essa baboseira? Quero uma resposta particular. Vale? (EAB-MEB, Carta a Diégues, Feira de Sant'Anna, 5 de setembro de 1965).

Por ser um leitor especialista, Eurico Alves preocupa-se se o interlocutor ficou satisfeito com as teses desenvolvidas no volume, se discorda delas ou ainda se merece a publicação. Ao afirmar que começou a escrever com a intenção de contar aos filhos a história de “sua gente”, o ensaísta reforça o que já havia dito sobre o livro ser um trabalho de memórias. Mas, ao complementar que “passei da conta”, o escritor reflete que a intenção inicial foi modificada, indo além de um testemunho pessoal, tornando-se um grande arquivo sobre a civilização do pastoreio. A grande inquietação sobre o que deveria fazer “com essa baboseira” parece ser uma questão que de fato preocupa o escritor, que solicita “uma resposta particular” sobre as impressões de leitura de Diégues.

A correspondência acima demonstra que com o passar dos anos Boaventura foi ficando ainda mais receoso sobre a publicação do manuscrito. Não sabemos ao certo se isso se deve a uma incompletude do trabalho diante dos olhos de seu autor ou à crença na decrepitude que suas teses passaram a ter com o tempo. De uma forma ou de outra, o ensaio permaneceu inédito no arquivo pessoal do escritor até 1989, quando finalmente é publicado pelo Centro Didático e Editorial da UFBA, sendo editado por Maria Eugenia Boaventura, sua filha. Como demonstra Santana (2022), a escolha da editora para a publicação do material se deu por acreditar na relevância dos escritos para compreender a História da Bahia, apesar da extensão do manuscrito.

### 3.2.1. “E, depois da última folha, mando-lhe um abraço cordial”: Saudações e cumprimentos

Devido ao próprio formato da correspondência, cada remetente possuía um modo próprio de escrever o cabeçalho e as considerações finais da escrita epistolar. Em geral, a carta inicia-se com o nome do destinatário na primeira linha, sendo seguido por uma vírgula ou, no caso de Eurico Alves, pelo símbolo de dois-pontos (:). Diante da grande quantidade de missivas analisadas, foi possível observarmos diferentes formas dos intelectuais se comunicarem, que variavam a depender do nível de proximidade com o destinatário. Isso é perceptível desde a utilização de apelidos, até a forma como assinava o texto. As saudações e cumprimentos fornecem elementos possibilitando acompanhar o desenvolvimento de amizades ou, ao menos, o aprofundamento das relações intelectuais.

Em 1952, em carta a Demóstenes, Boaventura conclui a carta afirmando que esperava a resposta do amigo e desejando “Visitas a D. Senhora e abraços para o Hércio. Receba você um abraço do [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Demóstenes, Poções, 31 de julho de 1952). Em 1957, dessa vez ao se corresponder com Risério, o remetente conclui a carta da seguinte maneira: “Visitas nossas a sua senhora e um abraço no Risério Filho [...]. Recomendações ao Costa Pereira e ao Álvaro. Com um forte abraço do [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Risério, Canavieiras, 16 de dezembro de 1957). A palavra “visitas” é muito frequente na correspondência de Eurico Alves, um tipo de saudação com a qual concluía sua escrita epistolar, uma forma de desejar lembranças às pessoas do círculo pessoal do destinatário. Por serem indivíduos mais próximos, o ensaísta deseja “um abraço”, tanto a Demóstenes, como a Risério, com o adicional de “forte” para este último. Também era comum utilizar a expressão “Abraça-o cordialmente o [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoinhas, 03 de abril de 1960), apesar de não ser usual para cartas mais sérias ou destinadas a indivíduos com menos proximidade. O nível da relação entre os correspondentes é observável na forma como o ensaísta assina a carta, seja como “Eurico”, para os mais próximos, ou “Eurico Alves Boaventura”, em correspondências mais formais.

Outra característica corriqueira era desejar felicitações para outras pessoas, como mães, esposas e filhos. Nesses casos, era comum assinar o nome da sua esposa ou mencioná-la indiretamente. No ano de 1953, em carta enviada a Ricardo, Boaventura apresenta seus cumprimentos: “Visitas à sua senhora que Luízinha manda e minhas respeitadas recomendações. Abraça-o o colega de sempre” (EAB-MEB, Carta a Ricardo, Poções, 2 de julho

de 1953). Em 1958, em correspondência escrita para Risério durante suas férias, o ensaísta afirma: “Luizinha manda visitas para tua senhora. Aqui, os dias meus, o [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Risério, Faz. Fonte Nova, 20 de janeiro de 1958). Oito meses depois, dessa vez de volta a Alagoínhas, reforça o pedido de sua esposa: “Até breve. Visitas de Luizinha para a sua senhora. Ao seu dispor o amigo [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoínhas, 28 de setembro de 1958). Os momentos nos quais o ensaísta menciona a sua companheira, Luiza Gama, quase sempre são para enviar saudações a uma outra “senhora”, como nos exemplos acima. Carinhosamente chamada de “Luizinha” na escrita epistolar, ela é mencionada em trocas de missivas com intelectuais que provavelmente são amigos da família e, por esse motivo teriam uma maior intimidade com os Alves Boaventura. Não era comum ao escritor enviar felicitações para a esposa de um amigo em seu nome, muito provavelmente por não ser de bom tom tal intimidade entre um homem e uma mulher casados, mesmo que seja a companheira de um colega. Dessa forma, quando não mencionava as “visitas de Luizinha”, Boaventura empregava um termo mais genérico, servindo para a família do destinatário, sem distinções. Como exemplo, podemos citar a carta dirigida a Risério em 1959, “Todos os seus bons? [...] Visitas aos seus. Abraço-o o [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoínhas, 31 de julho de 1959), e a de 1960, “Todos bens?” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoínhas, 03 de abril de 1960). Assim, o correspondente demonstra sua atenção com familiares do amigo, mas não o desrespeita.

A correspondência enviada por Risério a Eurico demonstra que a consideração entre eles era recíproca. As cartas do amigo começavam sempre com palavras em latim: “Meu caro dr. Eurico: - Pax!” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 28 de novembro de 1956); “Meu caro Eurico: - Pax Christi!” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 05 de dezembro de 1957); e “Meu caro Eurico: - Laudetur Jesus Christus!” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 18 de dezembro de 1957). Nos três exemplos, podemos observar a repetição de “Meu caro Eurico” ao se referir ao seu correspondente, demonstrando a proximidade que Risério possuía com o ensaísta feirense.

Entre 1956 e 1959, constatamos que o grau de intimidade entre os amigos foi crescendo, a partir das palavras utilizadas no decorrer da escrita epistolar, em especial nas considerações finais. Na correspondência do Acervo EAB/MEB, Mário Risério escreve em 1956: “Aguardo suas notícias. / Muito cordialmente, / Risério Leite” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 28 de novembro de 1956). No ano seguinte, já é possível percebermos uma mudança em como se refere a Boaventura: “Aguardando suas notícias, afinca

o colega e amigo / Risério (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 05 de dezembro de 1957). Em algumas cartas, Risério utiliza o apelido “ex toto corde” na assinatura, como acontece em 1957, “Do colega e amigo, ex toto corde, / Risério” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 18 de dezembro de 1957), e em 1959, “Com um forte abraço do amigo ex toto corde, / RISÉRIO” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 23 de setembro de 1959). A utilização da palavra “amigo” e os apelidos trocados entre eles demonstra o desenvolvimento gradual da amizade na correspondência. A relação dos intelectuais poderia ser mais antiga que as cartas analisadas na tese, mas nosso objetivo foi observar a progressão na forma como ambos se expressavam nelas. Em sua dissertação, Kátia Chiaradia (2008) já havia feito uma observação similar ao comparar o conteúdo das cartas trocadas entre Monteiro Lobato e Charles Frankie. Segundo ela, pode-se averiguar o aumento no nível de proximidade entre os interlocutores com o passar do tempo.

Na carta de 1959, no último parágrafo, o antropólogo baiano deseja considerações aos Alves Boaventura: “Nossas recomendações à sua Senhora e lembranças para os meninos” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 23 de setembro de 1959). Assim como Eurico Alves fazia, Risério menciona “nossas recomendações”, permitindo compreender que se refere às “recomendações” dele e de sua esposa para a família Alves Boaventura. A menção a Luiza na carta só foi possível pela presença-ausência de uma outra mulher, permitindo-nos observar que havia normas sociais que eram respeitadas na escrita epistolar, embora não fossem necessariamente verbalizadas.

A carta enviada por Tales de Azevedo, em 1961, já tem um tom mais sério, apesar da pretensa amizade existente entre ele e Boaventura. A correspondência tem como objetivo apresentar as impressões do intelectual sobre o livro *Fidalgos e vaqueiros*. Tales inicia o texto com “Boaventura” e mantém um debate mais acadêmico, como era esperado pelo seu destinatário. Por fim, assina a missiva da seguinte forma “Desculpe o ter amolado tanto tempo / Um abraço cordial do [assinatura]” (EAB-MEB, Carta de Tales a Eurico, Salvador, 17 de maio de 1961). Com a sugestão da publicação do manuscrito, o remetente conclui a escrita de uma forma que se aproxima de Eurico, ao lhe desejar um “abraço cordial”. No mês seguinte, na resposta da carta citada, o ensaísta mantém o debate acadêmico, mas com um formato mais pessoal, assim como assina o texto demonstrando-se grato pelo retorno da leitura: “Aqui, as suas ordens, o [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). Dessa forma, é possível perceber que Eurico Alves adapta seu discurso epistolar de

acordo com seu destinatário e com o objetivo final da missiva, seja para a troca de ideias, a discussão de textos ou para a solicitação de informações para seus ensaios.

Em carta a Cascudo<sup>84</sup>, o escritor baiano assina a correspondência de forma similar à troca epistolar com Tales: “Disponha sempre do [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 31 de agosto de 1958). Essa última frase provavelmente busca manter uma rede de contato com o estudioso potiguar, pelos debates teóricos apresentados na missiva, assim como pela exposição de temas-chave do seu ensaio. A disponibilidade do remetente estende-se com o presente que envia junto com a segunda carta: “Mas, ante o seu cuidado de documentar ou melhor de guardar coisas referentes ao sertão, é que lhe mando esta rede baiana [...]. É apenas uma homenagem a sua grandíssima erudição” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 07 de maio de 1961). Além de elogiar os trabalhos de Cascudo e lhe fazer algumas considerações sobre os textos, Boaventura envia um exemplar da rede produzida na Bahia que, segundo ele, se diferencia daquelas estudadas pelo intelectual no seu livro *Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica*. O presente é uma forma de materializar o contraponto feito pelo ensaísta, já que se trata de um modelo diferente dos analisados pelo correspondente. Para não parecer indelicado, Boaventura conclui a segunda correspondência da seguinte forma: “Pedindo-lhe desculpas pela carta intrometida, cordialmente, o [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 07 de maio de 1961). O fato de pedir desculpas por algo corriqueiro na troca epistolar entre dois intelectuais demonstra que o ensaísta não possuía proximidade com Câmara Cascudo ou não tinha o hábito de escrever-lhe. A utilização de “cordialmente”, em vez de uma forma mais direta de demonstração de intimidade, reforça a hipótese de uma relação estritamente profissional.

Outro modelo de se relacionar com o correspondente é apresentado nas cartas enviadas a Licurgo por Boaventura. Apesar de usar considerações mais curtas nas primeiras cartas, a exemplo da assinada em 1957, que dizia “Recado do [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Canavieiras, 12 de julho de 1957), a partir de 1959 é possível observar uma maior proximidade do ensaísta com o campineiro e sua família: “Disponha. Visitas à Exma. Família. Cordialmente, o [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Fazenda Fonte Nova, 20 de janeiro de 1959). As “recomendações” aos familiares do destinatário são recorrentes, uma prova disso é que elas aparecem em seis missivas diferentes entre 1959 e 1963<sup>85</sup>. Cabe destacar a carta

<sup>84</sup> Câmara Cascudo é o único interlocutor que aparece no grupo dos autores mais citados e que também se correspondente com Boaventura através de cartas, pelo menos dentro desse conjunto da correspondência analisada.

<sup>85</sup> “Recomende-me à Exma. Família. Sempre ao seu dispor, o [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 07 de agosto de 1959); “Visitas aos seus com respeitosa recomendações. Recado do [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 20 de novembro de 1960); “Recomende-me à Exma. Família e abraça-

enviada em 1960, trazendo a seguinte consideração: “Visitas aos seus com respeitadas recomendações. Recado do [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoínhas, 20 de novembro de 1960). A utilização da frase “respeitadas considerações” reforça o que já dissemos anteriormente sobre os códigos sociais partilhados entre os intelectuais sobre como se portar diante da escrita epistolar. As lembranças enviadas à esposa e aos filhos do campineiro eram acompanhadas por uma última frase na correspondência, por exemplo: “Sempre ao seu dispor, o [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoínhas, 07 de agosto de 1959); “abraça-o o de sempre amigo [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoínhas, 26 de março de 1961); “Abraço forte do [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoínhas, 24 de setembro de 1961); e “Aqui, cordialmente o [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoínhas, 05 de junho de 1963). É necessário destacar a utilização da palavra “amigo” para se referir ao interlocutor, que recebia de forma constante demonstrações de afeto, como podemos perceber pelo emprego do verbo “abraçar”, algo visto apenas nas cartas de cunho pessoal de Boaventura.

As cartas enviadas por Licurgo a Eurico possuíam o mesmo emprego das palavras. A escrita epistolar iniciava com o “Prezado amigo Eurico Alves Boaventura” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 06 de agosto de 1957) ou apenas “Prezado amigo Eurico” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 12 de dezembro de 1959). A utilização da expressão “prezado amigo” apresenta logo no começo da correspondência o grau de proximidade com o destinatário, rompendo com uma produção escrita apenas acadêmica e impessoal, mas mostrando haver uma relação de companheirismo nessa rede intelectual. Assim como fazia Boaventura, o médico campineiro desejava recomendações a toda a família, além de utilizar da mesma estratégia retórica de se pronunciar em nome de todos os familiares: “Espero que sua senhora e os filhos estejam bem. Recomenda-me [...]. Recomendações dos meus e um grande abraço do [assinatura]” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 07 de maio de 1959) e “Espero que você e sua família continuem bem. Os meus se recomendam. E um forte abraço do [assinatura]” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 17 de junho de 1961). Nesses dois trechos, podemos observar que o remetente utiliza o pronome possessivo “meus” para se referir à esposa e aos filhos. Como de praxe, ao mencionar os familiares dos Alves Boaventura, Licurgo retoma sua própria família, para manter a formalidade que a escrita epistolar exigia. Além dos convites para os jantares mencionados anteriormente, a

---

o o de sempre amigo [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoínhas, 26 de março de 1961); “Peço-lhe que recomenda-me e os meus à sua família. Abraço forte do [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoínhas, 24 de setembro de 1961); e “Apresente a sua família a expressão da nossa consideração” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoínhas, 1963).

correspondência do paulista sempre terminava com “um abraço” e suas variações “grande” e “forte”. A única exceção é a carta de janeiro de 1961, concluída da seguinte forma: “Minha felicidade, e os meus fortes cumprimentos à família, do amigo [assinatura]” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 02 de janeiro de 1961). A utilização dos adjetivos “forte” e “grande” muito provavelmente adicionava uma maior intensidade ao que se desejava ao destinatário, sendo por esse motivo utilizado apenas entre amigos, o que fica evidente entre Eurico e Licurgo diante da longa e profícua troca epistolar.

A recomendação de abraços também aparece nas cartas enviadas por Eurico Alves a Sinval Boaventura (1924-2014) e Dival Pitombo. Ao primeiro, naquela que provavelmente é a primeira carta enviada, o ensaísta entra em contato por intermédio de Wilson Lins, que havia comentado sobre seu amigo mineiro que possuía o mesmo sobrenome do juiz feirense. Devido a esse fato, conclui a correspondência com a frase: “Pelo Wilson mando-lhe um forte abraço. Aqui sempre às suas ordens [assinatura completa]” (EAB-MEB, Carta a Sinval Boaventura, Feira de Sant’Anna, julho de 1967). Diferente de sua própria escrita epistolar, Eurico Alves deseja um abraço intermediado pelo próprio Wilson, em uma forma de não parecer efusivo nos primeiros contatos, seguido da assinatura completa do remetente, utilizada em casos mais formais. Por outro lado, a carta a Dival demonstra uma longa amizade, pela utilização da seguinte conclusão: “Por hoje, só. Abraços nossos nos seus. Recado do [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Dival Pitombo, Alagoinhas, 17 de junho de 1959). O abraço não foi destinado ao interlocutor, mas à sua família, permitindo afirmar que havia uma proximidade entre as famílias dos intelectuais, para além da amizade duradoura entre os dois.

A única carta enviada para uma mulher, presente nessa pasta do acervo EAB-MEB, foi endereçada a Marieta Alves, como dissemos anteriormente. Nela, as considerações finais possuem um tom bem formal: “Respeitosamente, aqui fica as suas ordens o [assinatura completa]” (EAB-MEB, Carta a Marieta Alves, Alagoinhas, 12 de maio de 1963). A utilização da palavra “respeitosamente” pode ter se dado pela falta de intimidade entre Eurico e sua correspondente ou ainda por se tratar de uma figura feminina. No decorrer do texto, o ensaísta manteve-se profissional, assim como o fez na carta destinada a Cascudo, possibilitando a análise de que almejava estabelecer um contato acadêmico, por se interessar pela produção acadêmica de Marieta.

Outro correspondente que merece ser observado atentamente é Naylor Villas-Boas. As longas cartas trocadas entre os amigos tinham como principal foco os debates sobre livros e a solicitação da aquisição deles por parte de Eurico, que aguardava ansiosamente a chegada dos

impressos. A cordialidade apresentada pelo ensaísta também estava presente na correspondência enviada por Naylor, que demonstrou atenção aos pedidos do amigo: “Prezado Dr. Eurico Boaventura, / Com uma saudação atenciosa e cordial, acuso e agradeço a distinção de sua carta com a encomenda de livros [...]. Seu admor. sincero e mto obro.” (EAB-MEB, Carta a Boaventura de Naylor Villas-Boas, Rio de Janeiro, 21 abril de 1961). A admiração que demonstra ter pelo juiz também se estende à sua família, como demonstra a segunda carta de 1961: “Prezado e Digníssimo Dr. Eurico Boaventura: / Desejo-lhe todo bem-estar e à Exm<sup>a</sup>. Família, a quem apresento meus respeitos” (EAB-MEB, Carta a Eurico de Naylor Villa-Boas, Rio de Janeiro, 16 junho de 1961). Os cumprimentos aos familiares dos escritos também aparecem nas outras duas cartas enviadas em 1961. É curioso o emprego das palavras “respeito” e “atenção” para se referir ao núcleo familiar de Eurico Alves, em uma tentativa de manter a mesma conduta social presente nas correspondências analisadas anteriormente.

Dessa forma, foi possível perceber através dos cumprimentos e saudações presentes na escrita epistolar normas sociais que eram partilhadas entre os intelectuais. Assim, a forma como se portava ao destinatário nos possibilita compreender não apenas o objetivo das missivas, mas também o grau de proximidade que os interlocutores possuíam. Apesar de as cartas terem um modelo de escrita muito similar entre si, a forma como esses pequenos elementos aparecem nas missivas constitui indícios que possibilitam estudar a rede intelectual da qual Eurico Alves fez parte.

### **3.2.2. “Aí você alcança o começo do Paraíso”: Retratos de Feira de Santana na escrita epistolar de Eurico Alves**

Além das trocas intelectuais, era bastante frequente as menções a Feira de Santana na correspondência de Boaventura, assim como constantes convites para que seus amigos visitassem sua fazenda nas férias. A cidade natal era sempre vista de forma positiva nas cartas, como lugar de sossego e de constante produção intelectual. Cabe lembrar que desde muito jovem Eurico Alves se mudou para Salvador e apenas após a aposentadoria voltou de fato a morar na “Cidade Princesa”. Antes disso, permaneceu apenas pequenos períodos de tempo na urbe, apesar de a casa materna ser utilizada como um dos seus endereços para o recebimento da correspondência, pelo fato de se mudar com frequência devido à sua atuação como juiz no interior do estado.

Em carta a Demóstenes, em 1952, o ensaísta menciona seu distanciamento de Salvador: “quando me arribo daqui para as férias, estou tão sequioso do silêncio, do descanso, que fico sem ânimo nem para ir à velha Capital [...]. Deixei-me ficar no lirismo da fazenda, lendo, estudando, recordando a velha civilização brasileira” (EAB-MEB, Carta a Demóstenes, Poções, 31 de julho de 1952). A predileção por passar os momentos livres no solar do pastoreio, coincide com o período de escrita de *Fidalgos e vaqueiros*, que teria iniciado em 1951. Permanecer na fazenda “lendo” e “estudando” torna-se mais prazeroso ao escritor que “ir à velha Capital”, já que guardava tantas memórias da juventude do escritor. A referência à “velha civilização brasileira” provavelmente se deve ao título que o manuscrito possuía no período, de “civilização do pastoreio”. É importante destacar esse lugar idílico possibilitando a escrita, distante das demandas que o fórum lhe exigia.

Uma década depois dessa primeira descrição da cidade, Boaventura afirma a Licurgo, através de cartas: “É sempre um milagre de DEUS uma ida a Feira de Sant’Anna, cidade que mais se parece um pórtico do céu” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, agosto de 1963). Assim, não é apenas um lugar silencioso, que propicia o estudo do passado, mas é uma urbe assemelhando-se à entrada celestial, que em uma leitura cristã se refere a um lugar onde apenas coisas boas acontecem, mas à qual apenas os escolhidos teriam acesso. Na mesma carta, ao traçar o trajeto desde o sul da Bahia até a “Princesa do Sertão”, o escritor volta a afirmar: “Aí você alcança o começo do Paraíso. Não é bairrismo. Mas não é à toa que os Boaventura (Alves de São Boaventura) estão radicados aí desde fins do seiscentos mais ou menos” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, agosto de 1963). A descrição da localidade como a entrada para um local idílico é reforçada pela frase seguinte, “não é bairrismo”, com a possível intenção de reforçar que não se trata de uma interpretação parcial, mas de que a cidade é tão acolhedora que os Alves de São Boaventura escolheram morar lá desde fins do século XVII. É possível perceber que o ensaísta possui uma relação de afeto com o espaço referido, cartografia que atravessa a subjetividade do escritor e traça novos horizontes.

Na correspondência a Licurgo, no ano de 1963, Boaventura fala sobre as atividades que desenvolve em suas férias: “De lá subi até a fazenda e voltei todo arranhado de calumbi e outros espinhos. Coisa boa. Parece até carícia de mulher dengosa” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, agosto de 1963). O trecho demonstra que o remetente não fugia do trabalho quando estava nas suas terras, estando em diálogo com a proposta apresentada em *Fidalgos e vaqueiros* do aristocrata que também exercia o ofício vaqueiro. Outra concepção que antecipa de sua obra é a interpretação das feridas dos espinhos como “carícia de mulher dengosa”, que no ensaio se

assemelha a uma cena de estupro, quando o vaqueiro penetra a paisagem até que lhe permita adentrar o espaço (Santana, 2022).

A correspondência também era uma forma de descrever aos amigos as festividades e tradições feirenses. Em carta a Licurgo, em 1963, Eurico Alves apresenta o cronograma das principais celebrações na Bahia. Ele complementa: “Não sou agente de turismo. Mas acho que um dos pecados do brasileiro é não conhecer Feira de Sant’Anna. E é mesmo. Se não a conhece, penitencie-se. [...] De dezembro até março, estou sempre na Feira de Sant’Anna. Na cidade ou na fazenda” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoínhas, agosto de 1963). A escolha pela frase “não sou agente de turismo” é uma forma jocosa de dizer que não está tendo retorno financeiro por elogiar sua cidade ou apresentar o calendário das festas populares. Mais uma vez, o ensaísta utiliza uma referência sacra, ao afirmar ser um pecado não conhecer a “Princesa do Sertão”, e reforça a brincadeira ao empregar a expressão “penitencie-se”, diante da falta de conhecimento da urbe, vista como algo grave.

A forma como se refere a Feira de Santana com os interlocutores que não a conheciam é diferente de como a tratava com um conterrâneo. Em carta a Dival, em 1959, ficam marcadas as lembranças da cidade que não existe mais, que permanece apenas na escrita poética do próprio Boaventura: “Por volta de 1930, cheguei a compor uma coletânea de poemas a Feira de Sant’Anna [...]. Muitos dos poemas da coletânea feirense não têm hoje significação para os que vieram depois do avanço das edificações” (EAB-MEB, Carta a Dival Pitombo, Alagoínhas, 17 de junho de 1959). Dessa forma, no curto prazo de mais de vinte anos, a cidade lembrada nas poesias modernistas, que tanto marcou a juventude de Boaventura, passa a não ter sentido para os jovens que não conheceram a velha Feira de Santana. “Valem estes poemas apenas como um negativo de uma fotografia antiga, de uma vida extinta. [...] Guarde estes versos. São confissões de uma época bem boa, quando a vida tinha sugestões de arraiada em janeiro” (EAB-MEB, Carta a Dival Pitombo, Alagoínhas, 17 de junho de 1959). A compreensão dos seus textos poéticos como o retrato de um passado distante torna os versos de Eurico Alves uma relíquia diante do apagamento dos casarões, do crescimento urbano sobre o campo, da derrubada de árvores centenárias e da cidade que perde sua identidade, aos olhos do ensaísta.

Diante dos constantes apagamentos do passado da cidade, Eurico Alves inicia a defesa de um projeto muito pessoal, que passa a apresentar diante da Câmara Legislativa de Feira de Santana e nas correspondências a outros intelectuais. Trata-se da criação do Museu do Vaqueiro:

Não me lembro de lhe falar no assunto, se te falei, repito-o. Dirigi à Câmara Municipal de Feira de Santana uma carta tipo explicação de motim, sugerindo-lhes a criação do Museu do Vaqueiro (de sertanejo, fidalgo e vaqueiro). Talvez publique em plaquete e você terá [caligrafia imprecisa – uma cópia?] (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 24 de setembro de 1961).

No trecho acima, Boaventura noticia a Licurgo sua empreitada de se dirigir diretamente aos vereadores. O museu idealizado não iria arquivar apenas a cultura vaqueira, mas também o sertanejo e o fidalgo. É necessário observarmos atentamente essa questão, pois provavelmente quando o escritor se refere ao vaqueiro ele defende uma proposta similar àquela apresentada no seu ensaio: um fidalgo que também exerce o ofício vaqueano. Apesar de mencionar uma possível publicação, não sabemos ao certo se o escritor conseguiu a impressão do texto. Após a morte do escritor, a carta destinada à Câmara Municipal foi publicada no livro *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana* (2006), organizado por Maria Eugenia Boaventura.

No mesmo ano, Eurico Alves também envia uma carta a Câmara Cascudo na qual menciona seu desejo de criar o museu:

Estou com vontade de ver se os vereadores da Feira de Sant'Anna, minha terra, criarem um Museu do Vaqueiro. Desejaria que me mandasse alguma observação a respeito. O museu abrange a vida do pastoreio, na fase do couro, e na fase da casa afidalgada, e casa-da-fazenda propriamente (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 07 de maio de 1961).

Na citação acima, o remetente demonstra sua vontade de o poder público municipal construir o Museu do Vaqueiro. Além disso, podemos perceber que há uma idealização de como ele deveria ser organizado, dividido em duas fases: “fase do couro” e “fase da casa afidalgada”. Não por acaso, no livro *Fidalgos e vaqueiros*, o escritor também divide a história da aristocracia sertaneja em dois momentos: a civilização do couro e a civilização do pastoreio. Dessa forma, é possível afirmar que a instituição que Boaventura tanto luta para ver funcionar é a materialização do seu ensaio, com a monumentalização da cultura do sertão, por meio do arquivamento dos bens materiais essenciais para compreender a sociedade do interior da Bahia. Assim, apesar de ser denominado “Museu do Vaqueiro”, muito provavelmente o ensaísta acredita ser um espaço onde se deve exaltar o passado da elite do pastoreio e não apenas do trabalhador que lidava com o gado.

Outro motivo fortalecendo o desejo de Boaventura de defender a criação do museu foi o processo de armazenar peças em sua casa que contam sobre o passado das fazendas do pastoreio. Isso fica evidente nas cartas que recebia de seus amigos, acompanhadas de objetos que seriam do interesse do juiz-escritor. O ensaísta sempre convidava seus correspondentes

mais próximos a visitarem o casarão da Fazenda Fonte Nova, assim como realizar a trilha dos grandes solares que se mantêm em pé na região de Feira de Santana. O convite foi feito ao menos a quatro amigos: Risério, Tales de Azevedo, Israel e Licurgo.

Como demonstra a troca de correspondência entre Eurico e Risério, o intelectual soteropolitano visitou a fazenda no ano de 1957 e, posteriormente, enviou um revólver de presente ao vaqueiro que trabalhava para o amigo: “Segue um revólver para o vaqueiro José Gonçalo. Está carregado” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 05 de dezembro de 1957). Na carta não explica o motivo do envio da arma, mas provavelmente deveria ser um desejo do vaqueiro da fazenda possuir o artefato, pois na carta de 16 de dezembro de 1957, Boaventura afirma que Gonçalo “Ficou satisfeitiíssimo com o seu presente” (EAB-MEB, Carta a Risério, Canavieiras, 16 de dezembro de 1957).

Na mesma correspondência em que envia o presente ao funcionário do amigo, Risério tece seus agradecimentos pela recepção na casa do colega: “Minha senhora, que envia recordações a D. Luizinha, ficou radiante com as plantas. / Para você e D. Luizinha, meus sinceros agradecimentos pela fidalguia com que me recebeu” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 05 de dezembro de 1957). No trecho, é possível observar que houve troca de presentes entre as esposas dos correspondentes, umas plantas que deixaram a “senhora” Risério Leite “radiante”. O texto epistolar continua com o pedido de mandar lembranças para os filhos dos Alves Boaventura e a manifestação de “simpatias” a Aretino e Joel, amigos em comum entre eles. Outra questão central na carta é a promessa de Risério de visitar em breve a fazenda, na companhia de Costa Pereira.

Na correspondência seguinte, Eurico Alves afirma: “Estou ciente da próxima visita ilustre a zona da Feira de Sant’Ana. A fazenda é pequena, sendo mais uma roça do que uma fazenda. Todavia, vale pelo museu que encerra o seu velho solar” (EAB-MEB, Carta a Risério, Canavieiras, 16 de dezembro de 1957). Apesar de a fazenda “ser pequena”, o remetente diz que vale a pena “pelo museu”, possivelmente uma referência aos artefatos culturais da região que estavam armazenados na propriedade, como mencionamos anteriormente, e que seriam de interesse tanto de Risério como de Costa Pereira.

A ida a Feira, a sua viagem com o Costa Pereira, será melhor se no período das festas natalinas, no ciclo do Natal, porque encontrarão as mostras da cerâmica adornativa dos presepes [...]. Feito? Em ordem o *jeep* ou a caminhonete? As estradas são boas. O Costa Pereira monta a cavalo? (EAB-MEB, Carta a Risério, Canavieiras, 16 de dezembro de 1957).

No decorrer da carta, o anfitrião apresenta possíveis datas para a vinda do amigo para Feira, coincidindo com o período de férias do juiz, devido ao fato de morar em Canavieiras

no ano de 1957. No trecho acima, Eurico Alves sugere o período natalino como o mais adequado para a visita, pois dessa forma poderá apreciar os presépios. As duas últimas perguntas são importantes para compreender o convite feito pelo fazendeiro. As indagações se Risério viria de jipe ou caminhonete, assim como se o colega que acompanha o destinatário sabe montar a cavalo, são necessárias para planejar o trajeto que irão realizar na visita dos casarões, embora destaque que “as estradas estão boas”, isso não sendo um problema para o deslocamento deles.

Em 20 de janeiro de 1958, Boaventura escreve novamente a Risério reforçando o convite. Na missiva, menciona a festa de Senhora Sant’Anna, que acontecia em 26 de janeiro, como uma possível data para a visita, assim como apresenta o trajeto proposto para percorrer “as nossas velhas casas-de-fazendas da região” (EAB-MEB, Carta a Risério, Faz. Fonte Nova, 20 de janeiro de 1958). Eurico Alves afirma que, após os festejos da padroeira da cidade, terá de viajar para São Paulo, mas nesse período entre a festa e sua partida eles poderiam conhecer “pelo menos umas seis casas-de-fazenda aqui. A Saub Ritz, a Casa [ilegível], a [ilegível], a Roça da Serra, o Tigra, o Retiro e o Candéal” (EAB-MEB, Carta a Risério, Faz. Fonte Nova, 20 de janeiro de 1958). Pelo fato de a carta ser manuscrita e devido à ação do tempo, algumas palavras não estavam legíveis, mas, entre os casarões mencionados, o Retiro e o Candéal aparecem com frequência em *Fidalgos e vaqueiros*, pelo luxo que teriam. Entre as visitas aos solares que resistem ao passado, os intelectuais iriam retornar para a Fazenda Fonte Nova, onde haveria um almoço preparado pela mulher do vaqueiro, já que, apesar de não ter seu nome mencionado, afirma-se que ela prepararia uma galinha para o patrão e os convidados. Mais uma vez, Boaventura conclui a correspondência questionando pela caminhonete e pelo jipe, se estariam em dia para a viagem. Não foi possível afirmar se essa segunda visita de fato aconteceu, mas é possível observar ter havido um planejamento do anfitrião em demonstrar toda a riqueza patrimonial e culinária da região.

O convite para o passeio pelas casas-de-fazenda não foi uma exclusividade de Risério. Em 1961, Boaventura refaz o convite, mas dessa vez para Tales de Azevedo: “Vou passar o São João em Feira de Sant’Anna e irei até a roça. Se quisesse fazer uma volta por algumas seculares fazendas da minha vizinhança, estaria as suas ordens” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). Diferente do convite a Risério, explicitamente voltado para os casarões, o ensaísta refere-se a Tales a “seculares fazendas de minha vizinhança”. Contrariamente a Risério, não foi possível sabermos se houve uma resposta positiva do antropólogo sobre sua ida à fazenda, mas o indício é suficiente para percebermos

que o “passeio” era algo corriqueiro para Boaventura, assemelhando-se a um guia turístico sobre o passado da zona do pastoreio.

Quando o convite não era especificamente para a visita aos casarões, ele destinava-se à ida em sua fazenda e a uma boa refeição. Em carta a Israel, em 1954, Boaventura convida-o para “um almoço tipo século XIX (galinha, carne assada com pirão de leite, mel de abelhas e coalhada), lá na velha casa-da-fazenda durante minhas férias [...]. Aceita um almoço no velho solar?” (EAB-MEB, Carta a Israel, Poções, 11 de julho de 1954). É interessante observarmos o apreço do ensaísta em rememorar o passado, seja com o passeio pelas ruínas dos solares, seja com um almoço típico da elite aristocrática. Como argumento para a realização da viagem, o correspondente afirma: “Você tem *jeep* e ainda não está com a casa cheia de filhos, sendo fácil uma viagem a qualquer hora [...]. Da Feira de Sant’Ana lá são apenas três léguas de estrada que não dará arranhão no mais caro carro, que se aventurar a chegar até lá” (EAB-MEB, Carta a Israel, Poções, 11 de julho de 1954). O fato de Israel ser solteiro, ter um carro novo e a fazenda não ser longe do centro da cidade são motivos suficientes para aceitar o banquete que Eurico propõe oferecer ao amigo.

Mesmo com a distância geográfica, durante o longo período de trocas epistolares entre Eurico e Licurgo, vários foram os convites de ambas as partes para realizar visitas, seja para vir à Bahia, seja para um jantar em Campinas. Em 1963, Boaventura menciona: “Atualmente a viagem por terra de São Paulo a Bahia é ótima. Tudo em asfalto. E quando virá a Bahia? Aqui, cordialmente o [assinatura]” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 05 de junho de 1963). A conclusão da carta com o questionamento, antecedido pelo elogio ao ótimo trajeto entre os estados dos intelectuais, demonstra a tentativa de convencer o campineiro a lhe visitar em Feira de Santana.

O recebimento de convites para visitar sua residência em Campinas aparece em grande parte das correspondências que Licurgo enviou para Eurico Alves. Em 1957, ele escreve: “Quando voltar a Campinas avisa-me logo, para vim jantar em casa” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 06 de agosto de 1957). O lembrete da dívida é feito em carta enviada em 1959, quando diz: “Eu, porém, sou ruim e não esqueço que você está me devendo um jantar aqui em casa, quando voltar a Campinas. E vou cobrar” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 07 de maio de 1959). No ano de 1961, Licurgo apresenta outra vez o desejo de reencontrar o colega: “Nova capital já está fulminando. Quando você vir a Campinas – não por doença! – eu lhe reencontrarei” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 09 de dezembro de 1961). Por fim, no ano de 1963, em uma nota de rodapé, o médico reforça o

convite: “Quando vir será obrigado a jantar com a família em minha casa” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 23 de julho de 1963). O desejo de rever o amigo, assim como os constantes convites para o visitar, demonstram a proximidade entre Boaventura e o campineiro.

A partir da correspondência, foi possível observar ser bastante comum os convites para encontros entre os intelectuais fazendo parte da rede, que utilizavam os papéis não apenas para trocas intelectuais, mas também para a demonstração de estima e votos de amizade.

### **3.2.3. “Lembrei-me de lhe mandar esta nota”: Trocas intelectuais na correspondência de EAB**

No decorrer deste capítulo, já vimos como a correspondência de Eurico Alves foi importante no processo de escrita de *Fidalgos e vaqueiros*, devido às contribuições e às leituras do manuscrito pelos interlocutores do ensaísta. As trocas intelectuais eram constantes entre esses estudiosos, que constantemente liam, comentavam e citavam os trabalhos uns dos outros. Juraci Dórea (2012, p. 93) afirma que o gênero epistolar está intimamente interligado à literatura, devido ao fato de incidir “no âmago do labor literário”, no sentido que possibilita iluminar “questões biográficas, estéticas e ideológicas [...] importantes da criação artística e caracteriza o que se denominou [...] transfiguração literária”. Dessa forma, as sugestões de leituras, discussão de temas diversos e envio de textos possibilitam o aperfeiçoamento da escrita da literatura e, no caso de Eurico Alves, do seu ensaio sócio-histórico.

Nessa seção, temos como objetivo analisar as trocas intelectuais presentes nas cartas do Acervo EAB-MEB. Com isso, delimitamos como nosso interesse as leituras realizadas pelos estudiosos, as citações de autores/obras, a circulação de impressos e as críticas aos temas apresentados na correspondência. É possível observar que a escrita epistolar também se torna uma espécie de referência ou guia, sendo relida diversas vezes para tomar um posicionamento em determinado debate. Por esse motivo, Rosa Borges e Isabela Almeida (2019, p. 32) realizaram um estudo da correspondência de escritores e dramaturgos baianos para explorar “os contextos de produção, circulação e recepção [...] da produção dramaturgica na Bahia, no período da ditadura militar”. Através das cartas, seria possível observar o posicionamento político que os escritores imprimiam em seus textos nesse período, assim como permitiria um estudo aprofundado da construção da autoria, por ser possível acompanhar gradativamente o processo de produção intelectual.

As trocas intelectuais podem ser tão intensas a ponto de permitir o desenvolvimento das obras literárias, assim como a atuação do correspondente como uma espécie de coautor do texto literário, pela importância assumida no auxílio do desenvolvimento das ideias do remetente. Chiaradia (2008) chegou a essa conclusão ao estudar as cartas trocadas entre Frankie e Monteiro Lobato. Nelas, percebeu que havia “notáveis coincidências de expressões e pensamentos” (Chiaradia, 2008, p. 42) entre a correspondência dos dois interlocutores e os escritos lobatianos sobre o petróleo. Isso também pode ser observado na escrita epistolar euriquiana, devido à leitura e discussão de determinados textos sugeridos por seus amigos.

O estudo da correspondência de Mário de Andrade possibilitou Marcos Moraes e Rodrigo Marques (2022, p. 91) afirmarem ter havido a construção de uma “rede de sociabilidade” entre o escritor modernista e seus contatos postais. A rede propiciou o delineamento de “ideários estéticos e político coletivos, que não elidiam tensionamentos e rupturas” (Moraes; Marques, 2022, p. 91). Dessa forma, em contato com escritores do Nordeste ao Sul do país, Mário conseguiu manter ligações com diferentes modos de pensamento; apesar da discordância, conseguia tecer uma produção literária mútua. Essa troca epistolar possibilitou a formação de jovens escritores, mesmo aqueles distantes dos grandes centros de efervescência intelectual, devido à postura pedagógica que o poeta desenvolvia diante das trocas epistolográficas (Moraes; Marques, 2022).

No caso da Bahia, as redes de sociabilidade entre os intelectuais não ocorriam apenas no mundo literário, mas estavam estreitamente relacionadas às práticas políticas. Segundo Paulo Silva (2011b, p. 76), os acadêmicos formados nas Faculdades de Direito e Medicina ocupavam não apenas os cargos políticos, mas também se inseriam nos jornais e na escrita literária: “Aqueles que escreviam, não importando o gênero de texto, consideravam-se ‘homens de letras’ e assumiam o papel de letrados com a convicção de que eram diferenciados”. Assim, pelo próprio lugar social que ocupavam os escritores na Bahia, suas produções literárias estavam atravessadas por questões políticas norteando a própria ficção baiana. Isso acontecia pois se destacar no “mundo das letras” também era um caminho para a construção de uma carreira sólida na política (SILVA, 2011b).

Eurico Alves era uma exceção. Apesar de ter se formado em Direito e seguido a carreira literária durante grande parte de sua vida, não ocupou nenhum cargo político, apenas a carreira jurídica. Contudo, o fato de não possuir um mandato não significa que Boaventura não teve uma atuação política, principalmente em Feira de Santana. Um exemplo disso são as cartas que escreveu com o pseudônimo de Zé Fernandes, publicadas no *Jornal Folha do Norte* e

algumas delas enviadas à Câmara Legislativa do município<sup>86</sup>. Os textos lutavam pela preservação da cultura e memória sertaneja, desde a fundação do Museu do Vaqueiro até a manutenção dos antigos casarões das fazendas. Assim, apesar de o foco da correspondência analisada na pasta do Acervo EAB-MEB ter uma preocupação mais intelectual, não podemos perder de vista a atuação política que a escrita epistolográfica de Boaventura poderia ter na sua cidade natal.

O foco nas trocas intelectuais a partir da correspondência tenta mapear o processo de produção intelectual na década de 1950 e 1960. A ação de escrever para outro estudioso sobre determinado tema, além de esperar sua resposta, determina uma percepção muito particular em compreender o tempo, principalmente no processo de escrita literária. Marcos Moraes (2013, p. 136) afirma que são os embates ou, como ele define, os “curtos-circuitos” que fomentam o envio das cartas. Segundo o autor, “O vigor da correspondência reside, em grande medida, nos impasses, os quais demandam proposições conciliatórias, sinalizando o esforço de superação das diferenças [...] resultando em contribuições mútuas” (Moraes, 2013, p. 136). Dessa forma, a periodicidade da correspondência busca solucionar pontas soltas no debate epistolar, levando em consideração os interesses particulares de cada um dos interlocutores. O diálogo entre os intelectuais, no caso do acervo EAB-MEB, ainda tem como adicional o envio de anexos, com recortes de jornais, textos e livros, contribuindo para a intensificação do debate.

Como exemplo, em carta destinada a Risério Leite, Eurico Alves afirma: “Tenho lido e com certo interesse, artigos de um RISÉRIO LEITE, nos jornais e na Revista do Instituto Genealógico. Li o Poeira no ar, tendo gostado da história e da sua apresentação” (EAB-MEB, Carta a Risério, Canavieiras, 24 de outubro de 1956). No mês seguinte, em resposta à última carta de Boaventura, Risério afirma: “Quando aos artigos publicados em ‘A tarde’, ‘Diário Carioca’, ‘Bahia Rural’ e a ‘Revista do Instituto Genealógico’, foram firmados por você” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 28 de novembro de 1956). Nas duas cartas é possível perceber que os interlocutores liam os textos um do outro, mas, além disso, seus comentários eram importantes para o desenvolvimento de suas escritas. Enquanto o ensaísta busca referências sobre as velhas casas de fazenda da região de Brumado, Mário Risério diz que seus textos foram “firmados”, isto é, influenciados pelo correspondente.

Na mesma carta, ao responder os questionamentos de Eurico Alves sobre os problemas de água na Bahia e suas possíveis soluções, Risério afirma que a “hidroenergia

---

<sup>86</sup> Chamadas de “Cartas da Serra”, o conjunto com quatro cartas abertas foi publicado, posteriormente, no livro *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana* (2006).

incorporaria o alto-sertão à economia baiana” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 28 de novembro de 1956), pois solucionaria os problemas da seca. Ele sustenta que sua tese está embasada em Thomas Lynn Smith, em especial, em seu livro *Brazil: People and Institutions*. A referência apresentada para pensar o debate sobre a questão hídrica, seguida das frases: “Estou inteiramente às suas ordens. Pode perguntar. As respostas é que... serão fracas” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 28 de novembro de 1956), demonstra como a correspondência fomentava as discussões, pois era posta a opinião do remetente sobre o tema, referenciava-se o autor com o qual se dialogava e mostrava-se aberto para futuros esclarecimentos.

No ano seguinte, em carta para Cavalcanti Proença (1905-1966), Boaventura reforça seu posicionamento diante da ausência de trabalhos sobre o sertão: “Embora ligeiro, leve este trabalho, vale, porém, como documentário da vida pastoril da sua região. Se toda gente fizesse trabalhos assim, estaríamos com uma fotografia exata e perfeita da formação social do Brasil” (EAB-MEB, Carta a Cavalcanti Proença, Canavieiras, 22 de setembro de 1957). Apesar de afirmar que seu ensaio vale como um registro da “vida pastoril”, Eurico Alves acredita que o ideal era ter vários outros trabalhos tematizando outros espaços para além da civilização do açúcar e do café. Na correspondência, o ensaísta afirma: “Na minha coleção de trabalhos sobre o Brasil rural, tenho o seu livro respeito ao vale do São Francisco. Citei-o no meu ensaio também” (EAB-MEB, Carta a Cavalcanti Proença, Canavieiras, 22 de setembro de 1957). Outra vez, o escritor demonstra ler seus correspondentes, assim como cita suas pesquisas em *Fidalgos e vaqueiros*. A escolha pela leitura de estudiosos próximos, provavelmente, não se deve apenas por uma questão de amizade, mas devido à facilidade de acesso ao trabalho, levando o indivíduo ao conhecimento de novos estudos e autores através dos seus interlocutores. A carta é concluída com a afirmação de o remetente ter enviado a “plaquete” da sua palestra apresentada no *Rotary Club*.

Em julho do mesmo ano, Eurico envia a cópia do mesmo texto para Licurgo, ao especificar que se trata de “ligeira conferência sobre as velhas casas-de-fazendas do sertão baiano” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Canavieiras, 12 de julho de 1957). Como anexo da carta, ainda manda recortes de jornais: “Hoje, chega aqui *A Tarde* de ontem com uma nota sobre o seu livro. Recortei-a e vai aí para a sua coleção” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Canavieiras, 12 de julho de 1957). As trocas não eram apenas intelectuais, mas se mostram como incentivo para a continuidade da escrita: “em novembro, com fé em DEUS, estarei por aí novamente [...]. Nesta ocasião, quero ler outro livro igual ao Uma comunidade Rural do Brasil Antigo. Feito?” (EAB-

MEB, Carta a Licurgo, Canavieiras, 12 de julho de 1957). O recorte do jornal e o pedido para ler um material inédito apenas reforçam a ideia da rede intelectual existente entre os estudiosos, da qual o ensaísta fazia parte. Isso se deve, provavelmente, pela dificuldade de divulgação científica no período, sendo essenciais as trocas epistolares para se ficar a par das últimas produções acadêmicas e literárias.

No mês seguinte, Licurgo responde a última carta enviada por Boaventura, pedindo desculpas pela demora da resposta. Ele justifica que Mário Penteado estava viajando e só lhe entregou as encomendas no dia 03 de agosto de 1957: “Culpa, portanto, não me cabe no atraso em agradecer o envio de ‘Respeitosas Ruínas do Passado Pastoril’, que li e apreciei, principalmente pelas observações sobre o descaso que as autoridades reservam aos monumentos do nosso passado das casas-de-fazenda” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 06 de agosto de 1957). O médico campineiro faz questão de comentar o texto da conferência enviada por Boaventura, além de afirmar que leu e apreciou a proposta levantada pelo amigo. Na mesma carta, agradece o envio do recorte do seu texto: “Muito obrigado pelo recorte de ‘A Tarde’, de Salvador” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 06 de agosto de 1957). O hábito de enviar trechos de jornais que acreditam que servirão para um amigo é frequente entre os intelectuais. Em 1957, Risério envia uma missiva para Eurico: “Estou-lhe enviando um recorte de ‘A Tarde’, que publicou o artigo ‘Civilização [oriental?]’<sup>87</sup>. Como v. verá, a revisão claudica do começo ao fim” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 18 de dezembro de 1957). O envio do texto é motivado pelo interesse que despertaria no companheiro, apesar da revisão duvidosa do periódico.

No mesmo mês, o ensaísta envia uma carta para Risério: “Li e reli a nota de *A Tarde*, antes mesmo de chegar a sua carta. Gostei muito da nota e, ao em vez de encorajar-me, fiquei desanimado. Receio não compreender o livro as suas impressões” (EAB-MEB, Carta a Risério, Canavieiras, 16 de dezembro de 1957). Na resposta ao correspondente, Boaventura afirma já haver lido o recorte enviado, assim como também tece suas críticas para o trabalho cuja proposta afirma não ter compreendido. Na mesma missiva, Eurico Alves diz que leu o último trabalho de Risério, sobre a hidrelétrica de Brumado, assim como o ensaio sobre o artesanato, que classifica como “Bem interessante” (EAB-MEB, Carta a Risério, Canavieiras, 16 de dezembro de 1957). A escrita epistolar do escritor feirense demonstra que ele estava sempre atento aos trabalhos publicados nos jornais recebidos semanalmente pelos Correios. Mesmo

---

<sup>87</sup> Como a palavra não estava tão legível, foi colocada entre as chaves e com interrogação.

diante das constantes mudanças, o ensaísta manteve-se em contato com outros estudiosos que lhe permitiam adquirir os impressos logo após seu lançamento.

Outra resposta que Boaventura teve sobre a sua conferência foi de Demóstenes. Em fevereiro de 1958, ele envia uma carta dizendo: “Li, de um jato, sua conferência. Apesar de notar que o seu estilo é do gênero “clássico” (pelo menos, para mim, leitor pé duro), gostei do conteúdo. E vejo que v.s. é contemplativo diante da antiguidade” (EAB-MEB, Carta a Eurico de Demóstenes, Feira de Santana, 10 fevereiro de 1958). A afirmação de que é um “leitor pé duro” muito provavelmente se refere ao fato de não seguir a carreira literária como é comum entre os intelectuais; contudo, apesar dessa observação, afirma que gostou do texto, embora não seja especialista no tema. O emprego da palavra “contemplativo” denota a preocupação do autor do texto em rememorar o passado. Demóstenes continua:

A descrição que V.S. faz das velhas fazendas com os seus solares cheios de austeridade e nobreza, é muito viva, isto é, tão perfeita que, a medida que vamos lendo, sentimos a impressão de ‘estar vendo’ o que foi escrito, focalizado pela Kodak do seu forte poder de expressão. / Pelo menos, foi isso o que eu senti e vi (EAB-MEB, Carta a Eurico de Demóstenes, Feira de Santana, 10 fevereiro de 1958).

Ao comparar o escrito euriquiano com uma fotografia, dada a precisão de sua descrição, o remetente busca endossar a qualidade do texto diante da escrita que envolve o leitor e o faz ver diante de si os grandes casarões abandonados pelo poder público. O retorno do amigo demonstra a funcionalidade da rede intelectual, que põe os estudiosos em uma posição de escrever aos colegas sobre seus textos, com o objetivo de apresentar sua opinião sobre o escrito, além de uma espécie de prestação de contas sobre a leitura.

Outro exemplo disso foi a primeira carta enviada a Câmara Cascudo, em 1958. Eurico demonstra ter lido o trabalho do correspondente: “Alguns tópicos do seu livro são semelhantes a vida do nosso sertão aqui” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 31 de agosto de 1958), citando, como exemplo, o leite de cabra, a carne de zebu e o tom gregoriano do aboio. No texto epistolar, o ensaísta coloca entre aspas a parte do texto que gostou e referencia, com o capítulo e a página. Posteriormente, tece seus comentários, nos quais relaciona suas vivências particulares no sertão aos debates intelectuais já tecidos com seus amigos sobre os temas mencionados na correspondência, como o diálogo com Heckel Tavares sobre o aboio, que aconteceu “certa vez aqui em Salvador” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 31 de agosto de 1958). Para concluir, Boaventura diz que irá enviar algumas anotações suas para o estudioso potiguar sobre as festividades populares em Feira de Santana e no sudoeste baiano, para Cascudo observar as permanências entre as práticas culturais: “Não sei se lhe interessarão as notas anexas. Mas vale a boa vontade” (EAB-MEB, Carta a Cascudo,

Alagoinhas, 31 de agosto de 1958). Mesmo sabendo que poderia ser inconveniente enviar suas observações sem ser solicitado, o ensaísta afirma que as mandou “de boa vontade”, por compreender que o trabalho acadêmico é feito também pelo *feedback* de seus leitores.

Em 1958, Boaventura envia outra carta a Risério, para noticiar que leu no Diário Oficial do Estado a aprovação do amigo como componente do Instituto de Genealogia do Estado. Além da observação, o escritor levanta uma série de questionamentos: “E a revista tem saído? E porque não me mandou os números da revista com o seu artigo, como me prometeu? E nunca mais uma publicação, porque?” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoinhas, 28 de setembro de 1958). Eurico Alves questiona o fato de não ter recebido os recortes de jornais com os artigos do companheiro, assim como se mostra interessado pelos rumos que a “revista” tomou. Não é possível perceber na carta a qual periódico o remetente se refere, mas é interessante para a compreensão dessa rede intelectual a presença de cobranças de textos inéditos, que acontece não apenas na correspondência em que o ensaísta é o autor, mas também naquelas assinadas pelo destinatário. Com isso, podemos afirmar que havia um incentivo mútuo de escrever textos, com o objetivo de manter a circulação das ideias no meio intelectual.

A troca de leituras pode ser observada na carta de Eurico a Dival Pitombo, quando o ensaísta tece críticas aos poemas do destinatário: “Veja que as canções feirenses têm um sabor do jamismo. Leia o poema de FRANCIS JAMMES, que lhe envio agora e você verá que há uma certa aproximação. Não intencional. Em absoluto” (EAB-MEB, Carta a Dival Pitombo, Alagoinhas, 17 de junho de 1959). A observação de que a escrita poética do companheiro se assemelha ao poeta francês é uma forma de elogio, complementando serem “encantadores poemas” as “canções feirenses” (EAB-MEB, Carta a Dival Pitombo, Alagoinhas, 17 de junho de 1959). A troca de referências, com o envio de um poema para o correspondente, foi a forma encontrada por Boaventura para demonstrar ao amigo a similaridade entre os textos, mesmo que não intencionalmente. Eurico conclui esse trecho com a afirmação: “De certo que não tenho a pureza do jamista e sou mais declaratório. Feitio...” (EAB-MEB, Carta a Dival Pitombo, Alagoinhas, 17 de junho de 1959). Ao demonstrar que possui outro estilo de escrita, o ensaísta aproxima Dival de um modelo puro e belo de texto literário, o que é reforçado pela grande admiração de Eurico Alves pelos poetas franceses, como pode ser observado pelos livros de sua biblioteca. Assim, ao aproximar a produção literária do amigo a um dos escritores que lhe influenciaram, Boaventura tece críticas positivas ao trabalho de Pitombo.

Além das leituras, o envio de impressos era frequente entre os intelectuais. Em 1959, Licurgo mandou uma correspondência a Boaventura agradecendo o envio de fotografias

das casas das fazendas e de textos sobre o tema: “Muito obrigado pelas fontes que me enviou [...]. Juntei muito das monografias sobre fazendas da Bahia, que teve a bondade de me enviar. Não as conhecia, nem conhecerei. Bem feitas e bem impressas” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 07 de maio de 1959). E conclui o texto da seguinte maneira: “Muito obrigado pelo valioso presente” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 07 de maio de 1959). O envio das “monografias” provavelmente se deve ao interesse do destinatário pela vida social do sertão, por ter escrito um livro sobre o tema<sup>88</sup>, apesar de ser um médico residente em Campinas-SP. Na correspondência, o remetente tece críticas sobre a arquitetura dos casarões, assim como lembra o amigo de enviar fotos do telhado das casas, também de interesse do estudioso. Quando afirma “não as conheci, nem conhecerei”, Licurgo se refere ao fato de as casas de fazenda estarem em uma situação precária em sua estrutura, o que justifica o posicionamento político de Eurico de somar forças entre o poder público e privado a fim de preservar os imóveis.

No mesmo ano, três meses depois, Boaventura envia outro “presente”; trata-se de outro texto que ele afirma ser do interesse do destinatário: “Não sei se o presente lhe agradará, mas ao encontrar a publicação, me lembrei do historiador campineiro. E lá vai. Se não gostar, venda a papelada para enrolar sabão. Feito?” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 07 de agosto de 1959). Por compreender os interesses do amigo, o ensaísta envia-lhe materiais que acredita serem uma boa leitura para ele. A escrita epistolar possui um tom cômico, principalmente na frase “se não gostar, venda [...] para enrolar sabão”, destino de papéis sem serventia. A característica do humor ressalta a proximidade entre os correspondentes, que provavelmente se deve à periodicidade das cartas. No ano seguinte, Eurico Alves envia outra correspondência, acompanhada, mais uma vez, de recortes de jornais:

Estou sem saber se já lhe chegou às mãos uma carta acompanhada de um livro daqui. Faz poucos meses que seguiu a encomenda. Hoje, vão aí uns recortes de jornais da Bahia, para o seu descanso intelectual. Não são coisas de vulto, mas lembram versos soltos de um poema evocativo. Referem-se mudanças de novos nomes das ruas da velha Salvador pelos antigos. Veja como tudo isto guarda a ressonância de uma leitura do Caramuru ou o gosto de uma lírica de Gregório de Matos. / Mandé notícias do que tem publicado. Jornal de São Paulo quase nunca encontro. Nem quando vou à Bahia, não tenho tempo de chegar até a biblioteca (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 20 de novembro de 1960).

No trecho acima, podemos observar que o epistológrafo afirma ter enviado meses antes um livro cujo recebimento Licurgo acusou, preocupando o remetente, pois era comum o

---

<sup>88</sup> Trata-se do livro *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XX*, publicado em 1956.

extravio de encomendas. A carta é acompanhada de trechos de jornais baianos, em especial, textos referentes à mudança toponímica das ruas de Salvador. Apesar de não parecer algo que chame a atenção do destinatário em um primeiro momento, o ensaísta justifica o envio dos anexos por lembrar-lhe “versos soltos de um poema evocativo”, assemelhando-se à “lírica de Gregório de Matos”. O objetivo do envio da documentação era para ser uma leitura prazerosa, que contribuísse para o “descanso intelectual” do médico campineiro. Como era comum na escrita epistolar euriquiana, o escritor conclui o trecho questionando o amigo sobre suas publicações recentes, assim como apontando a dificuldade de acesso ao “Jornal de São Paulo”, até mesmo na capital da Bahia. Isso demonstra os problemas na rede de distribuição dos impressos e a impossibilidade de leitura de determinados periódicos.

A troca de impressos entre os dois intelectuais permanece pelo menos até o ano de 1967, ano da última carta da pasta analisada nesta tese. Em 1961, Eurico envia um texto sobre o Convento do Carmo, que, apesar de não ser um trabalho produzido por um estudioso, “é um livro, de qualquer forma. Prova de que não me esqueço do estudioso” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 26 de março de 1961). A última frase demonstra justamente que o envio dos materiais é uma forma de fortalecer a rede de sociabilidade entre os correspondentes, mantendo o diálogo entre eles a partir de suas produções ou textos de terceiros. Em junho de 1961, o campineiro responde a carta do escritor baiano. Nela, diz que leu “o passado sobre o Convento do Carmo (que gostei muito pois traz documentação católica variada)” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 17 de junho de 1961). Na mesma missiva, agradece o envio do artigo de Tales de Azevedo e de um sobre a escavação de terrenos em Salvador. O remetente finaliza a escrita epistolar da seguinte forma: “Obrigado por tudo. / Junto envio um novo trabalho meu. Se já tiver, dê a quem possa interessar” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 17 de junho de 1961). Assim como Eurico Alves faz em suas cartas, Licurgo também responde o amigo com o envio de materiais que talvez interessem o destinatário, o que fortalece a rede de diálogo entre os intelectuais.

Em setembro do mesmo ano, Boaventura envia outra missiva, na qual afirma: “Já li o seu último trabalho – Martim Cabral, o Bólide<sup>89</sup> juntei com a plaquete” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 24 de setembro de 1961). O artigo foi originalmente publicado em dezembro de 1960, mas apenas em setembro do ano seguinte o ensaísta comenta o texto do amigo. Em janeiro de 1961, Licurgo corresponde-se com Eurico e agradece os recortes de

---

<sup>89</sup> O artigo foi publicado em 20 de dezembro de 1960, na *Revista de História da USP*. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120142>. Acesso em: 14 jun. 2023.

jornais que afirma ter lido algumas vezes. Diz ainda que não recebeu o livro enviado, provavelmente endossando a tese de o material ter sido extraviado. Por fim, o historiador campineiro afirma: “Junto segue um trabalho meu” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 02 de janeiro de 1961), que, pela curta distância da publicação do artigo, provavelmente se refere ao trabalho comentado por Eurico Alves em setembro do mesmo ano. Pela presença de trocas epistolares anteriores, a leitura “tardia” do texto pode ter sido causada pela dificuldade de acesso ao material ou ainda por alguma complicação na agenda do ensaísta, não permitindo a leitura do texto com maior antecedência.

Na carta de setembro de 1961, Eurico Alves envia novamente a Licurgo um recorte de jornal sobre a história da medicina, uma crônica sobre as ruas antigas de Salvador e um texto para o arquiteto Mário Penteado. Em dezembro do mesmo ano, o médico campineiro também manda uma missiva para o ensaísta, na qual diz ter lido o texto enviado e a revista “Sertão”, organizada pelo próprio Boaventura. Anexada à carta, ele envia “uma plaqueta republicada, da nova academia de Campinas” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 09 de dezembro de 1961). Em junho de 1963, Eurico Alves escreveu uma carta tendo o paulista como destinatário, questionando-lhe novamente: “Que tem publicado? Quando voltará em livro? [...] Escreva-me, anunciando quando virá de novo em livro” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 05 de junho de 1963). Na mesma missiva, o ensaísta comenta que Waldemar Mattos (1917-2017) estava com ele no fórum de Alagoinhas, onde comentou sobre Licurgo e o seu *Uma comunidade rural do Brasil antigo*. No mês seguinte, o médico responde: “Reli a sua de 5 de junho. Há poucos dias. Li e gostei de sua descrição da festa do Divino de Poções. Quantas recordações! [...] Como vê, vivi também das coisas idas. E você retrata-as bem no seu artigo” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 23 de julho de 1963). Em março de 1964, o campineiro voltou a comentar um texto de Boaventura publicado no segundo número da revista “Sertão”, parabenizando o amigo pela clareza da narração, “onde aprendi muito sobre a sua cidade. Muito obrigado!” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 13 de março de 1964). Em julho de 1967, temos a última missiva enviada por Licurgo presente na pasta do acervo que analisamos. No texto epistolar, o escritor afirma:

Recebi o seu cartão com as suas notícias e os presentes. Muito obrigado por enviar os dois recortes com notícias sobre o meu último livro. A distribuição tem sido lenta, de fato. / Mas não importa, pois em separado estão lhe mandando um exemplar. É um livro para o grande público e que também serve para os meus alunos da Faculdade de Medicina Legal (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 17 de julho de 1967).

No trecho acima, podemos observar que entre as cartas de 1963 e 1967 houve uma maior troca epistolar do que tivemos acesso, pois o remetente agradece os “presentes” que Eurico Alves teria enviado anteriormente, provavelmente no primeiro semestre de 1967. O ensaísta baiano envia ainda recortes de críticas do último livro de Licurgo, possibilitando perceber a circulação não apenas dos impressos, mas também o diálogo entre os autores e os jornais que resenhavam as novas publicações. Por fim, o campineiro diz ser um livro “para o grande público”, mas que também serve para um público mais especializado, em especial os alunos da Faculdade de Medicina. A correspondência trocada entre os estudiosos permite observar não apenas o diálogo entre eles sobre autores, livros e suas próprias produções, mas também observar todo o circuito de circulação dos impressos, desde os escritores até os críticos literários dos jornais.

Em 1959, Risério envia para Eurico uma carta comentando o seu texto: “Li, com emoção, FREGUESIAS CENTENÁRIAS. Experimentei uma vontade louca de voltar ao Sertão. [...] Que belas imagens, que pletora de poesia, que rigor histórico em seu trabalho!” (EAB-MEB, Carta de Risério a Eurico, Salvador, 23 de setembro de 1959). Segundo o antropólogo, a leitura do artigo do amigo deixou-o com uma vontade de voltar à sua terra, visitar a caatinga, o “sertão”. A descrição do trabalho como “belas imagens”, mas com “rigor histórico”, caracteriza-o no limiar entre a poesia e o ensaio ou crônica. Em 1960, Eurico responde a Risério: “Comecei a escrever uma crônica respeito a predições sertanejas quanto ao tempo. E ainda estou sem finalizar o trabalho. Logo pronto, mandá-lo-ei para você o ler” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoinhas, 03 de abril de 1960). O desejo de enviar os escritos para a leitura do estudioso deve-se à experiência que ele possuía com trabalhos acadêmicos, podendo contribuir com o desenvolvimento do texto.

Outra característica das trocas intelectuais é que elas não eram vistas como trabalho ou parte do seu ofício, mas, em muitos momentos, como um *hobby*, algo prazeroso para o remetente e o destinatário. Ao escrever para Câmara Cascudo, em 1961, Boaventura afirma que está enviando algumas notas em anexo: “Releve a espontaneidade da oferta. É que um domingo vazio, depois de bela leitura, leva a gente a tais apoquentações dos estudiosos” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 07 de maio de 1961). Ao afirmar que as observações escritas para o intelectual potiguar são fruto de suas inquietações e do ócio de “um domingo vazio”, o ensaísta demonstra que escrever para seus correspondentes era algo que ocupava seu tempo livre e fazia por prazer. Na mesma carta, Eurico Alves agradece o livro *Tradições populares da pecuária nordestina*, assim como manda novamente algumas notas sobre as rezas sertanejas.

Segundo ele, já as havia enviado na primeira carta de 1958, mas provavelmente elas não chegaram às mãos do estudioso: “Não me recordo a data e o arquivo de 1958 já foi para as gavetas da fazendinha. Sem saber se você gostou das notas que lhe enviei, repito a dose aqui” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 07 de maio de 1961). O fato de o ensaísta arquivar sua escrita epistolográfica na fazenda possibilita que envie novamente as notas para Cascudo. O arquivo pessoal demonstra o cuidado em guardar os escritos enviados aos interlocutores, possibilitando esta pesquisa.

Em 1963, Eurico Alves menciona mais uma vez sua rotina do domingo: “Publique muita coisa mais. Aos domingos, organizo todos os recortes de leituras da semana. Vou arrumando modesta hemeroteca” (EAB-MEB, Carta a José Calasans, Alagoinhas, 12 de maio de 1963). O trecho demonstra a atenção dada aos textos que serão lidos e, posteriormente, organizados na “modesta hemeroteca”. Com a primeira frase, “publique [...] mais”, demonstra o que já mencionamos no decorrer deste capítulo sobre a rede intelectual e o apoio mútuo entre os estudiosos. Porém, também reflete o interesse particular pelas crônicas escritas por José Calasans. Na mesma missiva, o ensaísta afirma: “Segundo lhe disse pessoalmente, leio sempre as suas crônicas sobre o nosso folclore e guardo-as. Hoje, li a Presença da Bahia. Interessante. E lembrei-me de uma variante ouvida na minha Feira de Sant’Anna, quando menino ainda” (EAB-MEB, Carta a José Calasans, Alagoinhas, 12 de maio de 1963). A menção de que lê os textos do correspondente, além de guardá-las, apresenta o interesse do remetente pelo folclore baiano, cantigas de roda e as histórias contadas às crianças, temas abordados nas publicações do destinatário.

Na correspondência foi possível observar o cuidado não apenas na organização do acervo pessoal, mas também na leitura. Em 1961, em carta a Tales de Azevedo, Boaventura escreve: “O seu Povoamento está lá na fazenda, lido e devidamente anotado. Li da primeira vez, por empréstimo e na primeira edição. Comprei-o já na segunda edição, na Brasiliana. Dei sorte que fiz citações das duas edições” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). O trecho apresenta a metodologia de leitura do ensaísta, que faz anotações e citações no decorrer do próprio livro, em uma espécie de fichamento que facilita o encontro de determinado trecho. Em nossa dissertação, publicada posteriormente como livro, observamos as minúcias do processo de fichar os exemplares de sua biblioteca, por utilizar cores diferentes para cada tema que gostaria de destacar na obra (Santana, 2022). O livro mencionado no trecho da carta refere-se ao *Povoamento da cidade de Salvador*, publicado inicialmente em 1949. No ano de 1951, Manoel Diégues Júnior publica uma resenha do livro

na *Revista de História*<sup>90</sup>, permitindo perceber a circulação dos textos dos intelectuais baianos entre os estudiosos do próprio estado, que faziam questão de ler e divulgar suas produções. O fato de Eurico Alves dizer que tem um exemplar na fazenda, assim como leu as duas edições, demonstra justamente essa rede intelectual, que consumia os textos publicados. Apesar de não ter conseguido comprar o volume de lançamento, o remetente pegou um exemplar emprestado, provavelmente com algum dos seus interlocutores, o que permite observar uma urgência na leitura, diante da necessidade de acompanhar o que havia de mais novo sobre a história da Bahia e do Brasil como um todo.

No mesmo ano, Boaventura escreve a Tales de Azevedo “Li o seu artigo em A Tarde. Gostei e agradeço o estímulo. Logo que possa, irei até aí ouvi-lo” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). Ao afirmar que leu seu último texto, o ensaísta apresenta seu contato com os textos saídos nos periódicos baianos. O jornal *A Tarde* aparece com bastante frequência na correspondência que analisamos e provavelmente era um dos principais espaços utilizado pelos intelectuais para divulgarem seus textos na Bahia. No trecho, Eurico Alves agradece o “estímulo” do amigo; provavelmente, na missiva que antecede essa resposta, o antropólogo incentivou o ensaísta a publicar seus trabalhos, pois no mesmo texto epistolar ele escreve: “O que me tem feito um grande mal é o isolamento a que me entreguei e, hoje, difícil afastar esta mania velha. Vou ouvi-lo para ver se conserto a vida” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). O fato de se compreender como “isolado” da cena intelectual não condiz com a frequência da troca de cartas na qual Boaventura estava inserido. Talvez a sensação de distanciamento deve-se à redução da sociabilidade presencial com os intelectuais, nos cafés, restaurantes e outros espaços voltados ao debate acadêmico, como ele fazia na juventude. Outro ponto que merece atenção é o fato de o ensaísta não parar de escrever, assim como se manteve inserido nessa rede intelectual que lhe permitia publicar suas produções, caso tivesse um real interesse.

Em 1965, Boaventura menciona mais uma vez o seu *Fidalgos e vaqueiros*, em carta a Diégues, o mesmo que escreveu a resenha do livro de Tales de Azevedo. “Li um rol de trabalhos seus, quando esmiuçava documentação e informes para o Fidalgos e Vaqueiros, que o Dival Pitombo lhe levou. Depois, já li outros” (EAB-MEB, Carta a Diégues, Feira de Sant’Anna, 5 de setembro de 1965). A afirmação de que leu os trabalhos do correspondente, assim como o citou no ensaio, permite observar as minúcias da rede intelectual, pois foi uma referência dada por Dival, provavelmente quando discutiam alguma questão emersa no

---

<sup>90</sup> Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/68311>. Acesso em: 04 ago. 2023.

processo de escrita do manuscrito. A expressão “Depois, já li outros” demonstra que, após a recomendação inicial do amigo, o ensaísta buscou mais materiais de Diégues, que foram “esmiuçados” ao lado da documentação consultada para seu texto.

A partir dos relatos observados nas cartas, foi possível examinar o processo de recomendação, leitura e discussão de textos. Porém, outra questão surge: Como adquiriam os impressos? Esse questionamento também aparece na troca epistolar, pois, além do envio de recorte de jornais e artigos de interesse ao destinatário, havia a compra de livros, assim como a assinatura de revistas e jornais. Segundo Juraci Dórea (2012, p. 109), “O correio surge nesse universo como uma espécie de ponte. Era o elo que ligava realidades diversas, encurtava distâncias, alimentava esperanças e fantasias”. Assim, as vilas mais distantes dos grandes centros, como Salvador e Feira de Santana, poderiam se aproximar pelo envio da correspondência. Dessa forma, Eurico Alves continua mantendo contato com seus amigos, diante da troca de jornais, revistas e livros.

Em 2017, Patrício Barreiros publica um artigo analisando os panfletos de Eulálio Mota, assim como a circulação de impressos no interior da Bahia entre as décadas de 1930 e 1980. O estudo de Barreiros (2017) demonstra que havia uma rota de distribuição dos textos, desde o envio dos originais para a tipografia até os leitores nas mais diversas localidades da região de Mundo Novo. O autor destaca a importância desempenhada pelo portador, sujeito de confiança de Mota responsável por levar e trazer o material impresso. Apesar de se referir no singular, provavelmente se tratava de vários indivíduos, que aproveitavam alguma atividade a ser realizada e atendiam ao pedido do escritor. Assim, além dos elementos gráficos compondo a materialidade dos textos, a circulação, distribuição e leitura tornam-se o foco da investigação, permitindo-lhe afirmar, em diálogo com Chartier, que esses elementos interferem na produção de sentido sobre os panfletos.

As pesquisas de Dórea (2012) e Barreiros (2017) estabelecem um contraponto para a premissa do sertão e regiões interioranas como espaços da incivilidade, pois demonstram materialmente a existência de uma rede intelectual que permite a circulação de impressos. Isso reforça o que apresentamos no decorrer desta tese sobre a sociabilidade e o apoio entre os estudiosos, permitindo o acesso de Boaventura às mais recentes publicações da época. Um exemplo disso é a carta a Wilson Lins; nela o ensaísta agradece o envio do último livro do escritor: “Os poetas são crianças, cujos brinquedos facilmente se quebram, às vezes. Ganhei, porém, agora, outro brinquedo, o seu livro” (EAB-MEB, Carta a Wilson Lins, Poções, 2 de junho de 1953). Ao afirmar que estava empolgado como uma criança com a encomenda

recebida, Eurico Alves estabelece a relação entre o prazer infantil com os brinquedos e sua alegria em ter um novo livro para ler. O trecho ressalta uma das formas de aquisição de impressos, que seria através da doação de algum amigo. Os livros do escritor feirense, doados para o Museu Casa do Sertão, possuíam uma pequena ficha catalográfica colada na folha de rosto dos impressos, com algumas informações preenchidas pelo próprio Boaventura. Entre os elementos, podemos destacar: título do livro, nome do autor, volume, número, custo e data de aquisição. No caso das obras enviadas pelos seus correspondentes, a parte sobre o valor da publicação era preenchida como “doação”, assim como às vezes escrevia quem lhe havia presenteado.

De forma similar, o ensaísta escreveu para Cascudo, em 1958: “Recebi com alegria o livro Tradições Populares da Pecuária Nordestina. Li-o de uma só vez. E já encaixei num trabalho que estou escrevendo (melhor dito – retocando)” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 31 de agosto de 1958). No trecho, Boaventura demonstra o mesmo sentimento de “alegria” que na carta-resposta enviada a Wilson Lins. Não é possível perceber na carta quem teria enviado o livro mencionado, pois, se tivesse sido mandado pelo próprio estudioso potiguar, haveria alguma frase de agradecimento, o que não ocorre. O ensaísta menciona que recebeu o livro de presente para introduzir a informação de já haver citado a obra no “trabalho” em realização no período, provavelmente *Fidalgos e vaqueiros*. Há duas cópias dessa correspondência no acervo EAB-MEB. O adendo entre parênteses, “melhor dito – retocando”, não existia na versão manuscrita, pois foi adicionado posteriormente na carta datilografada. A necessidade de acrescentar a informação de que o livro já estaria escrito e no processo de “retoque” é importante de ser observada, pois demonstra uma preocupação de Boaventura em apresentar seu manuscrito como um texto mais encorpado.

Na segunda carta a Cascudo, o ensaísta menciona mais uma vez ter recebido outro livro do estudioso potiguar: “Recebi de presente de um amigo do Rio o Rede-de-Dormir. Li-o de uma vez, entre uma ou outra sentença, neste movimentado juizado. De muito que o procurava e até que enfim me veio as mãos” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 07 de maio de 1961). Ao afirmar que recebeu o impresso de presente de “um amigo do Rio”, o escritor, provavelmente, se refere a Naylor Villas-Boas, que enviou diversas obras para Boaventura. Assim como pode ter sido o responsável por presenteá-lo com o primeiro livro de Cascudo, apresentado anteriormente. Afirmar que “li-o de uma vez” demonstra uma leitura ávida, diante da qualidade dos escritos, leitura interrompida apenas pelo trabalho no juizado.

Outro correspondente que trocava presentes frequentemente com Eurico Alves foi Licurgo. As cartas trocadas entre os intelectuais apresentam não apenas os textos que escreviam e compartilhavam, mas demonstram a rota de envio dos impressos. Em 1959, o médico campineiro escreve: “Que notícia você me dá do Risério Leite? Há muitos meses pediu-me que lhe enviasse por avião o ‘Ciclo dos carros de boi’, do Bernadino de Souza. Mandei. E até hoje estou sem saber se recebeu ou não” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 07 de maio de 1959). O trecho traz duas informações importantes para entendermos a rede intelectual entre esses estudiosos. A primeira delas é a forma de envio do livro. Licurgo diz que enviou “por avião” a obra solicitada pelo amigo, provavelmente por ser uma forma de entrega mais rápida e segura que a via terrestre, assim como deveria ser mais cara também. O segundo elemento que merece a atenção é a necessidade de acusar o recebimento da carta e das encomendas em anexo, para o remetente saber se todos os itens foram entregues ou se houve algum extravio. Por não ter notícias de Risério, questiona a Boaventura se ele adoeceu, viajou ou aconteceu alguma outra coisa impedindo-o de lhe responder, como propõe a cordialidade presente nas normas sociais partilhadas pelos correspondentes.

Na mesma carta, o escritor paulista questiona o ensaísta sobre como deveria enviar-lhe novas publicações: “Como deveria fazer para enviar alguns trabalhos meus, novos? Desta mesma forma, para Alagoinhas ou diretamente (como você fez) de avião até Salvador? Como ficará melhor para que não haja extravio?” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 07 de maio de 1959). A preocupação de como deveria ser feito o envio demonstra que era bastante comum os livros não chegarem ao seu destinatário, perdendo-se pelo caminho. O trecho permite-nos afirmar que a entrega por via aérea era vista como mais segura para o trajeto de Campinas a Salvador. Como Eurico Alves morava em Alagoinhas, a encomenda deveria ser recebida por algum outro portador, que enviaria para as mãos do escritor. Pela correspondência sabemos que, provavelmente, para mandar diretamente para a cidade onde o ensaísta morava, o envio deveria ser por via terrestre, aumentando as chances de extravio.

Em 1961, Eurico Alves menciona mais uma vez a forma utilizada para enviar os impressos para o amigo campineiro: “Mandei-lhe pelo serviço aéreo uma plaqueta respeito a uma família de minha comarca, escrita por dos seus componentes. Pena que não lhe tivesse chegado às mãos. Não sei porque. Deixei-a com Risério para que a pusesse no aéreo” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 26 de março de 1961). Mais uma vez, a encomenda foi mandada pelo “serviço aéreo”, porém, não chegou às mãos do destinatário. Parece confuso para Boaventura o motivo de Licurgo não ter recebido os recortes de jornais, descritos como

“interessantes” pelo remetente. Teriam se perdido no percurso de envio ou não foram enviados pelo portador? De uma forma ou de outra, podemos observar que Risério adota o papel de mediador entre Alagoinhas e Campinas, para receber o material enviado pelo ensaísta e encaminhar por via aérea para o campineiro.

Alguns anos depois, em 1964, ainda é possível perceber o temor do extravio ou do estado de conservação no qual o impresso chegaria ao destinatário: “Junto envio uma publicação da nova Academia, aqui de Campinas. Espero que chegue em ordem” (EAB-MEB, Carta de Licurgo a Eurico, Campinas, 13 de março de 1964). A última frase enuncia um temor do remetente, de que provavelmente sua encomenda não “chegue em ordem”. Pelo fato de ser uma ressalva de Licurgo, isso pode ter ocorrido outras vezes, o que torna necessário escrever na carta o desejo de que a nova publicação encaminhada para Boaventura chegasse bem.

Em 1960, Eurico Alves escreve uma carta de agradecimento a Fires Wyme pelo envio dos impressos: “Os seus livros, régio presente – me chegaram numa doce tarde, quando curto os restos de forte gripe [...]. Dois dias atrás, o correio me trouxe um pacote de livros remetidos pelo Garcez. E hoje, chegaram os seus” (EAB-MEB, Carta a Fires Wyme, Alagoinhas [aproximadamente 1960]). O trecho demonstra a rede de circulação de impressos, diante das obras que recebeu em uma mesma semana, tanto de Wyme como de Garcez, ambos amigos sergipanos do ensaísta. Apesar de se encontrar doente, as obras transformaram a rotina enferma em uma “doce tarde”, devido aos presentes. A encomenda chegou pelos correios, provavelmente por via terrestre, diferente do método utilizado para enviar materiais a Licurgo. Na mesma missiva, o ensaísta diz: “Esta semana, bafejada pelas fardas, chegaram os livros, que a bondade do Pe. Antônio me fez chegar as mãos” (EAB-MEB, Carta a Fires Wyme, Alagoinhas [aproximadamente 1960]). Dessa forma, foi necessária a mediação do Pe. Antônio para as obras chegarem a Boaventura, além do percurso feito pelos correios, como dito anteriormente. Assim, a entrega sendo realizada por via aérea ou terrestre, era comum a necessidade de portadores para efetivá-la junto ao destinatário.

Até então mencionamos apenas os livros enviados como presente para o escritor baiano. Na troca de correspondência entre Eurico Alves e Naylor Villas-Boas foi possível observarmos como funcionava a compra de livros. Primeiro, o ensaísta mandava uma quantia por algum portador. Posteriormente, por carta, ele dizia quais obras tinha interesse que o amigo comprasse e lhe enviasse. Na primeira troca epistolar entre os dois, presente no acervo consultado, Naylor escreve em abril de 1961: “A estas horas deve estar chegando em suas mãos os exemplares de CERCAS e da REDE, que obtive gratuitamente no Min. da Educ. Quanto a

ÊXODO E FIXAÇÃO, tenho dado voltas infrutíferas e feito indagações vãs” (EAB-MEB, Carta a Boaventura de Naylor Villas-Boas, Rio de Janeiro, 21 abril de 1961). Por “rede”, o carioca provavelmente se refere ao livro *Rede-de-Dormir*, de Câmara Cascudo, que Boaventura havia dito ter recebido de presente do “amigo do Rio” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 07 de maio de 1961), reforçando a hipótese de que se referia a Villas-Boas. Pelo “cercas”, talvez se refira à obra *Cercas sertanejas*, de Souza Barros, por constar esse exemplar na biblioteca pessoal do escritor. O motivo de Naylor ter conseguido os exemplares “gratuitamente” no Ministério da Educação deve-se ao fato de que os dois livros citados foram editados pelo próprio MEC, em 1959. Apesar de o interlocutor ter “dado voltas infrutíferas” na busca de *Êxodo e fixação*, ele afirma que irá continuar procurando o livro desejado pelo amigo:

Recebi com aquela sua carta a importância dela referida: Cr\$ 300,00. Por ora, só dispndi o porte da remessa dos dois livros acima. De modo que o ilustre amigo continua a dispor de fundos em meu poder para outras encomendas. Se estas tardarem, far-lhe-ei eu chegar às mãos aí, por minha irmã, o saldo [...]. Queira aguardar nova carta, até que eu lhe dê a palavra decisiva sobre ÊXODO. Pretendo voltar ao Dr. Simeão Leal, que foi quem me deu aquelas breves informações (EAB-MEB, Carta a Boaventura de Naylor Villa-Boas, Rio de Janeiro, 21 abril de 1961).

No trecho acima, podemos perceber que Eurico Alves enviou uma quantia referente a Cr\$ 300,00 (cruzeiros). Em abril de 1961, o valor foi utilizado apenas para pagar o envio de “cercas” e “rede”, apesar de não apresentar na correspondência quanto teria sido pago pelo serviço. Dessa forma, o ensaísta ainda poderia fazer novos pedidos ao amigo, pois tinha recursos em suas mãos. Villas-Boas afirma que, caso não encontre o livro *Êxodo e fixação*, irá enviar o saldo por sua irmã, que será a portadora do dinheiro. Pela carta, o remetente demonstra ter entrado em contato com vários indivíduos que pudessem lhe dar pistas de onde encontrar a obra desejada pelo ensaísta, apenas o Dr. Simeão Leal tendo “breves informações” de que conhecia o referido livro.

No mês seguinte, Eurico responde à carta de Naylor: “Recebi o pacote de livros e a sua carta. Antes de tudo, muitíssimo obrigado. Já li tudo de um fôlego. Quanto ao *Êxodo* pode ficar para depois” (EAB-MEB, Carta a Naylor, Alagoinhas, 07 de maio de 1961). Por “pacote de livros”, o correspondente refere-se aos exemplares de *Rede-de-Dormir* e *Cercas sertanejas* e afirma já ter lido ambos. Ao se referir ao “Êxodo”, o remetente diz que poderia enviá-lo depois, assim como manda uma nova lista de livros que gostaria que fossem comprados pelo amigo, com cerca de dez títulos:

Gostaria, se lhe fosse possível, indagar do Dr. Simeão Leal como se pode adquirir a coleção de *Documentos Históricos*, publicação do Ministério da Educação. Isto deveria ser enviado a quem se dedica-se a estudos de História. Pergunte-lhe, por favor,

como são adquiridos. Se da mesma forma que os livros remetidos, telegrafe-me, remetendo-se pelo aéreo. Se comprados, mande-me o custo da coleção. São duas coleções no assunto. Consultei-as na biblioteca municipal de Feira de Sant'Anna. / Os bons são os que sofrem. Mas a presença de tão bondoso amigo no Rio é uma constante ameaça de compras de livros. Peço-lhe desculpas se o incomodo assim. Desejaria obter aí também, na mesma coleção da Rede-de-Dormir os seguintes livros: Roteiro do Piauí, Etnias e Culturas no Brasil, Religião e Relações Sociais, O Cajueiro Nordestino, Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil e Brejo de Areia. Dos Cadernos de Cultura, preferiria adquirir Folclore Bahiano e Trilhas do Grande Sertão. Segue para o Dr. Simeão ler a palestra sobre as velhas fazendas (EAB-MEB, Carta a Naylor, Alagoinhas, 07 de maio de 1961).

No trecho acima, podemos perceber que o Dr. Simeão Leal, mencionado na carta de Naylor, reaparece também na escrita epistolar de Boaventura. O sujeito torna-se o mediador entre Villas-Boas e as obras do interesse do ensaísta. Em uma tentativa de estreitar os laços, Eurico Alves envia sua palestra, apresentada no *Rotary Club*, para o “Dr. Simeão ler”, provavelmente como uma forma de agradecimento aos serviços prestados na localização dos impressos. O nome do intelectual é mencionado mais uma vez no pedido para Naylor procurar a coleção de “Documentos Históricos”, pois poderia auxiliar também na busca dos novos títulos. O conjunto de livros desejados é visto pelo escritor baiano como leitura obrigatória para todos que se dedicam a estudar nossa história. No trecho, cabe destacar o número de obras solicitadas, que deveriam ser mandadas “pelo aéreo”, assim já definindo a forma pela qual deveriam ser enviadas as encomendas para chegarem nas mãos de Boaventura. No final, o ensaísta agradece a atenção do companheiro por enfrentar essa maratona na busca pelos impressos, definindo-o como “bondoso amigo”, além de solicitar ser informado sobre o valor de todos os exemplares, para reembolsar o destinatário, caso ultrapasse o saldo enviado anteriormente.

Em junho, Naylor volta a escrever a Eurico para trazer as novidades sobre a tarefa de procura das obras: “Já lhe escrevi umas linhas, começando-lhe a remessa, via aérea, sob registro (a. 54435, de 17-4-61) dos livros Cercas Sertanejas e Rede de dormir” (EAB-MEB, Carta a Eurico de Naylor Villa-Boas, Rio de Janeiro, 16 junho de 1961). No trecho, o autor da missiva apresenta o código de rastreamento do pacote, já enviado com os livros mencionados. Ele ainda complementa que conseguiu localizar um exemplar de *Êxodo e fixação* e irá encontrar o portador no dia em que escreveu a carta, para enviar a obra “quase esgotada” (EAB-MEB, Carta a Eurico de Naylor Villa-Boas, Rio de Janeiro, 16 junho de 1961). O livro de Souza Barros foi comprado pelo valor de Cr\$ 80,00 (cruzeiros). Na missiva, o amigo carioca faz a prestação de contas do que já foi gasto: “Esta quantia, somada ao custo da passagem aérea acima aludida, alcança o total de Cr\$ 125,00. Resta ao ilustre amigo, portanto o saldo de Cr\$ 175,00, que lhe chegará às mãos em fim do corrente mês” (EAB-MEB, Carta a Eurico de Naylor Villa-Boas,

Rio de Janeiro, 16 junho de 1961). O remetente conclui essa carta dando um prazo a Boaventura de duas semanas para enviar uma nova lista de obras de seu interesse, caso quisesse utilizar o saldo positivo sob seu domínio, antes de lhe reenviar o dinheiro. Pela prestação de contas acima, o valor de Cr\$ 125,00 é relacionado à soma do preço do “Êxodo”, Cr\$ 80,00 (cruzeiros), mais a taxa de envio da primeira remessa de livros. Isso nos permite afirmar que o valor do serviço aéreo foi de Cr\$ 45,00, um pouco mais da metade do custo de uma obra rara como a de Souza e Barros, demonstrando não ser uma prática barata esse tipo de envio, que, contudo, pelo curto tempo de recebimento, assim como pela maior chance de a encomenda chegar em um bom estado de conservação, provavelmente teria sua utilização compensada.

Na mesma carta, Naylor comenta que entregou o folheto da conferência de Eurico para o Dr. Simeão, que achou “interessante” a leitura. Sobre a coleção de “Documentos Históricos”, o remetente concorda com Eurico Alves de que os livros são de grande valor histórico, porém, a grande maioria estão esgotados, até mesmo na Biblioteca Nacional. Villas-Boas afirma que um amigo seu irá se dirigir ao Diretor Geral da instituição (BN), “pedindo-lhe não só que seu nome seja inscrito na lista das pessoas contempladas na distribuição da obra, como que lhe sejam recebidos os possíveis exemplares já saídos” (EAB-MEB, Carta a Eurico de Naylor Villa-Boas, Rio de Janeiro, 16 junho de 1961). Dessa forma, Naylor usa de sua influência para conseguir reunir os livros desejados por Boaventura, demonstrando a importância de fazer parte da rede de relações intelectuais, por ela ser necessária, inclusive, para a localização de determinadas obras.

Através da consulta ao Relatório de Conferência de Campo da Biblioteca Eurico Alves Boaventura, que possui o levantamento de todos os livros doados pela família à UEFS, podemos perceber a presença de alguns dos exemplares solicitados na carta enviada a Naylor. Entre eles, estão: *Roteiro do Piauí*, *Brejo de areia*, *O cajueiro nordestino* e *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Não foi possível localizar: *Etnias e culturas no Brasil*, de Diégues Júnior, *Trilhas no grande sertão*, de Cavalcanti Proença, e *Folclore baiano*, de Joaquim Ribeiro, que podem não terem sido encontrados por Villas-Boas. Mesmo assim, os esforços do correspondente do ensaísta deram resultados, pois ele conseguiu encontrar para seu amigo baiano ao menos seis livros considerados raros e esgotados.

Na carta de 08 de junho de 1961, Naylor justifica-se por ter parado uma semana com a busca pelos livros desejados por Boaventura, devido a uma gripe, mas já iria retornar às investigações. A encomenda enviada por via aérea seria destinada ao primo de Villas-Boas, Durval Bastos, a quem Eurico Alves deveria procurar para receber suas encomendas. Essa

informação apresenta, mais uma vez, a importância dos portadores na circulação dos impressos, que auxiliavam no processo de recebimento e entrega da correspondência, pois, caso o ensaísta não fosse a Salvador, outro mediador poderia levar os livros até Alagoinhas. Na mesma carta, o amigo carioca afirma: “Deixaram de ir: / - Etnias e Culturas no Brasil e / - Folclore Baiano” (EAB-MEB, Carta a Eurico de Naylor Villa-Boas, Rio de Janeiro, 8 junho de 1961). Não há uma explicação do motivo pelo qual não envia os dois livros, mas provavelmente foi por não conseguir localizá-los.

Sobre as obras enviadas pelo correspondente carioca, Eurico Alves afirma em carta a Tales de Azevedo: “Recebi remetidos por um amigo do Rio, vários volumes da coleção do Ministério da Educação. Li, então, o Roteiro do Piauí, de CARLOS EUGENIO PORTO” (EAB-MEB, Carta a Tales de Azevedo, Alagoinhas, 19 de junho de 1961). A menção a Villas-Boas como intermediário da aquisição dos exemplares é destacada no trecho, apesar de o objetivo central desse parágrafo ser a discussão do ensaio de Porto sobre o processo de povoamento do Piauí e a importância da figura do vaqueiro na expansão territorial da sesmaria. A afirmação de que “vários volumes da coleção” foram recebidos endossa a tese segundo a qual os títulos presentes na biblioteca pessoal do escritor teriam sido os mesmos enviados por Naylor.

Dessa forma, foi possível perceber através da troca epistolar a forma como era possível adquirir impressos nas décadas de 1950 e 1960, assim como apontar para a necessidade de estar inserido na rede de sociabilidade com outros intelectuais a fim de viabilizar a aquisição de determinadas obras, diante da dificuldade de distribuição dos títulos para além do Rio de Janeiro. A forma como as encomendas foram enviadas também pode ser observada nas cartas, o que possibilitou observar as diferenças entre a utilização dos serviços aéreos e terrestres para a entrega da correspondência. De qualquer maneira, a figura do portador torna-se marcante, para fazer a mediação entre um sujeito e outro.

### **3.2.4. “Não é tabaréu como eu”: Leitura de si na correspondência de EAB**

Como dissemos no começo do capítulo, uma das questões principais que atravessam a nossa pesquisa é relacionar a construção de si presente na escrita epistolográfica de Eurico Alves com a sua proposta de história do Brasil. A correspondência, apesar de parecer algo informal, em uma primeira leitura, apresenta ao destinatário um perfil específico do remetente, sendo carregada de estratégias discursivas, sejam intencionais ou não. Como foi dito por Borges e Almeida (2019, p. 33), a carta “é um lugar de privilégio do dizer subjetivo”, pois

o sujeito que escreve performa para seu leitor ao apresentar desejos, medos, alegrias e o cotidiano particular.

No texto “A ilusão biográfica”, Bourdieu (1998) tece críticas à tentativa de escrever sobre um determinado indivíduo com o objetivo de alcançar a sua totalidade. Para ele, ao abordarmos a vida de um sujeito, selecionamos certos acontecimentos, com o objetivo de construir uma narrativa coerente que atribua uma unidade ao objeto, que sempre será uma “ilusão retórica” (Bourdieu, 1998, p. 185), visto ser impossível compreender a existência humana através de uma leitura homogênea, única e linear. Dessa forma, a crítica da concepção moderna de indivíduo, feita pelo estudioso francês, permite-nos observar atentamente os escritos euríquianos e levantar alguns questionamentos: Quais as intencionalidades em transmitir determinada compreensão de si nas cartas? Quais os discursos mais frequentes atribuídos a si mesmo? E, por fim, as cartas realmente possibilitam acessar a subjetividade do epistológrafo?

Vários autores já escreveram sobre a relação da correspondência com a produção de si. Passos (2014) afirma que alguns biógrafos e literatos passaram a compreender os testemunhos presentes na escrita epistolar como uma forma de acessar o sujeito, assim como observar o desenvolvimento de suas obras. Concordamos que é possível acompanhar a gênese de determinadas teses do escritor a partir das cartas, como já citamos em outros momentos deste mesmo capítulo, porém, é uma concepção um tanto ingênua acreditar que se poderá encontrar a verdade ou representação fiel do sujeito nos seus escritos. Essa premissa deixa de lado os embates que envolvem a construção do próprio indivíduo no percurso de entender a si mesmo. Concordamos com a afirmação de Theobald (2014, p. 144) de que os correspondentes possuem personalidades complexas e que as cartas “dão a conhecer” os sentimentos que constituem o sujeito. A complexidade estaria presente nas omissões de palavras, nas saudações ao interlocutor, na repetição de temas e na pressuposta objetividade que apresenta a correspondência. Assim, não apenas acessaríamos o sujeito a partir das cartas, mas conheceríamos a imagem que o autor do texto gostaria de transmitir ao seu interlocutor.

Para compreender o termo “imagem”, dialogamos com Lilian Hack e Édio Silva (2017). Eles afirmam tratar-se de uma construção íntima que diz mais de nós mesmos do que da coisa representada. Dessa forma, ao escrever sobre os variados assuntos na sua correspondência, Eurico Alves fala ao destinatário mais sobre como ele gostaria de ser interpretado do que sobre qualquer outro tema. Nessa mesma vereda, Silvana Dias (2014, p. 130) utiliza os conceitos “persona” ou “máscara” para interpretar a epistolografia de Gilberto

Freyre, por compreender que através das cartas o intelectual pernambucano realiza “uma espécie de interação performática” com seu correspondente. Essa noção possibilita a autora afirmar que os elementos textuais e materiais da correspondência constituem uma forma do indivíduo se expressar ao outro.

A compreensão da noção de “máscara” na escrita epistolar, como apresentada por Silvana Dias (2014), questiona a unidade do sujeito moderno, pois não atribui ao remetente uma identidade específica, mas percebe-se que o escritor elabora diferentes faces ou perfis que se adaptam ao destinatário. Dessa forma, a imagem do missivista é elaborada na prática, “na própria dinâmica da troca de cartas” (Dias, 2014, p. 131), diante das relações sociais postas no momento da escrita, assim como do objetivo final da correspondência elaborada. Na sua tese, Marcos Moraes (2002, p. 67) defende a noção de “multiplicidade de ‘personas’ textuais”, que permite analisar a proposta da imagem desejada, presente no discurso epistolar, mas sem perder de vista as contradições e dissonâncias que permeiam a correspondência. Os elementos utilizados pelo autor da carta possibilitam a construção de uma “cena” (Moraes, 2002, p. 84), na qual ele se insere como um personagem visto como necessário para tornar-se presente ao destinatário. Isso permite observar o percurso utilizado na produção da missiva, desnudando, no processo analítico, os componentes autobiográficos aos quais o autor recorre.

Tanto o conceito de “persona” como de “máscara” permitem analisar a construção de si na escrita epistolar de Boaventura. Na correspondência presente no Acervo EAB-MEB, foi possível perceber a recorrência de temas como família, leituras de si e o perfil de pesquisador/culto construído para os correspondentes, quando abordou questões pessoais com os interlocutores. Assim, metodologicamente agrupamos nessas três sessões as citações das cartas de Eurico Alves que possuem características autobiográficas, com o objetivo de observar como cada um desses temas foram elaborados.

Em 1958, o ensaísta escreve uma correspondência para Cascudo e estabelece alguns comentários sobre o último livro que leu do estudioso potiguar. Na carta, Eurico Alves afirma que encontrou “vários pontos de contato com o meu sertão. Digo meu sertão, porque sinto orgulho enorme em ser sertanejo. E sertanejo de séculos” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 31 de agosto de 1958). Dessa forma, foi possível estabelecer uma associação entre o livro e as experiências pessoais do remetente, possivelmente por ambos fazerem parte de uma aristocracia rural. Cabe destacar que o escritor baiano se adjectiva como “sertanejo”, identidade da qual diz ter orgulho, principalmente por sua família habitar há séculos o interior do estado. A partir dessa citação, Boaventura inicia uma explicação do processo de deslocamento dos

“Alves de São Boaventura” do litoral, passando pelo recôncavo baiano até finalmente se fixarem no sertão, em meados do século XVIII. A narrativa torna a descrição anterior não apenas possível, como também algo que legitima a trajetória familiar, transformando-o em “sertanejo de verdade” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 31 de agosto de 1958).

O percurso da família também é o objeto da correspondência enviada a Sinval Boaventura (1924-2014), deputado mineiro e amigo de Wilson Lins. Eurico Alves mostra-se interessado em manter contato com o político diante da curiosidade de compartilharem o mesmo sobrenome. Escreveu em 1967: “Não pode ser curta a resposta da carta. O assunto exige carta longa” (EAB-MEB, Carta a Sinval Boaventura, Feira de Sant’Anna, julho de 1967). Como prometido, a missiva teve quatro páginas, com 1.702 palavras e 8.689 caracteres, três vezes o tamanho médio da produção epistolar euriquiana. O ensaísta buscava informações sobre a árvore genealógica do destinatário e, para isso, apresentou a sua detalhadamente. Ele continua: “A seis ou sete anos atrás, estive bisbilhotando arquivos, a procura de velhos Boaventura. Já não conseguia informações de contemporâneos, pois já se tinham ido [...]. Só o velho papel frio poderia falar agora” (EAB-MEB, Carta a Sinval Boaventura, Feira de Sant’Anna, julho de 1967). No trecho, o escritor remonta ao ano de 1960, e provavelmente a pesquisa referida estivesse vinculada à escrita de *Fidalgos e vaqueiros*, pois coincide com o momento de aperfeiçoamento do manuscrito, quando também se trazem várias informações sobre a família do seu autor. Como já não poderia obter alguns dados com pessoas mais velhas que ele, pois estavam mortas, apenas a pesquisa no arquivo poderia auxiliar na reconstituição do passado familiar, especificamente, no processo de fixação dos Boaventura no sertão baiano.

Não consegui elucidar de que região [...]. O certo é que a família é de origem portuguesa e aqui fixada a séculos. Acredito mesmo que por volta do século dezoito. De início, na orla marítima, isto é limítrofe da cana com o pastoreio. Diversos engenhos, onde pompeavam, se viram transmudados em fazendas de criar no fim do século passado. Esta mutação será explicada através de uma pesquisa sociológica, desvendando-lhe as causas. Fixado nesta linha e grupo de onde saiu o meu avô paterno, o velho e sisudo Alves de São Boaventura. E parentes ficavam em engenhos Quiçamá, Quebra-Cangalha, Zabelê, Bem-Viver, Peregrino, Lagoa dos Porcos, Cipó (EAB-MEB, Carta a Sinval Boaventura, Feira de Sant’Anna, julho de 1967).

O trecho acima apresenta informações que coincidem com as apresentadas na carta enviada a Cascudo em 1958. O ensaísta retoma a mesma linha narrativa de que os antepassados vieram de Portugal, em meados do século XVIII, e iniciaram um processo de migração para o sertão, implantando vários engenhos no caminho até se aperfeiçoarem nas fazendas de criar gado. Após a narrativa, ele afirma que essa trajetória “será explicada” através de uma “pesquisa sociológica”, provavelmente se referindo ao seu próprio manuscrito. Eurico Alves conclui esse

trecho citando os engenhos em posse de membros de sua família, ligados diretamente ao seu avô, que foi grande fazendeiro na cidade de Feira de Santana. Nos parágrafos seguintes, o ensaísta afirma que o correspondente “Pode envaidecer-se de ser um Boaventura” (EAB-MEB, Carta a Sinval Boaventura, Feira de Sant’Anna, julho de 1967), por ser uma família virtuosa, com mulheres fortes, que administravam muito bem as suas posses e mantinham seguro o patrimônio familiar.

Posteriormente, ao mencionar a extensão que a carta tomou, Eurico Alves afirma que o tamanho do texto epistolar se deve à saudade sentida ao rememorar seus antepassados: “De saudade sim, porque a lembrança dos parentes, mesmo os que não conhecemos, não alcançamos mais, é sempre saudade do nosso passado. E lá se vai...” (EAB-MEB, Carta a Sinval Boaventura, Feira de Sant’Anna, julho de 1967). O último trecho demonstra que, mesmo sem conhecer uma parte dos familiares mencionados anteriormente, ainda sente saudade deles, pois constituem o seu passado. Essa afirmação reforça o que defendemos nesta tese, que a escrita da história da região do pastoreio tem como principal objetivo arquivar a narrativa dos Alves Boaventura e de si, pois pensar o passado da família é indissociável ao próprio escritor, como ele afirma na carta.

No final da missiva, o ensaísta conclui a árvore genealógica dos Boaventura com ele e seus filhos, mas o que chama a atenção é o protagonismo atribuído aos homens:

De meu avô, que teve vivos dois filhos varões, são agora três netos varões e alguns bisnetos homens. Há moças também. Tenho dois rapazes e duas moças. Um dos rapazes prepara-se para o vestibular de engenharia no próximo ano. Uma moça cursa o segundo ano de letras da Faculdade de Filosofia, na federal. O outro rapaz, com inclinação para o comércio, já está a terminar o ginásio aqui. A outra moça completa este ano o curso de professora. Os meus filhos se chamam José Gonçalo Alves Boaventura e Antônio Augusto da Gama Alves Boaventura. E os Boaventura continuam (EAB-MEB, Carta a Sinval Boaventura, Feira de Sant’Anna, julho de 1967).

No trecho acima, podemos observar o destaque dado às figuras masculinas da família, “avô”, “filhos varões”, “netos varões” e “bisnetos homens”, inclusive quando se trata dos próprios filhos, pois apenas os nomes dos dois meninos são citados, apesar de a primogênita ser uma garota (e a única já na universidade). Quando se refere às mulheres, a menção principal foi “há moças também”, apenas como um adendo à narrativa falocêntrica dos Alves Boaventura. Outra questão que merece a atenção é a estratégia discursiva apresentada na carta, que retoma os antepassados do século XVIII até seus próprios filhos, que continuarão o legado da família.

Duas outras menções aos parentes na correspondência merecem destaque. A primeira citação é referente ao período de luto no qual a família se encontrou após a morte do

pai. Em carta a Israel, Eurico escreve: “A Baby nunca mais foi até lá depois que meu pai morreu. Não gosta de reviver a fazenda. Acho, porém, que uma forma de reverenciar-lhe a memória é fazer tudo quanto ele gostava” (EAB-MEB, Carta a Israel, Poções, 11 de julho de 1954). “Baby” provavelmente é uma referência a uma de suas irmãs que, desde o falecimento paterno, em dezembro de 1948, não havia ido ao solar da Fonte Nova, pois a casa lhe trazia lembranças traumáticas. O irmão possui outra concepção de celebração da memória: para ele, seu pai deveria ser lembrado pelas coisas que gostava de fazer, como uma grande fogueira e bombas em toda missa celebrada na capela da fazenda.

O luto reaparece na segunda menção à sua família na escrita epistolar. Em carta a Licurgo, o ensaísta afirma que passou o São João na casa-da-fazenda, mas sem festas “porque faz apenas nove meses da morte de minha Mãe. Fomos para a fazenda a mulher, os filhos e eu. Armamos fogueirona à frente da casa, com ramo, mas sem festanças. Somente nós e a família do vaqueiro” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, agosto 1963). A manutenção da tradição, mesmo com a recente perda materna, é vista pelo remetente como uma forma de celebrar a memória de D. Maria Amélia Boaventura, sua mãe, pois estariam reunidos diante do solar apenas pessoas que tinham grande afeto pela matriarca. Como ele escreve: “A lembrança da velha Sinhá (lá na fazenda e vizinhança, os mais velhos só chamavam assim a minha Mãe, embora tivesse o patriarcal apelido de Inhazinha) não nos deu margem para maior alegria” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, agosto 1963). A nomenclatura “sinhá” e “inhazinha”, como lembrado pelo próprio escritor, é um resquício patriarcal e aristocrático, utilizado para se referir às senhoras donas ou herdeiras das fazendas e engenhos. O uso do termo estabelece uma hierarquia social, pois mesmo no pós-abolição era dito por sujeitos em posição de subalternidade aos senhores (patrões) que lhes concediam as benesses com a intenção de manter os agregados sempre próximos. Também transparece uma conotação afetiva dele com relação a esse passado, que lhe parece ser isento de conflitos. Dessa forma, podemos perceber que, mesmo ao se referir à sua própria família, o ensaísta diz muito sobre si, pois compreende o passado familiar como uma extensão de sua própria existência. Por esse motivo, foi necessário observarmos como os parentes são retratados nas cartas, pois isso possibilita uma leitura particular de Eurico Alves.

A segunda sessão de agrupamento da narrativa epistolar com características autobiográficas refere-se à forma como o ensaísta interpreta a si mesmo. Em 1952, em carta a Demostenes, ele diz: “Depois de um tão longo silêncio, uma carta rápida de Juiz da roça” (EAB-MEB, Carta a Demóstenes, Poções, 31 de julho de 1952). No ano seguinte, em missiva

destinada a Ricardo, ele afirma: “Podem não acreditar num bisonho Juiz da roça e acharem que estou errado. Mas é isto mesmo” (EAB-MEB, Carta a Ricardo, Poções, 2 de julho de 1953). Nas duas ocasiões, Eurico Alves emprega o termo “Juiz da roça” para se referir a ele mesmo. Na primeira carta, a adjetivação é utilizada ao se referir à demora em responder ao amigo. No segundo caso, Ricardo pede algumas orientações jurídicas a Boaventura e, como resposta, o ensaísta diz que mantém sua opinião dada pessoalmente, mas que poderia consultar outro jurista, caso não acredite nele. O emprego do termo “da roça” levanta diferentes sentidos nos empregos apresentados. Enquanto a primeira correspondência possui um tom bem-humorado, a segunda aparenta ser algo que desclassifica o indivíduo, principalmente por ser acompanhada da palavra “bisonho”, que poderia se referir a algum acanhamento ou inexperiência. De qualquer forma, atuar profissionalmente no fórum de uma cidade pequena como Poções faz o escritor se sentir distante dos grandes centros, e talvez justifique a utilização do termo.

Em 1958, em carta a Risério, Eurico relata seu cotidiano na fazenda durante suas férias, quando estava realizando as atividades ligadas ao curral: “Pobre juiz... E penso tive o que vender este ano, pois a punição de 56 [ilegível] de fêmeas. E tentei fazer um plantel de mestiças de holandesas e tenho pelo menos um trabalho” (EAB-MEB, Carta a Risério, Faz. Fonte Nova, 20 de janeiro de 1958). A descrição “pobre juiz” refere-se ao trabalho que está tendo de desenvolver na Fonte Nova, como ajeitar os pastos e gerenciar a destoca dos matos, que cresceram mais que o normal pelo inverno forte. Ao mesmo tempo, Eurico busca a todo o momento mascarar sua condição social, comparando-o a um simples lavrador que vive em meio à dureza imposta pelo mundo rural. A correspondência apresenta um perfil diferente para o intelectual, o de fazendeiro. Ao afirmar que pretendeu fazer um plantel de vacas holandesas, o remetente demonstra o interesse em investir no criatório de gado leiteiro, para, provavelmente, se consolidar como comerciante de leite e tornar as terras da família mais rentáveis.

As recorrentes idas a Feira de Santana são explicadas pelo ensaísta devido ao amor que possui pela urbe: “Tenho dois amores assim – a mulher e esta cidade que chamo a segunda capital do Estado” (EAB-MEB, Carta a Dival Pitombo, Alagoinhas, 17 de junho de 1959). A retomada desse sentimento é uma forma de personificar características humanas da própria cidade. Assim como acontece em *Fidalgos e vaqueiros*, o espaço é lido como uma figura feminina, que recusa a penetração do vaqueiro em um primeiro momento, mas que posteriormente lhe acolhe com afago. O paralelo entre a correspondência e o ensaio é reforçado quando Boaventura escreve: “Adomar Vidal disse que o pegadio que o sertanejo tem à terra é quase sexual. Acertou” (EAB-MEB, Carta a Dival Pitombo, Alagoinhas, 17 de junho de 1959).

Ao dizer que a relação que possui com a terra feirense “é quase sexual”, o ensaísta reforça o escrito na sua obra, pois recorre a um mesmo léxico para afirmar que o amor que possui por Feira de Santana se assemelha ao sentimento por sua própria esposa.

Outra nomenclatura frequentemente utilizada por Eurico Alves para se referir a si mesmo é o “tabaréu”. Dois exemplos de sua utilização podem ser observados na correspondência enviada a Cascudo e a Risério. Em 1958, ele escreveu: “O meu endereço certo é o de Feira de Sant’Anna [...]. De lá, toda segunda-feira me vem correspondência e fica fácil atender a qualquer coisa da Bahia que você possa pedir a este tabaréu metido a escritor” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 31 de agosto de 1958). No trecho, o ensaísta envia a caixa postal, forma mais fácil para receber a correspondência do destinatário. Apesar de o endereço pertencer à sua mãe, o escritor afirma que recebe “toda segunda” em Alagoinhas suas encomendas enviadas para Feira de Santana. Provavelmente, o ensaísta possuía um mesmo portador que fazia a mediação entre a casa materna e sua residência no outro município. O termo “tabaréu” reaparece em 1960, quando diz ao amigo: “Publique coisas do sertão. Pelo menos você tem a imprensa fácil e não é tabaréu como eu. Quando aparecerá por Alagoinhas numa obra de misericórdia intelectual? Aqui, o vazio aniquila qualquer pessoa” (EAB-MEB, Carta a Risério, Alagoinhas, 03 de abril de 1960). No segundo exemplo, a utilização do termo está associada ao fato de não conseguir publicar seus textos, diferente de Risério, assim como afirma estar distante da cena intelectual soteropolitana, necessitando da bondade do amigo em lhe visitar para resgatar seu lado pesquisador. Quando se autorreferencia como “tabaréu metido a escritor”, Boaventura retoma o arquétipo da pessoa roceira, sem instrução culta; porém, a transgride por se compreender como literato, fugindo de uma compreensão inicial de um sujeito que não possui o domínio das letras. Mas a expressão aparenta ser mais uma tática<sup>91</sup> para demarcar seu lugar de enunciação, diante do estudioso potiguar, que uma identificação particular, tendo em vista a dedicação contínua do ensaísta à pesquisa, leitura e escrita de seus textos.

As adjetivações “da roça” e “tabaréu” remetem a uma figura interiorana e inculta, destoando da pessoa de Eurico, já que, por exercer a função de Juiz de direito, não apenas lhe era exigido um conhecimento da lei, como lhe era dado um lugar social privilegiado nas relações de poder na Bahia. De forma similar, Eulálio Mota descrevia-se como “escriba da roça”, o que é interpretado por Barreiros (2017, p. 59) como uma estratégia discursiva para

---

<sup>91</sup> No sentido que Certeau (2006, p. 41) atribui ao termo. Seriam “detalhes” do cotidiano que possibilitam a determinados sujeitos minarem as “redes de vigilância”.

demarcar o espaço interiorano como local de onde enunciava seus panfletos, diante da tentativa de estabelecer o contraponto do alto sertão como lugar associado ao atraso. A decisão de Boaventura de se apropriar da identidade “roceira” provavelmente se justifica pelo mesmo motivo de Mota, como uma forma de categorizar seus escritos como os de um sertanejo que fala de si e da sua gente. Silvana Dias (2014, p. 131) observa que Freyre utiliza em sua correspondência a “*persona* epistolar do ‘provinciano’”, vista pela pesquisadora como uma expressão literária e estética, permitindo ao estudioso se relacionar com suas origens ao mesmo tempo que se consolida como intelectual no cenário nacional. Assim, ele adota politicamente uma expressão, vista em um primeiro momento como depreciativa, para se classificar.

Outro tópico recorrente no ano de 1959 nas missivas foi o aniversário de cinquenta anos do ensaísta. Em janeiro, ele escreveu a Licurgo: “Estou concluindo as férias na fazenda e escrevo-lhe de um velho salão bem encanecido, rodeado de coisas bem velhas. O mais moço agora, no salão, no meu gabinete, sou eu, que, em junho inteirarei os cinquenta anos” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Fazenda Fonte Nova, 20 de janeiro de 1959). Em junho do mesmo ano, envia uma carta para Dival:

Cheguei ao ápice, seu Dival. Cinquenta anos daqui a uns dia. Sou todo eu uma jaculatória de DEUS. Agradecimento, graças pelo dom de ter vivido a súplica ardente, pedido forte para que ainda viva, para que possa criar os filhos. Tenho certeza de que viverei mais ainda. Sou ardoroso devoto de NOSSA SENHORA e espero de MARIA SANTÍSSIMA esta dádiva. / Mas, seu Dival, ao chegar a gente a esta altura é que vê o vazio dos nossos passos (EAB-MEB, Carta a Dival Pitombo, Alagoinhas, 17 de junho de 1963).

Nos dois relatos, separados por meses, Boaventura fala de forma melancólica e agradecida pelo fato de completar cinquenta anos. Na correspondência a Licurgo, afirma ser a “coisa” mais nova do seu gabinete, por estar rodeado de livros e objetos da cultura sertaneja, arquivados na casa da fazenda. No texto epistolográfico enviado a Dival, mostra-se agraciado pela dádiva do meio século, ao mesmo tempo que reflete sobre sua trajetória de vida. A premissa repete-se na mesma carta, quando ele escreve: “Não sei se passarei aqui ou aí o aniversário. Não aprendi como se fazer jeito de poder ganhar dinheiro e poder dar bela recepção... Estou pensando em arribar para a roça e sonhar” (EAB-MEB, Carta a Dival Pitombo, Alagoinhas, 17 de junho de 1959). A indecisão de onde celebraria seu aniversário coloca um peso sobre o ensaísta, que avalia se recolher na fazenda e “sonhar”, provavelmente uma referência ao fato de pensar futuros possíveis para sua vida.

A maturidade permite ao escritor refletir sobre sua atuação intelectual. Desde o começo da década de 1950, Boaventura demonstrava seu descontentamento com o isolamento em que se colocou. Um exemplo é a carta enviada a Wilson Lins, em 1953, quando afirma estar

surpreso com o presente do amigo: “Recebi, com surpresa, o seu livro [...]. Surpresa, porque, Juiz, esquecido da civilização, vivendo no angustioso isolamento do sertão, não esperava que os poetas civilizados se lembrassem ainda de um fazedor de versos que emudeceu” (EAB-MEB, Carta a Wilson Lins, Poções, 2 de junho de 1953). Ao escrever que se sente “esquecido da civilização”, Boaventura apresenta seu descontentamento em não ser mais uma figura presente nos meios intelectuais da Bahia, o que o faz viver “angustioso” no sertão, contribuindo para emudecer sua escrita poética. Em outra missiva a Licurgo, uma década depois, apresenta mais uma vez seu descontentamento ao se sentir distante dos amigos: “O isolamento de Alagoinhas me faz escrever carta longa. Isolei-me de todo o meio cultural de Salvador. Hoje só os da minha geração ainda se lembram de mim. Não culpo a ninguém. Apenas a mim mesmo” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, agosto 1963). O distanciamento entre ele e o “meio cultural” seria resultado das próprias ações do ensaísta, que não tiveram início em Alagoinhas, mas desde o momento que teve que “judicar” nas pequenas cidades interioranas. Como o próprio Eurico Alves escreveu em vários momentos das suas cartas, entre a cidade que morava em 1963 e Salvador havia uma distância resolvida com apenas uma viagem de trem. A decisão em manter-se distante não era simplesmente física, diante do rápido trajeto que resolveria o problema, mas apresenta-se como algo sentimental, talvez por não se sentir como o “revolucionário, dos tempos de Arco e Flexa” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, agosto 1963) – traço que caracterizou a juventude do escritor, por participar na década de 1920 do primeiro grupo modernista baiano – ou ainda por se ver distante da rede de sociabilidade intelectual soteropolitana, apesar da frequente troca epistolar. Com pesar, Boaventura afirma que é lembrado apenas pelos indivíduos de sua “geração”, ao se tornar uma figura pouco conhecida na cena literária baiana, principalmente por preferir se “isolar” na sua fazenda.

Na carta a Dival Pitombo, o tom melancólico também é perceptível, principalmente quando escreve que os cinquenta anos lhe permite observar o “vazio dos nossos passos”, principalmente por ser uma testemunha das duas guerras mundiais e de acompanhar a morte de centenas de pessoas. Ele chega à seguinte conclusão: “E o pior é se ter a certeza de que foi tudo inútil. E o pior é se ter certeza de que a lição foi desprezada” (EAB-MEB, Carta a Dival Pitombo, Alagoinhas, 17 de junho de 1959). A reflexão trazida na carta apresenta um missivista que busca sentido na vida, ao perceber que não há um progresso para a existência humana, que as lições não produzem algum aprendizado coletivo, que as agruras da ganância permanecem diante da inutilidade dos eventos traumáticos para a sociedade. É interessante observar a dissociação de si, por Boaventura, em dois momentos diferentes de sua vida. Enquanto jovem

era “revolucionário”, escandalizava a capital do Estado com suas poesias modernistas, mas em sua maturidade é um homem que se preocupa em arquivar o passado, em deixar um relato de si mesmo, provavelmente por não ver tanto futuro em sua trajetória de vida e por suas memórias ser o caminho para se entender consigo.

O “isolamento”, como propõe o próprio ensaísta, pode ser observado em alguns trechos epistolares. Na correspondência a Wilson, em 1953, Eurico Alves escreve: “Daqui, do silêncio apocalíptico desta cidadezinha sem alma, agora que estou em casa, longe do cheiro frio do cartório, ouvindo um lindo Arabesque, de Debussy e perto de alguns livros de versos que ainda teimarei em ficar aqui, releio os seus versos” (EAB-MEB, Carta a Wilson Lins, Poções, 2 de junho de 1953). Mais uma vez, o escritor mostra-se melancólico, diante de uma cidade interiorana e da “frieza” do cartório onde trabalha, sendo resgatado da mesmice cotidiana pelo respiro cultural que a música clássica e as poesias poderiam fornecer. O silêncio mortal causa um estranhamento ao remetente, fazendo-o se aproximar ainda mais dos livros e da escrita. Uma década depois, Boaventura diz a Licurgo: “E enquanto espero os dois meninotes, que foram a um circo, engano a frieza com as teclas da máquina” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, 05 de junho de 1963). Novamente, o espaço interiorano não inspira a intelectualidade do ensaísta, como acontecia na década de 1930, tendo as “teclas da máquina” de escrever como refúgio, forma de dialogar com seus correspondentes, além de narrar passados. Mas é interessante observar que, apesar de Eurico Alves definir a si mesmo como “roceiro” e “tabaréu”, ele não se sente como integrante da identidade que reivindica, por se distanciar do cotidiano interiorano e buscar acolhimento nas práticas eruditas, das quais discursivamente afirma se distanciar na escrita epistolar.

Em 1963, dois meses após a última missiva, Eurico escreve mais uma vez a Licurgo: “Estou chegando da Feira de Sant’Anna e vou logo escrevendo-lhe para que o recorte do jornal não fique a estragar no meio da papelada forense. Assim, perderá ele o perfume de coisa agradável, tomando cheiro dos miasmas forenses” (EAB-MEB, Carta a Licurgo, Alagoinhas, agosto 1963). Outra vez o ensaísta compara as práticas do seu ofício a uma frieza podendo contaminar os recortes de jornais que seriam enviados ao amigo, enquanto o perfume da novidade seria afetado pelos “miasmas forenses”, pouco interessantes ao correspondente campineiro. No mesmo ano, envia uma carta a Marieta Alves, afirmando: “Leio sempre e guardo as suas crônicas de A Tarde. Dedico-me a estudos do passado sertanejo e leio com interesse tudo o que se publica em matéria de pesquisas históricas” (EAB-MEB, Carta a Marieta Alves, Alagoinhas, 12 de maio de 1963). No trecho, o ensaísta apresenta-se como interessado

em “pesquisas históricas”, reforçando seu perfil de estudioso do passado e colecionador de textos sobre o sertão. A utilização da frase “leio sempre” estabelece uma assiduidade na leitura das colunas da correspondente, coincidindo com os relatos anteriores de passar parte do seu tempo rodeado de livros no seu escritório.

Na missiva enviada a Vivaldo Lima (1925-2010), em 1958, o remetente escreve: “É um crime Juiz cuidar destas coisas... Passei hoje a limpo alguns poemas com fundo rural. Não sei se estarão para a sua sensibilidade de requintado cidadão. Em todo caso, levá-los-ei para você os ler” (EAB-MEB, Carta a Vivaldo Costa Lima, Alagoinhas, 19 de novembro de 1958). Pela expressão “é um crime”, o ensaísta refere-se ao fato de que, diante da ausência de trabalhos sobre arqueologia na Bahia, não realizados nem por Teodoro Sampaio, ele se vê na obrigação de escrever sobre o tema, mesmo sendo jurista e não um especialista no assunto. É complexo percebermos que em alguns momentos Boaventura se distancia do seu trabalho no cartório e se identifica mais com a escrita literária, quando no trecho acima ele faz justamente o oposto. O relato afirma que passou “a limpo” uns poemas escritos na década de 1930, mas que não acredita estarem requintados para a “sensibilidade” do antropólogo baiano, uma forma de justificar que ele é um juiz e não um poeta.

De forma similar, ao escrever para Cascudo em 1961, Eurico Alves envia um poema para o estudioso potiguar. O texto acompanhando a “canção” em anexo diz: “Acredito que você tenha um arquivo de coisas utilizáveis e outro arquivo de coisas não utilizáveis. Para este arquivo vai aqui uma peça [...]. Não tem valor algum a não ser para mim” (EAB-MEB, Carta a Cascudo, Alagoinhas, 07 de maio de 1961). Ao se referir anteriormente como “sertanejo” e posteriormente afirmar que sua poesia, escrita em Tucano, em 1937, só tem valor para ele mesmo, o ensaísta adentra mais uma vez a estratégia discursiva de utilizar de uma modéstia para se respaldar, caso o intelectual não goste de sua produção literária. Assim como fez com Vivaldo, Boaventura mostra-se distante do lugar de escritor, aproximando-se de um narrador do sertão, relatando memórias que teriam sentido apenas para si.

Dessa forma, Eurico Alves apresenta diferentes perfis relacionando-se com a “persona” que almeja apresentar a determinado destinatário. Como afirma Dias (2014, p. 135), os discursos epistolares buscam transmitir ao seu leitor a presença do “seu verdadeiro eu”. Mas, devido à inconstância e complexidade humanas, o missivista constrói diferentes faces para si, como foi visto na análise da correspondência de Boaventura, mesmo que as cartas se contradigam se lidas de forma comparativa. Hack e Silva (2017) afirmam que, no momento que produzimos imagens de nós mesmos, nos desvencilhamos daquilo que acreditamos nos

representar, pois entramos em contato com a leitura do outro sobre nossa imagem, que é desfeita pela provocação do observador. Nessa perspectiva, ao analisarmos os vários perfis produzidos por Boaventura sobre si, desfazemos a unidade que o sujeito buscava elaborar dele mesmo. As imagens produzidas por ele configuram o lugar social que almejava estabelecer para si diante de seus interlocutores, mas permite-nos observar qual a História do Brasil que ele propõe defender a partir de suas inquietações pessoais, memórias e anseio de demarcar um passado para a elite do pastoreio.

## CONCLUSÃO

A partir da década de 1930, uma nova vertente do Modernismo começou a ganhar espaço entre os intelectuais brasileiros: a produção do ensaio histórico-sociológico. A escolha por esse gênero literário deu-se pelo seu formato de escrita mais livre, possibilitando a defesa de ideias sobre o Brasil e a interpretação social do povo brasileiro. Até a década de 1960, foram lançados ensaios como *Casa grande e senzala*, *Sobrados e mucambos*, *Ordem e progresso*, de Gilberto Freyre, *Retrato de Brasil*, de Paulo Prado, *Raízes do Brasil*, *Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Evolução política do Brasil*, *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, entre outros. Esses autores tinham em comum a busca por responder à mesma questão: o que é o Brasil?

No interior da Bahia, um escritor de renome no contexto do Modernismo baiano também se debruça sobre o mesmo problema. Eurico Alves Boaventura, leitor/intelectual curioso, acompanhava os mais recentes lançamentos no campo das Ciências Humanas, em especial os ensaios sociológicos, como podemos observar pela sua biblioteca pessoal e pelas trocas de correspondência com seus interlocutores. Mesmo com as recentes publicações da época, o poeta acreditava que “ainda não foi feita a História do Brasil corretamente” (Boaventura, 2006, p. 135). Mas o que seria para Boaventura escrever corretamente a História do Brasil? Com o objetivo de solucionar essa questão, ele escreveu entre 1952 e 1963 o manuscrito publicado com o título *Fidalgos e vaqueiros*.

No livro, Eurico Alves defende a narrativa de nação brasileira centrada no interior da Bahia, com o cenário de fundo das fazendas de criação de gado, especialmente a partir da ótica dos senhores do solar pastoril. A historiografia apresentada no ensaio relaciona não apenas o discurso sociológico, mas as memórias pessoais do autor, movido pelo interesse em arquivar o passado da elite dos currais que, segundo o próprio Boaventura, estaria em declínio e corria o risco de ser esquecida no curso da história, devido, principalmente, à ascensão de novos ricos.

Para entendermos a preocupação do ensaísta, foi necessário retornarmos ao contexto social da Bahia do início do século XX e observar as disputas de poder entre as elites locais, seja pela ocupação de cargos públicos, a exemplo da Prefeitura de Feira de Santana, seja pela manutenção da memória desses sujeitos através das páginas dos jornais que circulavam na urbe feirense. Vimos o alinhamento político e as redes de amizade estabelecidas entre os Alves Boaventura e o *Jornal Folha do Norte*, na figura de Arnould Silva, seu editor-chefe e proprietário do periódico. Essa proximidade pessoal entre as famílias, os Boaventura e os

Bahias, representava as alianças estabelecidas para a manutenção de um mesmo grupo político no poder. Eurico Alves herda os laços de sociabilidades anteriormente estabelecidos por seus parentes, tornando-se um dos correspondentes da *Folha do Norte*, ainda que tenha se mudado para Salvador muito jovem, com o objetivo de dar continuidade aos estudos e, posteriormente, de ingressar no curso de Direito.

A passagem por Salvador, especialmente na década de 1920, insere o jovem Eurico em uma rede intelectual que foi mantida por toda a sua vida, mesmo optando por morar distante da capital do estado, devido à sua atuação como Juiz de Direito. Nesse período, Boaventura escreve para vários periódicos, em especial o *Diário da Bahia*, *A Tarde* e *O Imparcial*. O autor vincula-se ao grupo *Arco & Flexa*, que publicou uma revista homônima entre 1928 e 1929, configurando-se como o primeiro impresso modernista da Bahia. Essa projeção tornou Eurico Alves um nome conhecido no cenário baiano, principalmente pelas poesias escritas na referida época. A grande parte das pesquisas científicas realizadas sobre o escritor tem como recorte sua atuação no Modernismo baiano e deixa de lado sua produção literária a partir de 1940, após a mudança no gênero e estilo de escrita.

O “tradicionalismo dinâmico” que configurou o grupo intelectual do qual Eurico Alves fez parte passa a ser visto de outra ótica pelo ensaísta. Se na década de 1920 a contraproposta baiana ao Modernismo paulista era uma escrita com elementos estilísticos novos e temas locais, na década de 1950 Boaventura se preocupa em recuperar o passado do estado, diante do temor da avançada moderna e seus consequentes apagamentos. Frente a essa preocupação do escritor, desenvolvemos o problema principal da nossa tese: qual a concepção de história do Brasil presente em *Fidalgos e vaqueiros*?

Para refletirmos sobre a práxis historiadora de Boaventura, analisamos a metodologia de pesquisa, a forma como foram examinadas as fontes e os elementos narrativos presentes no ensaio. Constatamos que houve uma preocupação do escritor em respaldar suas análises com documentos aos quais teve acesso nos fóruns onde atuou como juiz. Para isso, foram citados em *Fidalgos e vaqueiros* inventários e processos de partilha tendo como foco a quantidade de escravizados no interior da Bahia, para a defesa de uma das principais teses presentes na obra: a reduzida presença negra nas fazendas de criação de gado. Demonstramos como a ideia do autor, mesmo embasada em documentação, não se sustenta, devido ao conjunto de trabalhos historiográficos recentes que apresentam um panorama contrário, justamente por criticar a concepção presente no imaginário social de uma pretensa branquitude da população baiana no interior do estado. Outro ponto de fragilidade da análise euriquiana é a ausência de

dados que fundamentem suas afirmações, pois aparenta selecionar alguns processos específicos para tecer seus comentários, não possibilitando a compreensão da sociedade como um todo.

Para compreendermos a base das noções defendidas em *Fidalgos e vaqueiros*, delimitamos os fios da rede intelectual na qual Eurico Alves se insere. Levantamos os 30 autores mais citados no ensaio, quais livros são mencionados, quantas vezes aparecem e em quais temas a eles se recorre. Esse mapeamento possibilitou uma compreensão das leituras e apropriações realizadas para a escrita do livro. A forma como Boaventura utilizou Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Capistrano de Abreu, José de Alencar, Bernardo Guimarães e outros intérpretes do Brasil se adapta às preocupações do escritor em cada temática abordada. A concordância ou discordância estavam alinhadas à proposta intelectual e política no tema, acionando a autoridade do autor citado quando lhe fosse conveniente, mas sempre demonstrando um grande respeito com os intelectuais com os quais estabelece diálogos no texto. Percebemos que a principal função dos estudiosos que compõem o grupo dos autores mais citados era atribuir respaldo científico às teses defendidas por Boaventura, apesar de em vários momentos negar a sua intenção histórica e sociológica no ensaio, embora demonstrasse na prática o oposto.

A rede de intelectuais que auxiliaram na escrita de *Fidalgos e vaqueiros* não se resume apenas aos autores lidos. O segundo grupo de estudiosos analisados foi composto por seus correspondentes. Para isso, analisamos uma pasta de correspondência trocada por Eurico Alves com outros intelectuais no período de 1950 a 1960, justamente o período de escrita do manuscrito. Foram analisadas 55 cartas, sendo 35 cartas de autoria do próprio ensaísta e vinte recebidas como resposta de seus interlocutores: Mário Risério Leite, Tales de Azevedo, Licurgo Santos Filho, Naylor Villas Boas e Demóstenes. Entre a correspondência ativa (enviada por Boaventura) encontramos como destinatários: Licurgo (oito cartas), Risério (seis cartas), Cascudo (duas cartas), Cavalcanti Proença, Fires Wyme, Wilson, Demóstenes, Ricardo, Vadinho, Silvestre, Dival, Marieta Alves, Félix, Naylor, Tales, Calasans, Carlos Eduardo, Diégues e Sinval Boaventura (todos com uma carta cada).

A correspondência faz parte do acervo privado EAB-MEB, administrado pela sua filha e pesquisadora Maria Eugenia Boaventura. A partir do texto epistolográfico, organizamos os temas mais recorrentes, a saber: 1. Fidalgos e vaqueiros; 2. Feira de Santana; 3. Museu do Vaqueiro; 4. Saudações/Cumprimentos; 5. Convites para visitas; 6. Trocas intelectuais; 7. Aquisição de impressos (livros, revistas e jornais); 8. Menção a outros intelectuais; 9. Leitura de si; 10. Solicitação de informações; 11. Publicações; e 12. Questões raciais.

Inicialmente, acreditávamos que Eurico Alves não conseguiu publicar *Fidalgos e vaqueiros* ainda em vida por ser um sujeito isolado do cenário intelectual soteropolitano. No decorrer da pesquisa, principalmente com a análise da correspondência foi possível perceber que essa rede intelectual foi mantida mesmo ele estando fisicamente distante de seus correspondentes. A ideia de isolamento já não se sustentava, pois houve demonstrações de tentativas de publicação do manuscrito pelos amigos de Boaventura, mas que não foram adiante devido à angústia pessoal do escritor diante da incompletude do texto.

A forma como a carta era assinada, a presença de apelidos e as saudações utilizadas demonstraram o grau de proximidade entre os envolvidos, assim como foi possível observar o aprofundamento da amizade entre Eurico Alves e os intelectuais com quem se correspondia. Analisar a correspondência em conjunto possibilitou acompanhar discussões, trocas de livros e referências através das missivas, formas de circulação dos impressos e práticas intelectuais comuns nas décadas de 1950 a 1960. O contínuo suporte entre os indivíduos que faziam parte dessa rede de sociabilidade incentivava seus “membros” a continuarem escrevendo e publicando textos, assim como fomentava o desenvolvimento de ideias que seriam publicadas posteriormente, como aconteceu com a correspondência entre Eurico e Licurgo, que já apresentavam teses aprofundadas em *Fidalgos e vaqueiros*.

Essas trocas intelectuais possibilitaram compreender como se constituíam as redes de sociabilidade entre os estudiosos, que eram importantes para a divulgação de temas e livros em um período de difícil acesso a determinados impressos. Assim, só foi possível a Boaventura escrever seu ensaio sociológico devido às relações de amizade estabelecidas com outros estudiosos, que leram seus escritos, fizeram sugestões, indicaram pontos que precisavam ser melhorados e lhe enviaram textos que seriam do seu interesse. Os autores citados na versão final do livro indicam esse diálogo pontuado na correspondência e que permitiu o desenvolvimento das questões presentes no manuscrito. Já o grupo dos mais citados sinaliza os gostos pessoais de Eurico Alves, alinhado a uma perspectiva mais conservadora na compreensão do discurso historiográfico, assim como a maior proximidade na concepção de Brasil nos passos de intelectuais como Gilberto Freyre, Oliveira Viana e Capistrano de Abreu, figuras centrais no desenvolvimento da concepção de História do Brasil apresentada em *Fidalgos e vaqueiros*.

Na introdução da tese, apontamos como uma das questões deste estudo indagar quais os significados que a publicação do livro teve ao ser lançada duas décadas depois da finalização do manuscrito. No contexto da década de 1960, quando o manuscrito foi concluído,

o autor apresentava uma interpretação inovadora de moldes da perspectiva da historiografia tradicional da época, que escrevia sobre grandes sujeitos oriundos das elites, com uma abordagem sociológica então já datada para a Escola de Sociologia Paulista, integrada por sociólogos como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco, João Baptista Borges Pereira, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa, entre outros. Para os anos 60, *Fidalgos e vaqueiros* já possuía uma abordagem e uma concepção de Brasil considerada conservadora e pouco plural, pela forma como estabelece a relação entre brancos, negros e indígenas, principalmente no tocante à garantia de direitos básicos, como a posse das terras. Quando finalmente é publicado em 1989, o ensaio euriquiano surge como uma fonte documental para se entender a história do Brasil na década de 1950 (já que o livro teria iniciado a sua escrita em 1952), com uma compreensão da nação e de suas gentes que rompe com uma lógica regional de poder, pois toma o interior do país como origem da brasilidade, mas com várias teses sociológicas já datadas, no sentido de que foram revisitadas e caíram em desuso.

Mesmo com os problemas teóricos, metodológicos e conceituais, com a publicação do livro *Fidalgos e vaqueiros* Eurico Alves se consolida não apenas como poeta, mas também como intérprete do Brasil, pois lança uma forma inovadora de compreender a história do nosso país, descentrando a narrativa historiográfica das grandes cidades e do eixo Sul-Sudeste, preocupado em narrar de sua própria perspectiva uma forma de construir sentido sobre os Brasis.

## REFERÊNCIAS

### - Jornais

1. JORNAL FOLHA DO NORTE. Feira de Santana. 1923-2009.

### - Correspondências

1. ACERVO EAB-MEB. São Paulo. 1952-1965.

### - Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1988.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. 7. ed. São Paulo; Belo Horizonte: Publifolha; Itatiaia, 2000.

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. *In*: ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura**. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2003. p. 15-45.

ALMEIDA, Oscar Damião. **Dicionário da Feira de Santana**. Feira de Santana: Santa Rita, 2006.

ALVES NETA, Amélia Saback. "**A ciência da verdade**": história e escrita da História na obra de Braz Hermenegildo do Amaral (1886-1943). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ALVES, Cláudia. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27-55, jan./abr. 2019.

ALVES, Ivia. **Arco & Flexa**. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 1978.

ALVES, Ivia. O jovem Eurico e a modernidade: O resgate do momento cultural. *In*: OLIVIERI-GODET, Rita (org.). **A poesia de Eurico Alves: imagens da cidade e do sertão**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Fundação Cultural, EGBA, 1999. p. 49-70.

ANDRADE, Mário. **O movimento modernista**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1942.

ANDRADE, Oswald de. **Estética e política**. São Paulo: Globo, 1992.

ARANHA, Graça. A emoção estética na Arte Moderna. *In*: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação dos principais poemas metalinguísticos, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas de 1857 a 1972. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 511-520.

ARAÚJO, Jorge de. Fidalgos e Vaqueiros: de monumento antropológico a ode do universo agropastoril. **Léguas & meia**: Revista de literatura e diversidade cultural. Feira de Santana, UEFS, v. 7, n. 5, p. 7-19, 2009.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Chuvas de verão: "Antagonismos em equilíbrio" em Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 198-211.

ARTIÈRES, Phillipe. Arquivar a própria vida. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-36, 1998.

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2014.

AZEVEDO, Tales de. **Feira de Santana, passado e presente**. Salvador: Centro de Estudos Baianos: Publicações UFBA, 1976.

BASTOS, Alessandro Cerqueira. **Trabalhadores honrados, agressores redimidos**. São Paulo: Dialética, 2022.

BARBOSA, Cibele. **Escrita histórica e geopolítica da raça**: a recepção de Gilberto Freyre na França. São Paulo: Global; Fundação Gilberto Freyre, 2023.

BARREIROS, Patrício Nunes. Eulálio Motta: um panfletário no sertão da Bahia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 67, p. 57-80, ago. 2017.

BERARDINELLI, Alfonso. A forma do ensaio e suas dimensões. **Remate de Males**, Campinas-SP, v. 31, n. 1-2, p. 25-33, jan./dez. 2011.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **A paisagem urbana e o homem**: memórias de Feira de Santana. Organização de Maria Eugenia Boaventura. Feira de Santana: UEFS Editora, 2006.

BOAVENTURA, Maria Eugênia. **Couto de Barros: a elite nos bastidores do Modernismo Paulista**. São Paulo: Ateliê Editorial; Editora UNICAMP, 2022.

- BOPP, Raul. **Movimentos modernistas no Brasil (1922-1928)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2012.
- BORGES, Raquel Czarneski. O grupo modernista-regionalista de Pernambuco: Cícero Dias, Gilberto Freyre e a articulação entre Região, Tradição e Modernidade. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2011. p. 1-10.
- BORGES, Rosa; ALMEIDA, Isabela. A correspondência nos acervos de João Augusto e Jurema Penna. **Léguas & Meia**, Feira de Santana, n. 10, v. 1, p. 30-49, 2019.
- BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, v. 22, n. 1, p. 47-66, jun. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**; tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CAMPOS, Juliano Mota. **Entre tinteiros e palanques: A trajetória intelectual e política de Arnold Ferreira da Silva em Feira de Santana-BA (1909-1930)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.
- CANDEAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2021.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Um livro perene. *In*: FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2016.
- CARVALHO, Lucymara. **“Putá só, homem só”**: relações familiares, memória e cotidiano das mulheres negras prostitutas de Feira de Santana-BA (1940-1960). 2022. Dissertação (Mestrado em História – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2022.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1992.
- CHARTIER, Roger. **O que é um autor?**: revisão de uma genealogia. Tradução de Luzmara Curcino; Carlos Eduardo Bezerra. São Paulo: Edufscar, 2012.

- CHIACCHIO, Carlos. Tradicionalismo dinâmico. **Arco & Flexa**, v. 2, n. 2/3, p. 3-8, dez. 1928.
- CHIARADIA, Kátia. **Ao amigo Franckie, do seu Lobato**. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- DAMATTA, Roberto. O Brasil como morada: apresentação para Sobrados e mucambos. *In*: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano**. 15. ed. São Paulo: Global, 2004. p. 11-26.
- DIAS, Silvana. Perfis da província e máscaras da modernidade: uma leitura da correspondência de Gilberto Freyre com Manuel Bandeira, José Lins do Rego e Rodrigo Melo Franco de Andrade. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 2, p. 128-137, abr./jun. 2014.
- DÓREA, Juraci. **Eurico Alves, poeta baiano**. Feira de Santana: Casa do Sertão; Lions Clube de Feira de Santana, 1978.
- DÓREA, Juraci. **Cartas de Eurico Alves: fragmentos da cena modernista**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.
- FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.
- FERREIRA, Laís Mônica. **Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial – 1933-1937**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- FERREIRA, Monalisa Valente. Os dedos de Eurico Alves vestem A Luva (a revista, o modernismo baiano e o poeta dissonante). **Légua & meia: Revista de literatura e diversidade cultural**. Feira de Santana, UEFS, v. 6, n. 4, p. 87-103, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Organização de Manoel Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um Autor?**. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b. p. 264-298.
- FREITAS, Lucas de. O bacharelismo no Brasil e o atual fenômeno da bacharelise: uma análise sócio-histórica. **Quaestio**, Sorocaba-SP, v. 12, p. 81-91, nov. 2010.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano. 15. ed. São Paulo: Global, 2004a.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 6. ed. São Paulo: Global, 2004b.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Luiz da Câmara Cascudo e o estudo das culturas populares no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 174-183.

GONÇALVES, Marcos Augusto. **1922**: a Semana que não terminou. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GOMES, Angela de. Oliveira Vianna: um statemaker na Alameda São Boaventura. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 144-159.

HACK, Lilian; SILVA, Édio. Escrever sob o fascínio da imagem – ressonâncias entre o pensamento de Maurice Blanchot e Georges Didi-Huberman. **Visualidades**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 69-92, jul./dez 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HANSEN, João A. Autor. In: JOBIN, J. L. **Palavras da Crítica: Tendências e conceitos no Estudo da Literatura**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presenteísmo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEJEUNE, Phillipe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Tradução de Jovita Noronha e Maria Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LINS, Rafael Quintela. **A cidade ferve e o bicho espreita: os dominantes e a política em Feira de Santana (1945-1964)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

LINS, Wilson. A aristocracia dos currais. *In*: BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial Didático da UFBA, 1989.

MAIO, Marcos. Relações raciais e desenvolvimento na sociologia de Costa Pinto. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 324-337.

MEDRADO, Joana. **Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2012.

MORAES, Marcos Antonio de. **“Orgulho de jamais aconselhar”**: a epistolografia de Mário de Andrade e seu projeto pedagógico. 2002. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MORAES, Marcos Antonio de. Curtos-circuitos na correspondência Mário de Andrade e Manuel Bandeira. **Remate de Males**, Campinas-SP, v. 33, n. 1-2, p. 135-147, jan./dez. 2013.

MORAES, Marcos Antonio de. Mário de Andrade da Câmara Cascudo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 67, p. 249-254, ago. 2017.

MORAES, Marcos; MARQUES, Rodrigo. Mário de Andrade: diálogos epistolares com paranaenses e cearenses. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 104, p. 91-110, 2022.

NASCIMENTO, Carina; SILVA, Denise. A modernização da cidade de Salvador: um olhar. **Ao pé da letra**, Pernambuco, v. 2, pp 29-34, 2000.

NASCIMENTO, Edna. Gênese de uma obra e esboço de uma poética: a correspondência de João Guimarães Rosa. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 2, p. 163-171, abr./jun. 2014.

NOGUEIRA, Rubem. **O homem e o muro: memórias políticas e outras**. São Paulo: Edições GRD, 1997.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. **Feira em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

OLIVEIRA, Clóvis F. R. **Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960**. Salvador: EDUFBA, 2016.

OLIVEIRA, Laura de. **Guerra fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)**. Maringá: Eduem, 2015.

OLIVEIRA, Lucia Lippe. A sociologia de Guerreiro Ramos e seu tempo. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2009. p. 240-253.

OLIVIERI, Rita. Para ler Eurico Alves Boaventura. *Sitientibus*, Feira de Santana, v. 4, n. 7, p. 35-47, 1987.

OLIVIERI-GODET, Rita. **A poesia de Eurico Alves: imagens da cidade e do sertão**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Fundação Cultural - EGBA, 1999.

PACHECO, Larissa Penelu. **Redes de intelectuais e intercâmbio brasilianista: a trajetória de Rollie Edward Poppino como historiador (1949-1973)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

PASSOS, Marie-Hélène. Entre vida real e criação: a correspondência como reservatório da ficção. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 2, p. 190-194, abr./jun. 2014.

PENNA, João Camilo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. *In*: SELIGMANN-SILVA, Marcio. **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 297-350.

QUEIROZ, José Roberto dos Santos. A paisagem de Feira de Santana na poética de Eurico Alves. *In*: SENALIC, 6., 2015, São Cristóvão. **Anais [...]** – Textos Completos, v. 6. São Cristóvão: GELIC, 2015.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2013.

RAMOS, Júlio. **Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19**. Tradução de Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta: trajetórias e conquistas de um "homem de cor" em Feira de Santana (1856-1922)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **Revista história da historiografia**, n. 2, p. 163-209, mar. 2009.

SANCHES, Maria Aparecida P. **As razões do coração**: namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889/1950. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SANTANA, Artur Vitor de Araújo. **Homens verticais ao sol**: a construção da imagem do vaqueiro em Eurico Alves Boaventura (1928-1963). São Paulo: Dialética, 2022.

SANTANA, Artur; AZEVEDO, Natanael. "Não esqueça o seu lugar [...] não sou sua igual": debates raciais na construção do negro no romance *O Sertanejo* (1875) de José de Alencar. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 4, p. 72-81, 2019.

SANTANA, Evila Oliveira Reis. Poesia e cidade: a Feira de Santana de Eurico Alves. **Léngua & meia**: Revista de literatura e diversidade cultural. Feira de Santana, UEFS, n. 5, p. 76-85, 2009.

SANTOS, Evandro. Memória, escrita de si e identidade nos sertões: ensaio sobre a busca por novas alteridades nas fronteiras. **Projeto História**, São Paulo, v. 69, p. 347-381, set./dez. 2020.

SANTOS, Grazyelle Reis dos. Arquivos de memória e história: Cartas da Serra, de Eurico Alves. **Léngua & meia**: Revista de literatura e diversidade cultural. Feira de Santana, UEFS, n. 5, 3p. 8-55, 2009.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. *In*: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil** - vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEIXAS, Cid. Modernismo e diversidade: impasses e confrontos de uma vertente regional. **Léngua & meia**: Revista de literatura e diversidade cultural. Feira de Santana: UEFS, v. 3, n. 2, p. 52-61, 2004.

SEIXAS, Cid. **A literatura na Bahia**: Tradição e modernidade (livro I). Salvador: Editora Universitária do Livro Digital, 2016a.

SEIXAS, Cid. **A literatura na Bahia**: 1928, Modernismo e maturidade (livro 2). Salvador: Editora Universitária do Livro Digital, 2016b.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Paulo Santos. **Âncoras da tradição**: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2011a.

SILVA, Paulo Santos. O caminho das letras: literatura e política na Bahia do século XX. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 46, n. 4, p. 75-82, out./dez. 2011b.

SILVA, Diego Lino. **As senzalas da cidade**: marcadores raciais entre negros roceiros (Bahia, 1940-1960). Feira de Santana; São Paulo: Uefs Editora; Hucitec Editora, 2023.

SILVA, Vanessa Magalhães. **No embalo das redes**: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SIMÕES, Isa Maria. **Três figuras literárias da Bahia**. Salvador: Centro de Estudos Bahianos, 1971.

SOARES, Ângelo. **Academia dos Rebeldes**: o modernismo à moda baiana. 2005. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2005.

SOARES, Valter Guimarães. **Cartografia da Saudade**: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja. Salvador; Feira de Santana: EDUFBA; UEFS Editora, 2009.

SOARES, Valter Guimarães. Paisagem-sertão, narrativas e inscrições de si: a estetização de Eurico Alves Boaventura. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2011. p. 1-16.

SOUZA, Eronize Lima. “Minha terra é menino”: memórias da princesa do sertão na poética de Eurico Alves Boaventura. **Revista metáfora educacional**, Feira de Santana, n. 6., jun./2009, p. 42-61.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2022.

THEOBALD, Pedro. Cartas e bilhetes de Otto Maria Carpeaux a Manoelito de Ornellas: filamentos de uma rede de relações intelectuais. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 2, p. 138-144, abr./jun. 2014.

VENTURA, Roberto. Sexo na senzala: Casa grande & senzala entre o ensaio e a autobiografia. **Literatura e sociedade**, v. 7, n. 6, p. 212-222, 2002.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Edições do Senado Federal, v. 27. Brasília: Senado Federal, 2005.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a Crítica da Cultura. São Paulo: Edusp, 2014.